O RURALISMO BRASILEIRO
(1888-1931)

Sonia Regina de Mendonça

ESTUDOS RURAIS

HUCITEC

O objeto deste estudo é o conjunto das representações e práticas acerca do *mundo rural* brasileiro no período convencionalmente chamado pela historiografia de República Velha, conjunto este passível de ser apreendido sob a denominação de ruralismo. Para além da similitude trazida pelo termo, convém definir que se considera, aqui, o ruralismo como um *movimento político*de organização e institucionalização de interesses de determinadas frações da classe dominante agrária no Brasil — tanto em nível da sociedade civil, quanto em nível da sociedade política — bem como aos conteúdos discursivos produzidos e veiculados pelos agentes e agências que dele participaram. O estudo situa-se, pois, dentre os que tomam por objeto de sua análise os processos de construção do Estado, aqui tomado na acepção gramsciniana — isto é, no sentido ampliado do termo.

Capa: Campo de sementes de Lorena. Serviço de Fomento Agrícola do Ministério da Agricultura. (Foto tirada de *O Ensino Agrícola no Brasil*, de Arthur Torres Filho. RJ: Imprensa Nacional, 1926.)

O RURALISMO BRASILEIRO (1888-1931)

SONIA REGINA DE MENDONÇA

O RURALISMO BRASILEIRO
(1888-1931)

P. 33-62
P. 113-136

EDITORA HUCITEC
São Paulo, 1997

© Direitos autorais, 1995, de Sonia Regina de Mendonça. Direitos de publicação reservados pela Editora Hucitec Ltda., Rua Gil Eanes, 713 - 04601-042 São Paulo, Brasil. Telefones: (011)240-9318 e 543-0653. Vendas: (011) 530-4532. Fac-símile: (011)530-5938.

hucitec@mandic.com.br

ISBN 85.271.0401-6 Hucitec
Foi feito o depósito legal.

Editoração eletrônica: Ouripedes Gallene e Tera Dorea.

SUMÁRIO

Introdução 9

Capítulo I - A REAÇÃO RURALISTA 19
A ratificação da *vocação agrícola do país* 21
A reação ruralista 25

Capítulo II - *CONSERVAR, AMPLIANDO E AUMENTANDO* 37
A *politização* da economia brasileira 39
A Sociedade Nacional de Agricultura: uma controvérsia 40
A SNA: bases sociais e representatividade 46
Demandas e modalidades de atuação 49
Um espaço alternativo de poder 61

Capítulo III - O MUNDO RURAL:
DIAGNÓSTICO DE UM ESTADO 63
A configuração de uma amostra 65
Visões da crise, do homem e do mundo rural 68
Diagnosticando um Estado 74

Capítulo IV - *A VOCAÇÃO EMINENTEMENTE AGRÍCOLA DO BRASIL:* A ORDEM A SERVIÇO DO PROGRESSO 83
Os projetos de superação do *atraso* 83
A colonização de *nacionais:* uma alternativa ao imigrantismo 84
Ensino profissional agrícola: a pedagogia da *"Civilização"* 89
Modernização/diversificação produtiva:
a construção do consenso 95
O crédito agrícola: liberalismo e antiliberalismo em confronto 102

Capítulo V - CERES E A POLÍTICA 113
Disputas em torno à expansão do Estado 115
O Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio: gênese e instauração 117
O MAIC: perfil institucional e composição de quadros 126

Capítulo VI - A POLÍTICA DE CERES 137
A política diversificadora: questões gerais 139
Os suportes institucionais da modernização agrícola 148
A política de arregimentação de mão-de-obra 162

CONSIDERAÇÕES FINAIS 177

FONTES CONSULTADAS 183

BIBLIOGRAFIA CITADA 187

ANEXOS 195

INTRODUÇÃO

Deitando profundas raízes no imaginário social do Ocidente, as noções de *campo* e *cidade* deram origem a variados sistemas de representações e valores, tão distintos quanto expressivos. O significante campo e seus múltiplos significados, costumam ser associados a formas de vida social consideradas naturais, plenas de paz, simplicidade ou inocência. Por outro lado, o segundo termo do binômio, e seus corolários, é vinculado à idéia de centros de empreendimento, saber ou progresso. De igual forma, têm-se combinado importantes associações negativas ora a um, ora a outro: a cidade como espaço do egoísmo, da competitividade, da ambição; o campo como lugar do atraso, da ignorância, da rotina.

Munidos desse arsenal, cuja vida e sobrevida se sustentam na longa duração, nos termos de Braudel, homens dos mais variados contextos históricos apropriaram-se de tal contraste, de modo a, por seu intermédio, tentarem dar conta das transformações a eles relacionadas, num dado espaço e num dado tempo. Para alguns, no decorrer do processo de construção do capitalismo, houve três momentos cruciais em que essas vinculações exacerbaram-se: o final do século XVI e início do XVII; a passagem do XVIII ao XIX e, finalmente, a virada do século XIX para o atual, deixando clara a correspondência existente entre cada um deles e a ocorrência de mudanças excepcionais na economia rural (Williams, 1989).

É este último momento o ponto de partida de minhas reflexões, lembrando-se que em meio às contradições inerentes à afirmação do capitalismo monopólico, sobretudo em torno dos anos 1870-90, foi a agricultura uma de suas "vítimas mais espetaculares, gerando

reações que variaram do protecionismo agrário ao cooperativismo (Hobsbawm, 1988). No caso francês, por exemplo, o movimento de *retour à la terre* de Jules Méline (1890-1914), originou o chamado *ruralismo* ou *agrarismo*. Tais categorias diziam respeito tanto a uma política agrária de sentido mais amplo, quanto a uma contrapartida ideológica, fomentada e reproduzida por meio da montagem de um sistema de ensino agrícola, considerado capaz de atuar sobre o campesinato, transformando suas maneiras de pensar e agir. Mais uma vez celebravam-se as virtudes da agricultura, do campo e de seus agentes, demonstrando, neste momento, o temor das frações da classe dominante diante do crescimento do proletariado urbano. Daí por diante, o *retour aux champs* seria tema recorrente da ideologia ruralista, durante quase um século. Por seu forte apelo à ordem, o tema gozaria de unanimidade entre as distintas frações da classe proprietária francesa (Grignon, 1975).

Perante tal quadro, por certo conhecido pelos atores políticos com que estarei trabalhando, é que situo como objeto deste estudo o conjunto das representações e práticas acerca do *mundo rural* brasileiro no período convencionalmente chamado pela historiografia de República Velha, conjunto este passível de ser apreendido sob a denominação de ruralismo. Para além da similitude trazida pelo termo, cuja etimologia e uso controlado serão estabelecidos adiante, convém definir que se considera, aqui, o ruralismo como um *movimento político* de organização e institucionalização de interesses de determinadas frações da classe dominante agrária no Brasil — tanto em nível da sociedade civil, quanto em nível da sociedade política — bem como aos conteúdos discursivos produzidos e veiculados pelos agentes e agências que dele participaram. O estudo situa-se, pois, dentre os que tomam por objeto de sua análise os processos de construção do Estado, aqui tomado na acepção gramsciniana — isto é, no sentido ampliado do termo (Gramsci, 1988).

A *vocação agrícola do Brasil* na produção intelectual contemporânea

De uma forma geral os estudos acerca do ruralismo situam o tema como parte do conjunto mais amplo de transformações suscitadas pela emergência do processo de industrialização em sociedades de bases agrárias, o qual vê-se acompanhado por uma revalorização do

mundo rural até então predominante. As raízes desse processo têm sido enquadradas pela historiografia do período em questão, especialmente por meio de estudos acerca da expansão cafeeira, das origens da indústria ou imigração européia — centrados, habitualmente, sobre a fração hegemônica, a grande burguesia cafeeira paulista — ou, do prisma político, acerca dos mecanismos da dominação oligárquica e do sistema coronelista (Silva, 1977; Dean, 1971; Cano, 1976; Martins, 1971; Leal, 1975; Love, 1980; Schwartzman, 1975, dentre dezenas de outros).

Consistindo a defesa da chamada vocação eminentemente agrícola do país na palavra de ordem do ruralismo republicano, historiografia e história parecem confundir-se, tendo por ponte a "naturalidade" com que certos autores contemporâneos apropriam-se daqueles situados nas três primeiras décadas do século. Por tal razão, o diminuto conjunto de trabalhos que tratam da temática, nesse período, a ela referem-se perifericamente, sem maiores aprofundamentos analíticos. Tal silêncio, a meu ver, encontra explicações não em uma suposta ausência de significação, até para os processos sociais concebidos como hegemônicos no momento, mas também na hierarquia de temas e questões que as Ciências Sociais impuseram no Brasil, notadamente quando está em jogo a análise dos segmentos sociais menos envolvidos com os "pólos dinâmicos" da acumulação de capital. Creio, porém, que hoje é inegável a necessidade do conhecimento mais amplo acerca da história dos segmentos agrários da classe dominante brasileira, já que o termo ruralista, na atualidade, chegou a instituir-se como designativo de uma associação de classe com pretensões partidárias e atuação fascistizante.

Sem propor nenhuma incursão teleológica, faço uso do recurso legítimo do historiador de, olhando do momento presente, indagar-se acerca do passado e daquilo que ele nos lega, questão básica para se escapar do risco de sermos conduzidos por nossa própria herança de temas e problemas (Bourdieu, 1980). É assim que se torna possível agrupar as parcas análises existentes a respeito do ruralismo em dois grupos: de um lado o que o encara como um elemento ideológico complementar à explicação de processos históricos mais relevantes e, de outro, o que o situa também como um movimento político de defesa dos interesses agrários perante a industrialização. Em ambos, no entanto, a subestimação do ruralismo como objeto legítimo e significativo é uma constante.

Dentre os autores do primeiro grupo, situa-se Werneck Vianna que, para discutir as raízes da estruturação do Estado autoritário-corporativo, resgata a Primeira República para justificar a presença, em suas origens, de uma ampla e indefinida "ideologia de forte apelo conservador, de um retorno passadista a uma idade de ouro" (Vianna, 1976, p. 133). Ou seja, tal resgate visa ressaltar a correlação que pretende demonstrar existir entre conservadorismo político, autoritarismo e ruralismo e não discutir as idéias-chaves e/ou agentes integrantes desse movimento e difusores dessa ideologia — à exceção dos *clássicos* do pensamento social brasileiro, como Alberto Torres, Oliveira Vianna ou Jackson de Figueiredo.

De tal perspectiva emerge uma análise uniformizada/uniformizadora do que tenha sido o ruralismo, apenas como sistema de representações, como se a inserção de seus agentes enunciadores em diversas redes de relações sociais não influísse sobre suas tomadas de posição (Almeida, 1979, p. 19-22).

Por certo outros autores assumem postura equivalente na análise do objeto, postura esta informada por sua redução ao espectro das representações e, no plano teórico, por uma visão da ideologia como reflexo das determinações econômicas (Martins, 1976 e Pinheiro, 1977).

Quanto ao segundo grupo de trabalhos apontado, composto pelos que reconhecem o ruralismo como um movimento, também aqui as idéias recebem o peso por excelência dos esforços interpretativos. Este é o caso do estudo pioneiro de Nícia Vilela Luz que, pretendendo analisar a instalação inicial da indústria no país, toma o que denomina, alternadamente, de reação ruralista, ruralismo ou agrarismo, como contrapartida político-ideológica daquela. À diferença, entretanto, daqueles do primeiro grupo, admite o ruralismo como um movimento político, conquanto não aprofunde mais tal evidência, resumindo-se a afirmar, quanto a seus integrantes, que "não se limitavam, porém, aos princípios econômicos, os ideais desse *grupo ruralista*. Transcendendo a ordem econômica, penetravam nos domínios da moral preconizando uma filosofia antiindustrialista, antiurbana, ressaltando as vantagens e a superioridade da vida no campo" (Luz, 1965, p. 86. Grifos do autor). Cabe ainda apontar que a utilização da categoria movimento, empreendida pela autora, não denota uma análise das relações, isto é, da condição e da posição de classe de seus participantes, tampouco das agências em que se aglutinaram ou

suas formas de luta, remetendo o tema às "doutrinas econômicas", tendência característica ao gênero de produção intitulado "história do pensamento".

Teor semelhante contêm as análises de Jorge Nagle ou mesmo José de Souza Martins, embora este último confira contornos mais nítidos à análise do ruralismo (Nagle, 1974 e Martins, 1975). No entanto, ao combinar premissas do materialismo histórico com um certo psicologismo, do qual tenta extrair padrões de comportamento, no caso o tradicional, acaba por englobar "num mesmo saco" problemáticas tão diversas quanto a da modernização da agricultura como uma ideologia ou a do associativismo rural, para acabar concluindo que "só existe o problema agrário na medida em que o mundo urbano está na dependência do mundo rural" (Martins, 1975, p. 3). Ademais, a historicidade particular do objeto em foco, se dilui no enfoque sociológico do autor, cujo procedimento de buscar identificações analógicas, facilmente perceptíveis em aproximação diacrônica, acaba por transfigurar o ruralismo num construto abstrato e esvaziado dos conteúdos que deveriam especificá-lo.

Por tudo isso, recorto o ruralismo brasileiro, ratificado e especificamente definido ao longo da Primeira República, em primeiro lugar como um movimento político integrado por agências e agentes dotados de uma inserção determinada na estrutura social agrária e sustentado por canais específicos de organização, expressão e difusão de demandas. De tal movimento, cujas nuances apontam para segmentações no seio da classe proprietária rural e para oposições à sua fração hegemônica, provenientes do que chamarei de "frações dominadas da classe dominante", identificadas ou não com oligarquias de estados da federação, originou-se um discurso igualmente diferenciado e não monocórdio, como o supõem alguns. Isso porque, do ponto de vista aqui assumido, a despeito de palavras de ordem semelhantes, a efetiva mensagem nelas contida diferencia-se no domínio do *político* onde, aí sim, explicitam-se as modalidades diversas — de ordem regional e/ou setorial — de se implementar um "mesmo" projeto de reabilitação da *vocação eminentemente agrícola do Brasil*.

Nesse sentido, o ruralismo, por uma conjuminância de fatores tais como a abolição, a redefinição das linhas do comércio internacional para dados produtos agrícolas ou os rearranjos no bloco no poder a partir do federalismo republicano, colocou-se como um dos fios condutores da reordenação política intraclasse dominante agrária. O

movimento/pensamento ruralista adquire, assim, o caráter de espaço sócio-político da expressão de conflitos e posições diferenciadas acerca das modalidades de intervenção sobre a agricultura na Primeira República, abrigando, sob a aparência de uma fala monocórdia, a luta pela institucionalização de interesses outros que não os da fração hegemônica, quer a nível da sociedade civil quer, sobretudo, a nível da sociedade política ou Estado no sentido estrito. Sob este último aspecto o ruralismo também constituiu-se, a meu ver, enquanto tradução institucional, em termos do aparelho de Estado, de demandas específicas e previamente organizadas.

Das fontes e metodologia de construção

Uma vez que o ruralismo, nos moldes aqui propostos, parece consistir num recorte privilegiado para o estudo da integração simbiótica entre *ação e discurso* político, julgo essencial explicitar as premissas metodológicas da construção do objeto na medida em que, pelo escopo e abrangência do tema, ele demandou a delimitação de uma amostra controlada. Passo a expor, doravante, os passos de sua elaboração, seguindo a regra epistemológica básica que consiste em fornecer ao leitor os instrumentos necessários ao acompanhamento de minha produção.

Em primeiro lugar, destaco que, por coerência com o objeto assumido, optei por **não** tomar como matéria-prima básica os textos de autores consagrados, canônicamente identificados ao tema pelos classificadores da produção intelectual brasileira (Oliveira Fo., 1987), tais como Alberto Torres, Oliveira Vianna ou Pereira Barreto, dentre outros. Outra razão de tal escolha reside na tríplice proposta de definição do objeto, na qual tais autores dificilmente poderiam caber, o que não significa deixar de reconhecer seu estatuto de próceres do ruralismo.

Em segundo lugar, face à considerável extensão dos estudos referentes ao desenvolvimento da cafeicultura paulista, à participação de seus porta-vozes na cena político-intelectual do período, bem como à existência de inúmeros trabalhos acerca de sua imbricação ao agrarismo brasileiro, também optei por **não** priorizar a documentação produzida por agentes vinculados ao núcleo hegemônico. Evidentemente que o universo paulista não se encontra excluído da interpretação, não estivesse eu aqui propondo, na verdade, focalizar um dos

aspectos inerentes ao exercício da hegemonia no processo histórico brasileiro, na quadra referente à Primeira República. Sendo o estudo da dominação gerado por uma perspectiva necessariamente relacional e contrastiva, as agências e agentes aqui estudados só poderiam ser percebidos tal como extraídos da própria documentação consultada: por oposição àqueles identificados/ligados a São Paulo, ainda que sob sua direção (Gramsci, 1978). Não me pareceu, ademais, significativo, contribuir com o já conhecido, fazendo coro à historiografia acima referida, mas sim trazer à luz elementos suplementares não tão difundidos, passíveis de esclarecerem as articulações dadas no plano nacional.

Do levantamento documental emergiram três grupos de fontes. O primeiro, consiste na documentação relativa a uma associação de classe vinculada a segmentos não hegemônicos da classe proprietária agrária no período, com ampla representatividade nacional, conquanto pouquíssimo estudada: a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA). Este acervo encontra-se centralizado na própria sede da Sociedade, até hoje existente, situada no bairro da Penha/RJ e consta, para além da coleção completa do principal órgão de difusão da agremiação — sua revista *A Lavoura* —, de documentação fragmentária quanto ao período estudado, composta por estatutos, comunicados, textos temáticos sobre problemas agrícolas, panfletos de caráter propagandístico, etc. O trabalho com *A Lavoura* — após um levantamento exploratório que propiciou a montagem de uma grade de coleta de dados — foi sistemático e exaustivo, sendo pesquisada a revista número a número. Seu resultado foi o mapeamento da trajetória da atuação da entidade na Primeira República, bem como a composição de seu quadro de presidentes, diretores e conselheiros, além de suas principais iniciativas no tocante à agremiação de proprietários e suas respectivas estratégias de ação. Cabe ainda destacar o material egresso dos três congressos nacionais de agricultura realizados sob seus auspícios ao longo do período, co-patrocinados, o segundo e o terceiro, pelo Ministério da Agricultura.

Todo este material mereceu tratamento analítico mais acurado a partir da organização do maior número possível de Quadros, referentes às variáveis que se prentendia entrecruzar, de modo a facilitar a tarefa de pesquisador e leitores, como se pode verificar nos Anexos que acompanham este trabalho. Tal metodologia de trabalho deu suporte às reflexões acerca de um dado padrão de institucionalização

de interesses agrários no período, a nível da sociedade civil, primeira parte das indagações a que se procurava responder.

O segundo grupo de fontes resultou na construção de um *corpus* documental geralmente secundarizado pelas análises sobre o período e/ou tema, cuja menor "nobreza" ou legitimidade, pudesse ser compensada pela maior abrangência explicativa na construção do processo estudado. Assim sendo, operou-se com um universo composto por uma coleção de 31 monografias agrícolas produzidas pelos mais diversos agentes e até hoje raramente mencionados pela historiografia especializada. O critério para sua seleção consistiu em elencar os textos de procedência propositalmente mais variada quanto à sua autoria, abrangência temática, gênero, público destinatário referido e profundidade analítica. A intenção era ter uma amostragem que permitisse atingir dois tentos: cotejar práticas discursivas representativas de segmentos diversos da fração agrária da classe dominante, regional e/ou setorialmente falando, e inferir o homogêneo a partir da heterogeneidade, construída e controlada mediante referências a outras fontes. Deixamos vir à tona os testemunhos para, aí sim, delinear-se os contornos do debate ruralista.

Este segundo *corpus*, como se vê, propiciou a análise do ruralismo em sua segunda dimensão, isto é, enquanto discurso produzido por emissores distintos, voltados para receptores igualmente específicos. Todos os textos aqui compulsados, no entanto, apresentam em comum o fato de serem produtos de autores que se auto-representavam, contrastivamente àqueles que designam como "notáveis", enquanto "homens de ação", face a seu empenho em sugerir instrumentos pragmáticos de intervenção numa agricultura visualizada como em crise. Segundo um deles, "*nada de ideólogos, para longe o espírito metafísico; do que precisamos é do homem do trabalho, do homem da ação: eis a nossa divisa na regeneração agrícola do país*" (Reis, 1919, p. 14). Cumpre ainda destacar que, do arcabouço metodológico utilizado, retirou-se o dado da formação cultural-profissional e o da inserção em diferentes redes de relações sociais como determinantes para a interpretação de sua produção discursiva.

Essas monografias foram coletadas, basicamente, em duas unidades de pesquisa do Rio de Janeiro: a Biblioteca Nacional e o Arquivo Nacional, ambas contribuindo com material expressivo para a configuração do universo original (84 monografias) do qual foi extraída a amostra mencionada.

Finalmente, recolhi um grupo de documentos — o mais expressivo dos três conjuntos — procedente de uma agência do aparelho de Estado na Primeira República — o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC) — criada em 1906 e instalada em 1909 e que, a meu ver, consistiu na institucionalização governamentalizada dos interesses das frações não hegemônicas da classe dominante agrária, agremiadas em torno à SNA e costumeiramente designadas pela historiografia como *oligarquias bagageiras*. No caso deste *corpus*, o Arquivo Nacional foi de enorme valia, tendo sido a totalidade da pesquisa acerca do MAIC, e demais documentos oficiais, nele realizada. A única coleção completa dos Relatórios de Ministros aí se encontra, juntamente com outras "preciosidades" — haja vista o incêndio que destruiu, em meados dos anos 1960, a biblioteca do Ministério antes de sua transferência para Brasília — tais como os Relatórios do Serviço de Fomento Agrícola do Ministério (completos para o período recortado para análise), alguns números relativos ao Serviço de Imigração e Colonização ou ainda alguns exemplares do Almanak do Pessoal da agência, o qual, a despeito de não constituir série integral, propiciou as "pistas" para o mapeamento e entrecruzamento das informações acerca do "quem era quem" na complexa interrelação estabelecida entre sociedade civil e sociedade política — isto é, SNA e MAIC — ao longo da Primeira República em matéria de classe dominante agrária.

Também percorremos o material que permitiu complementar as lacunas deixadas pela documentação ministerial destruída, qual seja, a Coleção de Leis da República do Brasil e, especialmente, os Anais da Câmara dos Deputados, pesquisados para todos os anos do período, malgrado a exaustão provocada em lidar-se com uma fonte tão preciosa quanto volumosa e, ainda por cima, sem indexação por assunto.

Afora isso, localizamos ainda alguns poucos exemplares dos Boletins mensais da agência e de seus Anuários, criados a partir de 1924, além de publicações esparsas dos mais variados teores, tal como estudos encomendados a especialistas de notório reconhecimento quanto a temas de interesse das atividades do Ministério. Diante desse mosaico de fontes, produto da *garimpagem* quanto ao Ministério, os Quadros, Gráficos e Tabelas construídos abrangem períodos não tão extensos ou homogêneos quanto gostaríamos, a despeito de prestarem-se a demonstrar as tendências detectadas pela análise (Cf.

Anexos). O desconhecimento acerca do tema — e, de um modo mais geral, acerca da história administrativa do Estado brasileiro — contudo, parece legitimar tal esforço, já que acredito ser tarefa do historiador, para além de interpretações ensaísticas, baseadas tão-somente na releitura da bibliografia, trazer a público pesquisa baseada em fontes primárias se possível, pouco ou nada trabalhadas.

É ainda importante enfatizar que adotou-se, ao longo de todo o trabalho, quer no que tange ao tratamento do ruralismo enquanto movimento político, quer no que diz respeito a ele como um debate de idéias, o procedimento metodológico de resgatar, na medida do possível, o perfil da trajetória sociopolítica e cultural dos agentes nele envolvidos, de modo a comprovar, empiricamente, tanto a estreita vinculação existente entre os quadros da SNA e os do MAIC, quanto aquela entre estes e os atores também presentes como autores das monografias. Assumiu-se, portanto, que, para além das análises internas dos discursos, muitas vezes simples contagens lexicográficas, faz-se necessário pensar as mensagens emitidas como produtos sociologicamente apreensíveis e, por isto, necessariamente remetidos à rede de relações sociais de que participam seus produtores e destinatários, e por ele refletidas em seus significados. Por certo não foi esta uma investigação fácil, ficando o pesquisador limitado ora aos dicionários biobibliográficos construídos, via de regra, com base no critério da excelência (Costa, 1892; Galanti, 1911), ora aos instrumentais que não passam de meros arrolamentos definidos pela atividade profissional/institucional dos biografados (Abranches, 1918; Blake, 1883-1902).

Desses limites decorrem duas conseqüências. Do ponto de vista teórico-metodológico, dificulta-se a possibilidade de ruptura com os marcos consagradores de uma história das individualidades excepcionais. Do ponto de vista empírico, obstaculizam-se os estudos que tomam por base a linha aqui proposta de análise de discurso. Este trabalho não fugiu desses constrangimentos. Todavia, apesar deles — e contra eles — optou-se por insistir neste que considero um exercício necessário ao melhor entendimento das relações entre posição social, ação política e discurso.

Ainda à guisa de método, é importante frisar que optei pela *grafia em itálico* de todas as noções ou expressões de época.

Capítulo 1

A REAÇÃO RURALISTA

Resultado de um processo de ampliação da taxa de investimento de capitais por volta de 1870, a Segunda Revolução Industrial determinaria uma dinâmica de crescimento sem precedentes para o conjunto da economia capitalista européia, americana e japonesa. Configurava-se, então, não apenas a dimensão planetária do sistema, como também mudanças na forma de inserção das economias dependentes, cujo cerne passou a residir no aperfeiçoamento tecnológico, origem dos grandes complexos industriais típicos da economia de escala, concomitantemente à verticalização e horizontalização da economia.

No bojo desse processo, ampliou-se vertiginosamente a demanda por matérias-primas destinadas, tanto ao processamento industrial, quanto ao consumo dos grandes contingentes operários e burocráticos concentrados nas cidades, em torno das unidades fabris. Entretanto, uma vez que a produção viesse a exceder a capacidade local de consumo, gerando um quadro de superprodução crônico, comprometedor da estabilidade do sistema, uma pressão contínua se gestaria em seu seio pelo alargamento do mercado consumidor de produtos industriais.

Estava aberto o caminho para o desdobramento espacial do capitalismo o qual, com base no implemento das técnicas de comunicação e transportes, estenderia sua ação por todo o globo, penetrando ou destruindo as economias pré ou não capitalistas (Hobsbawm, 1974, p. 59-64). A economia mundial tornava-se, ao mesmo tempo, mais pluralista do que jamais o fora, perdendo a Inglaterra o privilégio de

ser a única totalmente industrializada, o que intensificaria a rivalidade entre os Estados. As relações entre o mencionado mundo desenvolvido e os países periféricos igualmente seriam complexificadas, diversificando-se as exportações da Ásia, África e América Latina para outros países além da Grã-Bretanha.

Semelhante quadro de prosperidade envolvia, porém, uma série de contradições, que viriam à tona com a chamada Grande Depressão, iniciada em 1873 e prolongada até a década de 1890. Marcada pela superprodução e instigada pelo crescimento acelerado do aparato produtivo, em discrepância com um mercado de gradual elasticidade, teria ela como efeitos, para além do reforço do regime concorrencial, a ratificação das tendências à concentração e centralização do capital, bem como a adoção de práticas neomercantilistas por parte de algumas potências.

A vítima mais espetacular desse declínio dos lucros seria a agricultura, provocando descontentamentos de conseqüências políticas imediatas, posto que incidiriam sobre todos os preços agrícolas, quer os da produção européia, quer os daquela exportada do ultramar. Variando segundo a riqueza e estrutura política de cada formação nacional, a reação dos agricultores oscilaria entre a pressão pela adoção de tarifas protecionistas e a modernização proposital da agricultura, pondo fim, pouco a pouco, à longa era de liberalismo econômico[1].

No bojo dessa crise mais ampla, que provocara um movimento de falências capaz de não tornar viável o mercado interno de investimentos nas metrópoles capitalistas, teria início uma evasão de capitais em direção aos mercados exteriores, basicamente voltada para as próprias regiões coloniais ou de passado colonial, ainda submetidas ao poder indireto das grandes potências. Logo, um dos efeitos dinâmicos do imperialismo seria o crescimento econômico das áreas incorporadas ao âmbito da hegemonia monopólica, passando a dotar-se regiões de pouca ou nenhuma capitalização, do equipamento produtivo imprescindível à sua adequação ao ritmo e ao volume de

[1] À guisa de ilustração, pode-se apontar para o nível médio das tarifas alfandegárias na Europa de 1914: Reino Unido (0%); Alemanha (13%); Rússia (38%); Espanha (41%). Nos Estados Unidos, sobretudo a partir do surto agrícola da última década do século passado, elas evoluiriam de 49,5% (1890) para 38% (1909), preservando-se em patamar elevado. Soth, Lauren. *A moderna agricultura e seus problemas*. São Paulo: Atlas, 1968.

produção requeridos pela demanda européia em sua busca pelo barateamento produtivo.

O efeito desse processo de expansão do capitalismo sobre as sociedades tradicionais, paradoxalmente, se faria de modo altamente desestabilizador, provocando alterações nos seus modos de vida, usos, costumes e formas de ver e pensar, subsumindo-os aos padrões burgueses centrais (Hobsbawm, 1988). O mundo seria envolvido por uma aura de modernidade, que incluía a fé no caráter *missionário* do progresso, como se depreende da proliferação de grandes exposições mundiais, às quais Plumm denomina espetáculos (Plumm, 1979).

Santuários de peregrinação ao fetiche-mercadoria, por seu intermédio se construiria a crença na unidade universal pela comunhão dos homens em torno da mística da Ciência e da Técnica, tornadas instrumentos da burguesia industrial européia, em seu empenho por dominar o mundo, moldando-o à sua imagem e semelhança. A despeito da crise no presente, semelhante clima de idéias daria suporte a uma perspectiva otimista de futuro, acenando com a possibilidade da construção de um *novo homem*, mediante a ampla socialização da tecnologia.

Dessa conjunção entre controle do mercado, concentração de empresas, administração *científica* da produção — consubstanciada no *taylorismo*[2] — e exportação de capitais, resultaria uma inversão de sinais na conjuntura internacional.

A ratificação da *vocação agrícola do país*

No caso brasileiro, o vulto grandioso da penetração dos capitais ingleses durante o último quartel do século passado, ilustra bem o fôlego com que as economias européias lançaram-se ao país, intensificando a taxa de capitalização interna de modo considerável (Graham, 1973). O papel dos investimentos estrangeiros, sobretudo no pólo dinâmico da economia, o centro-sul, pode ser inferido pelos melhora-

[2] A pressão sobre os lucros, característica da Grande Depressão, juntamente com a complexificação das empresas, apontavam para a necessidade de revisão dos tradicionais métodos de gerenciamento fabril, abrindo-se espaço para formas mais racionais ou *científicas* de sua gestão, voltadas, sobretudo, para o aumento da produtividade do trabalho. F. W. Taylor foi o pioneiro desses métodos, desenvolvendo-os com a indústria siderúrgica americana (1880). Cf. Bosi, Ecléa (org.). *Simone Weil. A condição operária e outros estudos sobre a opressão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 115-6.

mentos ferroviários e portuários, assim como pelos incipientes processos de urbanização e industrialização, além do alargamento das atividades comerciais e bancárias.

O progresso transformava-se numa espécie de obsessão, orientando a modernização do espaço urbano e um novo estilo de vida. Sob o influxo de tais mudanças, teria início uma seqüência de movimentos interligados, que acabariam por minar a estrutura senhorial do Império, corroborando para a instauração de uma república de feições burguesas: a queda do Gabinete Zacarias, o Movimento Modernista de 1870, a fundação do Partido Republicano, a Abolição e a mudança do regime político.

Em nome da sustentação do progresso, a jovem República iria lançar-se à vertigem dos empréstimos externos, como se percebe do episódio do Encilhamento, marco na estabilização da política econômica do governo e da própria consolidação do regime. Afirmada a hegemonia dos grandes cafeicultores paulistas por volta de 1898, julgavam-se garantidos para a *era do cosmopolitismo* os imperativos da ordem, uma vez superados os radicalismos jacobinistas, positivistas e monarquistas (Cardoso, 1975; Queiroz, 1986; Janotti, 1986). As frações dominantes agrárias, beneficiárias da tradicional divisão internacional do trabalho, construiriam em seu proveito um "sistema oligárquico" pouco permeável, do qual monopolizariam postos de direção e atividades mais rendosas.

Sob tal ótica, o caráter predominantemente rural da economia e sociedade brasileiras, seus modos de viver e pensar, permaneceriam intocados, apesar das inovações. Ainda no alvorecer dos anos 1920, 75% da população economicamente ativa do Brasil continuariam alocados na atividade agrícola, contra apenas 13% na indústria. Quanto à concentração fundiária, basta observar que do conjunto de seiscentas mil propriedades então registradas, quase metade compunha-se de unidades produtivas com menos de 41 ha, ao passo que, em outro extremo, quatrocentas e sessenta e uma delas possuíam área superior a 25.000 ha respondendo, sozinhas, por 1/7 do total da terra em uso no país (Downes, 1986, p. 8-9).

Marcada pela excludência e o agrarismo, a economia e a sociedade brasileira da República Velha aproveitariam tanto de sua tradicional forma de inserção no sistema mundial, quanto da metamorfose ocorrida nas relações de produção até então vigentes, tendo ambos os fatores contribuído para o aprofundamento da mencionada *vocação agrícola* do país, sobretudo o segundo. A Abolição viria potencializar a estrutura agrária de duas formas: por um lado, ao provocar o surgimento de um "quase campesinato", expulsava-se dos custos da produção agrícola os gastos com a subsistência dos trabalhadores, barateando-a e garantindo a continuidade da expansão produtiva; por outro, ao ensejar o aparecimento de tipos de exploração agrícola fundados sobre mecanismos de dominação que repunham o econômico sob formas de coerção extra-econômica — o coronelismo e suas seqüelas como a meação, o colonato, o barracão, etc. — a renda da terra emergia como forma de valor, ampliando a acumulação por meio de relações sociais cuja reprodução assegurava-se no âmbito da circulação, superestimando a extração de excedentes. Apesar da baixa monetarização das relações de troca no campo, originava-se, aí, o chamado *modo de produção de mercadorias* (Oliveira, 1975), essencial à compreensão do volume do excedente controlado pelo *baronato* brasileiro que seria, doravante, potencialmente mais amplo do que em épocas anteriores.

As novas relações produtivas, articuladas, simultaneamente, às chamadas culturas de subsistência e ao complexo latifúndio-comercialização-minifúndio em suas várias facetas regionais, impunham uma (re)ordenação das relações campo-cidade, onde o produtor rural assumia a tarefa de responder pelos bens essenciais da cesta de consumo do capital variável: baratear sua produção, por intermédio de formas de exploração agrícola não capitalistas, significava contribuir para o desenvolvimento da divisão social do trabalho em direção ao capitalismo industrial, comprimindo os salários na indústria.

Instalada a partir da montagem de unidades produtoras de bens não duráveis de consumo, a indústria brasileira se valeria da disponibilidade interna de matéria-prima e mão-de-obra baratas, que assegurassem, junto com o protecionismo alfandegário, sua relativa competitividade perante os similares estrangeiros. A demanda dos segmentos citadinos, bem como da própria burguesia agrária e urbana, tradicionalmente satisfeitas mediante importações, pouco interferiria no sentido global do crescimento da indústria nesse momento.

Se todo esse conjunto de fatores reiterava a *vocação agrícola* em níveis insuspeitados, conferindo nova vitalidade sobretudo à produção de mercadorias de realização externa (como o café nos anos vinte), por outro lado, viria a explicitar seu próprio ponto nevrálgico:

a intermediação comercial e financeira que, também externa, retirava da economia parte significativa do excedente produzido.

Realizada sob a forma de divisas estrangeiras, tal intermediação impunha a preservação desta forma de valor como vital para a plena concretização do circuito produção-financiamento-comercialização-acumulação-produção. Daí a política cambial ter-se convertido no núcleo das controvérsias econômicas ao longo da primeira República, objeto de acirradas disputas entre distintas frações da classe dominante, mormente aquelas cuja valorização do capital dava-se na esfera exclusiva da produção agrícola, contrapostas às que já haviam urbanizado parte considerável de seus investimentos (Saes, 1986; Suzigan & Villela, 1975).

Uma vez assentado todo o edifício econômico e administrativo republicano sobre essa tênue contradição, o quadro global da vida econômica, política e social do período, seria obviamente marcado por um equilíbrio instável, ao sabor das oscilações na cotação internacional dos principais produtos primários exportados e das políticas públicas voltadas à defesa da renda dos maiores proprietários, ainda que às expensas do endividamento externo do país e das constantes desvalorizações do mil-réis. A supremacia da fração cafeicultora paulista, consolidada por meio da *política dos governadores* (Cardoso, 1975), seria um marco neste processo.

No seu rastro, as sucessivas operações de valorização do café empreendidas no período, seriam responsáveis por tensões políticas consideráveis, uma vez que os segmentos não cafeeiros da burguesia agrária se veriam secundarizados no "beneplácito" da ação estatal, não apenas pelo maior peso daquele produto na determinação das finanças públicas, como também pelo papel político subsidiário por eles desempenhado na dinâmica do jogo oligárquico (Faoro, 1975; Martins Filho, 1981). Originava-se, justamente aí, uma séria crise política que perpassaria a classe dominante rural, contrapondo não apenas suas distintas frações, ligadas a complexos cafeeiros mais e menos dinâmicos, como também aquelas oriundas de complexos regionais diversos, todas advogando igual proteção do governo federal para seus diversos produtos (Fausto, 1975).

A importância do controle do aparato estatal por parte desses distintos segmentos da classe dominante ganharia, pouco a pouco, novo significado, não sendo casual o fato das eleições presidenciais de 1922 terem marcado, pela primeira vez na República Velha, a

cisão entre os dois *Estados-locomotiva*, de um lado, e um bloco de oligarquias secundárias — sob a liderança gaúcha — de outro[3].

Cabe apontar, entretanto que, cafeeiros, açucareiros ou pecuaristas, produtores para o mercado externo ou interno, os grupos agrários dos distintos complexos econômicos disputariam permanentemente entre si o privilégio da ação pública, conferindo ao exercício da supremacia paulista um caráter bem menos monolítico do que se costuma supor. Num aspecto, contudo, promovia-se o consenso entre eles: na *fisiocrática* defesa da *vocação eminentemente agrícola do país*, bandeira em nome da qual justificaram-se, tanto respostas a conjunturas críticas setoriais, quanto posturas relativamente homogêneas diante de ameaças tidas como comuns, como no caso da industrialização e seus correlatos, notadamente as tarifas protecionistas de caráter industrializante[4].

A reação ruralista

Como se pode perceber, a ratificação da *vocação agrícola* do Brasil se faria acompanhar de perto pelo espectro de uma crise, em suas múltiplas acepções. Crise efetiva dos preços dos bens primários exportáveis sem perspectivas de colocação no mercado externo — à exceção do café — em seu início, se transformaria ela em crise políti-

[3] O movimento conhecido como Reação Republicana opôs à candidatura paulista de Artur Bernardes, uma frente integrada por representantes do Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro que, apresentando candidato próprio — Nilo Peçanha —, configuraria a segunda sucessão efetivamente competitiva do período. Segundo Bóris Fausto, nenhuma outra disputa refletiria com tanta clareza as divergências intra-oligárquicas em matéria de política econômico-financeira, protestando as oposições contra o *imperialismo* de São Paulo/Minas e advogando o protecionismo federal para outros produtos como a borracha, o açúcar e a pecuária. Fausto, Bóris. "Expansão do Café e Política Cafeeira". *In:* Fausto, B. (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, 1975, tomo III, vol. 1, p. 193-248.

[4] Distintos grupos agrários atribuíam ao protecionismo industrial a responsabilidade pelo que consideravam a *crise da lavoura*, bem como pelas agitações populares urbanas decorrentes do aumento do custo de vida. A defesa da *vocação agrícola do país*, entretanto, nem sempre fazia desses agentes opositores ferrenhos do intervencionismo econômico, ao contrário do que supõem alguns estudiosos do liberalismo no Brasil, referindo-se ao *caso paulista*. Da perspectiva aqui assumida, a linha divisória entre *agraristas* e *antiagraristas* deve ser buscada, bem mais em posições próprias ao campo político, do que ao ideológico. Cf. Capelato, Maria Helena. *Os arautos do liberalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 54-6.

ca, acabando por revestir-se do caráter de crise social e ideológica, por confronto aos valores e dinâmica próprios à ordem urbano-industrial que se impunha à sociedade brasileira.

Ambiguamente, contudo, seria essa mesma *vocação* o fio condutor das mudanças advogadas, senão para a estrutura agrária, ao menos para o desempenho da atividade agrícola, desde que as tradicionais culturas de exportação davam mostras de seu esgotamento na virada do século, redirecionando-se para o mercado interno e ditando a necessidade de uma reação por parte de setores da classe proprietária diversamente atingidos em seus complexos econômicos. O fundamento de tal reação residiria, ainda que em nome de objetivos políticos díspares, no aprofundamento da identidade estabelecida entre os destinos da agricultura e os da nação.

Em meio à mencionada *crise da lavoura*, interesses de classe e nacionalidade se confundiriam, dando suporte a um projeto político e ideológico que não só acomodasse os conflitos mencionados, como também unificasse os grupos agrários em torno da defesa da correlação de forças inscrita no bloco no poder. As críticas à cidade e à indústria seriam o substrato viável de ambos os objetivos, conquanto tal não significasse, mecanicamente, a exclusão total e plena, no horizonte dos defensores da *vocação agrícola*, da aceitação da indústria, desde que ideologicamente *naturalizada*[5].

Dentro desses parâmetros reside minha concepção do *Ruralismo*, aqui tomado como um movimento/ideologia políticos, produzido por agentes sociais concretos, econômica e socialmente situados numa dada estrutura de classes e portadores de interesses nem sempre convergentes. Assim se procedeu por discordância quanto a certas posições que insistem em referir-se ao tema partindo de meras analogias estabelecidas a partir das matrizes teóricas fisiocrática e liberal, conferindo-lhe um caráter doutrinário vago e impreciso.

Julgando imprescindível desvendar a variada gama de interesses embutidos no dogma da *vocação agrícola*, peculiar ao *Ruralismo* do período, de modo a contribuir para a discussão acerca dos usos políticos a que se prestaram e prestam noções deste tipo, optou-se

[5] Não seria outro o sentido implícito na visão dualista da economia expressa pela dicotomização operada, à época, entre *indústrias artificiais* e *indústria natural* a qual, lançando mão de matérias-primas nacionais, era confundida, muitas vezes, com a própria agricultura. A esse respeito ver Luz, Nícia Vilela. *A luta pela industrialização no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

por iniciar este estudo pela recomposição dos contornos da aqui mencionada reação ruralista. O termo é empregado com relação às origens de um movimento de institucionalização, em nível da sociedade civil e da sociedade política, da diferenciação dos interesses agrários no Brasil, ocorrido entre o fim da escravidão e as duas primeiras décadas do século atual, unificado pelo fim último de restaurar a *vocação agrícola do país*, mediante a *diversificação da agricultura* nacional.

Longe de significar uma proposta alternativa à economia agro-exportadora, tal reação veio a representar segmentos agrários que procuravam abrir maior espaço para a acumulação interna, até porque vinculavam-se à produção de gêneros com menor possibilidade de colocação no mercado mundial. Integrada tanto por iniciativas de governos estaduais, empenhados em subestimar os efeitos administrativo-fiscais da crise agrícola, quanto por grupos de proprietários dedicados a organizar suas demandas, mediante a criação de associações de classe, a reação ruralista daria suporte a uma reciclagem da tradicional *vocação agrícola*, lançando bases para uma ação político-institucional de distintas frações da classe proprietária rural.

Um caso precursor

Três podem ser os tipos de agentes detectados à testa do movimento diversificador. O primeiro, representado por elementos com formação técnica, oriundos de áreas cafeeiras *decadentes*, via no *policultivo* a saída para os problemas regionais: dentro ou fora do aparelho de Estado, serviriam eles de estímulo para a conscientização de seus contemporâneos em torno da questão e de incentivo para a ação pública em prol de múltiplos produtos. O segundo tipo, consistia nos políticos profissionais em busca do resgate da prosperidade das áreas onde tinham suas bases de poder, tratando de definir instrumentos tarifários e fiscais capazes de darem suporte, juntamente com o apoio federal, à diversificação. Finalmente, encontram-se os membros da fração hegemônica ligada às áreas cafeeiras mais prósperas, porém preocupados em estabelecer alternativas de anteparo contra futuras flutuações do mercado, como era o caso de alguns grandes fazendeiros paulistas. Diversamente dos dois primeiros, estes últimos, longe de visualizarem substitutivos a uma cultura principal ameaçada, pretendiam fomentar novos produtos de modo a superes-

timar o desempenho de seu complexo agro-exportador e não frear sua *decadência*.

Deixando momentaneamente de lado os exemplos ilustrativos do primeiro tipo de agentes, a ênfase ora recairá sobre a iniciativa de alguns políticos reconhecidos, à própria época, como lideranças significativas do movimento diversificador, dentre os quais merece relevo, por seu pioneirismo, Assis Brasil.

Pecuarista gaúcho, Joaquim Francisco de Assis Brasil ganhou notoriedade como um dos mais ardentes defensores do incentivo público à agricultura diversificada. Nascido em 1857, no município de São Gabriel, e herdeiro de extensas propriedades, ingressaria na Faculdade de Direito de São Paulo, bacharelando-se em 1882 e logo retornando a seu estado para atuar vivamente em prol de uma *agricultura progressista*, tendo por base de ação a Assembléia Legislativa provincial, para a qual se elegera em 1885[6]. Neste posto, além de reivindicar a transformação das instituições políticas brasileiras, a começar pela mudança do regime monárquico, também proclamaria as virtudes de um *país essencialmente agrícola*, à procura de renovação e incentivos (Assis Brasil, 1886, p. 20-2).

Deputado federal constituinte em 1890 e um dos elaboradores da Constituição estadual gaúcha, Assis Brasil se afastaria da cena política ao longo desta década, voltando-se para a carreira diplomática, na qual permaneceria até 1908, quando de seu retorno à militância política pela criação do Partido Republicano Democrático, de caráter oposicionista. Aposentado pelo Itamaraty em 1912, iria instalar-se em sua granja-modelo de Pedras Altas, dedicando-se ao aperfeiçoamento das espécies bovinas, bem como a experiências com o aumento da produtividade dos rebanhos, tendo em mira a indústria de laticínios[7]. A despeito de suas atividades experimentais agrícolas, foi

[6] Beloch, Israel & Abreu, Alzira (coord.). *Dicionário biobibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV/Forense, 1984, vol. 1, p. 461-70. Segundo a obra, Assis Brasil seria o primeiro representante republicano a obter cadeira de deputado, pugnando pela organização federativa do país em lugar da secessão, como o pretendia o também gaúcho Júlio de Castilhos, seu contemporâneo e cunhado.

[7] Assis Brasil foi o introdutor do gado *Devons* no país, hoje uma das espécies mais difundidas no Rio Grande do Sul. Segundo o *Herd Book* de 1922 era ele proprietário do maior e mais puro rebanho da raça do mundo, tendo sido também responsável pela criação de um tipo eqüino novo, que leva o seu nome, assim como do milho *Assis Brasil*, produto de uma de suas inúmeras experiências no aprimoramento das espécies agrícolas as mais variadas, todas elas descritas em sua obra *Granja de Pedras Altas*.

como político que seu nome ganhou notoriedade[8], conquanto para os fins desse estudo interesse, sobremodo, seu papel como precursor do *Ruralismo* no país.

De sua carreira diplomática Assis Brasil extrairia os mais profícuos frutos para afirmar-se como uma das lideranças ruralistas do período, quer pelos conhecimentos adquiridos nos contatos com as *modernas* técnicas agrícolas norte-americanas, quer pelos movimentos de propaganda em prol da agricultura brasileira que sua vivência no exterior permitiu-lhe organizar[9]. Uma de suas obras mais importantes, dentre a vasta produção escrita nessa seara — *A cultura dos campos* — foi publicada pela primeira vez, por prestigiosas editoras européias, sendo legitimada, à época, como *a Bíblia da agricultura brasileira*[10].

Nesse trabalho, dedicado aos *homens do campo esclarecidos* e *"desejosos de buscar no amanho de nossos ubérrimos campos um remédio à ruína da fortuna pública e particular"*, Assis Brasil explicitaria suas idéias acerca da modernização e diversificação da agricultura, de modo a tentar reverter a *"vergonhosa situação do país que dispondo de uma enormidade de terreno fértil, não tem sequer a independência do próprio estômago e vai*

Goycochêa, Castilhos. *Eduardo de Araújo, Assis Brasil, Vitor Russomano*. Porto Alegre: Academia Riograndense de Letras, 1941. Assis Brasil publicou ainda nessa área: *O gado vacum mais conveniente ao Brasil*. Rio de Janeiro, SNA, 1908; *A vida do campo e a reforma rural*. Belo Horizonte: Imp. Oficial, 1916 e *Importemos garanhões puro-sangue árabes*. Santa Maria, s/ed., 1921.

[8] Corroboram a ênfase atribuída pela historiografia à persona política de Assis Brasil, não apenas sua militância partidária, como também sua produção de escritos políticos relevantes, tais como *A república federal* (1881); *A guerra dos farrapos* (1882); *Dois discursos* (1886); *Democracia representativa, do voto e do modo de votar* (1894); *Do governo presidencial na república brasileira* (1908); *A idéia de pátria* (1917); *Brasil se escreve com s...* (1918); dentre outros.

[9] A súmula da carreira diplomática de Assis Brasil é a seguinte: embaixador e plenipotenciário na Argentina (1890 e 1892); na China (1893); em Portugal (1895-97); nos Estados Unidos (1989-1902); no México (1902); plenipotenciário para o tratado de limites com a Bolívia (1903); embaixador na Argentina (1905-6); aposentado em 1912.

[10] A primeira edição da obra, datada de 1898 e patrocinada pela Sociedade Brasileira para a Animação da Agricultura, esteve a cargo da Tipografia Universal de Lisboa, assim como a terceira seria publicada em Paris por Mounier, Jeanbin & Co., no ano de 1910. Processo semelhante ocorreria com o seu *Guia do criador de carneiros, por um colono australiano*, cuja edição fac-similar seria da Cia. Nacional Editora de Lisboa (1896). A citação utilizada no corpo do texto é do presidente da Sociedade Mineira de Agricultura, o engenheiro agrônomo Fidélis Reis, em sua obra *A política da gleba*. Rio de Janeiro: Leuzinger, 1919, p. 34.

pedir ao estrangeiro os gêneros mais necessários à vida" (Assis Brasil, 1898, p. X). Lamentando a importação brasileira de cerca de um milhão e meio de sacas de milho no ano de 1895, bem como de volumes igualmente consideráveis de arroz e feijão, insistia no incremento da produção da carne, cereais e forragens, como meio de se atingir a independência da nação. Julgando concorrer para torná-la viável, *A cultura dos campos* forneceria *"noções de aplicação imediata às culturas mais urgentes, capazes de promover a alteração dos métodos empregados até então"*, além de tentar granjear o apoio mais efetivo do Estado para a agricultura em geral.

Dentre tais "noções" o autor ressaltaria a *educação agrícola* e, sobretudo, a *mecanização produtiva*, particularmente aconselhada para grandes propriedades produtoras em larga escala, onde viria a substituir o trabalho individual com enxadas. Cultivadores, arados e semeadores ampliariam a eficência da fazenda promovendo, segundo ele, *"melhor e mais intenso trabalho"*. Os implementos agrícolas de procedência norte-americana eram os mais recomendados, chegando a especificar, até mesmo, suas firmas produtoras. *A cultura dos campos* dizia-se, em suma, um manual da *agricultura progressista*, uma cartilha que reunia conhecimentos básicos sobre solos, climas, plantas, fertilizantes e drenagens e que, ao longo de quatorze capítulos, pretendia ensinar como tornar viável a cultura diversificada no país, com realce para as espécies forrageiras. Atingindo um público crescente, como o provam suas sucessivas reedições em curto espaço de tempo — quatro, entre 1898 e 1910 — a obra converteu-se em veículo da legitimação de seu autor dentre os círculos ruralistas de seu tempo, tornando-o reconhecido como *profeta do ruralismo no país*[11].

Para além da obra escrita, a vida diplomática e política de Assis Brasil também contribuiria em muito para tornar viáveis seus objetivos, a começar pelo fato de ter sido ele fundador do primeiro grupo de interesses institucionalizado em prol da *moderna agricultura brasileira*: a *Sociedade Brasileira para a Animação da Agricultura* (SBAA), criada em Paris no ano de 1894. Na sessão inaugural da Sociedade, chamaria atenção para o *"perigo, cada vez maior, reconhecido por eminentes brasileiros, de terem somente um suporte, de não poderem contar com nada além do café"* (Assis Brasil, 1898, p. XIII).

[11] A edição original portuguesa de 1898 contou com tiragem de três mil exemplares, ao passo que a quarta edição, datada de 1910, registra trinta e sete mil volumes vendidos. Já a terceira, encomendada pela administração de João Pinheiro junto à Secretaria de Agricultura de Minas Gerais, na ordem de doze mil exemplares, foi distribuída às escolas públicas primárias do estado como livro de leitura. Goycochêa, 1941 e SBAA, 1921. A citação é de Fidélis Reis, In Assis Brasil, J.F. de *A vida no campo e a reforma rural*. Belo Horizonte: Imp. Oficial, 1916, p. 69.

Sob tal prisma, a Sociedade se auto-atribuiria o papel de *"posto avançado do aperfeiçoamento agrícola do país"*, encarregada de adquirir sementes e animais de qualidade para seus membros residentes no Brasil, bem como de buscar o patrocínio de certos círculos políticos de prestígio para a causa[12]. Segundo seus estatutos, suas finalidades consistiam em *"encorajar a criação de gado de toda espécie no país; encorajar a agricultura, notadamente no que concerne à produção de forragens e cereais e divulgar no estrangeiro os produtos do trabalho brasileiro"* (SBAA, 1921, p. 11).

Igualmente interessante é o perfil do quadro de associados da agremiação, que contribuíam com fundos significativos para a manutenção de seus serviços, quer se tenham tratado de indivíduos, grupos ou empresas, empenhados na defesa da agricultura diversificada: os paulistas Carlos Botelho e Augusto Ramos; o agrônomo norte-americano Benjamin Hunnicut, diretor da Escola Agrícola de Lavras foram alguns deles, incluindo-se, além desses, associações agrícolas fluminenses e paulistas, sem falar nos representantes dos Executivos de alguns Estados da federação, juntamente com jornais como *O Estado de São Paulo* ou *A Noite* (SBAA, 1898, p. 1-26).

Ainda que na avaliação de alguns autores a importância da SBAA seja subestimada por ser tida como "aristocrática e rara" (Carone, 1972, p. 161), creio que tal tipo de julgamento de valor deva ser revertido, encarando-se seu objeto sob outro ponto de vista. No processo histórico brasileiro da transição de uma sociedade agrária para industrial, acelerada pela Abolição, uma das formas de reação da classe proprietária rural à inevitável redefinição do papel da agricultura, consistiria, justamente, na institucionalização da diferenciação de seus interesses, mediante a organização de associações de classe capazes de explicitar suas divergências e/ou semelhanças.

[12] Em 1918 a SBAA contava com quatrocentos e vinte e oito sócios, aos quais enviara, no decorrer do ano, cerca de duzentos e quarenta e três animais de raça das mais variadas espécies, adquiridos na Europa. Downes, Richard Earl. *The seeds of influence*. Austin: Phd Dissertation to the University of Texas, 1986, p. 33.

Nesse sentido, a todas elas caberia o qualificativo de *aristocráticas*, porém não de raras, diante da multiplicação de seu número no período, indicando uma tendência inerente ao movimento ruralista, qual seja, a do associativismo, como estratégia de defesa dos interesses agrários.

O sucesso ou não da SBAA dificilmente pode ser avaliado, diante da insuficiência das fontes. Sua simples existência, contudo, constitui indício do que se afirmou, mormente considerando a dimensão simbólica de seu espaço de ação — materializado em Paris — num contexto em que a influência européia era ainda marcante na determinação dos fluxos de capitais, tecnologia e idéias destinados à América Latina. Em matéria de conhecimentos aplicados à agricultura, a mudança de sinais a favor do *modelo americano* seria ligeiramente posterior, correspondendo a outras agremiações da classe proprietária. O próprio Assis Brasil teria importante papel em tal reorientação, a partir de sua experiência diplomática em Washington entre 1898 e 1901, ensejando-lhe contatos com as novas experiências da *agricultura científica* aí desenvolvidas.

Deslumbrado pelo cenário da Exposição Internacional de Pecuária de Chicago, em 1900, Assis Brasil se converteria em ferrenho defensor da mencionada modernização da atividade pastoril de seu tempo. O fascínio pelas técnicas de frigorificação e de gestão centralizada das fábricas de laticínios, iria convencê-lo da necessidade de aplicá-las em proveito próprio, dando origem à idéia do estabelecimento de sua granja-modelo em Pedras Altas. Apesar de atividade paralela a suas estâncias, tradicionalmente organizadas, a nova iniciativa pretendia constituir-se em paradigma a ser difundido ao governo federal, de modo a captar simpatias para a *moderna indústria do gado* como *"fonte da riqueza pública, em lugar do café ou da borracha"* (*A Lavoura*, 3, 1899, p. 20).

Iniciativas Públicas Diversificadoras

No nível das iniciativas empreendidas por Executivos estaduais em prol da diversificação agrícola, um dos mais significativos exemplos pode ser visualizado por meio de Nilo Peçanha, quando da presidência do Estado do Rio de Janeiro entre 1903-1906. Atento às repercussões da debilidade das atividades açucareira e cafeeira sobre as finanças públicas, Nilo seria responsável por uma política diversificadora que, em muitos aspectos, anteciparia aquela a ser posta em prática pelo governo federal a partir de 1909[13].

Filho de pequeno proprietário e comerciante campista, formado em Direito pela Escola do Recife e militante ressaltado nas campanhas abolicionista e republicana em seu estado, Nilo se converteria numa das principais lideranças políticas da Primeira República (Russell, 1974). Deputado federal à Constituinte de 1890 e à primeira Legislatura do Congresso, aí permaneceria até 1903, quando eleito governador do Estado do Rio. Vice-presidente da República para o quadriênio 1906-10, assumiria o Executivo após a morte de Afonso Pena, viajando para a Europa ao transmitir o cargo. Muito próximo a Pinheiro Machado, uma de suas principais metas políticas seria restabelecer a influência de seu estado na órbita do governo federal, estando sempre envolvido nas articulações interoligárquicas que expressassem sua dissidência com relação às candidaturas paulistas, como no caso da Reação Republicana de 1922.

Em inícios do século, convicto de que a crise econômica fluminense somente seria debelada mediante a superação da *monocultura*, Nilo estabeleceria algumas diretrizes para a ação do executivo estadual, ao qual caberia

> *"...indicar com clareza o plano de campanha a seguir: amparar os restos da cultura existente e criar novas fontes de produção. Como? Protegendo os mercados, garantindo ao lavrador o comércio vantajoso de suas colheitas, removendo obstáculos que o próprio Estado, de longa data, havia culposamente acumulado contra o desenvolvimento da iniciativa particular. Era um ato de contrição, nada mais"* (Rio de Janeiro. Mensagem do presidente do Estado, 1903, p. 24).

Convencido de que o termo produção implicava estritamente em bens oriundos do solo e tomando por referência o abastecimento do mercado do Distrito Federal, bem como a diminuição dos efeitos da já reduzida capacidade de importação da economia fluminense, Nilo tentaria reanimar o setor agrícola com base em quatro vertentes: a redução dos fretes de transporte ferroviário; a sobretributação dos

[13] É difícil crer casual o fato de ser Nilo Peçanha quem ocupasse a presidência da República quando da instalação do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, no ano de 1909. A política de diversificação agrícola, nos moldes por ele intentada no Rio de Janeiro, seria uma das diretrizes da prática do Ministério, indicando um ponto de contato entre os interesses das frações agrárias da classe dominante de complexos menos prósperos e aquele órgão.

importados similares aos da produção local; a diminuição dos impostos sobre as exportações agrícolas do estado e, por fim, a concessão de estímulos, diretos e indiretos, ao *policultivo*. Por tal via, e mesmo considerando a inoperância do Convênio de Taubaté (1906) com relação à cafeicultura fluminense, a política assim inaugurada, e mantida por seus sucessores até a Primeira Grande Guerra, lograria relativo sucesso ao diversificar a agricultura regional ou, pelo menos, impedir sua involução econômica (Mendonça, 1977).

Mais que um conjunto de medidas esporádicas, empreendidas como paliativo conjuntural a um momento particularmente agudo da crise em complexos agrários regionais menos dinâmicos, tal tipo de ação pública parece ter representado o esboço de um projeto de desenvolvimento econômico alternativo à especialização monocultora, ainda que contido nos estreitos limites da própria economia agrícola. O que semelhante experiência de intervencionismo estatal sugere é uma espécie de "releitura" da dependência, não mais ligada à preservação de um setor voltado ao mercado internacional, porém voltada ao aproveitamento das oportunidades de ampliação do mercado consumidor doméstico em curso desde fins do século XIX. Centrada na preocupação em superar os constrangimentos de uma balança comercial deficitária, a política agrícola de Nilo Peçanha parece representar o tipo de institucionalização oficial de interesses agrários próprios a áreas ou setores em condições menos dinâmicas de desempenho, que logo se articulariam para tentar impor-se a canais de expressão pública com abrangência nacional: a recriação do Ministério da Agricultura seria um de seus mais claros exemplos.

Outro exemplo de política pública diversificadora de âmbito regional pode ser extraída do terceiro grupo de agentes acima mencionado. Integrado por aqueles que, embora vinculados aos interesses da cafeicultura mais próspera, procuravam superar os horizontes da extrema especialização produtiva da lavoura, a tônica de sua ação residiria na aplicação de recursos públicos à pesquisa de novas espécies, complementares ao café. Segmentos de proprietários do estado de São Paulo iriam mobilizar-se para ampliar a variedade de suas culturas, a despeito do enfrentamento, no seio de seu próprio complexo regional, da oposição daqueles que discutiam o *policultivo* como instrumento de prevenção às flutuações do preço externo do *produto rei* (Bresciani, 1976, p. 149-62).

Claro está que semelhante divergência só pode ser explicada considerando-se que, sob o rótulo genérico de *cafeicultores paulistas*, inscreviam-se segmentos em considerável processo de diferenciação, sobretudo aquele que distinguia a grande burguesia — grandes fazendeiros com parcelas crescentes de sua renda derivadas de atividades cada vez mais urbanizadas — e fazendeiros propriamente ditos — igualmente grandes proprietários, porém limitados à produção cafeeira em si —, cujos interesses iriam distanciar-se, uma vez que a crise dos preços do produto os afetava distintamente (Saes, 1986). Ao passo que do segundo segmento emergiriam protestos contra o jogo especulativo ao qual subordinava-se a reprodução do capital cafeeiro, gerando propostas de intervencionismo estatal no mercado, da grande burguesia partiriam iniciativas favoráveis à diversificação científica da produção, haja vista seu envolvimento com outras atividades, cuja valorização do capital situava-se, cada vez mais, em pólos externos à lavoura cafeeira propriamente dita (Vilardo, 1976).

Em meio a quadro tão complexo, o executivo estadual chamaria para si a tarefa da diversificação, também encarada como elemento de compatibilizacão política, capaz de superar divergências que chegaram a ameaçar a coesão do Partido Republicano Paulista (Casalecchi, 1987). Não de tratava, como no exemplo anteriormente citado, da busca de alternativas ao baixo desempenho da economia agrícola regional e, por esta razão, tal iniciativa diversificadora iria pautar-se pelo subsídio à pesquisa científica, aplicada ao desenvolvimento de culturas tão rentáveis como a do café: a criação da *Estação Agronômica de Campinas* (1897) e do *Instituto Agronômico* na mesma cidade, são algumas de suas evidências. Sob este aspecto São Paulo forneceria o paradigma da *moderna agricultura* a ser seguido pelos defensores da *vocação agrícola do país*, instrumentalizando o conceito de hegemonia que, para além da grande contribuição do executivo estadual à diversificação agrícola do complexo paulista seria dada no quadriênio 1904-9, pelo Secretário de Agricultura Carlos Botelho. Grande proprietário oriundo de tradicional família paulista, médico e agrônomo formado nos Estados Unidos, Botelho enfatizaria a policultura e a lavoura intensiva, adaptando a estrutura administrativa da Secretaria a seus desígnios. Tratou-se de adequá-la à tarefa de orientar e padronizar os rumos da mudança pretendida, de modo a difundi-los aos proprietários interessados e, para tanto, o órgão promoveria iniciativas "fundadoras" como o primeiro censo agrícola do Estado

(1905); a primeira exposição estadual de animais (1907), bem como a instalação de uma seção de estudos econômicos, para rastrear o montante da produção rural do estado. Sob sua administração seriam também instalados um Serviço de Informação e Publicidade, uma Biblioteca Estadual especializada no assunto, além de reformulado o currículo da *Escola Superior Agrícola Luiz de Queiroz* (ESALQ), no intuito de especializá-la na formação de agrônomos, em detrimento dos profissionais da agricultura de grau médio (Schmidt & Reis, 1942).

Tal leque de iniciativas legitimaria Botelho como uma das figuras de proa do movimento de *regeneração da agricultura* brasileira, sendo citado como protagonista da mencionada *modernização* por boa parte dos porta-vozes do *Ruralismo* de seu tempo. Por seu intermédio o paradigma norte-americano de *agricultura científica* se imporia aos círculos ruralistas, fosse pela plasticidade institucional conferida aos aparelhos de Estado paulistas, fosse pela definição que esboçara da necessidade de um novo tipo de agente — o técnico — em matéria de agricultura.

Seriam esses *progressistas*, em suma, os defensores de um novo padrão de desempenho para a agricultura nacional, que pretendia deslocá-la da extrema especialização produtiva, de modo a tentar garantir novas alternativas econômicas e políticas para segmentos da classe proprietária pouco contemplados no bloco no poder. Mas tornar viáveis tais objetivos incidiria sobre outras estratégias de ação, sobretudo a multiplicação do número de agências institucionalizadoras dos interesses agrários no nível da sociedade civil, de modo a facilitar sua afirmação como grupos de pressão junto à sociedade política. A *Sociedade Nacional de Agricultura* (SNA) seria uma delas, e seu pioneirismo e representatividade justificam-na como objeto do próximo capítulo.

Capítulo 2

CONSERVAR, AMPLIANDO E AUMENTANDO

A Abolição e a República foram os marcos formais do coroamento de um processo de transformações estruturais por que passaram a economia e a sociedade brasileiras desde o último quartel do século XIX, que pode ser resumido, em sua essência, à transição do trabalho escravo para o trabalho livre. Longe dos "freios" inibidores representados pela escravidão e a excessiva centralização monárquica, a primitiva acumulação capitalista seria potencializada, criando-se condições objetivas para o aprofundamento da mencionada *vocação agrícola do país* e seu correlato, a posição subordinada do país no seio da divisão internacional do trabalho (Oliveira, 1975).

Com base na generalização de novas e múltiplas relações de trabalho no campo, ratificava-se a dependência da realização externa da acumulação brasileira, mais que nunca atada ao capital estrangeiro, quer pela dinâmica própria da diversificação dos complexos agroexportadores regionais que a integravam (Cano, 1977), quer pela imposição hegemônica a todos eles da lógica de funcionamento ditada pelo complexo cafeeiro paulista. Na virtualidade desse processo, entretanto, situar-se-iam, ambiguamente, a gênese e a expansão da industrialização brasileira, elemento novo que, decorrente da própria ampliação da divisão social do trabalho, inauguraria uma dinâmica acumulativa peculiar, posto que centrada na realização produtiva crescentemente interna.

Em torno dessa unidade na contradição, responsável tanto pela diferenciação de interesses no interior de cada complexo, quanto pelas formas de sua interarticulação, desenvolver-se-iam a economia

e a política brasileiras ao longo da Primeira República, marcadas pela concentração das atividades setoriais em áreas geográficas cada vez mais definidas e segmentadas. Agudizavam-se, assim, os conflitos inerentes à regionalização da estrutura de classes no país, bem como à relação simbiótico-contraditória estabelecida entre os segmentos *rural* e *urbano* da classe dominante, distintamente empenhados em atuar sobre as políticas públicas então produzidas.

Uma vez, entretanto, que a esse quadro geral viessem acrescentar-se outras circunstâncias como as progressivas perdas no mercado internacional para a maioria dos produtos da agro-exportação brasileira, à exceção do café (Singer, 1975), e ainda a fragmentação dos interesses dominantes no seio de cada complexo, o sistema de dominação nascido e consagrado com a República apresentaria sinais de fissuras tão prematuras quanto irreversíveis, traduzidas, conforme já visto, no aumento da tensão existente entre as próprias frações agrárias da classe dominante a disputarem entre si maior participação no abastecimento do mercado doméstico, assim como a inscrição de suas demandas específicas em nível do aparelho de Estado.

Analisar as formas e canais pelos quais os distintos grupos de interesse agrários se opunham ou aproximavam no período em foco, torna-se particularmente importante para a compreensão dos mecanismos de organização e reprodução do sistema de dominação vigente na República Velha, mormente ao privilegiar-se, como é o caso do presente capítulo, uma de suas manifestações mais evidentes, embora tão pouco tratada pela bibliografia especializada: a proliferação das associações de classe representativas das facções agrárias.

Isto porque, assume-se aqui a perspectiva de que essas agremiações, como expressões institucionalizadas de demandas e expectativas diversas, desempenhariam papel crucial na configuração do que denomino *Ruralismo*, entendido como a construção de *espaços de poder alternativos ao jogo político-partidário republicano*, ilustrando os mecanismos de inter-relação entre sociedade civil e sociedade política no Brasil[1].

[1] Discordando das versões convencionais que, via de regra, tratam do Ruralismo como mera ideologia referida a grupos agrários mencionados "tradicionais" e apegados a representações remetidas a saudosismos ou mitos de idade do ouro, o que aqui se propõe é a redefinição do conceito, passando Ruralismo a ser concebido também como um *movimento político* constituído ao longo da Primeira República e dotado de canais específicos de organização, expressão e difusão, consistindo numa das dimensões do próprio processo de construção da sociedade política no país, visando institucionalizar interesses agrários não hegemônicos junto aos aparelhos de Estado.

Para tanto, fugindo ao escopo regionalista de estudo do tema e buscando operacionalizar seu maior aprofundamento, optei pela eleição de um caso para análise, qual seja, a Sociedade Nacional de Agricultura — fundada no Rio de Janeiro em 1897 e até hoje existente — em virtude de três aspectos: *a)* o caráter efetivamente *nacional* de sua representatividade; *b)* o pioneirismo da iniciativa nos marcos cronológicos aqui delimitados (1888-1931) e *c)* sua real expressão política como órgão de classe capaz de interferir na dinâmica de funcionamento e construção do Estado republicano, configurando um dado padrão de institucionalização de interesses agrários no período, como se verificará a seguir.

A *politização* da economia brasileira

Tradicionalmente definido como um mero movimento no nível "das idéias", o *Ruralismo* costuma ser apresentado pela bibliografia especializada como a ideologia representativa de uma contra-reação dos grupos agrários à progressiva perda de seu poder e prestígio diante do avanço dos interesses urbano-industriais sendo, justamente por isso, geralmente associado a reacionarismo ou antiindustrialismo (Luz, 1975; Nagle, 1976; Vianna, 1976; Gomes, 1987; etc.). Discordando dessa interpretação, o que aqui se propõe é uma nova leitura do *Ruralismo*, enfatizando seu caráter de *movimento político organizado* das frações dominadas da classe dominante agrária no Brasil, em detrimento da dimensão tão-somente ideológica.

Nesse sentido, a proliferação de sociedades agrícolas ao longo do período merece especial atenção, quer pela procedência variada de seus quadros, quer pelo fato de que sob seu dogma genérico — a defesa da *vocação eminentemente agrícola do país* — se ocultavam articulações de interesses diferenciados, tanto regional, quanto nacionalmente. Isto porque, apesar de revivificada pela metamorfose operada nas relações de produção que lhe davam suporte, a economia agrária brasileira apresentaria sintomas de desequilíbrio interno marcantes entre a última década do século passado e a primeira do atual, já que a crise internacional dos preços agrícolas dava mostras de sua permanência, agravada pela adoção de práticas neomercantilistas por

parte das potências partícipes dessa *era dos Impérios* (Hobbsbawm, 1988, p. 79-85).

Dentro desse contexto, agravado pela consolidação da hegemonia dos grandes cafeicultores paulistas, seria aguçada a já notória competição inter e intra-oligárquica, sobretudo ao considerar-se que a reconversão do mercado externo para o mercado doméstico, consistindo na solução possível para aqueles segmentos ligados a complexos agrários marginalizados das grandes linhas do comércio exportador, aumentaria o clima de tensão latente, a eclodir, de forma explícita, somente nos anos vinte.

Tal conjuntura responderia pelo que Reis denomina de "politização da economia" no sistema oligárquico rural, referindo-se às soluções de autoridade pleiteadas pelos distintos grupos agrários como formas de proteção de seus interesses, sempre que ameaçados por crises (Reis, 1985, p. 194-217). Logo, a ratificação da *vocação eminentemente agrícola* do Brasil se faria acompanhar por disputas políticas evidentes, configurando a já mencionada *reação ruralista*, alicerçada no discurso e na prática da diversificação agrícola nacional, mormente por parte dos representantes de segmentos da classe dominante agrária vinculados a complexos econômicos regionais de dinamismo variável e diferentemente contemplados no bloco no poder. Por certo, a importância do controle de aparelhos de Estado por parte das assim chamadas *oligarquias bagageiras*, seria também objeto de intensas polêmicas.

A consecução desses objetivos pressupunha inúmeras estratégias de atuação, dentre as quais a multiplicação, no nível da sociedade civil, do número de agências institucionalizadoras dos interesses agrários, de onde emergiriam pressões efetivas em prol da inscrição de suas demandas junto a aparelhos de Estado, interferindo em sua configuração. A *Sociedade Nacional de Agricultura* (SNA) seria uma das primeiras delas e sua extrema imbricação com o Estado republicano viria a representar, como se verá adiante, o aparelhamento de grupos de proprietários não hegemônicos no período em foco.

A sociedade nacional de agricultura: uma controvérsia

As primeiras tentativas de organização da *classe agrícola*,teriam lugar ainda no ocaso do Império, intimamente correlacionadas ao fim da escravidão, mediante a criação dos *clubes da lavoura* na região

centro-sul, numa clara tentativa de controle sobre as mudanças em curso. Entre 1880 e 1884 ocorreriam dois surtos de fundação maciça dos referidos clubes, sendo o primeiro ligado ao centro-oeste paulista e o segundo, aos fazendeiros menos influentes das antigas zonas da agro-exportação cafeeira divergindo, ambos, quanto a seus objetivos. Ao passo que a onda associativa inicial iria pautar-se pelo tom político e a busca de alternativas à mão-de-obra escrava, a segunda combateria abertamente o abolicionismo, defendendo com veemência os direitos de propriedade por ele ameaçados (Pang, 1981, p. 295 e 338).

A despeito de suas diferenças, a expansão dos *clubes da lavoura*, de caráter municipal, representaria uma primeira tentativa de formalizar a natureza corporativa das reivindicações agrárias, podendo ser encarados sob dupla perspectiva. Na condição de organismos orientados pela crise, tentariam agregar demandas para fins políticos, revelando um afastamento das formas vigentes de organização de interesses da classe proprietária; ao mesmo tempo, uma vez que o Estado monárquico se recusava a admiti-los como foros políticos legítimos e aceitáveis, a eficácia de sua ação estaria comprometida, fazendo com que a maioria deles acabasse por confundir-se com as próprias Câmaras Municipais responsáveis, em muitos casos, pelo patrocínio de sua criação.

A institucionalização autônoma dos interesses agrários tardaria quase uma década para afirmar-se no seio da sociedade civil, disseminando-se após o turbulento período da consolidação republicana, quando do retorno do poder às mãos dos civis. Até aí e desde a Abolição,a defesa das causas de certos grupos de proprietários rurais far-se-ia por intermédio dos chamados *comícios agrícolas*, assembléias organizadas com a finalidade de difundir *in loco* — incluindo exposições volantes de inúmeros produtos/implementos agrícolas — estratégias de compensação para os supostos desajustamentos provocados pela supressão do braço escravo, tendo por pólo dispersor o Estado do Rio de Janeiro.

Dessa iniciativa resultaria um pequeno grupo de quarenta e sete indivíduos que, reunidos em maio de 1896, na sede da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, lançaria as bases de uma organização agrícola mais abrangente a cuja testa encontrava-se o idealizador dos *comícios*, o engenheiro politécnico Antônio Ennes de Sousa. O objetivo da instituição era o de tornar-se um centro mobilizador de forças e formador de opiniões, de modo a "*servir como ponto de apoio*

para todo e qualquer esforço em prol do melhoramento agrícola do nosso país", o que ganha maior relevância ao considerar-se as tendências industrializantes manifestas pelos líderes do novo regime até o episódio do Encilhamento, fazendo com que a entidade recém-criada enfatizasse a missão de "*congregar coletivos e individuais esforços para integrar o Brasil no conceito de país essencialmente agrícola*" (Poliano, 1942, p. 98).

O estatuto formal do grupo, aprovado em janeiro de 1897, instituía a Sociedade Nacional de Agricultura, tendo por modelo a instituição homônima criada na França, onde o movimento de *retour à la terre* inaugurado por Jules Méline gozava, à época, de considerável reconhecimento, sobretudo por traduzir-se numa reação extrema à depressão dos preços agrícolas pela via protecionista. Definida legalmente como uma sociedade civil, a SNA consistiria numa agremiação de "*lavradores e amigos da agricultura*", para "*o exame, o estudo e a colaboração para a solução dos problemas dos agricultores, dos pecuaristas e dos industriais de indústrias extrativas e correlatas, à exceção dos outorgados por lei às entidades sindicais,no que se refere à defesa e representação classistas*" (*A Lavoura*, 9 (2), 1905, p. 118).

Dentre seus fins específicos, discriminavam-se o fomento à criação de novas associações rurais, cooperativas e caixas de crédito; a fundação de campos de demonstração e escolas práticas de agricultura, bem como o aperfeiçoamento dos trabalhos agrícolas mediante a aplicação da ciência aos campos, bem ao sabor do espírito ilustrado dominante entre os membros da primeira geração republicana. Por certo não seria casualidade encontrarem-se dentre seus fundadores sobretudo engenheiros, cujo ponto de contato e união fora a Escola Politécnica do Rio de Janeiro, a cujos quadros tinham pertencido ou ainda se integravam[2]. A *ideologia do progresso* seria a bandeira desses que se auto-identificavam como *cruzados de uma nova era de regeneração agrícola do país*.

Manuseio das fontes à parte, torna-se importante remeter à contorvérsia existente na escassa historiografia referente ao tema. O primeiro aspecto a ressaltar é o fato de serem a formação e o papel das sociedades agrícolas bastante secundarizados, limitando-se al-

[2] O núcleo originário de fundadores da SNA, mesmo tendo adquirido sua formação em instituições diversas, encontrara-se na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, da qual quase todos eram docentes, partícipes e difusores, portanto, da ideologia do progresso predominante no seio da escola.

guns autores a mencionarem de passagem as principais realizações de instituições congêneres privilegiando, quando o fazem, a análise das sediadas em São Paulo, às quais parecem atribuir o *status* de únicas efetivamente eficazes como grupos de pressão na condução de políticas específicas em prol de seus associados, o que equivale a considerá-las como singularmente representativas, no que tange à penetração com suas bases (Love, 1980; Wirth, 1982; Levine, 1980).

Love, por exemplo, acentua de tal modo essa postura, que chega a afirmar, no tocante às associações paulistas, que "o grande tento desses plantadores foi realizado a nível federal, quando o Ministério da Agricultura, no limbo desde inícios da República, foi restabelecido" (Love, 1980, p. 224), conclusão esta que, em absoluto, se confirmou em meu teste dos dados empíricos. Em direção semelhante encaminham-se as conclusões de Reis que, detendo-se no estudo da paulista Sociedade Rural Brasileira, fundada em 1919, a define como "a única associação de interesses eficaz do período, face ao pragmatismo de suas reivindicações e a representatividade de seus quadros dirigentes" (Reis, 1979, p. 196) os quais, diga-se de passagem, achavam-se imbricados diretamente aos interesses da grande burguesia cafeeira.

A ausência sistemática de estudos a respeito do tema merece comentários adicionais, sobretudo por considerar-se aqui a análise das associações de classe de proprietários rurais no Brasil, um dado importante para a discussão da *politização da economia* brasileira tal como a entendo[3]. A lacuna talvez possa explicar-se pelo fato de tais agremiações não se terem generalizado, à época, como forma predominante de representação de interesses dos grupos envolvidos, cuja preferência por estratégias *oficiais* de ação, sobrepunha-se à vida associativa. Uma vez que a agregação e articulação de interesses entre frações da classe dominante rural tinha lugar tanto dentro do sistema de partido único regional, quanto diretamente com a administração pública — mediante as mais diversas práticas de clientelismo e personalismo político — a necessidade de trabalhos acerca das agremiações de classe no período parece ter ficado relegada a plano secundário, diminuindo-se as investigações acerca da pluralidade de

[3] Segundo meu entendimento, a "politização da economia" refere-se, mais do que ao aumento do grau de participação das agências estatais nesta esfera, a uma intensificação dos próprios conflitos de interesse econômico-corporativos, que assumem a forma de *disputa política*, no seio da sociedade civil.

canais por cujo intermédio as várias instâncias do poder político se articulavam e exerciam o que, de meu ponto de vista, pouco contribui para o avanço dos estudos acerca das relações entre classe dominante e Estado no Brasil.

A incontestável ascendência das oligarquias rurais sobre o processo histórico da transição brasileira em direção à sociedade urbano-industrial parece ter dado o tom às análises vigentes na própria historiografia contemporânea, resultando num leque de trabalhos que, enfatizando a semelhança, secundarizam a discordância. Tudo se apresenta como se, mantido o mercado de trabalho sob estreito controle e inexistindo oposições efetivamente organizadas por parte da sociedade civil, os *donos da terra* — categoria tomada como conjunto aparentemente uniforme e homogêneo — tenham limitado sua ação política às coalisões intra e interpartidárias e ao clientelismo burocrático, dando a impressão de que as associações de classe seriam, até certo ponto, produtos desse processo e não também seus protagonistas.

Certas obras chegam a referir-se a tais instituições muito mais como grupos de *status*, no sentido weberiano do termo, do que como foros de institucionalização de interesses com pretensões a concretizarem políticas substantivas divergentes entre si (Carone, 1972). A maior parte dos trabalhos consultados a respeito do período, de modo geral, limita-se a focalizar a problemática do relacionamento entre classe dominante/Estado com base em evidências préestabelecidas e generalizantes do tipo *Estado representante da burguesia cafeeira* ou *política dominada pelas oligarquias estaduais*, sem maiores cuidados para com a diferenciação das demandas de segmentos agrários de inserção setorial diversa nos vários complexos econômicos regionais. Nesse sentido, as reivindicações das que denomino frações dominadas da classe dominante rural brasileira são reduzidas à condição de pálidos reflexos da supremacia exercida pela grande burguesia paulista no Estado.

Sem discordâncias quanto ao óbvio, o que se pretende é salientar o quanto os conceitos de *dominação* e *hegemonia*, fundamentais a uma dada visão do Estado (Gramsci, 1988), ao pressuporem em sua gênese coerção e consenso, sugerem um processo altamente dinâmico de construção e exercício, cujos canais de expressão — no nível da sociedade civil e da sociedade política — não dirimem o conflito e a discordância, num jogo de pressões e contrapressões que não se limita, apenas, às relações entre as diversas classes, porém no bojo delas.

O estudo da SNA configura-se frutífero para a compreensão desse tipo de mecânica, na qual a reconstituição de reivindicações específicas e seus resultados torna-se instrumental para avançar o conhecimento acerca das *políticas de interesses* e do próprio processo de construção do Estado na Primeira República. Analisar tão minuciosamente quanto possível sua origem, grupos representados, formas de ação e atividades significa, do meu ponto de vista, a possibilidade de trabalhar com três processos simultâneos: a) o da formalização de canais extrapartidários de articulação dos segmentos agrários da classe dominante, sugerindo-se a existência de uma dimensão paralela ao mero jogo "oligárquico"; b) o da estruturação, via demandas e pressões oriundas da sociedade civil, de organismos especializados dentro do aparelho de Estado, com os quais tais segmentos pudessem relacionar-se, canalizando suas inquietações e ampliando seu poder e, finalmente c) o da afirmação de uma dada matriz discursiva identificada ao *Ruralismo*.

Isso posto, é importante acentuar que, no conjunto dos estudos acerca da temática da articulação privada de interesses agrários no Brasil do período, foi possível identificar apenas três dedicados à SNA, sendo um deles uma publicação oficial da instituição (Poliano, 1942; Gomes, 1987; Gomez, 1987). Além desses, dois outros merecem referência especial, pela discrepância de seus resultados quanto ao tema, muito embora tangenciem-no de forma periférica a seus reais objetos: as teses de Reis e Downes.

Ao passo que para a primeira autora a SNA não mereceria o qualificativo de agência "efetivamente representativa" dos interesses rurais, como já se viu, para o segundo, voltado ao estudo do movimento de diversificação da agricultura no Brasil da época, a Sociedade teria desempenhado papel crucial neste processo. O argumento sobre o qual Reis fundamenta sua conclusão, consiste na afirmativa de que a SNA seria

> "(...) controlada por aqueles cuja ocupação principal residia fora da agricultura. Seus líderes eram profissionais, em sua maioria, com formação técnico-científica. Parece, assim, óbvio que a SNA não atrairia os grandes proprietários, uma vez que seus principais objetivos eram promover a difusão da pequena propriedade, do bem-estar e da educação por entre os trabalhadores rurais" (Reis, 1979, p. 195).

Já para Downes, a instituição deve ser encarada sob prisma oposto, levando em conta a pesquisa empírica por ele iniciada quanto à origem e trajetória de seus presidentes no período, o que o conduz a concluir que:

> "A formação da SNA constituiu uma coalisão das elites regionais cujos objetivos eram ampliar o apoio federal para agricultura em geral e aliviar os efeitos das crises do café e do açúcar (...). A partir de seus propósitos iniciais, fica claro que esse grupo de pressão representava tanto os produtores de gêneros de primeira necessidade, quanto os setores tradicionalmente fortes cafeeiro e açucareiro" (Downes, 1986, p. 44-5).

Como se percebe, o espectro das avaliações acerca da SNA varia, desde um organismo criado por elementos de *classe média*, que nele viam um canal legítimo de participação e interferência numa república oligárquica de bases agrárias — posição sugerida por Reis —, até uma entidade agremiadora de interesses rurais oriundos dos setores menos dinâmicos da agricultura brasileira, em luta pela afirmação de suas demandas — posição firmada por Downes. Conquanto guardando algumas discordâncias com relação à hipótese deste último autor, construída para provar, um tanto obstinadamente, a diversificação agrícola do Brasil em virtude da presença norte-americana nos referidos segmentos, é dele, com certeza, que mais se aproximam os resultados obtidos em minha pesquisa.

Em realidade, nela avançou-se a confirmação de certos aspectos apenas sugeridos pelo autor já que, dentre os fins de sua análise, não se inclui uma questão para mim essencial, qual seja, a da SNA como **agência articuladora entre classe, política e ideologia**. Divergências à parte, entretanto, o caráter de representação classista da Sociedade revelou-se inequívoco a partir do teste empírico, perdendo sua consistência os argumentos que caracterizam as bases sociais da agremiação como constituídas, essencialmente, por profissionais liberais, desvinculados da atividade agrícola (Gomes, 1987, p. 8).

A SNA: bases sociais e representatividade

A principal estratégia utilizada na pesquisa consistiu na coleta, tão exaustiva quanto possível, das informações disponíveis acerca do perfil e/ou trajetória dos quadros dirigentes da associação, aí se incluindo não apenas sua galeria de presidentes ao longo do período estudado,

como também os integrantes de suas principais Diretorias: a Geral, a Técnica e o Conselho Superior [4], conforme disposto nos Quadros I, II e III (em anexo) que subsidiam a análise aqui desenvolvida.

Um simples olhar ao conjunto de atores que ocupou a presidência da SNA entre 1897-1930 e sua trajetória (Cf.Quadro I), atesta a efetividade da instituição como instância formalizadora das demandas de grupos agrários tão diversos quanto compatíveis. A extração setorial e regional variada dos representantes da classe proprietária que nela se faziam presentes, indica que parte considerável desses titulares tinha em comum entre si o fato de não se vincularem ao complexo cafeeiro paulista. Vale notar ainda que, dos nove presidentes listados, quatro originavam-se dos complexos do Norte/Nordeste, três do Sul (incluindo dois gaúchos) e dois do Rio de Janeiro, sendo todos, em sua maioria, **proprietários** ligados a atividades agrícolas tão distintas quanto a cafeicultura fluminense (Silvio Rangel e Moura Brasil), a rizicultura e pecuária (Ildefonso Simões Lopes), a cotonicultura (Geminiano Lira Castro), a agro-indústria açucareira (Miguel Calmon) ou mesmo a fruticultura (Wenceslão Belo), dentre outras.

A julgar por tal amostra, a SNA, definitivamente, não pode ser pensada fora dos termos de uma organização empresarial rural, articuladora de interesses agrários vinculados ao eixo Norte-Nordeste-Sul do país, uma vez que a formação intelectual de suas lideranças não deve ser tomada como evidência preponderante à sua condição de classe propriamente dita, sob pena de graves distorções analíticas. Verifica-se, ao mesmo tempo, que os agentes egressos das facções oligárquicas mais privilegiadas pela política dos governadores — paulistas e mineiros — não ocuparam o cargo máximo de condução da agência em nenhum momento, senão interinamente. Ao mesmo tempo, a ativa participação de elementos como o maranhense Ennes de Sousa, o fluminense Antonino Fialho ou o gaúcho Wenceslão Belo

[4] A cúpula administrativa da SNA era composta pela presidência e por três órgãos com atribuições distintas entre si: a Diretoria Geral, a Técnica e o Conselho Superior. A primeira, integrada por dez elementos, encarregava-se das funções administrativas da associação, enquanto à segunda (dez elementos) e ao terceiro (quarenta integrantes), cabiam opinar e atuar em prol das grandes causas de que a Sociedade se fazia porta-voz. Vale ressaltar que a Diretoria Técnica subdividia-se em 13 seções altamente especializadas, a cargo de agentes qualificados para cada uma delas (como por exemplo, as Seções de plantas e sementes; de Zootecnia; sindicatos e cooperativas, etc.).

nos primeiros anos da Sociedade, pode ser interpretada como a clara manifestação do quanto sua fundação resultara do esforço daqueles que, desfavorecidos pela exportação, militavam em prol da diversificação agrícola em esferas paralelas à político-partidária.

Vale ainda ressaltar que boa parte dos presidentes da instituição seis entre nove deles — trazia em sua bagagem uma carreira política considerável no âmbito de seus estados, tendo sido porta-vozes de suas bases locais no Congresso Nacional, o que os referenda ainda mais como efetivos representantes dos grupos agrários aos quais vinculavam-se. Por esse prisma, a SNA pode, por extensão, ser percebida como foro legítimo da institucionalização de demandas de frações da classe proprietária com abrangência **nacional**, ao contrário de associações congêneres que se arvoravam de tal qualificativo por razões de ordem puramente ideológica, como parece ter sido o caso da Sociedade Rural Brasileira, organização eminentemente paulista, fundada no decurso da Primeira Guerra Mundial, como instrumento de defesa dos interesses cafeeiros, cotonicultores e pecuaristas, de porte estritamente regional.

Do exposto depreende-se que a SNA, para além da maior abrangência social e geográfica de sua representação, insinuava-se como instância organizativa de certas frações da classe proprietária cujos interesses achavam-se mais diretamente imbricados à produção agrícola propriamente dita e menos vinculados, portanto, à burguesia mercantil internacional, de igual maneira ao que ocorria com certos grupos de cafeicultores paulistas, agremiados em torno a novos *clubes da lavoura*, por oposição à grande burguesia cafeeira (Saes, 1986; Vilardo, 1976).

A natureza classista da associação ratifica-se, ainda, com base na visualização dos Quadros II e III. Da observação conjunta dos integrantes das Diretorias Geral e Técnica selecionados à guisa de amostra, infere-se tanto a nítida preponderância de proprietários fluminenses em sua composição, quanto a ausência de alguma flagrante articulação com interesses paulistas que, se não totalmente inexistentes (como o atesta a presença de Augusto Ramos, porém ligado ao plano de defesa da produção açucareira de 1911), não chegaram a impor-se na condução da entidade. O caráter de agremiação estruturadora das demandas de grupos secundários, ligados a atividades agrárias voltadas para o mercado interno, patenteia-se nessa amostra em que, para além da liderança fluminense, se salientaria a participação de nordestinos, gaúchos e até catarinenses.

Dos citados Quadros pode-se também inferir o grau de rotatividade dos mesmos agentes no preenchimento de cargos em ambas as Diretorias, o que não apenas pretendia assegurar o continuísmo dos interesses representados dentro de uma mesma instância, como também entre elas, por meio do acúmulo de atribuições por parte de um só membro, como nos casos de Silvio Rangel ou Domingos Sérgio de Carvalho que desempenharam, simultaneamente, entre 1900 e 1910, as funções de vice-presidente e secretário geral da Sociedade, além de titulares, respectivamente, das seções de Zootecnia e Defesa Agrícola na Diretoria Técnica.

A análise do Quadro II, sobretudo, é particularmente interessante, por constituir-se numa antecipação sumária do tipo de atuação e demandas articuladas pela agência. As seções da Diretoria Técnica, redefinidas e ampliadas em 1915, patenteiam as preocupações da entidade. Do fomento à pecuária — tendo sob seu encargo uma *fazenda-modelo* cedida pela União — à divulgação dos resultados de experimentos técnicos, era a diversificação agrícola a síntese dos objetivos a serem atingidos. O caráter doutrinário e propagandístico da SNA já transparece a partir da sua própria estruturação interna.

Para além desses aspectos, cabe também apontar para o que parece ter-se constituído numa espécie de *perfil de carreira* interno à instituição. A ativa participação em seus quadros ao longo do tempo — numa ou noutra das diretorias recortadas pela amostra — indica um critério possível para a escolha anual dos presidentes da agremiação embora, evidentemente, não fosse o único: o prestígio e a posição de seus integrantes na sociedade civil e, sobretudo, na sociedade política, deve ter tido igual peso nessa indicação. Significativamente, a maior concentração de **sócios deputados** verifica-se na Diretoria Geral — e não na Diretoria Técnica — o que faz supor ter sido a *competência* o critério predominante no preenchimento dos cargos desta última, ao passo que a primeira, por seu caráter executivo, compor-se-ia com base no *prestígio político* de seus integrantes, transferindo-se atributos dos indivíduos para a instituição, em busca de eficácia e legitimidade.

Demandas e modalidades de atuação

Organização de empresários rurais de complexos econômicos menos favorecidos pelas conjunturas mundial/nacional ou pelas políticas públicas de âmbito geral/específico, a SNA se estruturaria em

torno de algumas **demandas** e **estratégias** de ação coerentes com a finalidade de garantir aos grupos nela representados maior capacidade de organização e poder político. Assim, cinco bandeiras se ressaltariam dentre as consideradas capazes de promover a *regeneração da agricultura nacional*: *a)* a diversificação produtiva; *b)* o associativismo; *c)* a criação de uma agência do aparelho de Estado permeável a suas petições e inquietudes; *d)* a modernização agrícola pela difusão do ensino técnico e da mecanização e, finalmente, *e)* a multiplicação da pequena propriedade como estratégia de fixação da mão-de-obra no campo. O substrato comum a todas elas residia numa dada explicação para o mencionado *atraso* do país, bem como na identificação de seus interesses particulares com os de toda a agricultura[5].

Para atingir tais objetivos, a Sociedade desempenharia quatro papéis: *a)* o de instância organizativa dos proprietários rurais de menor peso; *b)* o de agência de propaganda e formação de opinião no seio da classe dominante; *c)* o de órgão de consulta e prestação de serviços aos associados e, finalmente, *d)* o de instrumento de pressão política junto aos poderes constituídos.

Os Congressos como foros de formação do consenso

A prática da organização de congressos e exposições que trouxessem a público seus pontos de vista e posição consistiria numa estratégia das mais usadas pela SNA, de modo a afirmar-se como grupo de pressão e formadora de opiniões no bojo da classe proprietária. Uma vez que se sucedessem conjunturas menos favoráveis a certo(s) produto(s) ou complexo(s), a Sociedade patrocinava um encontro de ampla abrangência setorial/geográfica, de modo a produzir o consenso quanto aos interesses envolvidos, transformando-o em instrumento de pressão no aparelho de Estado[6].

[5] No primeiro caso, justifica-se o *atraso* valendo-se do ambíguo papel desempenhado pela escravidão/abolição nas distintas áreas da produção rural brasileira, ao passo que no segundo, trata-se de um artifício discursivo instrumental à disputa movida, nos campos político e ideológico, por grupos agrários de peso desigual na sociedade política, em busca da afirmação de espaços adicionais de seu poder e prestígio.

[6] Em inúmeros momentos a ação estatal, sobretudo a veiculada pelo MAIC, seria uma resposta às demandas resultantes de tais eventos, como por exemplo, a criação do Comitê da Produção Nacional, imediatamente após a realização da Primeira Conferência Nacional de Cereais de 1917.

Em várias ocasiões tal intenção explicitava-se já ao longo da preparação dos eventos, quando do estabelecimento de seus temários e elenco de mesas debatedoras, numa tentativa de disciplinar o que e como discutir, de modo a configurar o uno com base no diverso. A direção na qual o conjunto dessas iniciativas apontava, entretanto, parece inequívoca: promover a diversificação da agricultura, pela via da abertura de novos mercados para novos produtos, além de elevar ao máximo a produção (Cf. Quadro IV em anexo).

A breve apreciação do conjunto de trinta e um eventos nacionais por ela promovidos entre 1897 e 1930 atesta a afirmativa, posto que vinte e dois deles (71%), dedicaram-se à pecuária e à produção cerealífera. A já referida *politização da economia* fica patente, por exemplo, diante do número de congressos dedicados à cultura algodoeira e às atividades pastoris, sabidamente atividades cujos diversos segmentos regionais disputariam acirradamente o mercado interno no pós-guerra.

Ao mesmo tempo, a despeito de seu discurso flagrantemente antiurbanista, evidenciam-se também as preocupações até certo ponto industrializantes da SNA quando, ao longo da década de 1920, faria multiplicar os eventos destinados a temas específicos como o do beneficiamento industrial de derivados do leite, carne, grãos e oleaginosos. A afirmação da indústria como mercado para a colocação dos produtos agrícolas dentro das próprias fronteiras do país era realidade inquestionável, à qual curvavam-se até mesmo os postulados de inspiração *fisiocrática*, capazes de aceitar aquela enquanto natural[7].

Seria, no entanto, o *Primeiro Congresso Nacional de Agricultura*, realizado no Rio de Janeiro em 1901 por iniciativa da agremiação, o marco efetivo na afirmação de seu poder de pressão política. Suas conclusões, em número de noventa e seis, vieram a tornar-se o efetivo programa de ação da Sociedade, passando a serem elas consideradas pelos associados como *o Evangelho das novas gerações de agricultores* (SNA, 1908, p. 5). Verifica-se, ainda, que as recomendações do evento configurariam os parâmetros estruturantes do próprio debate ruralista na Primeira República, definindo o elenco de questões discutidas pelos defensores da *vocação eminentemente agrícola* do país, cujos

[7] A esse respeito vale recordar que parte expressiva do gado de corte gaúcho era consumida, até 1917, pelo parque industrial de frigorificação paulista, assim como a indústria têxtil do centro-sul iria tornar-se alvo das disputas entre cotonicultores do Norte/Nordeste e São Paulo.

diagnósticos e terapêuticas permaneceriam inalterados ao longo de todo o período.

Reunindo cerca de cem participantes provenientes de quase todos os estados do país, o Congresso seria o primeiro foro nacional de discussão do *problema agrícola* desde a Abolição, tendo por objetos centrais questões como a formação e controle do mercado de trabalho — fugindo sempre das soluções imigrantistas; o fim dos intermediários na comercialização das safras agrícolas ou ainda o restabelecimento de um Ministério técnico para o *trato das coisas agrícolas* (SNA, 1907, p. 225-6). Todas essas reivindicações, entretanto, somente eram tidas por viáveis com base na mais expressiva recomendação do encontro — o associativismo — uma vez que

> *"A missão dos agricultores é agremiarem-se (...). Felizmente — e o digo em homenagem à classe a que pertenço — a idéia da formação de sindicatos agrícolas foi a idéia mater no seio do Congresso (...). Os agricultores estão convencidos de que são* uma força *no país e para essa força não continuar a perder-se, resolvemos* organizá-la" (SNA, 1908, p. 7-8, grifos do autor).

Ambígua emissão, ambígua mensagem: agremiar a *classe agrícola* tanto poderia significar a intenção de organização política por parte dos segmentos que se visualizavam à margem do epicentro do poder, quanto poderia traduzir o desejo de certos grupos economicamente menos solventes de libertarem-se da tutela — e das dívidas — sobre eles exercida pela intermediação comercial e financeira, como aliás o indica uma das mais acaloradas discussões travadas durante o Congresso, envolvendo os poucos representantes paulistas então presentes[8]. Quanto a este ponto, aliás, percebe-se que a posição da SNA ia ao encontro, até mesmo, dos interesses de certos segmentos de cafeicultores paulistas, aqueles vinculados com exclusividade à produção do gênero, igualmente empenhados em eliminar o jogo especulativo da grande burguesia cafeeira e seus associados, de modo a abrir maior espaço para a acumulação interna (Saes, 1986, p. 283-4).

Por tudo isso, as críticas ao grande capital mercantil, mormente da parte de fazendeiros em vias de desespecialização, afirmou-se como uma das metas da Sociedade, ao defender obstinadamente os *sindicatos agrícolas* como estratégia de controle da comercialização por parte dos próprios produtores.

[8] A citada polêmica envolveu o grupo de proa da SNA com os dois únicos representantes da grande burguesia paulista presentes ao evento: os cafeicultores e grandes comerciantes Franklin Dutra e Leôncio de Carvalho, obviamente coniventes com os interesses do capital mercantil.

O Movimento Associativo.

Para atingir sua meta a SNA promoveria, em 1902, um *lobby* junto à Câmara dos Deputados pelo restabelecimento da Comissão de Agricultura da Casa a qual, uma vez reinstalada, aprovaria projeto de lei regulamentando a organização de sindicatos e cooperativas agrícolas no país (Decreto n.º797 de 6/1/1903). Pela capacidade que lhes era legalmente conferida de adquirir bens diretamente, sem as elevadas comissões dos intermediários, patenteava-se sua importância para os segmentos propositores, bem como o antagonismo despertado por tal vitória nos círculos ligados ao grande capital mercantil[9].

Sob tal incentivo, a Sociedade mobilizaria expressivo esforço em prol da multiplicação de *sociedades filiais* sob sua liderança, às quais se dirigiria em suas mensagens e comunicados, facilitando em muito seu trabalho de agência organizadora de classe, prestadora de serviços e formadora de opiniões.

Mesmo confins tão distantes e modestos como o vilarejo de São Felipe (BA) seriam atingidos pela agremiação, sem falar nas capitais de estados como Rio Grande do Sul, Pernambuco, Santa Catarina ou Maranhão, onde as associações rurais propagar-se-iam em escala considerável (*A Lavoura*, 9(7), 1905, p. 154-6).

Sob a tutela da SNA o movimento associativo de proprietários rurais tornava-se fenômeno de abrangência nacional, espalhando-se por todas as unidades da federação: ao passo que em 1899, sete dos vinte e um estados brasileiros não acusavam a presença de sociedades agrícolas ou congêneres, em 1908, todos eles o fariam, passando o total nacional de oitenta e um para cento e oitenta e oito, com ênfase para o crescimento do número de agremiações fundadas no eixo Norte/Nordeste (sobretudo Pernambuco) e Sul (basicamente Rio Grande do Sul) (Cf. Quadro V, em anexo).

[9] A reação da grande burguesia mercantil pode ser aquilatada pela divulgação do opúsculo de autoria de Simpósio Lara Fernandes — advogado da Sociedade Paulista de Agricultura — intitulado *Sindicatos Agrícolas* e publicado em 1906 pela Secretaria de Agricultura daquele estado. Verdadeiro libelo contra a organização de sindicatos de produtores rurais, a obra seria distribuída por todos os associados daquela agremiação, à cuja testa, aliás, encontrava-se o grupo aparelhado na mencionada Secretaria.

O número de instituições registrado para São Paulo, curiosamente, decresceria no período abrangido pelo Quadro V, o que pode ser explicado pelo fato de se terem constituído, na verdade — e em sua maioria — em bancos de custeio rural e não associações de classe propriamente ditas, voltadas com exclusividade para os interesses cafeeiros e não de proprietários ligados a outro ramo de produção (LOVE, 1980, p. 215-8). Talvez devido a este último aspecto, alguns autores concluam, um tanto genérica e apressadamente, pela existência de **um só padrão de organização** dos interesses de grupos agrários na Primeira República, caracterizado pelo fato de que "a totalidade delas [as associações] visava a defesa política do café (...). Na República Velha, as organizações de proprietários agrícolas só se davam em torno **de um só produto**" (Moraes, 1987, p. 21, grifos SRM), fato com o qual, obviamente, não me é possível concordar.

O grau de adesão à campanha associativista pode também ser aquilatado pela relativa rapidez na ampliação do número de associados da *entidade-mãe*: 5.200 em 1908, acrescidos de mais 2.000 no ano seguinte, além de novos 4.000 em 1911 (*A Lavoura*, 1908, 1909, 1912). Ao longo da Primeira República a SNA, originariamente uma agremiação de cúpula, passaria a contar, de fato, com uma estrutura regional considerável, capaz de respaldar aspirações que viriam a concretizar-se em 1928, mediante a fundação da Confederação Rural Brasileira (CRB), à qual incorporaria suas próprias diretorias e órgãos de propaganda.

Significativamente ampliada no pós-30, a CRB daria suporte à verticalizada Confederação Nacional de Agricultura, antecipando o corporativismo característico da nova quadra histórica do país. Segundo palavras de Torres Filho, representante da SNA na Confederação,

> *"Tem agora o Brasil, a serviço de sua expansão econômica, o aparelho que havia mister, representado pela* fusão e disciplina *das inúmeras energias que se dedicam ao desenvolvimento das indústrias agrícolas (...). No estado atual da civilização dos povos,* produzir é ter organização" (*A Lavoura*, 33(1), 1929, p. 23, grifos SRM).

Documentação externa à entidade também comunga de igual visão da SNA como uma associação de classe articuladora de segmentos agrários politicamente menos beneficiados no período, enfatizando a lista de adesões à nova entidade recém-criada, da qual esteve ausente qualquer associação paulista, predominando aquelas sediadas em Minas, Rio Grande do Sul e Nordeste em geral (*O Paiz*, 7/10/1928, p. 28).

O renovado poder de pressão das associações agrícolas orquestradas pela SNA seria também responsável pela campanha de estruturação, dentro do aparelho de Estado, de um órgão especializado com o qual pudesse relacionar-se e no qual inscrevesse os interesses por ela representados. A recriação do Ministério da Agricultura,Indústria e Comércio (MAIC), extinto em 1892 em decorrência da descentralização republicana, configuraria mais uma de suas metas-chave[10]. Iniciada em 1901 — quando do Primeiro Congresso Nacional de Agricultura — e consubstanciada, na prática, em 1906 — com o decreto de criação da Pasta — toda essa campanha torna-se mais uma evidência da capacidade de penetração da SNA na sociedade política, tendo sido decisivo em seu transcurso o trabalho de dois de seus "sócios-deputados" — os usineiros Ignácio Tosta (Bahia) e Christino Cruz (Maranhão) — no nível da Câmara dos Deputados (SNA, 1906).

O grau de integração entre a SNA e o MAIC ao longo de todo o período seria flagrante, afirmando-se a agremiação como intermediadora entre sociedade civil e sociedade política, como bem o ilustram não somente as iniciativas conjuntas por ambos promovidas mas, sobretudo, o fato de tornar-se a Pasta o *locus* de aparelhamento dos segmentos representados pela Sociedade no nível da nova agência do poder público. Significativamente, todos os onze titulares do Ministério ao longo do período, pertenceriam aos quadros da SNA, tendo sido os três últimos ministros, igualmente presidentes da agremiação. A análise dos quadros de primeiro escalão do Ministério revelou, além disso, como se verificará na última parte do trabalho, que dentre os ocupantes das dezenove diretorias da Pasta nos anos de 1912, 1921 e 1927, 60% eram simultaneamente sócios ou diretores da SNA.

Diante do prestígio e capacidade de mobilização da SNA, o Ministério tenderia a constituir-se em instância receptora e articuladora dos interesses de frações dominadas da classe dominante rural brasi-

[10] Extinta em 1892 para evitar conflitos com as administrações estaduais — dotadas, com a Repúbica, da responsabilidade de gerir as terras devolutas e os impostos sobre a produção agrícola — a Pasta da Agricultura teve suas prerrogativas parcialmente absorvidas pelo Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, em cujo seio situava-se na condição de simples diretoria.

leira ao longo da Primeira República, harmonizando-os e implementando-os sempre que possível. O reconhecimento formal do estatuto de interlocutor legítimo conferido à Sociedade pelo MAIC — diversamente do ocorrido com os *clubes da lavoura* imperiais — se traduziria na infinidade de comissões ministeriais a que ela seria instada a participar, bem como na atribuição de vagas a serem por ela preenchidas nos Conselhos criados no âmbito da Pasta ao longo da década de 1920[11].

Prestação de Serviços e Propaganda

A defesa das bandeiras de luta da SNA pressupunha o estabelecimento de um conjunto de procedimentos que desse conta de seus fins pragmáticos — "doutrinário-pedagógicos" — e políticos fazendo com que, desde sua fundação, ela se definisse como um pólo dispersor de esforços em prol do aprimoramento da agricultura brasileira. Se de seu diagnóstico acerca do *problema agrícola nacional* fazia parte a crítica aberta à monocultura e ao *empirismo rotineiro* dos agricultores em geral, arvorava-se a Sociedade a função de instância legítima de orientação da classe, uma vez que

> *"A agricultura não é mais um ofício para ser exercido por homens incultos, sem preparo, sem as luzes da ciência, deixando o agricultor de ser, nos tempos modernos, um simples operário rural a trabalhar para a coletividade sem certos preparativos sociais e sem o direito de influir positivamente na direção dos negócios públicos"* (*A Lavoura*, 10 (2), fev., p. 15).

No intuito de reverter semelhante situação, vários seriam os serviços prestados a seus associados, dentre os quais ressaltam-se, desde a distribuição, gratuita ou a preço de custo, de sementes e mudas das espécies que se julgava necessário divulgar (sobretudo de cereais e forragens), passando pelo fornecimento de publicações técnicas, estrangeiras sobretudo, acerca dos mais variados temas ligados à chamada *agricultura científica*, até a realização de conferências semanais na capital da República, sem falar na organização de comissões volantes, destinadas a percorrer municípios por todo o país, de modo

[11] Para além das comissões organizadoras de eventos patrocinados pelo Ministério, citamos o Comitê da Produção Nacional (1917), a Missão para a Amazônia (1924) ou ainda, o Conselho Superior do Comércio e Indústria e o Conselho Superior do Trabalho.

a orientar e esclarecer acerca dos procedimentos agrícolas tidos por capazes de promoverem a ação diversificadora[12].

Situando-se como uma prova da pertinência da agricultura brasileira à "era da modernidade", todo esse conjunto de expedientes por certo não levava em conta sua adequação às condições específicas das áreas ou setores aos quais destinavam-se, mais funcionando como uma espécie de efeito-demonstração de um paradigma de progresso às vésperas de seu devir. De sua difusão julgava a Sociedade depender a construção de um idealizado *moderno agricultor* brasileiro. Para tanto, ela mantinha, igualmente, um serviço de atendimento a consultas dos associados, por cujo intermédio respondia a dúvidas diversas, mas cuja incidência recaia sobre dois temas-chave: procedimentos técnicos aplicados a cultivos e associativismo. Em suas orientações, a SNA encarregava-se de fazer a propaganda de suas idéias-força, particularmente a necessidade do ensino agrícola. Atendendo às indagações de um fazendeiro de Morrinhos (Goiás), por exemplo, versando sobre a baixa lucratividade de sua fazenda, manifestou-se a entidade sob o sugestivo título *"O que é um agricultor progressista"*:

> *"As condições do mundo estão mudadas e a concorrência é tão grande, que o agricultor não pode mais sentar-se de mãos dadas imaginando que tudo lhe ocorrerá bem. Não, tal como o negociante, ele deve estudar a fundo sua profissão e, sobretudo, aplicar um esclarecido espírito para garantir o bom êxito"* (*A Lavoura*, 31(6), jun., 1927, p. 496).

Como se percebe, a essência de seu aconselhamento, neste e em outros casos, residia no convencimento sobre a necessidade do estudo e da implementação de tecnologia agrícola, incluindo o recurso aos resultados obtidos pelas estações experimentais já existentes e a existirem no território nacional. A eficácia da SNA como instrumento de organização empresário-rural pode ser, mais uma vez inferida, do progressivo crescimento de seu quadro de associados: dos 4.000 sócios registrados em 1911, atingiria-se a marca dos 8.000 em 1929, para além do próprio reconhecimento que lhe seria conferido pelo Governo Federal ao declará-la, em 1918, *entidade de utilidade pública* (*A Lavoura*, 34 (10), out., 1929, p. 649).

[12] A SNA enviaria comissões a localidades tão díspares quanto Teresópolis, Porto Alegre ou Fortaleza, com o fito de instruir produtores tão distintos quanto os de vinha, cana ou algodão.

Toda essa tarefa seria inconcebível, entretanto, sem a menção de seu principal órgão difusor: *A Lavoura*, boletim mensal da instituição, publicado desde o primeiro momento de sua fundação. Sofisticada ao longo do tempo, a revista destinava-se a vulgarizar as posições e fins da entidade, não apenas por intermédio de artigos e editoriais, mas também pelo acréscimo de novas seções informativas, cada vez mais técnicas. Buscava-se propiciar aos leitores o máximo possível de informações práticas, tidas como necessárias ao desempenho cotidiano de suas atividades, incluindo desde aquelas relativas à construção de uma nova mentalidade racional, até as que difundissem os feitos da instituição e demais congêneres espalhadas pelo país.

A redação de suas matérias, a cargo dos integrantes das diversas seções da Diretoria Técnica, contava com amplo quadro de colaboradores, via de regra figuras de notória legitimidade nos círculos agrários, incluindo tanto estudiosos nacionais, quanto especialistas estrangeiros sediados nos mais renomados centros de pesquisa agrícola do país[13]. Outro aspecto importante explicitado pela pesquisa na fonte consistiu na verificação do aumento da participação dos agrônomos no elenco dos autores de artigos do periódico, o que se revela de todo coerente com o discurso e aspirações da entidade, voltados para a elevação do ensino agronômico à condição de fator essencial ao aprimoramento da produção agrícola do país[14].

Os contornos do discurso veiculado pela SNA são ratificados pela própria distribuição das matérias privilegiadas em *A Lavoura*, como é possível verificar no Quadro VI, em anexo, construído com base em uma amostra integrada por cerca de quinhentos artigos monográficos publicados pelo órgão entre 1900 e 1930. Sua classificação incidiu sobre treze temas-chave e o resultado parece ser altamente sintomático: a Sociedade, por meio de sua revista, demonstra ter articulado, de fato, os interesses de três setores básicos: o da produção de gêneros

[13] Dentre esses colaboradores de renome internacional pode-se ressaltar os agrônomos norte-americanos Benjamim Hunnicut, Clayton Smith e Edward Green, respectivamente, diretor da Escola Agrícola de Lavras(MG), diretor da Escola Agrícola Luiz de Queiroz (Piracicaba, SP) e diretor da Seção de Biologia Vegetal do MAIC.

[14] Esse aumento patenteia-se nas publicações da década de 1920, que ressaltam a formação profissional dos autores das matérias. Fidélis Reis, Cornélio de Lima, William Wilson Coelho de Souza, Francisco Dias Martins e Gustavo D'Utra foram alguns dos nomes mais renomados na produção de textos técnicos entre 1920-25 e com eles também se deparará seja no debate ruralista, seja no interior do próprio MAIC.

(24,4% do total de artigos), o pecuarista (15%) e o algodoeiro (6,5%), prefigurando a aliança Sul/Nordeste, cujo fulcro assomaria ao cenário político nacional no decorrer dos anos 1920.

Também as matérias de conteúdo eminentemente técnico merecem ênfase, posto que, além de sua elevada participação percentual no conjunto (21,3%), remetem, em sua maioria, à discussão do aprimoramento da produção diversificada de alimentos, particularmente gêneros e cereais. Conforme se depreende do Quadro VI as duas temáticas de maior freqüência na revista relacionam-se àquilo que se tentava imputar como *novos caminhos* para a economia agrícola brasileira: a diversificação produtiva e sua tecnificação.

Consoante a tais propósitos, *A Lavoura* concedia bem pouco espaço aos tradicionais cultivos de exportação, especialmente o café (apenas 4% do total de artigos pesquisados), ratificando-se sua preocupação com o fortalecimento das atividades que pudessem vir a constituir-se em alternativas de reprodução ou crescimento econômico para segmentos agrários de complexos menos dinâmicos do país. Por seu intermédio construía-se tanto um certo consenso em torno de que setores ou atividades deveriam merecer apoio e/ou amparo oficial, quanto uma imagem de agricultor moderno cujos principais atributos — a aplicação da técnica e da ciência aos campos — configurariam a identidade de um grupo, independentemente da extração regional de seus portadores.

Ainda com relação ao Quadro VI, outro elemento relevante merece ser frisado, referindo-se ao montante dos artigos destinados ao cooperativismo (4,8%) e à educação agrícola (4,2%). Por intermédio de sua propaganda a SNA procuraria atingir como público-alvo não apenas os grandes proprietários, mas também os médios e pequenos produtores, vinculados à chamada *lavoura branca*.

O incentivo à formação de cooperativas, por seu turno, era pensado como forma de tornar viável a mencionada modernização da agricultura mediante a organização daqueles com menores condições econômicas para adotar os instrumentos da mecanização produtiva. Por certo isto não significa, como o supõe Reis, que a Sociedade "não atrairia grandes proprietários" por defender o policultivo, posto que seu fim último, tão modernizante quanto conservador — vide seu lema "*Conservar, ampliando e aumentando*" — aplicava-se à defesa dos interesses da grande propriedade, à qual deveriam subordinar-se todos os instrumentos do idealizado progresso.

Desde a discussão acerca da mão-de-obra até a difusão da tecnologia agrícola, passando pela análise das lideranças da associação, vê-se o quão é infundado encará-la como instituição "voltada para a defesa da pequena propriedade, do bem-estar e da educação dos trabalhadores rurais" (Reis, 1979), não somente porque o projeto de educação agrícola por ela defendido não visava qualificar o trabalhador do campo, dizendo respeito preferencialmente à afirmação do profissional em agronomia, como também porque a fragmentação da propriedade, nos moldes aí propostos, voltava-se para a "*necessidade de criação de "verdadeiras colonias" que não essas de hoje, "as paulistas", onde o regime do trabalho direto está em desacordo com as condições econômicas da lavoura*" (SNA, 1903, p.26, grifos do autor). A questão, como se percebe, longe de passar pela contraposição de regimes de propriedade diversos, referia-se a antagonismos políticos entre frações da classe proprietária de peso distinto.

A Lavoura, órgão da Sociedade Nacional de Agricultura, encarregar-se-ia de divulgar todas essas posições por suas bases, formando opiniões e supondo torná-las em *verdades iniludíveis*. Difundia-se, por seu intermédio, não somente o consenso em torno a que setores ou atividades deveriam merecer o beneplácito da ação pública, como também a já mencionada imagem de *agricultor progressista*. Unidade e contradição reproduziam-se igualmente no espaço do simbólico, veiculadas por essa agência de propagação ideológica: o acesso a informações técnicas, ainda que dirigido à instrumentalização de segmentos de proprietários politicamente menos aquinhoados, acabava por tornar-se o denominador comum a toda classe proprietária, deslocando-se o conflito social para o âmbito que contrapunha agricultores modernos *x* agricultores arcaicos.

Sob tal ótica não se deve estranhar que, ao mesmo tempo que mobilizasse suas bases para reivindicar a extensão de privilégios a inúmeros outros segmentos agrários que não a grande burguesia cafeeira de São Paulo, a SNA elegesse, por meio de sua revista, o caso paulista como protótipo da modernização agrícola a ser por todos imitado [15]. Fonte importante para o estudo do paradigma de desenvolvimento das forças produtivas que se pretendia para a agricultura

[15] O artigo denominado "São Paulo: um exemplo", referido aos esforços diversificadores e modernizadores do Secretário estadual de agricultura Carlos Botelho é um dos indicativos do que se afirma. *A Lavoura*, 8(11), nov., 1904, p. 438. Como esta, várias são as matérias do periódico que recomendam o "modelo" paulista.

brasileira à época, *A Lavoura* seria simultaneamente difusora e ratificadora de uma dada concepção do campo que viria a cristalizar-se no imaginário sócio-político brasileiro: a que o representa como espaço do atraso, da rotina e da apatia (Cf. Capítulo 3). A seu combate deveriam aplicar-se as ditas forças vivas da nação — os proprietários de terra — de modo a reabilitar a *vocação eminentemente agrícola do país*, dando sentido ao Ruralismo da Primeira República.

Um espaço alternativo de poder

No contexto histórico do percurso de uma sociedade de bases agrárias em direção ao capitalismo industrial tal como a brasileira no período focalizado, o estudo de organizações de empresários rurais revela-se estratégico como elemento para a compreensão das demandas, práticas e conflitos muitas vezes escamoteados quando apreendidos valendo-se do mero jogo político-partidário. O caso da SNA parece ser um exemplo típico dessa afirmação, mormente considerando seu relevante papel na condição de *instituição-mãe* de boa parte das demais agremiações agrícolas fundadas no país, assim como naquele de paradigma da estruturação de outras associações empresariais em diversos ramos da economia nacional.

Agência formalizadora da representação de interesses de segmentos agrários regionais com peso econômico e político de menor grandeza em nível do bloco no poder, a SNA dedicar-se-ia a aprofundar os canais de legitimação de sua representatividade por meio de uma ampla atuação nas suas bases e no aparelho de Estado. Mostrando-se eficaz na pressão pelo atendimento das reivindicações de que se fazia porta-voz, tentando furar o bloqueio exercido pela supremacia paulista nas instâncias burocráticas do poder público, ela lograria dar origem a uma instituição estatal com a qual dialogou, por todo o período, com bastante efetividade. O MAIC, renascido em 1909, seria, simultaneamente, um produto do movimento por ela iniciado e um espaço na sociedade política, construído e garantido por sua ação com base na sociedade civil.

Representando, mobilizando e doutrinando em torno da necessidade da diversificação agrícola e da mencionada modernização da agricultura, a SNA seria um dos pólos dispersores de uma dada ideologia — o Ruralismo — que, senão nova, era revigorada na virada do século, em virtude do enfrentamento de duas ordens de

questões: a formação do mercado de trabalho e a industrialização. Pregando as virtudes da *essência agrária* da nacionalidade, diagnosticando os problemas da agricultura brasileira e construindo alternativas para eles, a SNA acabaria por formalizar, por meio de sua ação propagandística, os parâmetros do próprio debate ruralista do período, do qual trataremos a seguir, mediante a análise de monografias agrícolas de ampla circulação e cuja autoria deveu-se, em muitos casos, a membros renomados da agremiação.

Capítulo 3

O MUNDO RURAL: DIAGNÓSTICO DE UM ESTADO

Conforme já visto, data da República Velha a primeira transformação significativa nas condições sociais de geração e apropriação de excedentes agrícolas no Brasil quando, por força do efeito conjugado dos processos do fim da escravidão, crise do setor agro-exportador e expansão urbano-industrial, a produção do campo passaria a orientar-se, progressivamente, para o mercado interno, determinando uma lenta, porém crescente, monetarização e mercantilização do latifúndio tradicional e da pequena produção.

Nessas condições, uma profunda reflexão impunha-se aos diferentes segmentos agrários, no tocante à busca de alternativas e redefinições capazes de propiciar o enfrentamento dessa nova conjuntura, com o mínimo possível de mudanças. Tratava-se de empreender as modificações necessárias sem uma alteração substancial da estrutura das relações de trabalho, propriedade e poder, resultando no que alguns denominam "padrão de expansão horizontal da agricultura". Aí conjugava-se a ampliação das áreas cultivadas, com pequenas alterações nos instrumentos de produção utilizados (Sorj, 1980, p. 11). Germinava-se um processo de redistribuição espacial e setorial da produção agrícola que era percebido como uma grande ameaça por parte dos segmentos de proprietários.

Assim como a urbanização dos investimentos — refletida na expansão das atividades comercial, bancária e industrial — favorecera a elaboração de uma ideologia tipicamente urbana, referida à "liberdade de enriquecimento", ela igualmente ensejaria a emergência de uma

contra-ideologia de caráter ruralista, vinculada à potencial possibilidade de dissolução das concepções e visões de mundo tradicionalmente em vigor [1]. Em verdade, era a própria forma de inserção da agricultura na economia que se achava à mercê das mudanças em curso, ameaçando as bases da secular dominação dos grupos agrários.

Considerando-se a indiscutível preponderância da agricultura na economia e sociedade brasileiras da Primeira República, não é difícil supor o quanto o quadro mental da época balizava-se, direta ou indiretamente, pelos valores e princípios oriundos desse universo. Mesmo os novos agentes sociais, emergentes do progressivo desenvolvimento da divisão social do trabalho decorrente da urbanização e industrialização dos complexos agrários, tinham seus horizontes filtrados pelo dogma da *vocação eminentemente agrícola do país*. Logo, a transição no rumo do capitalismo industrial no Brasil deslancharia uma reação das frações agrárias da classe dominante, pautada por estratégias discursivas ligadas à hipervalorização do campo e da vida rural, bem como à crítica da ordem urbano-industrial, sempre negativamente avaliada.

É justamente o escopo dessa reação, agora tomada como um conjunto de representações, o objeto deste capítulo, em que se pretende explicitar não apenas a matriz discursiva do Ruralismo — suas idéias-força, temáticas recorrentes e bandeiras de luta — como também sua face política, apreensível por suas matizes, diferenciações e/ou antagonismos, emersa de um conjunto de produtores de discurso com equivalente condição de classe. Ao mesmo tempo, diante da necessidade de apreender-se o múltiplo com base no aparentemente uno — enfatisando-se a distinção entre condição de classe e posição de classe (Bourdieu, 1974) — incorporar-se-á à análise a dimensão funcional/escolar dos participantes do debate elencados para estudo, de modo a evitar conclusões distorcidas e simplificações grosseiras que comprometam seus resultados.

Uma vez que as representações então veiculadas balizavam-se pela estrutura de um mesmo espaço de disputas, estabelecido a partir dos marcos da Abolição e da Proclamação da República, tem-

[1] Segundo Martins, essa contra-ideologia pode ser apreendida em obras como a do Visconde de Taunay e a de Albeto Torres que ressaltam a "incoerência" entre a base caracteristicamente agrária da economia e sociedade brasileiras e o "anômalo" crescimento urbano de inícios do século. Martins, José de Souza. *Capitalismo e tradicionalismo*. São Paulo: Pioneira, 1975, p. 2-3.

se como essencial ao estudo a explicitação dos elementos mínimos capazes de situarem a origem de classe, a inserção sócio-funcional e a trajetória dos autores-atores (Almeida, 1983) trabalhados. Somente por essa via supõe-se possível estabelecer a ponte entre as inúmeras dimensões constitutivas do Ruralismo: movimento político, debate de idéias e política pública institucionalizada.

A configuração de uma amostra

Os parâmetros que presidiram a construção da amostra trabalhada, revelam, de imediato, sua imbricação com os capítulos precedentes: de um conjunto de trinta e uma monografias agrícolas dos mais variados estilos, finalidades, procedências e temáticas[2], vinte — isto

[2] São elas: Cavalcanti, Manoel Paulino & Lagarde, Arthur. *Valorização do solo*. Recife, Typ. Livraria Francesa, 1901; Travassos, Joaquim Carlos. *Monografias agrícolas*. Rio de Janeiro, P. Souza & Cia., 1903; União dos Lavradores de São Paulo. *Auxílios à lavoura*. São Paulo, Typ. da União, 1903; Resende, Simpósio Lara. *Syndicatos agrícolas*. São Paulo, Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas, 1906; Martins, Francisco Dias. *ABC do agricultor*. São Paulo, Duprat e Cia., 1908; Borges Jr., João de Carvalho. *Interesses econômicos da lavoura*. Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1908; Cruz, Christino. *O problema agrícola*. Rio de Janeiro, Typ. Jornal do Comércio, 1908; Carmo, Antonio Gomes do. *O Estado moderno e a agricultura*. Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1908; Rangel, Sylvio Fontoura. *Fatores econômicos da produção*. Rio de Janeiro, Typ. Jornal do Comércio, 1908; Bulcão, Mário. *Rumo ao campo*. Rio de Janeiro, Liv. Cruz Coutinho, 1910; Raposo, Custódio Alfredo de Sarandy. *Teoria e prática da cooperação*. Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1911; Martins, Francisco Dias. *O ensino agrícola no Brasil*. São Paulo, Duprat & Cia., 1914; Idem. *A produção de nossas terras*. Rio de Janeiro, Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, 1915; Vieira, Joaquim Fonseca. *O crédito agrícola e a ciência da cooperação*. São Paulo, Gráfica José Najm e Cia., 1916; Assis Brasil. Joaquim Francisco de. *A vida do campo e a reforma rural*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1916; Ubatuba, Ezequiel. *Cartilha agrícola*. Juiz de Fora, Typ. Brasil, 1917; Brito, José Saturnino de. *A escravidão dos pequenos lavradores*. Rio de Janeiro, Typ. Revista dos Tribunais, 1917; Idem. *As caixas rurais são a célula do nosso progresso*. Rio de Janeiro, Typ. Revista dos Tribunais, 1920; Rezende, Antonio de Pádua. *O crédito agrícola*. Rio de Janeiro, Typ. Leuzinger, 1918; Lisboa, Achilles. *Discursos*. São Luís, Imp. Oficial, 1918; REIS, Fidélis. *A política da gleba*. Rio de Janeiro, Typ. Leuzinger, 1919; Figueiredo, Álvaro. *Manual para advogados, fazendeiros, agricultores e criadores do Brasil*. São Paulo, Of. Magalhães, 1919; Alvim, Cícero de Faria. *Pela lavoura*. Uberaba, Raulino Pacheco e Cia., 1920; Caire, Nilo. *Guia Prático do pequeno lavrador*. São Paulo, C. Teixeira Ed., 1923; Souza, Bento Jordão de. *Agricultura e indústria*. São Paulo, Hennies Irmãos, 1922; Luz Filho, Fábio. *Rumo à terra*. Rio de Janeiro, Typ. Benedito de Souza, 1923; Idem. *Cooperativismo, corporativismo e colonização*. Rio de Janeiro, Coelho Branco Ed., 1931; Batholomeu, Luiz. *O crédito agrícola no Brasil*. Rio de Janeiro, Imp.

é, 62% do total — tem sua autoria vinculada aos quadros da Sociedade Nacional de Agricultura (cf. Quadro VII em anexo). Tal observação confirma minha premissa inicial de que a análise do Ruralismo brasileiro da Primeira República não pode excluir de seu âmbito a SNA, sob pena de lidar-se com uma produção político-ideológica incompleta e parcial. Discuti-lo, simultaneamente, incluindo a agremiação, equivale ao estudo do conjunto das mensagens e bandeiras de luta da entidade.

O perfil da amostra trabalhada revela, de imediato, um dado significativo: a grande diversidade de gêneros e temáticas abarcados pelas monografias. A despeito de compreender desde ensaios propriamente mencionados (dezenove), passando por manuais técnicos (quatro) e até mesmo cartilhas publicadas para uso na rede escolar (duas), por exemplo, a amostra adquire homogeneidade no que tange à rede das problemáticas privilegiadas, recorrentes em todos os tipos de veículos trabalhados. Assim, a maior incidência de estudos se concentra sobre o tema do crédito agrícola (onze), secundada pelo da diversificação produtiva (dez) e o da educação rural (quatro)[3]. Outro aspecto relevante quanto ao conjunto analisado, diz respeito à manifesta intenção de seus autores — a despeito da variação do caráter e procedência das obras — em refletirem pragmaticamente acerca dos problemas específicos da agricultura brasileira, critério que permitiu denominar de "monografias" a produções tão distintas quanto as apontadas.

No que diz respeito ao elenco de autores selecionados, tem-se igualmente um painel bem significativo quanto ao perfil desses emissores de discursos acerca da agricultura e do mundo rural brasileiro à época, sobretudo ao considerar-se a existência de dados mínimos sobre os autores de vinte e seis monografias. Da observação desses dados, dois aspectos saltam imediatamente aos olhos: em primeiro lugar, a incidência, no universo delimitado, de três tipos de agentes

Nacional, 1926; Torres Filho, Arthur. *O ensino agrícola no Brasil*. Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 1926; Franco, Fernando de Barros. *O crédito de que a lavoura precisa*. Rio de Janeiro, s/ed., 1927 e Junior, Bernardes. *A política dos campos*. Maceió: Imp. Oficial, 1930.

[3] Importa esclarecer que tais temáticas não se tornaram visíveis apenas à luz dos títulos das obras selecionadas, mas sim por seus conteúdos. Para além dos três temas citados, as monografias foram ainda classificadas de acordo com as seguintes questões: regimes de propriedade (uma); mão-de-obra (quatro) e relação Estado/agricultura (uma).

autorizados a falar sobre a agricultura brasileira: os bacharéis, os engenheiros e os agrônomos, o que confere enorme relevância à profissionalização/escolarização dos autores como elemento de análise dos discursos produzidos, uma vez serem eles portadores de *habitus* distintos[4].

Em segundo lugar, fica claro que a esmagadora maioria dos autores elencados (85%), ocupava cargos públicos de significação variada nos âmbitos estadual ou federal, sendo expressivo que 27% deles pertencessem aos quadros do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC), indício mais que cabal da compatibilidade da amostra com os fins deste estudo, isto é, inferir a relativa indiferenciação existente entre os campos político e intelectual no Brasil do período, bem como a efetividade do MAIC como agência do aparelho de Estado aglutinadora de certas facções de proprietários rurais, mormente aquelas vinculados à SNA.

O material trabalhado explicita também outro aspecto das falas autorizadas acerca da agricultura na Primeira República, qual seja, sua expressiva "politização". Acrescida da questão da formação dos agentes, ela igualmente contribui para a emissão de discursos diferenciados, ainda que formalmente semelhantes. Muito embora o substrato ideológico do Ruralismo seja, em sua essência, o mesmo[5], as nuanças distintivas de sua enunciação são apreensíveis, na maio-

[4] Segundo Bourdieu, em sociedades de classe que têm na educação escolar um dos mecanismos centrais de sua reprodução, o habitus é um produto típico dos sistemas de ensino, que propicia aos que estejam a ele submetidos "não tanto esquemas de pensamento particulares, mas uma disposição geral geradora de esquemas particulares, capazes de serem aplicados em campos diferentes do pensamento e da ação". Bourdieu, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo, Perspectiva, 1974, p. 211. Para desdobramentos mais recentes e completos dessas idéias do autor, ver *Noblesse d'État*. Paris: Minuit, 1988.

[5] Tal afirmação baseia-se na análise empreendida em Saliba, Elias Tomé. *Ideologia liberal e oligarquia paulista; a atuação e as idéias políticas de Cincinato Braga*. São Paulo, tese de doutoramento em História, 1991. Ao estudar uma das maiores expressões do por ele chamado ruralismo paulista, o autor propicia o contraponto com os autores/atores da amostragem aqui selecionada, desvendando que a atitude ideológica embutida na defesa da *vocação eminentemente agrícola do país* procedia de fontes teóricas equivalentes, consistindo numa estrutura argumentativa comum. As divergências, nesse caso, só poderiam residir em outro nível de tratamento, isto é, notadamente no plano político em que, então sim, emergiriam posições que distinguiriam os paulistas dos demais, conquanto utilizando-se dos mesmos princípios genéricos, cada qual a seu favor.

ria dos casos, valendo-se das chamadas condições extra-textuais da produção discursiva (Veron, 1980), dentre as quais ressalta-se a relação entre formação/ocupação de seus produtores. Tal aspecto, agregado à condição de classe destes últimos, resulta em posições politicamente distintas, conquanto em defesa de uma mesma *vocação agrícola do país*.

É todo esse conjunto de aspectos, que propicia visualizar o discurso ruralista do período como espaço de um jogo de forças em que porta-vozes de segmentos sociais com interesses diversos, ao descreverem e prescreverem problemas e soluções, encontram-se, simultaneamente, garantindo a própria reprodução social, justificando suas formas de nela intervirem.

Visões da crise, do homem e do mundo rural

Por força dos elementos comuns à sua extração social, posição no campo político e formação intelectual — marcada pela forte presença dos princípios liberais em suas vertentes ortodoxa e neoclássica, bem como pelo evolucionismo social do último quartel do século XX[6] — os agentes da fala ruralista veiculariam a fé na ciência como valor máximo capaz de promover a *reabilitação agrícola do país*.

À medida que a Razão consagrava-se como princípio ordenador de uma realidade dada a conhecer a partir da observação e por ela apropriada pela via do conhecimento empírico, a Ciência erigia-se no instrumento a ser vulgarizado de modo a dar conta da rapidez das mudanças e do progresso nos tempos modernos. Na verdade, porém, poucos seriam aptos a deterem e aplicarem esse saber. Neste sentido, apenas uma "elite ilustrada" se ressaltaria pelo monopólio da faculdade de apontar os erros do presente e do direito de prescrever os atos necessários a corrigí-los: o saber, tornado poder, transformava a natureza e os homens em objetos de dominação. Sua essência era a técnica e seu objetivo o estabelecimento de um método e a exploração

[6] De acordo com Castro Faria, o específico do paradigma evolucionista é a relação de imanência estabelecida entre pensar e ordenar. Mas, ao passo que no evolucionismo biológico foi possível a construção da noção de séries, no evolucionismo social, a prática da ciência não teve como constituir procedimento análogo, determinando que a ordenação dos dados no seu interior se fizesse em termos de oposições: organizado/desorganizado; alto/baixo; inferior/superior; etc. FARIA, Luiz de Castro. "Populações meridionais do Brasil — ponto de partida para uma leitura de Oliveira Viana". *Boletim do Museu Nacional*. Rio de Janeiro, (29): 1-25, set., 1978, p. 8.

do trabalho alheio[7]. Os "ilustrados" brasileiros, dentre os quais despontavam muitos ruralistas, reproduziriam os supostos básicos da cultura burguesa, erigindo o conhecimento científico em fundamento do progresso, materializado em suas propostas de *regeneração da agricultura*. Detentores da verdade, posto que "*conhecedores dos princípios científicos que são os mesmos por toda a parte, nutridos com as teorias correntes, sancionadas pela prática dos competentes e a experimentação dos Sábios*" (Martins, 1908, p. 111), era de posse desse atributo que a maioria dos autores falava, de modo a legitimar sua intervenção no debate.

Arautos do progresso, tais autores/atores colocavam-se na posição de sujeitos da história do país, não por expressarem a opinião do povo, mas por estarem ao lado da *voz do tempo*, numa *cruzada* em prol da agricultura, que se alongaria por toda a Primeira República. Assumindo o papel de guias ou missionários da chamada *classe agrícola*, assim posicionavam-se tais agentes:

> "*Sem fé as idéias não triunfam, os princípios não se firmam. Essa é a força invencível que nos impele e outra não tem sido a condição do êxito na tarefa que nos impusemos: bem dirigi-la na lavoura, orientá-la, guiá-la, profissionalmente no maior interesse do lavrador. Esse o nosso principal escopo*" (Reis, 1919, p. 34).

A construção de tal postura, entretanto, somente seria possível com base em uma evidência comum: o consenso quanto à existência de uma *crise agrícola* de âmbito nacional, a ser enfrentada pela pronta ação de todos os agentes sociais nela envolvidos.

Da Crise ao Atraso

Da ótica conjuntural, a *crise agrícola* representada em inícios do século estava referida ao contexto internacional de reordenação das diretrizes do capitalismo, tendo como ponto de partida a década de 1890, cujos reflexos foram analisados em páginas anteriores. Diante desse quadro, consolidou-se a noção de *crise* como parâmetro para

[7] Adorno e Horkheimer denunciam a natureza desse saber cuja essência é a técnica: seu caráter é tão democrático quanto o sistema econômico no qual desenvolveu-se, tendo por objetivo não a verdade ou felicidade, mas sim a eficácia, em nome da qual o intelecto se transforma em instrumento de domínio de si e dos outros. Adorno, Theodor & Horkheimer, Max. *La dialéctique de la Raison*. Paris: Gallimard, 1974, p. 57.

repensar-se os problemas da produção rural asumindo ela, formalmente, o espaço até então ocupado, no plano dicursivo, pela *questão servil*, como núcleo das reflexões dos distintos segmentos da classe dominante agrária. Fosse da perspectiva estritamente econômica, financeira ou social, era como uma *crise* — conotando um instante disfuncional a romper, subitamente, a harmonia de um sistema, porém naturalmente superável (Poulantzas, 1977) — que se apreendia a realidade, percebida como somatório de circunstâncias.

A crise como manifestação da dificuldade em lidar-se com o descompasso e a imprevisibilidade, numa ordem tida como natural, revelava-se em sua plenitude, tendo por substrato o fantasma da *anarquia* e o temor dos efeitos causados pela interrupção dos tradicionais processos de produzir e comerciar. Daí ser a idéia de desordem um dos pontos-chave do discurso da *crise agrícola*, servindo como referencial para as mais diversas situações. No dizer do engenheiro militar e cafeicultor fluminense da região de Valença, João Borges Jr.:

> *"No Rio de Janeiro ou o proprietário cultivava diretamente a lavoura, empregando turmas de trabalhadores ou entregava esta, por empreitada, a indivíduos que a tratavam ou ainda a dava a ser tratada pelo colono de meiação ou a terça, ainda empregando simultaneamente dois ou mais destes sistemas conforme as conveniências ou condições pecuniárias. A crise é total"* (Borges Jr., 1908, p. 3).

Ou ainda, segundo o dono de engenho maranhense e presidente honorário da SNA, Christino Cruz

> *"O que chamamos, desde alguns anos de crise agrícola ou da lavoura, é uma verdadeira crise de lavradores, que se deixaram colher pela baixa, depois de ótimos preços de seus produtos por largos anos. Hoje, na nossa lavoura, cada exploração agrícola é um problema ou, antes, uma série de problemas a enfrentar"*[8].

Nessas circunstâncias, a noção de *crise* conotava sempre um desequilíbrio a ser corrigido por medidas restauradoras de uma ordem supostamente perdida, porém resgatável, uma vez alinhadas suas

[8] Cruz, Christino. *O problema..., op. cit.*, p. 5-6. Os grifos são do autor. Nascido em 1857 em Caxias/Maranhão, Cruz concluiu seu curso de agronomia em Zurique, frequentando posteriormente a Academia Agrícola de Hohenheim de Stuttgart. Retornando a seu estado, montou o Engenho D'água. Sócio da SNA, participou de seu Conselho Superior entre 1910-14. Como deputado, foi presidente da Comissão de Agricultura da Câmara e autor do projeto de criação do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio.

causas, muitas delas congênitas à sociedade rural. É justamente neste inventário de causas que se revela o caráter instrumental, ao mesmo tempo político e ideológico, da noção de crise, mitificadora da realidade e niveladora das diferenças regionais e/ou setoriais que perpassavam a classe proprietária. Uma vez fundada a concepção de um equilíbrio a ser recuperado, abria-se a possibilidade da existência de uma "agricultura nacional" unificada, justamente, por seu estado crítico, ainda que isto não traduzisse a simetria de processos e/ou problemas, profundamente enraizados em sua especificidade local e/ou regional.

Com isso, em nome de um suposto projeto único de *regeneração agrícola*, abrigavam-se propostas de intervenção na realidade que diziam respeito, de fato, a lugares distintos da emissão dos discursos, relacionados à regionalização econômica e social, acentuada pelo próprio federalismo republicano. Em verdade toda a estrutura argumentativa que desembocou na noção da *crise agrícola nacional*, tornou-se canal de expressão das demandas de frações dominadas da classe dominante que, de forma isolada, dificilmente teriam condições de sensibilizar as instâncias decisórias do aparelho de Estado. Dessa feita, as "crises" seriam tantas quantos os grupos de interesse que, à sua sombra, postulavam benefícios, embora o fizessem sempre em nome da agricultura *brasileira*. Este era o caso, por exemplo, de Lagarde & Cavalcanti, donos de engenho pernambucanos e alvos da aguda competição movida pelas grandes usinas regionais, que se expressariam quanto à crise, alegando que *"cada vez mais se agrava o estado de* nossa agricultura. *Ela, que é fonte da riqueza pública, clama por auxílios do país, devendo inspirar interesse a* todos os brasileiros que desejem a prosperidade de nossa pátria" (Lagarde & Cavalcanti, 1901, p. 4, grifos do autor).

Como se pode ver, mediante tal artifício simbólico, proprietários de distintos portes e peso político, buscavam identificar "sua" agricultura com a atividade central do país, num esforço por envolver seus interlocutores em seus projetos específicos. Mesmo em plena década de 1920, numa conjuntura de sobeja afirmação da industrialização brasileira e de explicitação do caráter autofágico do "modelo" agrário-exportador, era ainda em termos semelhantes que se representava a situacão da agricultura, como o revelam as palavras do fazendeiro campista e vice-presidente da SNA Arthur Torres Filho:

"Não é certo que temos vivido uma eterna crise agrícola, com abalos freqüentes na economia nacional? *Nenhuma medida estamos, pois, obrigados a adotar para o futuro da Pátria, do que a do aumento e aperfeiçoamento da nossa produção agrícola"* [9].

O "discurso da decadência", entretanto, evidencia que, ao longo do período, a idéia de *crise* sofreria alterações no pensamento de seus agentes, ganhando, na medida em que se confundia com o inventário de suas causas, a acepção de males estruturais da agricultura nacional. De momento disfuncional ou ameaça pontual de desorganização, a *crise* passaria a conotar um estado, o *atraso*, categoria pela qual passaria a representar-se a realidade agrária do país, por oposição a uma ordem moderna idealizada, forçosamente urbana. Juntamente com a noção do *atraso*, a dualidade impunha-se lentamente como critério ordenador do real, promovendo um deslocamento do ponto de observação dos sujeitos diante do seu objeto: não mais se tratava de aceitar a *crise* como uma desordem inevitável e provisória a ser suplantada por nova retomada. Agora, o específico da apropriação da realidade por parte dos autores/atores trabalhados passava a ser o combate a um dado modo de ser. E para consegui-lo, introduzia-se no bojo do debate a idéia de *reforma*, como o pregava, pioneiramente, o pecuarista gaúcho Francisco de Assis Brasil, perante platéia composta por sócios da Sociedade Mineira de Agricultura em 1916:

"Feliz de quem, ao iniciar-se numa discussão, pode fazê-la arrancar de um ponto de partida sobre o qual não haja dissidências de opinião. Não há um só ser pensante, que tenha dedicado alguma meditação aos interesses substanciais da agricultura, que não concorde com a necessidade da nossa reforma rural" (Assis Brasil, 1916, p. 15, grifos do autor).

Da *crise* ao *atraso*, construía-se, na Primeira República, o consenso em torno da existência do que então passou a chamar-se "questão agrária" brasileira a qual, embora denotando maior perenidade no

[9] *Torres Filho, Arthur. O ensino..., op. cit.*, p. 9-10. Grifos SRM. Formado em 1910 pela ESALQ, este campista filho de proprietários rurais, antes de ocupar a direção do Serviço de Inspeção Agrícola do MAIC — cargo no qual permaneceu entre 1920 e 1931 — foi inspetor agrícola no Espírito Santo e Rio de Janeiro. Com a reforma sofrida pelo Ministério em 1931, Torres Filho passou a chefiar a Primeira Seção da recém-criada Diretoria do Sindicalismo Cooperativista. Membro do Conselho Superior da SNA, foi eleito vice-presidente da agremiação em 1929, permanecendo no cargo até 1943. Vice-presidente da Confederação Rural Brasileira fundada em 1928 pela Sociedae, seria designado representante da lavoura ao Conselho Federal do Comércio Exterior. Foi também fundador da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres.

que tange às problemáticas a ela imbricadas, por certo não se referia a transformações mais profundas na estrutura fundiária. Seu papel seria o de introduzir a necessidade de uma visão de conjunto dos problemas agrícolas, a serem globalmente enfrentados, não devendo surpreender-nos o fato de encontrarmos tal noção preferencialmente veiculada pela fala dos **agrônomos:**

"Temos, sem solução até hoje, do Império à República, o problema agrário, base e fundamento que há de ser de nossa independência política (...). Ressalta à evidência de todos, que necessitamos de uma política verdadeiramente construtiva e total, que tome por base a solução de nossa questão agrária" (Torres Filho, 1926, p. 4. Grifos do autor).

A substituição da noção de *crise* pela de *atraso*, como eixo das representações acerca da "decadência" da agricultura e do mundo rural, não pode ser descolada do contexto de aceleração do crescimento urbano-industrial do país, mormente a partir da década de 1910 [10]. A complexificação do espaço econômico, tal como percebida pelos representantes da ordem rural, para além de ratificar os contrastes entre a cidade e o campo — com claro desfavorecimento da primeira — acentuava a necessidade de redefinirem-se os fluxos da produção agrícola, sobretudo enquanto resposta a duas ordens de questões: o abastecimento da crescente população urbana e a manutenção da ordem, ambas bastante interligadas.

A definição de uma *questão agrária* calcada sobre a idéia do *atraso* legitimaria, nesse sentido, bem mais que a noção de *crise*, a elaboração de projetos de intervenção "modernizantes", posto que a ciência e o cientificismo não seriam apanágio exclusivo de agentes sociais de extração tipicamente urbana, aptos a intervirem "de fora" no meio rural, como o sugerem alguns autores (Martins, 1975). Vale ressaltar, ao contrário, que a quase totalidade dos autores/atores analisados, constituía-se de proprietários de terra, alguns deles agrônomos por formação, o que os qualificava como agentes adequados ao combate ao *atraso*. Isto porque, por sua ótica, *"a agronomia não pertence ao número das "ciências de papel", uma vez que possui um caráter essencialmente experi-*

[10] Segundo Villella e Suzigan os indicadores do produto real da indústria brasileira evoluíram, entre 1911 e 1919, de um índice de 60,9 para 85,4, tomando-se 1929 como ano-base. Já para a década de 1920, ao passo que neste primeiro ano o índice do volume físico da produção industrial era de 76,9, em 1929 ele ascenderia para 103,4. Villella, Annibal & Suzigan, Wilson. *Política do governo e crescimento da economia brsileira (1889-1945)*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1973, p. 432-3.

mental, de objetivos pragmáticos. E os problemas aí estão angustiantes, a pedir a intervenção do agrônomo" (Luz Filho, 1923, p. 244).

Por mais que se saiba que a visão da agricultura como decadente ou atrasada não se tenha constituído numa invenção da "modernidade republicana" [11], foi na virada do século que seu conteúdo ganhou novo sentido, já que uma de suas referências "genéticas" — a escravidão — desaparecera da cena real. Conquanto as formas de superar àquela não tenham promovido o consenso entre as frações agrárias da classe dominante no que tange à adoção de relações de trabalho supostamente mais adequadas à promoção do "progresso", como será visto adiante, o *atraso* prestava-se a promovê-lo, estabelecendo uma ética comum de racionalidade da eficiência, amoldável às distintas particularidades inerentes à construção do mercado de trabalho no país.

Diagnosticando um Estado

De uma forma geral eram quatro os fatores apontados pelos ruralistas como responsáveis pela *crise* ou *atraso* da agricultura brasileira: a Abolição; a monocultura; a grande propriedade e a urbanização/industrialização. A complexificação do espaço econômico continuava a ser pensada tendo por fio condutor a atividade agrícola e "*toda a ação tendente a desviá-lo desse destino é um crime contra a natureza e contra os interesses humanos*" (Luz Filho, 1923, p. 168).

Esposando princípios genéricos que podem ser remontados a Adam Smith e Ricardo, era em nome da "teoria das vantagens comparativas" que grande parte desses emissores da fala justificavam sua defesa da única *indústria natural* existente no país, que deveria nela especializar-se, de modo a explorar ao máximo seu *destino* na divisão internacional do trabalho. Mesmo aqueles que já tinham absorvido os teóricos liberais representantes de correntes antimonopolistas, adaptando-os ao caso brasileiro mediante a difusão da idéia do Estado enquanto defensor da economia como um todo, corroborariam a oposição campo/cidade, alocando nesta última as atividades

[11] Iglésias, analisando a fala dos presidentes da Província de Minas Gerais entre 1835 e 1889, mostra o quanto a noção de atraso agrícola, referido à rotina com que se praticava a atividade, já perpassava as avaliações produzidas neste período. Iglesias, Francisco. *Política Econômica do Governo Imperial Mineiro*. Rio de Janeiro: INL, 1958, sobretudo capítulo I, parte II.

descritas como parasitárias e, naquele, as de fato produtivas e formadoras do ideal de "comunhão social".

O "imperativo da exportação", se por um lado dava suporte à defesa da *vocação eminentemente agrícola* do Brasil e ao antiindustrialismo de que ela fazia acompanhar-se, por outro, também significava a imposição do projeto de dominação de uma dada fração da classe dominante — os grandes cafeicultores paulistas — , suscitando a reação de muitos dos agentes por nós estudados que, muito embora igualmente proprietários rurais, não se achavam, necessariamente, voltados para a exportação.

A Doença dos Homens

O cerne da avaliação do *atraso*, todavia, centrava-se na problemática instituída pelo fornecimento da mão-de-obra livre. Embora os desequilíbrios caracterizados pelas conjunturas de baixa dos preços externos/internos do café ou do açúcar surgissem como preocupação para alguns de nossos autores, ela coexistiu, por todo o período, com a ênfase na temática da formação e expansão do mercado de trabalho. Extinta a escravidão e suprimida, no imediato pós-Proclamação da República, a intervenção da União nas questões imigrantistas[12], não tardariam a manifestar-se as divergências entre os segmentos regionais da classe proprietária, fruto de suas dificuldades específicas em redefinir os parâmetros da absorção e generalização do novo — o trabalho livre — nos moldes do único projeto de imigração em massa vitorioso: o da grande burguesia paulista.

Neste contexto, os porta-vozes das frações dominadas da classe dominante agrária brasileira ligados a complexos exportadores menos dinâmicos, em vias de reconversão para o mercado interno, mesmo admitindo ter sido a escravidão um *mal necessário*, situavam na Abolição o marco da *desorganização agrícola* então reinante, responsabilizando-a, até mesmo, pelas ameaças ao inviolável direito da propriedade.

[12] Para evitar atritos de competência entre as instâncias estadual e federal, a União deixou de atuar na promoção de novas levas de imigrantes para fixação em núcleos colonias, só voltando a fazê-lo em fins da primeira década do século XX. Gomes, Eduardo. "Um outro lado do poder oligárquico na República Oligárquica: a SNA". Comunicação apresentada no Terceiro Encontro do PIPSA. Botucatu: Unesp, junho de 1987, mimeo., p. 10.

"Raras são as propriedades rurais que mantêm seus serviços com a desejável regularidade, predominando a desorganização e a anarquia do trabalho desde 1888 (...). Quem conhece nossa vida rural, sabe como ali florescem, à sombra da impunidade, a vadiagem e o latrocínio, para os quais a falta de organizações adequadas faz letra morta dos nossos códigos e leis. E o direito não se liquida a favor de quem o tem" (Rangel, 1908-a, p. 35-6).

Mesmo os que refletiram sobre o tema nas décadas de 1920 ou 1930, insistiam em perpetuar este marco da *crise*, desordem e *atraso* da agricultura, uma vez que *"abandonada do braço escravo que as vitalizava sob o látego infamante, são as propriedades habitadas por uma população escassa, esparsa, miserável e triste"* (Luz Filho, 1923, p. 114). Como o diria outro ruralista em pleno alvorecer dos anos 1930,

"Fácil será avaliar qual não tenha sido a desorganização trazida por essa abolição ao regime do nosso trabalho agrícola, até então em vigor. Até hoje, pode-se dizer, continuou insolúvel a organização do nosso trabalho rural, apesar da influência decisiva que possui para o futuro do país" (Torres Filho, 1931, p. 15).

Se o fim da escravidão era tido como ponto de partida de um estado geral de *anarquia* quanto aos regimes de trabalho vigentes, ao mesmo tempo, todas as posições eram unânimes em isentar os proprietários de qualquer responsabilidade sobre o episódio. *Surpreso* e *brusco*, o 13 de maio tornara-se uma espécie de fatalidade, cujas consequências cabia aos fazendeiros mais atingidos remediar, da melhor forma possível.

Implicando na disputa por recursos e expedientes para contornar o problema, a extensão da *desordem* variava segundo cada autor, de modo a granjear apoio para seus projetos de intervenção no real, todos eles, entretanto, bem distintos da experiência paulista da imigração subvencionada. O *trabalhador nacional* seria o alvo prioritário desses ruralistas, variando apenas as formas sugeridas para integrá-lo à produção. Para tais autores/atores a Abolição ratificaria o argumento da *falta de braços para a lavoura* em sua dupla acepção, quantitativa e qualitativa, sobretudo esta última, como o observava o fazendeiro e presidente da Sociedade Maranhense de Agricultura:

"Nossa agricultura é vítima da falta de braços idôneos e desde há muito carece de trabalhadores do campo com qualidade. A falta de ambição do trabalhador nacional, o torna parte de uma população de incapazes, por doença, vícios, malandrice, ignorância e insubmissão absoluta aos mais importantes princípios de conduta que devem dirigir a ação individual na vida coletiva"[13].

De tal ótica, se existia algum responsável por semelhante estado de coisas, este era o tipo de homem produzido pela escravidão: ignorante, vadio e indisciplinado. Ao passo que no caso dos representantes da grande cafeicultura paulista igual argumento fora usado para justificar um projeto de reorganização da produção e do trabalho com base na importação em massa do migrante estrangeiro, para os proprietários dos complexos agrários menos dinâmicos, fundamentalmente voltados para o abastecimento do mercado doméstico, ele serviria para legitimar propostas mais ou menos coercitivas, que evitassem a fuga ao mercado dos únicos trabalhadores com que podiam contar — os *nacionais*.

Na ausência de outra opção que não admitir a humanidade do ex-escravo — um vendedor em potencial de sua força de trabalho —, porém na impossibilidade ou recusa de generalizarem as relações contratuais entre livres compradores e vendedores de uma mercadoria, os sujeitos dessa fala deslocavam a ótica de análise do problema da formação do mercado de trabalho, das instituições, para os indivíduos, estereotipando-os. A ambígua situação de temerem a espécie de homem egresso da escravidão e, ao mesmo tempo, dele necessitarem para assegurar um suprimento de mão-de-obra barata e regular, consolidou uma igualmente ambígua representação desse tipo de trabalhador. Padecendo de uma série de *males orgânicos* que o faziam refratário ao trabalho organizado e metódico, o *nacional* convertia-se num amante do ócio, uma vez que *"o liberto, que é o nosso cultivador ou operário agrícola, sobre ser exigentes e pouco trabalhador, pelo esgotamento em que vive, devido à sua insuficiente alimentação ou pelos hábitos adquiridos pela vadiagem"* (Borges Jr., 1908, p. 75).

Apesar de vadio e ignorante, paradoxalmente, o *trabalhador nacional* fazia-se portador de virtudes indispensáveis a seu aproveitamento, como o admitiam alguns proprietários do Norte do país:

"Não conheço, senhores, povo mais fácil de administrar do que o brasileiro, nem mais inteligente e duro no trabalho. *Se lhe cultivásse-*

[13] Lisboa, Achilles. *Discursos, op. cit.*, p. 11. Os grifos são do autor. Lisboa é apontado por alguns autores como um dos mais expressivos funcionários do MAIC, ligado ao Serviço do Algodão, criado em 1915. Downes, Earl Richard. *The seeds of influence*. Austin: PhD Dissertation to University of Texas, 1986, p. 132.

mos a inteligência, ele excederia o yankee, por mais modesto na vida, mais sofredor nos rigores do trabalho, menos exigente *nas comodidades e nos salários e de incomparável resistência a quaisquer excessos de temperatura e de esforços"* (Cruz, 1908, p. 3. Grifos do autor).

A imagem estereotipada do trabalhador rural se cristalizaria com o passar do tempo, renovada como preâmbulo a incontáveis projetos de intervenção destinados a superar o *atraso* do campo. Seria sempre em nome desses *párias lamentáveis* que se justificariam as propostas de reforma rural, ainda que em sua maioria, a grande questão residisse em criar meios que impedissem a reprodução autônoma dos trabalhadores, garantindo sua forçosa incorporação ao circuito da produção mercantil.

Monocultura, Latifúndio e Indústria: o Reforço do Atraso

O esforço em prol da *regeneração agrícola* do país pressupôs também uma crítica ao que era apontado como um de seus maiores obstáculos — a monocultura. A ameaça de perda do controle instigada pela queda dos preços externos dos produtos para os quais tradicionalmente tinham se voltado os complexos agrários brasileiros, conduziria à revisão dos velhos princípios ordenadores do espaço produtivo: sua alta especialização e a idealizada concepção da economia como algo naturalmente auto-regulado. A crítica à monocultura assumiria foros de prática estabilizadora, responsável pelo restabelecimento da linha do "progresso" no nível da produção, precavendo-a contra freqüentes oscilações. Para o pecuarista e deputado federal mineiro Pádua Rezende, por exemplo,

"Sofremos hoje as funestas conseqüências de uma desordem irrecusável e aguda. É fácil multiplicar os exemplos. Basta-nos, no entanto, citar o da nossa imprevidência adstringindo-nos, por longo tempo, à monocultura; por várias vezes incidimos nessas crises temerosas, determinando profundo abalo na atividade econômica"[14].

Tal como no caso da formação do mercado de trabalho, era mais uma vez a insegurança o motor da ação. Diferentemente dele, entretanto, a questão não dizia respeito à omissão dos homens na antevisão do problema, mas sim ao desconhecimento de como manipulá-lo. As circunstâncias impostas pela urbanização e a industrialização, gerando a necessidade do abastecimento de crescente contingente demográfico, que deveria prescindir da importação dos gêneros alimentícios mais elementares em momentos de crise de divisas, eram uma realidade iniludível a respaldar os ataques às práticas monocultoras, tidas como sinais da *fraqueza do país*, haja vista colocá-lo à mercê da importação daquilo que aqui poderia ser produzido.

[14] Rezende, Pádua. *O crédito...*, *op. cit.*, p. 22. O mineiro Rezende, quando deputado federal em 1908, foi autor do projeto que instituiu o Registro de Marcas de Animais no país, voltado para o controle da depuração dos rebanhos brasileiros.

Os clássicos parâmetros condicionados por uma divisão internacional do trabalho rigidamente concebida, na qual o país ocupava uma *posição excepcional* devido à abundância de suas *vantagens naturais*, ainda iluminavam a proposição de alternativas à monocultura, fundando a idéia da exploração de todos os "possíveis", desde que dentro dos limites ditados pela tradição:

"É na agricultura que havemos de alicerçar o progresso da nossa terra, é na agricultura que se assenta o futuro do Brasil, pois o nosso problema está na terra, no incremento das fontes da produção, pois, do contrário, continuaremos fracos, a viver na triste dependência dos países vizinhos, que nos garantam a subsistência" (Reis, 1919, p. 11).

Impunha-se, assim, o argumento da necessidade de difusão da diversificação agrícola. Comportando situações distintas, que designavam desde a defesa de um espaço para a colocação dos frutos da pequena produção, até a busca de novos objetos de cultivo para as grandes propriedades, o enunciado diversificador abrigava uma explícita intenção "modernizante", traduzida na pretensão de reformar a todos, grandes e pequenos, por meio de seu resgate ao *arcaísmo*. Por tal via, supunha-se construir produtores capazes de responderem aos estímulos do mercado, racionalizando e atualizando a *vocação agrícola do país*: *"nosso projeto obedece a um critério — aperfeiçoar a agricultura do Brasil no que tiver de melhor e ampliá-la no que puder ser-lhe incorporado, por meio dos processos da agricultura a mais adiantada, capazes de aumentarem nossa produção"* (Martins, 1915, p. 5).

A superação das tradicionais práticas monocultoras, além de indicativa da "modernização", abria caminho para a colocação de um terceiro argumento manejado pela fala ruralista: a discussão da grande propriedade, vista por alguns de nossos autores/atores, como o agrônomo fluminense Saturnino de Brito, como mais uma razão do *atraso*, já que *"o problema é que a grande lavoura cogita sempre de exportar quase toda a sua produção, sem que esse fenômeno produza o aumento de*

valor dos produtos da pequena lavoura, coerentemente à questão do abastecimento"[15].

Em muitos casos, as propostas que sugeriam a democratização parcial da propriedade não visavam, apenas, superestimar a produção de alimentos, mas também neutralizar a eclosão de possíveis conflitos, dentro de uma perspectiva de mudar para manter. Logo, se a imputação do *atraso agrícola* à monocultura e ao latifúndio não suscitava a unanimidade entre os autores estudados, num ponto, entretanto, todos estariam de acordo: na representação da agricultura como *desprotegida e abandonada* pelos poderes públicos. *Frágil e desamparada*, embora esteio da economia e da nacionalidade, seria em torno desta imagem que se aplacariam desavenças, perante a eleição de uma ameaça tida por comum, representada pela indústria.

Corroborando para o despovoamento e desorganização dos campos, a indústria, diversamente das demais causas da *crise agrícola*, introduzia um fator "permanente" de desequilíbrio na ordem econômica e social, gerando dentre os ruralistas posturas que variavam de sua total recusa, até sua aceitação em posição subordinada à agricultura. A extensão da ameaça representada pela ordem urbano-industrial pode ser aquilatada pelos pronunciamentos que construíam uma visão do mundo rural por oposição aos valores negativos àquela atribuídos, resultando na idealização deste último. Se a cidade era o espaço do individualismo, da competição, da mendicância e da anarquia, o campo erigia-se em espaço salvador, pacífico e tranqüilo, último refúgio da principal virtude dos homens — a solidariedade.

> *"Tenho piedade profunda dessa humanidade que se envilece, que se amesquinha na luta estéril das competições sórdidas, nesse maremagno sombrio das grandes capitais, pois a vida transcorre deliciosa e fecunda ao contato da natureza(...). O hálito da cidade estontecedora, a ambiência de egoísmo e a lei dos interesses sórdidos que aviltam no vórtice das paixões, vasam-lhe na alma o desequilíbrio, jugulando todos os elementos nobres de felicidade e labor"* (Luz Filho, 1923, p. 310).

Ao mesmo tempo, porém, o mundo rural era também o espaço da *barbárie*, de tudo que significasse o instintivo e o brutal naqueles que

[15] Brito, José Saturnino de. *A escravidão...*, *op. cit.*, p.4. Agrônomo formado pela Escola Superior de Agronomia do MAIC (RJ), era técnico do Ministério desde 1920. Elaborou, com Fábio Luz Filho, os Estatutos das Cooperativas de Crédito e Sindicatos Rurais em 1925, sendo também membro da Comissão pelo estabelecimento das normas de fiscalização dos Bancos Luzzatti e Caixas Raiffeisen no país (1926).

o habitavam e a quem era preciso "domar" ou "iluminar". Por este prisma instalava-se uma representação contraditória acerca do rural — campo "bom" e "mau" simultaneamente — introduzindo-se aí nova segmentação, desta vez entre a Natureza e o Homem, cabendo à primeira toda a positividade. Campo bom/homem mau; campo mau/natureza boa. Tais eram os pares dicotômicos a permearem as imagens acerca do rural identificado, no mais das vezes, à própria agricultura, numa demonstração do caráter impreciso do objeto dos discursos: rural como espaço ou como setor econômico? Rural como conjunto de homens engajados na mesma atividade produtiva ou como paisagem?

Semelhante imprecisão, matriz de discursos altamente ideológicos, não foi peculiar apenas aos homens da virada do século. Na dualidade instalada entre um espaço/sociedade rural e um espaço/sociedade urbana, os contornos dessa dupla dimensão do objeto se confundem, fazendo com que o primeiro par se torne o alvo privilegiado das projeções ideológicas de uma sociedade em rápida mutação e ainda em busca de seu centro de gravidade[16]. As relações campo-cidade são, então, pensadas como relações de força, redefinidas sem cessar ao longo do tempo, a cada "crise" ou "desequilíbrio" verificado entre os dois pólos ou no cerne de cada um deles.

Uma vez que não há identidade do espaço independentemente do autor que o concebe, verifica-se que para nossos autores/atores, o mundo rural traduzia, a rigor, a própria agricultura, tida por ameaçada pela competição industrial e carente de amparo e regeneração. Campo e agricultura mais uma vez são confundidos, insinuando que sob a representação "niveladora" do espaço, estavam em jogo tanto as pretensões de harmonização e domesticação do crescimento urbano, quanto aquelas, nem sempre tão explícitas, de projeção nacional dos interesses de uma determinada composição de segmentos de proprietários. Em verdade, a intenção oculta pelo debate é sempre a de um "projeto nacional" a ser executado, cuja imposição hegemônica pressupunha o "combate" tanto a novos atores políticos — os setores urbanos — quanto às demais frações agrárias da classe dominante. As estratégias para tornarem-no viável serão objeto do próximo capítulo.

[16] Bodiguel, Maryvonne. *Le rural en question*. Paris, L'Harmattan, 1987, p. 9-10. A autora faz essa afirmação referindo-se ao próprio período contemporâneo, de modo a demonstrar as dificuldades até hoje enfrentadas pela sociologia no tocante à elaboração de um "paradigma de sociedade rural".

Capítulo 4

A VOCAÇÃO EMINENTEMENTE AGRÍCOLA DO BRASIL: A ORDEM A SERVIÇO DO PROGRESSO

Os projetos de superação do *atraso*

Diante dos diagnósticos apresentados acerca da *crise/atraso* da agricultura brasileira na Primeira República, foi em torno a quatro temas ou expedientes regeneradores, que se definiram as grandes linhas de intervenção propostas no debate ruralista como capazes de superá-los: o do povoamento/colonização; educação; modernização/racionalização produtiva e crédito/cooperativismo. Não por acaso a incidência do primeiro foi bem maior no imediato pós-Abolição, ao passo que o último, sobretudo na versão cooperativa, ganharia foros de difusão na década de 1920, quando o "modelo" agrário-exportador apresentava seus mais firmes indícios de esgotamento (Oliveira, 1975). Enquanto isso, os projetos educacionais e racionalizadores da produção impuseram-se no curso de toda a República Velha, como se depreende por sua reincidência no universo discursivo: regenerar o homem e elevar ao máximo a produtividade, tecnificando-a, parecem ter sido as metas da preconizada *agricultura científica.*

Seus agentes, autoqualificados por sua formação profissional e experiência, defendiam o princípio positivo da prática como critério da verdade, em nome do qual afirmavam sua distinção com relação aos demais, buscando garantir para si a posição de mentores do debate ruralista.

"Não repito esses axiomas agrícolas, só porque os tenha lido nos livros e revistas, mas porque eu próprio os experimentei e tive a necessária energia para pô-los em obra em minha propriedade (...). Eu era moço e tinha aproveitado meu tempo nas escolas de agricultura da Europa; tinha visto muito e examinado tudo quanto me pudesse ser útil à vida que destinava tomar" (Cruz, 1908, p. 6-7).

Por meio de artifícios retóricos dessa espécie, pretendia-se estabelecer uma diferença que, legitimando certas falas sobre a agricultura, deslegitimasse outras tantas, construindo-se uma oposição entre *políticos* e *homens de ação*, cabendo a estes o monopólio do discurso autorizado posto que oriundo do conhecimento aplicado: tal seria a tônica, sobretudo, dos discursos dos ruralistas formados em engenharia e agronomia. Imputando à *classe política* a responsabilidade pelas mazelas da agricultura e do país, graças à negatividade proveniente dos excessos do bacharelismo, boa parte de nosso elenco de autores/atores pleiteava a qualificação técnica como pré-condição a qualquer bom agente da *regeneração agrícola*.

A consistência do discurso ruralista correspondeu, a meu ver, a um grande entrosamento de seus agentes como "grupo de liderança", constituído com base em um universo de leituras, patronos e homenageados comuns, cuja circularidade os levava a autopromoverem-se e perpetuarem-se nessa posição, citando-se uns aos outros como argumentos de autoridade para suas proposições (Cf. Quadro VIII, anexo). Logo, o ruralismo brasileiro construía, no próprio espaço do discurso, os canais de sua reprodução.

Se o ruralismo comportava, ao mesmo tempo, como o vimos, um relativo consenso quanto às visões da *crise* e do *atraso* agrários, nucleado numa imagem comum do homem rural e dos problemas da agricultura, seria no tocante aos instrumentos, agentes e agências de sua superação que as dissonâncias se explicitariam. É desses projetos, a começar pelos concebidos como solução para a problemática da formação e expansão do mercado de trabalho, que tratará o presente capítulo.

A colonização de *nacionais:* uma alternativa ao imigrantismo

Definido por contraste com a natureza, sempre pródiga, o trabalhador do campo seria objeto de propostas que oscilariam entre dois extremos: a repressão explícita e a educação. Se a indolência e a

indisciplina eram tidos como atributos inerentes aos *nacionais*, urgia "convencê-los" a incorporarem-se ao processo produtivo, ao invés de permitir-se-lhes outra alternativa de reprodução, sobretudo nas zonas agrícolas menos dinâmicas. Violência e conhecimento, logo despontaram como os eixos ordenadores das falas acerca do tema.

Dentre os advogados da primeira vertente, situavam-se os autores que, num gradiente, propugnavam desde a ação policial, destinada à repressão da vadiagem e do latrocínio, até o estabelecimento de colônias de pequenos proprietários nacionais que, a pretexto do "povoamento do solo", se constituiriam, de fato, em *"viveiros de trabalhadores úteis e desocupados em certas quadras do ano, para as carpas e colheitas na lavoura extensiva vizinha"* (Lisboa, 1918, p. 59). A meio caminho entre ambas, reivindicava-se a mediação da Lei, pela proposição de severo código de locação de serviços, uma vez que

"Nas condições em que se acham os agricultores e os criadores, não há remédio senão apelar para a força, pois, como se sabe, os hábitos de nossa população rural, pela sua falta de educação e, consequentemente, sem a mais leve compreensão dos deveres que lhe impõe a sociedade, não permitem, infelizmente, o emprego de outro corretivo que não seja o de coagi-la pelo terror ao respeito dos direitos alheios" (Borges Jr., 1908, p. 21).

Como se percebe, os representantes das áreas outrora prósperas da agro-exportação brasileira, indicavam soluções para o problema da mão-de-obra bem distintas da imigração subvencionada e vitoriosa em São Paulo, unificando-as a falta de recursos para empreendimento de tal envergadura. Era desses elementos, sintomaticamente secundarizados também no plano do sistema de dominação consagrado com a política dos governadores — tais como aqueles procedentes do Rio de Janeiro, Maranhão ou Pernambuco — que partiriam as sugestões mais claramente repressivas quanto ao *trabalhador nacional*.

Significativamente e não por casualidade, para além dessa dimensão política, vale a pena sinalizar serem estes mesmos autores/atores, em sua maioria, engenheiros militares por formação, detentores, portanto, do *habitus* tendente ao controle do espaço, tanto físico quanto social, pautado pela obssesão pela ordem e o mando[1].

[1] Sobre o *habitus* de classe derivado de cada um dos principais cursos superiores existentes no Brasil do período, ver Mendonça, Sonia Regina de. "A balança, a régua e o arado: sistemas de ensino e *habitus* de classe na Primeira República". *Cadernos do ICHF*. Niterói, n.º 48, nov., 1992, p. 18.

Visando conter o êxodo rural que despovoava os campos diante da atração exercida pelas cidades e o aliciamento por empresários de áreas mais dinâmicas, a coerção impunha-se como impeditivo à fuga do homem livre para atividades de subsistência, bem como às ameaças à propriedade privada. A maioria dos proprietários, nesse sentido, abria espaço para a ingerência do Estado no próprio espaço produtivo, uma vez que *"não seria inoportuno que a União e os Estados dotassem a lavoura com uma legislação capaz de garantir o direito, do mesmo modo que a ordem e a liberdade nas zonas rurais"* (Rangel, 1908-b, p. 38).

A divergência de posições entre representantes dos segmentos agrários paulistas e de outras regiões referiria-se não à questão da preservação da grande propriedade, tampouco à possibilidade da existência de homens desengajados da produção mercantil, mas sim àquela da origem e dos meios de fixação dos trabalhadores ao campo. Se para a reprodução da cafeicultura paulista o contínuo fluxo de imigrantes, pelo menos até inícios da Primeira Grande Guerra, era suficientemente amplo para gerar certo descaso quanto à incorporação de *nacionais*, o mesmo não ocorreria com os demais setores agrícolas, ainda que implicando na redefinição parcial da grande propriedade. A criação de colônias de pequenos proprietários nacionais, despontaria como solução nos discursos veiculados pelos porta-vozes dos complexos agrários menos dinâmicos do país.

Contrastando com o projeto paulista, a proposta de *colonização por nacionais*, conquanto facultando-lhes o acesso à terra, igualmente divergia da experiência do estabelecimento de núcleos de estrangeiros em terras públicas, tal como desenvolvida no Sul do país (Petrone, 1975). Na proposta em foco, pressupunha-se a instalação de colônias de pequenos proprietários no **interior mesmo das grandes fazendas,** via de regra a partir da iniciativa particular, de modo que os fazendeiros pudessem denominá-las "suas". Localizando no acesso à propriedade o fator estabilizador da situação desordenada e caótica com que representavam as mudanças sociais em curso, os defensores do projeto buscavam na ação de indivíduos ou empresas o motor da iniciativa.

A fragmentação e retalhamento do solo nos moldes assim propostos, longe de procederem a uma discussão ostensiva do latifúndio, eram concebidos como instrumentos de sua preservação e fortalecimento, pela ótica da recomposição de uma ordem ameaçada, onde a

intenção de congregar, organizar e controlar, presidia o discurso acerca da sociedade rural.

> *"Aconselhando o parcelamento parcial da grande propriedade, não o faço por exclusivismo e nem pretendo que esta transformação se opere senão gradativamente. Bem se vê que não condeno em absoluto a grande lavoura e ninguém poderá, de boa fé, desejar seu completo desaparecimento. A expansão da pequena é a alternativa em que se acha o agricultor: ou transformar-se ou eliminar-se"* (Borges Jr., 1908, p. 78).

Englobados sob a denominação de *nacionais*, libertos e seus descendentes, assim como sertanejos e caipiras, eram identificados ao núcleo da "desordem" e, como tal, passíveis de rigorosa disciplina. De forma mais ou menos violenta, era a essa classe sem hábitos, integrada por *seres inferiores*, porém *laboriosa por atavismo*, que se buscava domesticar por meio do discurso embebido das concepções sócio-médicas das teorias organicistas. A atitude disciplinar como instrumento de correção comportamental prevalescia.

A vigilância e o controle permanente dos trabalhadores eram artifícios que, para além de impedirem sua mobilidade, propiciariam, por intermédio das *colônias de nacionais*, a proteção à grande propriedade, mediante a criação de um "colchão intermediário" de pequenos produtores, situados entre os donos do capital fundiário e o trabalho, sob tutela do primeiro[2]. Ao mesmo tempo tal proposta tornaria viável a criação de reservatórios de mão-de-obra sazonal para a grande lavoura, tudo isso sem maiores ônus para o detentor da fazenda que cederia apenas franjas dela para o parcelamento, segundo seu critério e escolha.

Antecipando no plano do simbólico a efetiva possibilidade de diferenciação social no campo, tais projetos acabavam por tentar domá-la, hierarquizando-a no interior do próprio discurso. Entre os grandes proprietários e a *massa rural*, existiria a figura do *colono* ou *lavrador*, parte de uma espécie de "elite camponesa" a ser estimulada, uma vez que *"a América do Norte nos oferece um exemplo digno de ser imitado"* (Borges Jr., 1908, p. 61). Viveiro de mão-de-obra e escudo protetor do latifúndio, a *colonização por nacionais* também supunha

[2] A fixação da mão-de-obra nacional em colônias de pequenos proprietários pode ser percebida por dupla ótica: tanto como alternativa à imigração subvencionada, quanto como instrumento protetor do latifúndio, posto que implicaria, neste último caso, na ampliação de categorias com interesses afins de defesa da terra e da propriedade, aptos a apoiarem os grupos agrários tradicionais.

conciliar ordem e progresso no campo, pela difusão compulsória da *moderna técnica agrícola*, a ser vulgarizada pela ação dos técnicos que, necessariamente, deveriam estar lotados em cada núcleo: a instrução prática impunha-se, mediante a demonstração do uso e da utilidade dos maquinismos agrícolas tidos como os mais modernos.

A despeito de não se prever nenhuma sanção contra a presença de imigrantes, o elemento nacional deveria preponderar em cada colonia, pela própria facilidade em obtê-lo: *colonizar nacionais* conotava, em verdade, o emprego da força em nome da modernidade, numa espécie de atualização da concepção militar de colonização vigente no segundo Reinado. Afinal, como o observavam alguns ruralistas defensores dessa proposta,

> *"Muito sábio e previdente será, pois, o fazendeiro que reservar parte de seus terrenos para a fundação de um núcleo, onde sejam convenientemente preparados os diversos gêneros das colheitas parciais de* seus pequenos proprietários. *A divisão das grandes propriedades é, na atualidade, o único sistema que se pode utilizar para desenvolver seu valor e* reconstituir a segurança dos fazendeiros" (Lagarde & Cavalcanti, 1901, p. 10-1. Grifos dos autores).

Nesse ponto merece relevo o tipo de intervenção pública requerida pelos defensores de tais projetos: à ampla autonomia concedida à iniciativa privada para a instalação de tais núcleos, sobrepunha-se a ação supletiva do Estado, sobretudo nas tarefas de fiscalização e vigilância das relações de trabalho a serem estabelecidas. Seria ele o fornecedor dos técnicos encarregados da demarcação das terras privadas cedidas em loteamento, assim como o supervisor dos contratos entre proprietários e colonos. O predomínio da ação particular no seio da grande lavoura, associado ao suporte do aparelho repressivo do Estado era a fórmula pensada como capaz de assegurar a nova "racionalidade da eficiência" que não mais aceitava homens do campo à margem da produção mercantil.

Refletindo a complexidade das soluções para o problema da mão-de-obra, emergia, ao mesmo tempo, a questão do Estado enquanto mediador das relações sociais no campo, uma vez instaurada a situação de permanente tensão intraclasse dominante agrária, aberta a partir da Abolição, diante da impossibilidade de uma definição legal única, de âmbito nacional. Pequena propriedade e abertura do espaço produtivo à ingerência do Estado se tornariam, por isso mesmo, fulcros nodais no debate ruralista do período, tendo como correlato,

no nível do processo histórico então em curso, a configuração do capitalismo autoritário, em cujo seio as múltiplas possibilidades de recriação da fronteira jogam papel essencial no condicionamento de uma modernização sob comando do Estado e por intermédio da repressão à força de trabalho[3].

Conquanto o autoritarismo, em virtude do debate em foco, não passe pela centralização política *stricto sensu*, esta já se encontraria embutida de modo sutil e tênue nesse tipo de propostas produzidas pelos autores/atores oriundos das frações dominadas da classe dominante rural brasileira do período.

Ensino profissional agrícola: a pedagogia da "Civilização"

O autoritarismo acima referido pode ser apreendido até mesmo nos projetos da segunda vertente de soluções integrantes do debate ruralista: aquela que depositava na educação as possibilidades de recuperação do homem do campo e, por extensão, da própria agricultura brasileira. Malgrado o tom mais ilustrado desse tipo de discurso, os autores dessa proposta, longe de perpetrarem o nexo entre ensino e democratização, situavam-se nos limites estritos da disciplinarização da mão-de-obra via ensino.

Outra característica comum aos autores/atores de nossa amostra que têm na instrução o eixo ordenador de suas falas, é o fato de serem, em sua totalidade, agrônomos, ressaltando-se o cearense Francisco Dias Martins e o fluminense Artur Torres Filho como propositores dos projetos mais acabados acerca do tema. Ambos detém trajetórias semelhantes, significativamente, desde sua condição de grandes proprietários, até sua vinculação à Escola de Agro-

[3] Cf. Velho, Otávio Guilherme. *Capitalismo autoritário e campesinato*. São Paulo, Difel, 1979, especialmente capítulos III e IV. Ver também, para uma posição semelhante, Reis, Elisa Pereira. *The agrarian roots of authoritarian modernization in Brazil, 1880-1930*. Massachusetts, PhD Dissertation to Massachusetts Institute of Technology, 1979, sobretudo capítulos 1 e 2. Para Velho, "o capitalismo autoritário — ou, mais rigorosamente, o capitalismo com dominância autoritária — é o herdeiro direto de sistemas de repressão da força de trabalho sem nenhum corte revolucionário interveniente. Todavia, é acima de tudo capitalismo, não se alterando no que tem de mais geral as características e leis do movimento do capital. Assim, como modo de produção no sentido restrito, é da mesma natureza que o capitalismo burguês clássico. A diferença diz respeito a outro nível, o da política e, particularmente, às formas de dominação e de articulação entre a política e a economia". *Op. cit.*, p. 42-3.

nomia de Piracicaba, ocupando igualmente posições de relevo no MAIC.

Numa conjuntura em que a incorporação do "novo" — sobretudo tratando-se do trabalhador livre ou assalariado — impunha-se, sob a ameaça de dissolução potencial do "organismo social" nele contida, as teorias baseadas na noção do equilíbrio e no papel "civilizador" do conhecimento, seriam estratégicas para os projetos de rearticulação do controle sobre as relações sociais. Ratificava-se, assim, a perspectiva iluminista que alocava na educação o instrumento da transformação do homem em cidadão, estratégica para a domesticação da subjetividade e do indivíduo (Rouanet, 1987).

Dentro de tais parâmetros, a instrução do *trabalhador nacional* impunha-se, ainda, como alternativa regional a projetos imigrantistas, uma vez que

> *"(...) pela impossibilidade atual de obtenção do elemento povoador, impõe-se-nos, então, com a força de uma necessidade instante, a melhoria do homem existente pelo revigoramento de suas energias e melhor aproveitamento de sua capacidade, tornando-o, pela instrução técnica de que carece, um fator mais útil ao progresso do país"* (Reis, 1919, p. 58, grifos do autor).

Agir sobre uma população tida como ignorante, ministrando-lhe conhecimentos práticos a respeito do trato com a agricultura, eis o sentido mais amplo atribuído à chamada *instrução elementar agrícola* no bojo desse debate. Voltada para a construção de uma nova ética do trabalho, regeneradora e disciplinadora de *homens inferiores*, ela distanciava-se do movimento de difusão do ensino primário obrigatório junto à massa analfabeta, que culminaria nos anos 1920, no denominado "otimismo pedagógico"[4]. A educação técnica profissionalizante seria sua tônica: aprender, vendo ou fazendo, era o critério dessa *moderna pedagogia*, adaptada às vicissitudes da expansão do capitalismo mundial, gerador de novas tecnologias agrícolas em vias de difusão.

O exemplo norte-americano do ensino profissional agrícola massificado seria vulgarizado pelas falas desses atores/agrônomos, que

[4] Nagle aponta para o movimento das Ligas Nacionalistas fundadas em fins da década de 1910 como um dos mais firmes exemplos da campanha de combate ao analfabetismo no Brasil, cuja culminância seria o chamado "otimismo pedagógico", definido pelo autor como uma atitude dos grupos letrados da década de 1920, tendo por lema a "Escolarização como motor da História". Nagle, Jorge. *Educação e sociedade na Primeira República*. São Paulo/Rio de Janeiro: EPU/FNME, 1976, p. 100-1.

erigiam a figura do *farmer* como o paradigma da racionalidade produtiva a ser imposto ao homem do campo brasileiro pela via do saber, posto que *"a escola não pode mais ter por escopo único o ministrar de ensinamentos de um ponto de vista geral, a alfabetização pura e simples. Supõe-se processos novos, estudos especializados de cunho prático e de ordem técnica"* (Luz Filho, 1923, p. 97). Mesmo os compêndios e cartilhas vulgarizadores desse tipo de ensino profissional agrícola chegavam a prever, no plano discursivo, o futuro que julgavam antecipar, como do caso do famoso *ABC do Agricultor* de autoria de Francisco Dias Martins:

> *"Todo lavrador, custe o que custar, deve ir se preparando, senão para abandonar a enxada, ao menos para ocupá-la o menor número de vezes; e deve esforçar-se por todos os meios para possuir um arado, um semeador e um cultivador, porque assim terá consigo, em cada instrumento, muitos camaradas bons e obedientes, sempre prontos para o trabalho a qualquer hora e nunca pedindo aumento de salário ou pagamento."* (Martins, 1908, p. 144).

Generalizava-se, por essa via, o saber da classe dominante por toda a sociedade, pouco atentando-se para as diferenças entre o modelo e a realidade. Afinal, as propostas pedagógicas de *regeneração da população rural*, seletivas por princípio e terminalidade, objetivavam produzir um agente social específico: aquele "produtor" ressaltado da *massa* por sua adesão à "prática educativa", portadora de um projeto de capitalização do campo e de neutralização ideológica das relações de classe aí presentes[5]. Em nome de uma população rural pobre, *ignorante e atrasada*, os projetos de expansão do ensino agrícola girariam em torno a dois eixos: por um lado, a instalação de instituições especiais e, por outro, sua própria hierarquização em três níveis, com claro privilégio das escolas de grau médio e superior.

A *elevação moral das massas rurais inertes* servia, em suma, de pretexto a projetos de ensino agrícola destinados a legitimarem a atuação de uma nova categoria profissional, em construção no período: o

[5] Em interessante estudo sobre os manuais de leitura adotados pelas escolas rurais francesas, Ponton sinaliza essas questões, demonstrando o quanto este tipo de ensino visava promover, no período compreendido entre 1870-1900, "os mecanismos de elaboração filosófica e doutrinal criados pelos ideólogos republicanos que trabalhavam para fixar e difundir um dado corpo de crenças para o uso das classes dominadas, destinado à sua conversão final à idéia de progresso". Ponton, Rémy. "L'Éducation Morale des Ruraux". *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*. Paris, (57-8): 103-7, juin., 1985, p. 103.

agrônomo. O que se buscava era constituir a diversificação dos canais de formação dos segmentos dominantes, embora dentro de tais propostas houvesse um lugar claramente delimitado, social e simbolicamente, para a *massa* da população rural: o de mão-de-obra potencialmente adestrável, do ponto de vista técnico, e temporariamente imobilizada no campo, por intermédio de instituições especiais de ensino, englobadas dentro de um projeto tripartite, composto por

> *"Um curso de lavrador, um curso de administrador agrícola e um curso de agricultor. O curso de lavrador prepara o pequeno proprietário, o hortelão, o trabalhador rural etc. O curso de administrador prepara o agricultor de recursos médios e ao mesmo tempo o escrivão das propriedades rurais. O curso de agricultor, que também poderá ser chamado de engenheiro agrícola, prepara o agricultor de maiores recursos"* (Martins, 1908, p. 12).

Conquanto sua nomenclatura variasse ao longo da Primeira República, seria sobre este tripé que se assentariam todas as propostas subseqüentes acerca do tema, mesmo aquelas mais sofisticadas, surgidas em fins dos anos 1920 e que a ela acrescentariam, por exemplo, o extensionismo rural [6]. Dentro desse padrão quase "medieval" de concepção da ordem rural, que hierarquizava por meio do ensino os que "trabalham", os que "vigiam" e os que "dirigem", a ênfase recairia sobre os dois níveis superiores, responsáveis pela preparação dos quadros necessários ao controle das relações sociais[7].

Já a leitura ruralista do que fosse o *ensino primário agrícola*, resu-

[6] Arthur Torres Filho foi o pioneiro na defesa da instalação do extensionismo rural no país. Tomando como exemplo o caso norte-americano, postularia tal prática como o meio mais adequado e econômico para efetivar a educação rural de adultos, quer por seu caráter ambulante, quer por seu sentido eminentemente prático, auxiliando, até mesmo, no combate à depopulação dos campos. Torres Filho, Arthur. *O ensino agrícola no Brasil*. Rio de Janeiro: Imp. Nacional, 1926m p. 42-3.

[7] O caráter hierárquico-tripartite é a tônica do ensino profissional em geral, destinado a reproduzir a fragmentação entre os "técnicos" e os detentores do "conhecimento sábio". No caso do ensino agrícola em particular, visava-se realizar, sob uma forma adaptada, o equivalente à divisão e hierarquização social do trabalho vigente na indústria, como o sinaliza Barral para o caso francês no último quartel do século XIX. Para ele, "as fazendas-escola, explorações privadas subvencionadas, somente forneciam uma formação prática rudimentar a um quadro de efetivos muito restritos. Ao contrário, o ensino só dava origem aos quadros superiores e de funcionários das Escolas Nacionais, os "Agri" (...). Para os exploradores médios, abriram-se as "escolas práticas de agricultura", de nível primário superior(...)" Barral, Pierre. *Les agrariens français de Méline à Pisani*. Paris: A. Colin, 1968, p. 88.

mia-se, quando muito, em *"ministrar ao trabalhador do campo apenas duas horas por dia de uma aula noturna de primeiras letras, como complemento do curso de lavrador"* (Martins, 1908, p. 15), sem maiores preocupações com a erradicação do analfabetismo. Desqualificando a escola primária oficial como agência transmissora da instrução pretendida, propunha-se instituições especialmente concebidas para tal fim, as *fazendas-modelo*, onde, ao longo de um ano, supunha-se poder habilitar *operários técnicos*.

A matrícula nas *fazendas* se daria, sintomaticamente, *"no mês em que a população rural prepara o solo para as culturas"* (*Id., Ibid.*, p. 16), revelando-se a feição autoritária com que era concebido este primeiro nível do ensino agrícola. Sua clientela, ademais, seria composta por jovens em plena idade produtiva, a serem selecionados pelas câmaras municipais, dentre os filhos de lavradores de cada localidade. Os escolhidos passariam a viver *em regime de camarada ou trabalhador contratado*, aprendendo *"pelo trabalho, desde a manhã até a tarde, os métodos modernos de preparo e escolha dos solos, seleção e desinfecção de sementes, manejo e conserto de máquinas, etc"* (*Id. Ibid.*, p. 14).

Confinada aos limites da mencionada profissionalização, a *instrução elementar agrícola* teria duplo papel: contribuir para a expansão do mercado de trabalho pela retenção temporária de uma mão-de-obra mais qualificada e estender à zona rural certos padrões disciplinares de trabalho de extração tipicamente urbana[8] . Contribuindo para preservar os fundamentos do sistema de dominação vigente, perante o seu distanciamento da desanalfabetização, o *ensino elementar agrícola* deixava de ser précondição para a extensão da cidadania, para converter-se em mais um instrumento de combate ao êxodo rural. O teor da imobilização de mão-de-obra almejado era de tal monta que mesmo o lazer estaria interdito aos internos das *fazendas*, em nome da ação pedagógica.

> *"Quem trabalha todo o dia ao ar livre, bem nutrido e ocupando boa parte da noite no estudo, no geral, ao menos, sofre cansaço muscular,*

[8] Fabiani, discutindo o papel dos agrônomos e das ciências da agricultura, acaba por concluir que seus programas de ação sobre o social não podem ser desvinculados, de certa forma, do *taylorismo*, "na medida em que eles implicam em que os problemas agrícolas e sociais a eles ligados possam ser resolvidos pela ajuda de uma ciência da organização". Fabiani, Jean-Louis. "Savants Appliqués: l'Agriculture et ses Sciences aux États-Unis". *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*. Paris: Minuit, (64): 84-6, sep., 1986, p. 85.

exigindo o repouso, o sono reparador e será além disso, um espírito fácil de submeter-se ã disciplina e à ordem. Esta medida às aulas noturnas de primeiras letras, além de concorrer para diminuir o analfabetismo, é um freio para os rapazes, impedindo os passeios propícios aos desmandos e abusos" (Martins, 1908, p. 17).

Os adeptos do projeto "pedagógico-civilizatório" mantiveram-se irredutíveis quanto à concepção hierarquizante do ensino agrícola em três níveis, o qual deveria fazer com que *"a ciência caiba ao agrônomo; a arte, ao chefe das culturas; e o ofício, ao trabalhador rural"* (Torres Filho, 1926, p. 34). Seriam os novos técnicos, oriundos dos dois primeiros níveis, os quadros qualificados para controlar e induzir os lavradores a novas necessidades, fazendo-os penetrar nos domínios da eficiência produtiva e do "progresso". No topo dessa hierarquia de saberes, tal como no projeto de ordenação social do espaço agrário aí embutido, estaria o agrônomo, *líder natural* da tarefa de superação do *atraso agrícola* brasileiro.

O fim último de todas essas propostas consistia, em verdade, na afirmação de um novo espaço de poder para os detentores de um novo saber, responsáveis pela criação de uma "nata" de produtores rurais construída a partir da crença na existência de uma "boa" e uma "má" agricultura, uma agricultura do futuro e outra do passado, separadas, tão somente, pelo acesso aos rudimentos da teoria agronômica. Supondo a divisão social do campo baseada na dicotomia entre agricultores *rotineiros* e *progressistas*, a competência técnica dos novos agentes julgava consagrar a neutralização das tensões sociais, fazendo ver a seus portadores, sem distinção de classe, que o conhecimento dos procedimentos científicos garantiria a adequação da agricultura brasileira à modernidade do século.

Nas propostas de ensino agrícola integrantes da amostra estudada, um agente em especial mereceu relevo, distintamente do ocorrido nos casos francês e norte-americano: o Estado. A ele, em seus vários níveis, caberia a instauração desses projetos, definindo-se como elemento padronizador das práticas a serem fomentadas. Sob sua tutela concebiam-se os diversos centros preparatórios dos técnicos os mais variados, cuja demanda, também a ele caberia criar, traduzindo uma expectativa de imposição de novos padrões e valores com abrangência nacional. Em sua esteira estabelecia-se, no plano das idéias, a relação necessária entre progresso agrícola e técnicos, assim como aquela entre ambos e ordem social.

A existência de um pequeno corpo de novos especialistas, a quem se delegaria a função de enquadramento e controle dos produtores rurais, viria a preencher, por sua vez, a distância existente entre estes últimos e uma classe proprietária crescentemente urbanizada, abrindo espaço para que se construísse, sob a capa da ciência, um novo tipo de relação de dominação, mais dissimulada e "neutra", posto que técnica. Desta ótica, a afirmação dos agrônomos corresponderia à consolidação, embrionária no Brasil, de novos intermediários entre as diferentes frações da própria classe dominante, cujos investimentos fossem mais ou menos diversificados[9]. Nas palavras de Arthur Torres Filho, concluindo seu parecer à comissão encarregada da reforma do ensino agrícola em fins da década de 1920,

"Se a profissão agronômica pode-se dizer que ainda é uma profissão abandonada, ninguém poderá ignorar que a ela esteja reservado um papel saliente na nossa expansão econômica (...). No entanto, compete ao agrônomo organizar e dirigir as empresas agrícolas e todos os melhoramentos rurais, tornando-se ao mesmo tempo, administrador idôneo, para superintender os grandes serviços públicos que tenham em jogo os interesses da agricultura" (Torres Filho, 1926, p. 119).

Modernização/diversificação produtiva: a construção do consenso

Racionalizar a produção, tornando-a mais eficiente era a grande meta dos ruralistas em foco, em torno à qual se articulariam praticamente todas as propostas presentes no debate. *Produzir mais, com menores custos*, era o lema desses que se propunham a atualizar a *vocação agrícola do país* e, para consegui-lo, eram indicadas duas vias prioritárias: a modernização das lavouras — por meio da mecanização — e a diversificação dos cultivos, mediante a adoção de métodos intensivos de plantio, seleção e beneficiamento das espécies. Qualquer que fosse a extração social, posição ou proveniência regional

[9] Segundo Grignon, os agrônomos representariam o traço de união entre o dinheiro (burguesia comercial e financeira) e a terra (aristocracia) e, neste sentido, ao defenderem os interesses do "progresso" com os proprietários fundiários e os da "agricultura" com a burguesia industrial e comercial, estariam servindo a seus próprios interesses enquanto grupo, posto que a ideologia que os forma e inspira teria pontos de contato com representantes e idéias oriundas das diversas frações da classe dominante. Grignon, Claude. "L'enseignement agricole et la domination symbolique de la paysannerie". *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*. Paris, 1 (4): 75-97, jan., 1975, p. 91-2.

dos emissores dessa fala, quanto a este aspecto não havia discordâncias: a "cura" da "doença" *atraso* somente adviria do aumento da producão agrícola e, nesse caso, *"só a generalização do uso das máquinas agrícolas no nosso meio rural constitui a providência de todo indispensável ao progresso de nossa agricultura"* (Torres Filho, 1926, p. 44).

Por intermédio de tal estratégia discursiva, identificada aos anseios gerais da lavoura, simbolicamente construídos e precocemente organizados em torno da Sociedade Nacional de Agricultura, difundia-se por toda a classe dominante agrária um suporte ideológico unificador de interesses tão díspares quanto conflitivos, porém homogeneizados mediante a perpetuação de horizontes utópicos que serviriam como atestado de sua coesão perante o "inimigo" tido por comum — a indústria. Com o ímpeto modernizante, simultaneamente, consolidava-se o estereótipo da agricultura atrasada, porque rotineira, já que *"a rotina resiste às inovações, boas ou más; porém as boas concluem por se tornarem, elas próprias, rotina, até serem substituídas por coisa melhor. É a lei do progresso"* (Assis Brasil, 1916, p. 44).

O discurso da modernização/diversificação agrícola referia-se, por outro lado, à apropriação que seus agentes faziam do processo de crescimento da produção mercantil, percebido como caótico. Assim, ele procurava traduzir, organizando, um processo real de transformações que implicavam na redefinição das formas de inserção da agricultura na economia brasileira. Fosse pela comprovação da dependência quanto ao capital internacional, fosse pela assunção indireta da inexorabilidade da industrialização, os porta-vozes das distintas frações da classe propritária rural faziam da noção da racionalidade o cerne de suas representações. Ela constituía-se no substrato último das mais variadas sugestões quanto ao tema, indo desde a superestimação da produtividade do trabalho por meio da mecanização, até o estabelecimento de instituições de pesquisa e propaganda dos processos de produção que estimulassem a competitividade e a troca de informações entre os produtores[10]. A intenção modernizadora, paradoxalmente, ao descrever soluções ideais, também prescrevia os limites dentro dos quais o processo de mudança deveria inserir-se, estabelecendo parâmetros conciliadores entre o "velho" e o "novo" em matéria de desenvolvimento agrícola, o que significava deter o controle sobre ele, quer no que se referia aos papéis a serem desempenhados por proprietários de porte distinto, quer no que dizia respeito à própria opção entre uma agricultura de capital intensivo ou de mão-de-obra intensiva. Modernizar apenas o bastante para garantir a produção de excedentes suficientes para o atendimento a um mercado ampliado — tanto interna quanto externamente —, porém com o mínimo de alterações na estrutura fundiária, tal seria a lógica ordenadora dessas propostas, como já o sugeria Assis Brasil ao discorrer sobre sua granja-modelo voltada para o beneficiamento de laticínios:

> *"Sou abertamente contrário a que o inovador se abalance à empresa do progresso comprometendo todas as suas forças. Ele deve deixar atrás uma reserva, como fazem os bons estrategistas. A reserva, em matéria econômica, é uma* renda certa e garantida, uma renda conservadora *e, como tal pequena em relação ao capital que a produz, destinada a responder pelos equívocos da nova empresa. Minha pequena estância em Ibirapuitan, posta em arrendamento, foi o elemento conservador que ficou respondendo pela aventura de Pedras Altas"* (Assis Brasil, 1916, p. 49-50. Grifos do autor).

A perspectiva conservadora que presidia a transição, recolocava-se no tocante à diferenciação social implícita nos projetos de diversificação agrícola, uma vez que esta abria brechas para a pequena produção. Quanto a este aspecto, opositores e defensores do latifúndio — os primeiros, atribuindo-lhe o caráter de obstáculo à produção diversificada e os segundos, transferindo tal caráter à inadaptabilidade do trabalhador — acabariam revelando a mesma postura no que tange à extensão vigiada da pequena propriedade, justificada com base no princípio de uma "divisão do trabalho" entre grandes e pequenos. A estes últimos caberia diversificar a lavoura tendo em vista o mercado urbano, gerando um convívio complementar ao latifúndio. Somente em condições extremamente adversas para as produções ainda exportáveis, a diversificação penetraria também a grande propriedade, fato bastante comum na segunda década do século.

Ainda assim, ao investirem sobre os pequenos produtores as expectativas diversificadoras, estes seriam apreendidos como objetos e

[10] Para muitos representantes da classe proprietária rural esses canais consistiam, sobretudo, nas feiras, concursos e congressos de âmbito regional ou nacional, para cuja promoção reivindicavam a ação dos governos estadual e federal, mediante a concessão de verbas próprias com tal fim, ressaltando-se dentre eles o agrônomo e presidente da Sociedade Mineira de Agricultura, Fidélis Reis. Reis, Fidélis. *A política da gleba*. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, 1919, p. 27-8.

não sujeitos de suas práticas produtivas, sempre carentes de aprimoramento, como o confirma a multiplicidade de guias e manuais a eles destinados e publicados ao longo do período em foco[11]. Partindo da desqualificação do saber que lhes era próprio, os ruralistas culminariam por definir "padrões modelares" de desempenho da chamada pequena exploração e que consistiam, no mais das vezes, em decodificações da racionalidade específica da grande empresa agrícola. Disso resultaria um elenco de exemplos de produtividade máxima, por culturas e por estados, cujo intuito era privilegiar os produtos que se pretendia disseminar, consistindo, de fato, em metas a serem impostas ao pequeno agricultor[12].

Nesse sentido, a pretexto de "*dar a conhecer as condições de nossa terra e nossa gente*", facultando aos plantadores "*informações que lhes faltassem sobre nossa agricultura*", de modo a "*orientar suas escolhas quanto ao tipo de investimento a realizar*", vulgarizava-se uma nova ética de produção, emanada dos detentores do monopólio do *conhecimento racional e científico* (Caire, 1921, p. 11). A estes caberia indicar o que, como e quando plantar, sob os imperativos de uma lógica estritamente mercantil, destinada a incutir no pequeno produtor a máxima de "*nada cultivar ou criar para negócio, sem saber, mais ou menos, o quanto poderá gastar e ganhar*", não lhes sendo permitido esquecer que "*aprender agricultura é para produzir barato e vender bem*" (*Id. Ibid.*, p. 511-2).

As propostas de modernização/diversificação da agricultura então veiculadas, particularmente por autores/atores ligados à SNA, supunham estar resguardando a atividade da ameaça representada

[11] Dentre eles sublinhamos Martins, Francisco Dias. *ABC do agricultor*. São Paulo, Duprat, 1908; Brito, Saturnino de. *A escravidão dos pequenos lavradores*. Rio de Janeiro, Typ. Revista dos Tribunais, 1917; TRAVASSOS, J. Carlos. *Monografias agrícolas*. Rio de Janeiro, P. Souza & Cia., 1903; Caire, Nilo. *Guia Prático do pequeno lavrador*. São Paulo: Teixeira Ed., 1921; etc.

[12] Os trabalhos de Dias Martins, Bento Jordão de Souza e Nilo Caire são exemplos do que se afirmou, sobretudo no caso do primeiro autor. Em *A produção de nossas terras* Martins apresenta, da página 63 à 107, quadros detalhados sobre os mais diversos produtos agrícolas, em cada estado da federação, indicando o rendimento por hectare, o preço da produção e de venda, dando destaque a São Paulo, que se apresenta como a região de maior produtividade física e de menor custo produtivo de todo o conjunto. Seu objetivo é "*dar a conhecer, de perto, através do critério local, como é feita nossa produção agrícola, onde nascem, mesquinhas ou abundantes, as fontes de nossa vida econômica, para cada agricultor saber como orientar seu critério econômico*" (Martins, *op. cit.*, p. 6).

pela industrialização. No combate a uma prática econômica tida por desviante ou extemporânea, unificavam-se interesses de todo tipo de proprietários, tanto os submetidos ao imperativo da exportação — paulistas sobretudo — quanto os que tinham sua produção atrelada às virtualidades do mercado interno — mineiros e gaúchos especialmente. A crítica à indústria pelos favores por ela recebidos, significava postular o aproveitamento total das *vantagens naturais* da economia do país e, nesse sentido, a estratégia discursiva centrada na representação da agricultura como *desamparada* e *desassistida*, ganhava notoriedade, sobretudo quando contraposta aos "malefícios" inerentes à vivência urbano-industrial.

> "*Se compararmos as diferenças havidas entre o preço da produção agrícola e da manufatureira em 1914, com os preços dos mesmos artigos em 1920, chegaremos à conclusão de que os preços dos artigos da indústria se elevaram muito mais que os da indústria agrícola.* E os agricultores só resistem a essa diferença porque não fazem greves, porque trabalham doze e mais horas por dia. *Mas, se assim sucede, não vemos motivo para que se despreze a principal fonte de riqueza de nossa terra e que se deixe definhar a agricultura, única a nos engrandecer, em confronto com as outras nações*" (Alvim, 1920, p. 5-6. Grifos do autor).

A despeito da verificação do suposto desequilíbrio entre agricultura e indústria, a fala ruralista forçosamente refletiria a incorporação da dimensão industrial a seu horizonte, num indicativo simbólico do gérmen de integração do mercado interno. Ameaçadora, porém inevitável, a indústrialização era apropriada pelas percepções que estabeleciam para ela um lugar idealizado pelos agentes do discurso: o de apêndice da própria agricultura. Apesar de ser um *mal necessário*, a atividade fabril propiciava mercados seguros para a colocação de certos gêneros e matérias-primas agrícolas e, nesse caso, era percebida como um *ramo da agricultura*, como o indicaria Jordão de Sousa, ao descrever os três tipos de atividades agrícolas — os cultivos, as artes e as ciências — cabendo às segundas "*modificar, por meio de processos industriais os diversos produtos em estado natural, obtidos direta ou indiretamente do solo*" (Souza, 1922, p. 7).

Como se vê, a crítica ruralista à indústria não significava necessariamente, como o supõem certos autores[13], um convicto e extremado

[13] A esse respeito discordo de posturas como as de Capelato que, ao tratar do agrarismo defendido por um segmento da imprensa liberal paulista do período, sugere ser sua peculiaridade a rejeição ao postulado segundo o qual "ir para frente

antiindustrialismo. Para além do combate ao protecionismo governamental às mencionadas *indústrias artificiais*, foi a contestação à ordem urbana — núcleo da desordem e da insubordinação — o cerne dos discursos produzidos, sobretudo ao longo da década de 1920, resultando no acirramento da visão dualista do todo social que contrapunha campo e cidade, um como *oásis de harmonia e comunhão* e outro como espaço do *parasitismo* e conflituosidade. Reflexo do retrucar ruralista à crescente urbanização da sociedade foi a proliferação de compêndios didáticos, destinados a vulgarizar, com os alunos das escolas primárias da cidade, o amor aos campos como cerne do "caráter nacional"[14].

Ressalte-se, entretanto, que a divulgação da imagem da agricultura como essência da "nação" também se fez com base no paradigma da atividade modernizada e mecanizada, difundindo-se com aquela, o preconceito contra o agricultor tido por atrasado, como o demonstra o Capítulo X da cartilha de autoria de Ezequiel Ubatuba, utilizada na rede escolar mineira:

> "Perg. 1.ª — Como se lavra a terra?
> *Resp. 1.ª — Antigamente preparava-se a terra com a enxada, mas hoje o* lavrador inteligente usa de máquinas.
> *Perg. 2.ª — Que máquinas são?*
> Resp. 2.ª — O arado, a charrua, a semeadeira, ceifadeira e outras muitas.
> Perg. 8.ª — Faz-se também a lavoura sem máquinas?
> *Resp. 8.ª — Também, mas é* muito penosa e demorada" (Ubatuba, 1917, p. 14-5. Grifos do autor).

A insistência com que se representava o abandono e desproteção da agricultura, por outro lado, servia para instituir o Estado como agência supervisora da atividade, mediando desequilíbrios inter e

significa industrializar-se". Capelato, Maria Helena. *Os arautos do liberalismo*. São Paulo, Brasiliense, 1988, p. 49. Em meu entendimento a linha divisória entre ruralistas e anti-ruralistas era muito tênue, distinguindo-se apenas no tocante à ênfase com que se criticava o protecionismo industrial e não numa rejeição/defesa unilaterais da industrialização.

[14] Para Nagle o movimento de "ruralização do ensino" seria uma tentativa de transformar a natureza da escolarização, adaptando a escola, seus padrões de cultura e ensino, às peculiaridades do meio social em que se inserem, de modo a torná-los mais próximos das experiências infantis. Corresponderia, assim, à regionalização do ensino, embora com um traço em comum: a valorização do conteudo fisiocrático atribuido à terra. Nagle, Jorge. *Educação...*, *op. cit.*, p. 234-5.

intra-setoriais. Tal como foi visto no caso da formação e expansão do mercado de trabalho, dele também exigia-se participação na empresa "modernizadora", por meio de iniciativas que, direta ou indiretamente, ultrapassavam o escopo da ação privada. Embora ainda pensado a partir das premissas do liberalismo, o Estado assim concebido, distanciava-se bastante da função meramente consultiva, em matéria econômica, que lhe fora conferida ao longo do Império.

Oscilando entre as influências dos liberais reformistas europeus e dos propositores de uma nova ordem social difundida no pós-Primeira Guerra — com realce para as idéias protofascistas[15] — certos ruralistas presentes na amostra estudada acabariam por visualizar um papel específico para a ação estatal pretendida, baseado no princípio do controle sobre a competição. O afã da harmonização insinuava-se em seu pensamento, esboçando uma inflexão em prol do fortalecimento do poder público, ainda que tal questão não configurasse um consenso no bojo do debate ruralista. A noção da prevalência do bem comum sobre o *individualismo desorganizador*, entretanto, já estaria subjacente ao debate[16].

A formulação de um projeto econômico para o país, cujo fulcro residia na ratificação da *vocação eminentemente agrícola* e na definição de uma tarefa "modernizadora" reservada ao Estado, pode ser tomada como a essência do debate ruralista em suas múltiplas nuanças. As divergências ocorreriam quanto à disputa política por sua instauração, assumindo a questão do Estado, ênfases diversas segundo os interesses que se buscava preservar ou fortalecer. Para as frações dominadas da classe dominante agrária, tratava-se de contra-arrestar a hegemonia paulista, tornando-se a defesa do Estado interventor um expediente para tanto. Já para segmentos da grande burguesia

[15] Segundo Lamounier essas correntes são muito anteriores ao fascismo como doutrina e movimento político, achando-se plenamente configuradas mesmo antes de 1910 e já presentes no Brasil, tendo exercido inequívoca influência sobre a formação do que o autor denomina de "ideologia de estado". Lamounier, Bolivar. "Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República: uma interpretação". In: Fausto, Bóris (org.). *HGCB*, São Paulo: Difel, 1977, tomo III, vol. 2, p. 342-74, p. 361.

[16] Por certo, a leitura dos *eminentes teóricos nacionais* com destaque para Alberto Torres, o mais citado por nossa população de autores, não deve ser subestimada como uma das condições extratextuais dessa produção discursiva, nem tampouco o fato de serem os agrônomos seus agentes mais confessos, cujo "objetivismo tecnocrático" certamente lhes assegurava lugar de relevo no aparelho de Estado no projeto de nova ordem social assim esboçado.

paulista, o papel do Estado teria limites tão precisos quanto os do próprio sistema de dominação em vigor, pois afinal, como o afirmava Cincinato Braga, ao sugerir a "sampaulização" progressiva da economia brasileira, "*São Paulo estava destinado a ser mais do que um compartimento federativo comum, cabendo-lhe, porisso mesmo, conduzir e integrar à sua órbita a* nova civilização agrícola *almejada*" (*Apud* Saliba, 13, p. 7. Grifos do autor).

Diante dessa divergência, latente na urdidura do discurso ruralista, não seria casual que fosse, justamente, na discussão acerca da permanente escassez de capitais para a agricultura, que a questão do Estado emergisse de modo mais explícito, veiculada por intermédio de propostas distintas de obtenção de crédito agrícola, tendo por substrato concepções igualmente diversas da organização da sociedade como um todo e do papel do Estado em particular.

O critério agrícola: liberalismo e antiliberalismo em confronto

Uma vez que a insuficiência de capitais para a agricultura era apontada como um dos componentes do *atraso*, a defesa da multiplicação do número e dos tipos de estabelecimentos de crédito convertia-se num dos carros-chefe da fala ruralista, comportando a denúncia da subordinação da agricultura ao capital comercial e financeiro, sobretudo por parte daqueles agentes que se faziam porta-vozes dos segmentos de proprietários cuja valorização do capital se dava na esfera exclusiva da produção, obrigados a recorrerem, sistematicamente, a empréstimos bancários.

As propostas para obtenção de crédito agrícola presentes na amostra analisada assumiriam, por isso mesmo, em sua quase totalidade, a idéia da união dos diversos segmentos de produtores, como instrumento do fortalecimento da *classe agrícola*. O objetivo do debate que dividia as forças ruralistas em matéria de crédito agrícola era, de modo geral, um só: a busca de meios que assegurassem a permanência, em mãos dos fazendeiros, de parcela crescente dos capitais necessários à concretização da propalada "modernização" da agricultura. Em virtude a este fator, boa parte dos projetos estudados lançariam mão da estratégia discursiva de eleger um "inimigo" comum aos distintos grupos de proprietários, de modo a referendar adesões contra ele: os intermediários seriam seu alvo.

Para atingí-lo, dois caminhos eram sugeridos. Ora o crédito bancário oficial, ora o cooperativismo, cada um deles traduzindo, por sua vez, intenções diversas de seus propositores, uns voltados para a questão da reprodução do capital agrário, pura e simplesmente, e outros dirigidos para a reorganização global da sociedade rural, mediante a instauração de uma ordem mais eqüitativa e harmônica entre seus componentes.

Para os defensores do estabelecimento do crédito oficial agrícola, a problemática da escassez do numerário era apreendida por dupla premissa: por uma lado, a ratificação da terra como fundamento dos empréstimos e, por outro, a desigualdade da competição estabelecida entre as frações agrária e financeira do capital. Esta última, segundo eles, ao impor àquela práticas puramente comerciais e distanciadas das "leis" e ritmos próprios à natureza da atividade agrícola, teimavam em desconhecer que "*na lavoura tudo é demorado; o fator tempo é constante e fatal; dele não se pode prescindir e ele é o maior entrave ao seu progresso*" (Franco, 1927, p. 16). Por essa razão formalizavam sua demanda por instituições creditícias oficiais altamente centralizadas.

Oscilando entre as propostas de criação de bancos nacionais hipotecários e de defesa da concessão da faculdade emissora a um só estabelecimento bancário público, especialmente voltado para a lavoura, atribuía-se ao Estado, e somente a ele, o poder de "libertar" a agricultura da tutela dos bancos comerciais privados e dos comissários. Esta seria, na visão desses autores, a oportunidade do Estado — em débito para com a agricultura — saldar sua dívida para com a *única fonte da riqueza pública*, por ele tratada, desde a emergência da indústria, com *indesculpável indiferença*. Preocupados com o atendimento pragmático a necessidades imediatas, os defensores das instituições públicas de crédito centralizado extraíam sua lógica argumentativa de seu próprio estatuto de detentores da propriedade, isto é, sustentáculos "legítimos" da nação. Em nome da propriedade julgavam-se aptos a proporem, por exemplo, o fim da distinção entre o crédito real e o crédito móvel, de modo a tornar-lhes mais fácil o acesso tanto ao capital de custeio, quanto àquele para operações de longa maturação, fora do circuito dos bancos comerciais.

O grau de identidade estabelecido entre propriedade da terra e riqueza pública era de tal monta, que serviu de base às mais inusitadas propostas, como por exemplo a do funcionário da Secretaria da Fazenda do estado de Minas Gerais, Cícero Alvim, para quem o

crédito oficial desejável seria aquele fundado na emissão de papéis tendo por lastro direto a terra:

> *"Provada que fosse a legitimidade do domínio sobre a propriedade, o interessado procuraria o representante do Estado e a ele proporia um empréstimo* a prazo longo, oferecendo como garantia o imóvel. *O Estado emitiria notas no valor correspondente a este,* sem juros. *Vencido o prazo o prestamista teria de entrar com o papel para os cofres do Estado, em troca da* desoneração da propriedade *ou, na falta de pagamento, este a venderia para se indenizar e, em seguida, incinerar a importância correspondente ao empréstimo"* (Alvim, 1920, p. 7. Grifos do autor).

A despeito da enorme variação das modalidades propostas, todos convergiam, entretanto, para um mesmo ponto: a necessidade de habilitar os distintos setores da classe proprietária rural — sobretudo aqueles menos envolvidos com o grande capital internacional — com instrumentos financeiros ágeis o bastante para dar conta da expansão do mercado de trabalho. Esta seria a justificativa esgrimida pela maioria dos autores de modo a legitimar suas sugestões, ainda que se saiba não ter sido o assalariamento a solução incorporadora da força de trabalho nas atividades rurais do período. Ainda assim, insistia-se em afirmar que *"privada do elemento servil, a nossa situação agrícola é, neste momento, completamente outra: exige uma assistência financeira diária, provocada* pelas *necessidades do trabalhador que, de simples produtor se tornou um grande consumidor"* (Rezende, 1918, p. 30).

A terra, dessa feita, era pensada como fundamento de transações financeiras rápidas o bastante para dar suporte a uma acelerada capitalização do campo, porém sem que se fundasse o risco da mercantilização da propriedade, como costumava ocorrer no caso do envolvimento com o capital bancário privado. O que estava em pauta era a definição de uma modalidade de crédito agrícola que conciliasse padrões ditos tradicionais e modernos, em que a figura do redesconto assegurasse ao Estado/banqueiro a compensação pelo capital imobilizado ou emitido em prol dos donos da terra, a quem interessava quebrar o "círculo de ferro" da intermediação comercial e financeira privada. Em tese apresentada ao Congresso Fluminense de Café do ano de 1927, assim se colocaria o Presidente da Sociedade Fluminense de Agricultura e membro da SNA, Fernando de Barros Franco:

> *"O ideal para o lavrador é* ter em banco uma conta corrente com garantia hipotecária, na qual ele possa sacar quando bem entender, *até o limite do valor e à qual recolherá o produto de suas safras, agindo, portanto, sem peias, com liberdade e desassombro, sem o ônus relativo a juros que ele não tem necessidade de pagar"* (Franco, 1927, p. 20. Grifos do autor).

A defesa do estabelecimento do crédito hipotecário mediante uma agência pública central não contaria, no entanto, com unanimidade no debate ruralista. Tal é o caso da proposta do engenheiro militar e deputado federal paranaense Luiz Bartholomeu, cuja relevância podemos aquilatar pelo fato de ter ela merecido duas edições consecutivas pela Imprensa Nacional, num espaço de tempo tão curto como o biênio 1924-25. Consistindo numa espécie de libelo contra a hegemonia paulista[17], seu ponto de partida é a crítica ao próprio regime republicano, o que tornava-o cauteloso quanto ao papel do Estado como gerenciador exclusivo do crédito agrícola. Também a instauração de um só organismo centralizado mereceu discussões, em virtude da facilidade com que tal sistema se prestaria à manipulação no atendimento dos interesses de poucos grupos, em detrimento daqueles afetos à *produção verdadeiramente nacional*, isto é, relativa a todos os estados e a todos os tipos de proprietários.

Perante esses aspectos, o autor propunha um regime de bancos agrícolas regionalizados, onde a eficiência da iniciativa privada se combinasse com os recursos do subsídio público, gerando *"um sistema de unidades autônomas, federadas, que ampara à grande e pequena lavouras, constituindo uma organização geral sistematizada que não protege* alguns, *mas* todos *os produtos"* (Bartholomeu, 1925, p. 48. Grifos do autor). Segundo ele,

> *"Se é evidente que uma organização bancária que servisse ao café dificilmente poderia atender aos interesses do* resto da produção — *como então designavam-se à pecuária e a produção agrícola variada — porque haveríamos de mudar de rumo, instituindo um só aparelhamento bancário para amparar* toda *a produção nacional, sobrecarregando-a ainda com a obrigação de atender a outros fins?"* (*Id. Ibid.*, p. 257, grifos do autor).

[17] O trabalho em questão refere-se ao projeto apresentado por Sampaio Vidal e Cincinato Braga — respectivamente Ministro da Fazenda e Presidente do Banco do Brasil — à Câmara dos Deputados em 1923, visando transformar o Banco do Brasil em emissor e organizar um Banco Hipotecário cujas linhas de crédito apenas dariam prioridade às operações com café, linhas férreas, jazidas de minérios e fundação de altos fornos de laminação de aço, particularmente as situadas em São Paulo. Por seu caráter abertamente regionalista e marginalizador, seria ele derrotado em 1924, graças à oposição movida por uma aliança de bancadas — sobretudo baiana, gaúcha e pernambucana — da qual Bartholomeu fazia parte.

Tamanhas discordâncias acabariam por adiar para um futuro indeterminado a possível instauração de mecanismos concretos e efetivos para a irrigação financeira da agricultura no período.

Já a segunda corrente de propostas concernentes ao crédito agrícola acima mencionada consistiu naquela dos defensores do cooperativismo, calcados no princípio da solidariedade como instrumento da organização de interesses e enfrentamento do *atraso*. Pressupondo algo mais do que a mera estipulação de expedientes econômicos de intervenção no real, a idéia cooperativa, ao depositar na ação coletiva, a premisssa do bem-estar geral dos homens, surge em nossa amostra num duplo registro: como meio de tornar viáveis interesses comerciais e financeiros de caráter imediato e como núcleo de uma doutrina que traz em seu bojo uma concepção alternativa da ordem social. Ambos os casos traziam a marca da influência do exitoso movimento cooperativo em voga no mundo ocidental, desde a crise internacional dos preços agrícolas da década de 1890[18].

A eliminação do conflito por meio da cooperação era uma das vigas-mestras dessa doutrina, juntamente com o não envolvimento do Estado na vida econômica, garantindo-se para a iniciativa privada o espaço de motor da organização social. Todavia, uma vez que se alastrasse pelos mais distintos rincões, penetrando realidades socioeconômicas as mais diversas, o cooperativismo sofreria reformulações, admitindo até mesmo a defesa de seu original alvo de críticas, o Estado (Hugon, 1970, p. 295). Fruto das vicissitudes da "era dos impérios", o cooperativismo, em seu trajeto de movimento a doutrina, se tornaria um solo fértil para o florescimento de projetos de enquadramento e controle social, baseados na fragmentação/reorganização da sociedade por intermédio de atribuições funcionais[19].

No caso brasileiro, o heterogêneo conjunto de idéias baseadas nos

[18] Atingindo seu apogeu na Europa e nos Estados Unidos entre 1890 e 1910, o cooperativismo tornou-se a opção dos sem-terra e dos proprietários de terra sem bens líquidos, constituindo-se, juntamente com a emigração, na válvula de escape para as pressões sociais latentes no período em decorrência da crise agrícola do período.

[19] Para alguns autores o cooperativismo rural brasileiro sofreu forte influência da ordem corporativa européia, patenteando que "a associação é o organismo que pretende assegurar a colaboração dos empregadores e dos assalariados, reagindo contra a separação do capital e do trabalho sob um regime de grande disciplina e organização". Rios, Gilvando S. Leitão. "Pré-cooperativismo: etapa queimada". In: *A problemática cooperativista no desenvolvimento econômico*. São Paulo/Bonn: Friedrich Naumann, 1977, p. 315-47, p. 317.

princípios da mutualidade, solidariedade ou cooperação penetrou a cena do social alojando-se tanto no pensamento daqueles que, no nível do espaço urbano, disputavam entre si a organização da incipiente classe operária, quanto no dos elementos vinculados à *regeneração da agricultura*. Na leitura ruralista, que mais de perto nos interessa, a cooperativa era concebida não somente como instrumento que tornaria viável a racionalização produtiva e comercial da agricultura, mas também como elemento de arregimentação e organização da *dispersa e isolada população rural*. Buscando incutir nesta as virtudes da solidariedade e colaboração, os cooperativistas supunham estar combatendo suas tendências atávicas, tornando-a *força produtiva nova*, posto que coletiva. A marca da distinção entre o cooperativismo brasileiro e aquele vitorioso na Europa e nos Estados Unidos residiu, entretanto, na noção de tutela, inexistente nas experiências anteriores.

Suposto canal de difusão do crédito e da assistência técnica aos produtores rurais, a cooperativa teria a si atribuído, pelos ruralistas brasileiros, o estatuto de agenciadora do capitalismo no campo, ainda que sob um viés claramente antiliberal e estratificador das diferenças. Malgrado esse pressuposto, o pensamento dos primeiros cooperativistas brasileiros estaria marcado por profundas divergências, podendo ser divididos em dois grupos, aqui nomeados, na falta de melhor designativo, de "empresarial" e "doutrinário", segundo suas intenções e propostas.

O primeiro era integrado pelos que visualizavam a união cooperativa como meio de contra-arrestar as tendências baixistas vigentes no mercado, propondo sua multiplicação de modo a promover a quebra da ascendência dos intermediários comerciais e financeiros. Sem partilhar dos princípios doutrinários do movimento, o objeto da proteção almejada por tais agentes era o proprietário rural, mais particularmente, o grande proprietário, a quem caberia valorizar seu lucro pela extensão de suas atribuições à órbita da circulação. Significativamente, todos os defensores desta vertente, presentes na amostra estudada, vinculavam-se à grande burguesia cafeeira paulista.

> *"Sob todos os aspectos, de qualquer forma que seja encarada nossa situação, os sindicatos agrícolas para o alargamento do consumo de café e comércio direto entre lavrador e consumidor se nos afiguram o mais poderoso passo no caminho da reabilitação econômica. Esse desideratum, só o conseguiremos por meio de* sindicatos e cooperativas agrícolas

que possam organizar-se imediatamente, com o concurso de lavradores inteligentes e patriotas" (União dos Lavradores de São Paulo, 1903, p. 6-7. Grifos do autor).

Transparecendo nitidamente seu caráter "empresarial" e de iniciativa exclusivamente particular, mediante a proposta da participação do proprietário nas várias etapas do processo de produção e comercialização, tal seria o limite dessa vertente do cooperativismo, temerosa da prerrogativa legalmente concedida às cooperativas de intermediarem o crédito e as vendas em favor de seus associados [20], o que poderia propiciar extensão de formas mais "igualitaristas" a proprietários e produtores de distintos portes. A cooperativa em sua concepção doutrinária, isto é, como célula organizativa básica dos segmentos sociais rurais, espaço de congraçamento entre as diferenças, somente seria aceita por estas frações agrárias da classe dominante numa única acepção: como instituição disciplinar de pequenos produtores, criada por *empresas privadas idôneas*[21]. Como canal que tornaria viável uma dada visão da ordem, que implicasse na ingerência do Estado na organização social do campo, cooperativas e cooperativismo não contariam com o beneplácito desse grupo de proprietários.

Já a corrente integrada pelos que chamamos de "doutrinários" era composta, em sua totalidade, por agrônomos, porém aqueles sem nenhuma ligação com a propriedade, configurando uma posição peculiar no debate. Afinal, tratava-se de um grupo de profissionais técnicos, de extração social marcadamente urbana, tentando integrar-se à ordem rural pela via do saber, por meio do processo de reconversão de um capital que era simbólico, em capital político. Diferentemente dos agrônomos oriundos da ESALQ, em sua grande maioria ligados à propriedade e defensores do projeto de educação

[20] A passagem diz respeito ao artigo 10.º da Lei de 1903 que, apesar de definir a cooperativa como subordinada ao sindicato, previa também a possibilidade de instalarem-se as primeiras de forma isolada e autônoma, contrariando os interesses do grande capital cafeeiro.

[21] Esta versão seria defendida, por exemplo, pelo Banco Cooperativo Comercial de São Paulo, na voz de seu advogado, o bacharel Fonseca Vieira. Para ele, *"o cooperativismo é uma das instituições que mais exige ordem, disciplina, obediência, economia, moderação, método e força de vontade (...). O lavrador é inculto e indisciplinado, porque em regra não quer submeter-se à disciplina, porque gosta de ostentar que é livre e independente. A ele, pois, a cooperativa"*. Vieira, J. Fonseca. *O crédito agrícola e a ciência da cooperação*. São Paulo, José Najm, 1916, p. 20.

agrícola, estes "agrônomos sem terra" teriam no cooperativismo o núcleo de sua proposta .

Custódio Sarandy Raposo, José Saturnino de Brito e Fábio Luz Filho — sintomaticamente todos fluminenses e diplomados pela Escola de Agronomia do Rio de Janeiro — seriam os principais arautos da nova ordem idealizada para o campo, tendo por vértice a cooperativa como fator de incentivo à colaboração entre as classes. A suposta ação transformadora enunciada pela fala desses agentes voltava-se para o combate à ignorância e à miséria "orgânicas" ao homem rural brasileiro, por intermédio da agremiação, numa só entidade, de diferentes *profissionais rurais*, ligados a um mesmo ramo de atividades, fossem eles *empregadores ou empregados*. Por tal via a cooperativa era representada como capaz de superar as desigualdades e injustiças sociais no campo.

Dizendo visar o fortalecimento do pequeno produtor, pelo incentivo de um processo de cooperação mútua que lhes garantisse acesso ao crédito e à técnica, os "doutrinários" brasileiros acabariam por criticar a grande propriedade e os atravessadores, denunciados como causas da instabilidade social no campo, diante da mobilidade e do isolamento da mão-de-obra que promoviam pois, como o apontava Saturnino de Brito "a *inconstância da propriedade rural transformou a pequena população dos campos em pequeninas tribos nômades, ao sabor de proprietários que lhes determinam o que lhes convém*" (Brito, 1917, p. 8).

O discurso assistencialista dos "doutrinários" também elegia o sistema cooperativo como responsável pela construção da própria *identidade do homem rural brasileiro*, pela generalização do vínculo da solidariedade profissional, ordenando o que era tido por disperso, inorgânico e improdutivo. Para alcançar o sucesso desejado, no entanto, era preciso que o cooperativismo proposto tivesse abrangência nacional, traduzido num sistema que hierarquizasse distintos níveis de agremiações cooperativas, promovendo *"o congraçamento de todos os produtores rurais em* consórcios municipais profissionais-cooperativos; federações estaduais de consórcios e confederação nacional de consórcios profissionais-cooperativos" (Raposo, 1911, p. 107. Grifos do autor).

Dentro da concepção verticalmente hierarquizada do sistema idealizado, a cooperativa desempenharia papel essencial, o veículo mais ágil de *"ação econômica e de educação moral e profissional das classes agrícolas, ensinando-lhes a noção de seus direitos e suas obrigações em face*

da natureza e de seus semelhantes" (Luz Filho, 1926, p. 147). O fundamental era que o cooperativismo, em seu aspecto pragmático, pudesse transformar-se no instrumento da disseminação generalizada do crédito agrícola, harmonizando o equilíbrio entre grandes e pequenos produtores, sob a tutela do Estado.

Supondo promover a fixação dos homens à terra, neles incutindo o *gosto pelo trabalho*, o desdobramento natural desse cooperativismo verticalmente concebido seria um sistema "*que manda que* todas as classes *se submetam aos* deveres sociais, *insofismáveis*" (Brito, 1920, p. 4, grifos do autor). Nesse sentido percebe-se o efetivo caráter doutrinário do trabalho desses primeiros cooperativistas como agentes difusores de uma nova mentalidade a enraizar-se, lentamente, no senso comum brasileiro, tendo por fulcros o antiindividualismo e uma visão orgânico-corporativa da sociedade.

Quanto a seu papel de instrumento que tornaria viável a distribuição de recursos para a agricultura, a cooperativa somente seria bem sucedida, nos moldes propostos, mediante a intervenção da única instância tida como qualificada pelo discurso como dotada de envergadura para concretizá-lo: o Estado. Fosse por meio da direção de uma campanha propagandística em prol da cooperativização do campo ou mediante a fundação de um banco central dotado de agências ramificadas até o nível local, era aos poderes públicos que os "doutrinários" delegavam competência para instalação do sistema verticalizado por eles concebido.

"*As caixas rurais, com sede no centro dos municípios, devem ter a mesma constituição que as que se forem formando no interior deles (...). De forma que, obedecida a característica verdadeira da instituição em todas elas, a que ficasse no centro, continuaria, com o desenvolvimento do grupo, como central da federação de todas elas, até que a federação se generalizasse pelo Estado, vindo então a vez de uma central geral. A cooperação corrige os defeitos dos regimes pouco escrupulosos no terreno econômico*" (Brito, 1920, p. 108).

A contrapartida a tamanha capilaridade seria a possibilidade de um controle equivalente sobre o espaço agrário e os homens a ele integrados, a ser efetivado pelo Estado em nome do bem comum, uma vez que "*praticado esse plano, o Brasil saberá quantos indivíduos atuam no desenvolvimento da riqueza rural, qual a área de terras utilizada, quais os volumes das produções, conhecerá, enfim, a coisa a administrar*" (Raposo, 1911, p. 108). O grau de tutela estatal embutido no sistema cooperativo imaginado chegaria a atingir o próprio âmbito da produção, mediante o atributo de um papel padronizador à cooperativa.

De corte obviamente anticonflitual e interclassista, a fala dos cooperativistas erigia-se em defesa de uma ordem agrária tida por "avassalada" pelos efeitos do pólo urbano-industrial. Era contra este *mau exemplo* que se precisava reagir. Prevenir contra os riscos de estenderem-se ao campo os males decorrentes da *competição desenfreada* somente seria possível pela "reciclagem" da *vocação eminentemente agrícola do país*, porém sob o imperativo da ordem, a qual, no caso dos doutrinários, significava a subsunção do indivíduo aos grupos de identidade coletivamente construídos pelo viés da solidariedade profissional, instrumentalizada pelo Estado.

Contraditória e ambigüamente, no entanto, eram os próprios valores urbanos que serviam de eixo estruturante das propostas elaboradas: fundamentando seu projeto modernizante sobre critérios tais como eficiência e racionalidade, esses agentes apropriavam-se de princípios ancorados no universo fabril, promovendo uma retradução do campo à sua luz. A cooperativa passava a ter por função, a disseminação desses valores junto aos produtores — pequenos em particular — a quem caberia integrar essa autêntica *escola de moralidade*. A despeito de constituir-se em contraposição à cidade e à indústria, o discurso cooperativista prestava-se a consolidar justamente aquilo que dizia combater: a ética urbana e a gestão científica da produção rural.

Ainda que em termos práticos tenham sido escassas as realizações desses teóricos no período em foco, seu trabalho de doutrinação parece ser fundamental como precursor de uma dada concepção social que encontraria sucesso no imediato pós-30. O projeto dos cooperativistas preparava caminho para a instauração do corporativismo no país, prenunciando que "*a existência de um* povo *é a* associação orgânica de esforços. *Todas as suas partes componentes devem ligar-se por interesses recíprocos*" (Luz Filho, 1923, p. 244, grifos do autor).

Como se pôde perceber, no tocante às frações dominadas da classe dominante, cujas demandas foram aqui valorizadas, a criação de uma agência do aparelho de Estado voltada para a agricultura ganhava foros de urgência na fala de seus porta-vozes. Justamente por essa razão ela será analisada em separado, a partir da perspectiva de sua articulação com as próprias posições integrantes desse debate, de modo a ser possível avaliar em que medida os projetos a ele inerentes tiveram força e ressonância no "mundo do governo".

Capítulo 5

CERES E A POLÍTICA

Conforme já visto, o ruralismo brasileiro, tal como aqui proposto, implicou em um movimento organizativo e um debate de idéias, tendo por fulcros as noções de *crise* e *atraso* da agricultura e por motor a idéia de modernização. Coerentemente com o tríplice foco do objeto exposto na Introdução, é necessário, agora, analisar em que medida e intensidade as demandas daí decorrentes tiveram sua inscrição assegurada no nível da sociedade política, materializando-se no aparelho de Estado sob a forma de agências e/ou programas de intervenção numa realidade assim representada.

Considerando-se que o processo de construção do Estado é permanentemente inacabado e em contínua interação intercambiante com as demais dimensões que com ele integram uma dada configuração social (ELIAS, 1975), é oportuno discutir a relação Agricultura/Estado no Brasil do período, partindo do estudo da constituição e atuação de uma instância do poder público especialmente voltada para as "questões do campo". Por tal ótica, será possível tratar não somente de políticas públicas agrícolas, *stricto sensu*, como também do simultâneo processo de construção e expansão da ossatura material do Estado brasileiro, segundo as pressões e contrapressões de grupos e/ou setores sociais em busca da institucionalização de seus interesses específicos.

Uma vez que as práticas político-institucionais sustentadoras da chamada "modernização da agricultura" expressam sempre tentativas de reorientar a atividade para o atendimento de certos segmentos

de produtores a ela ligados — ou mesmo outros externos a ela[1] —, têm-se que os sucessivos processos para intentá-la fundam-se, no mais das vezes, em modelos de evolução (ou desenvolvimento) que se colocam como "superadores do ex-novo", imediatamente tornado tradicional. Cada um deles costuma apresentar-se, ao mesmo tempo, como único e verdadeiro, mediante a negação ou desqualificação dos postulados e ações anteriormente dirigidos à agricultura.

Dessa feita, como já foi observado no tocante à atuação da Sociedade Nacional de Agricultura e ao debate ruralista, os mecanismos recomendados como capazes de dinamizar e "regenerar" a agricultura se conformavam, via de regra, mediante a atribuição de qualificações negativas ou a alteridade dos agricultores — os pequenos sobretudo —, conferindo-se ao discurso modernizador um caráter perenemente domesticador e civilizador. A proposta de uma "nova" agricultura, racional, científica e progressista, superadora do *atraso*, da *rotina* e da baixa produtividade, acabaria por imputar aos *estreitos horizontes dos produtores* — perante sua suposta resistência às inovações e seu baixo nível de escolaridade — a condição de obstáculos à sua plena instalação, graças à incapacidade daqueles de operarem com cálculos e procedimentos racionais. Para além desta problemática, é também a crítica permanente à ação insuficientemente protecionista dos governos, o canal de pressão/expressão mediante o qual se constróem dois outros atributos da agricultura tida por modernizada: a diversificação produtiva e a abundância de créditos.

Tomando tais elementos como ponto de partida, grupos e setores diversos da classe proprietária rural do período abririam espaços para a ampliação da intervenção estatal em matéria de agricultura, conquanto nas fímbrias de um liberalismo econômico progressivamente desgastado, mormente após a Primeira Grande Guerra. A primeira Política de Valorização do café seria o marco mais notório dessa tendência, sistematicamente consagrado pela historiografia especializada. Porém, a meu ver, ele não seria o único.

A criação do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC), um dos aparelhos de Estado de segunda grandeza e frequentemente subestimado por esta mesma produção historiográfica, seria um outro, simultaneamente produtor e veículo das pretensões e propostas "modernizantes" de frações distintas da burguesia agrária brasileira, pólo de interseção e canalização de demandas das assim chamadas "oligarquias bagageiras" da Primeira República[2]. Peça menos "desprezível" do que se imagina, tanto para a manutenção do equilíbrio de forças do jogo político do período, quanto para a configuração da ossatura do aparelho de Estado brasileiro, o Ministério chegaria a prefigurar, em muitos aspectos, práticas institucionais que seriam ratificadas no pós-30, como será visto adiante

[1] A esse respeito ver Neves, Delma Pessanha. "As políticas agrícolas e a construção do produtor moderno". Trabalho apresentado ao X Encontro Anual da ANPOCS. São Paulo, Águas de São Pedro, 1986 (mimeo). Dentre tais motivações externas ressaltam-se: a subordinação à indústria produtora de insumos agrícolas; a extensão da própria presença ou legitimidade do Estado; a cooptação de agricultores a determinadas políticas públicas e, sobretudo, a suposta resolução para problemas sociais urbanos.

Disputas em torno à expansão do Estado

Fruto da campanha movida por setores de grandes proprietários agrários situados à margem do epicentro do poder republicano, a criação do Ministério pode ser encarada sob dupla ótica: por um lado, como uma conquista desses segmentos e, por outro, como uma resposta político-institucional da fração de classe hegemônica no período, tentanto imprimir sua direção e consenso a toda a classe dominante. No primeiro aspecto, trata-se de recuperar a idéia de que nem a grande burguesia cafeeira chegou a constituir-se em classe de âmbito nacional, nem tampouco deixara de ser regional a expressão política dos demais segmentos da classe dominante, sobredeterminando uma dinâmica segundo a qual o Estado, malgrado desprovido do suporte de um mercado nacional integrado, deveria contemplar, em qualquer nível, os interesses das demais classes e frações de classe integrantes do bloco no poder posto que, apesar disso, consistia num Estado Nacional[3].

[2] Essa expressão, consagrada pela historiografia, deriva da conhecida parábola de Artur Neiva segundo a qual *"São Paulo é a locomotiva que puxa os vinte vagões vazios da Federação"*. *Apud* Aureliano, Liana Maria. *No limiar da industrialização*. São Paulo, Brasiliense, 1981, p. 82.

[3] Referindo-se a esta questão, assim manifesta-se Aureliano: "Ainda assim, a burguesia cafeeira consolida sua hegemonia. A forma como o faz revela, contraditoriamente, sua força e sua fraqueza, sua potência e sua debilidade: a condição para que assim se mantenha será uma "pulverização" do poder de Estado, abrindo mão de parte dele em benefício de outras frações". Embora concordando com a idéia global da autora, discordo do aspecto de "concessão" com o qual enfatiza o problema, deixando de lado a luta que efetivamente era movida contra o grupo, resultando bem mais de conquistas do que de "dádivas" políticas.

Quanto ao segundo aspecto, vale a pena resaltar que o Ministério viria a constituir-se num canal difusor, de dimensões nacionais, da versão ruralista da ideologia do progresso, integrando-se ao exercício de hegemonia da grande burguesia paulista fundamentado, dentre outros aspectos, sobre a elevação da pesquisa e do estudo científico da agricultura à condição de *necessidade premente* ao país.

Referidas à superação do que se supunha real — *crise* ou *atraso* da agricultura — as políticas agrícolas constituídas a partir do órgão iriam orientar-se por interesses atribuídos a agricultores modernos idealizados, à procura de atualização dos mecanismos destinados tanto à valorização da produtividade e da rentabilidade agrícolas, quanto ao controle da própria agricultura e dos produtores rurais. Insistindo na vulgarização de padrões modelares de desempenho, o discurso modernizador enunciado pela agência acabaria por construir uma alternativa tida como viável ao *progresso do campo*, ao mesmo tempo em que contribuiria para ratificar a outra face desta medalha, isto é, a "invenção" do *atraso*, tão cara ao pensamento social brasileiro até nossos dias.

A despeito do nível de idealização sobre o qual repousava, a modernização pretendida dependeria do suporte que porventura lhe fosse prestado pela correlação de forças presentes na cena política e seu grau de tensão, numa conjuntura em que a disputa entre setores dominantes agrários regionais de extração diferenciada agudizava-se, em torno à competição pelo atendimento dos mercados domésticos e internacional, progressivamente assenhoreados pela produção agrícola e industrial paulista[4].

Por tudo isso, o estudo do Ministério e do significado das representações por ele propagadas, não deve esgotar-se em sua eficácia ideológica ao prescrever, ordenar e hierarquizar simbolicamente aqueles sobre os quais elas recairiam, mas também incorporar a *dimensão política* de sua construção, seus agentes e objetos privilegiados. Somente assim é possível depreender o dissenso no aparente consenso, bem como o jogo de conflitos e ambigüidades inerente ao sistema de dominação vigente na Primeira República.

[4] Para Cano, o grande responsável pelo nascimento e consolidação da agricultura comercial de alimentos no país seria o estado de São Paulo, como o comprovam os índices reveladores de sua progressiva auto-suficiência com relação às importações de gêneros. CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. São Paulo: Brasiliense, 1977, p. 44 e ss.

Espaço político-institucional da articulação de frações dominadas da classe dominante, o MAIC contribuiria para a estabilidade relativa do referido sistema, mediante o patrocínio de práticas em seu benefício, tentando diminuir a desigualdade de sua participação junto ao poder público. Com base nesta perspectiva, o estudo do processo de constituição, expansão e atuação dessa agência do aparelho de Estado revela-se paradigmático tanto da existência de um efetivo eixo alternativo de poder na Primeira República[5] — em paralelo e de contornos não tão precisos quanto os da chamada "política do café com leite" —, quanto das premissas institucionais da modernização conservadora em gestação.

Ainda que em termos econômica e estatisticamente palpáveis a eficácia das práticas instauradas pelo MAIC deva ser relativizada em virtude de inúmeros obstáculos à plenitude de sua atuação, será privilegiado nesta análise seu significado político-ideológico, haja vista ser uma das principais funções do Estado a organização das próprias classes dominantes perante a regulação do conjunto da formação social.

Mesmo sem ter ocupado lugar de relevo no permanente diálogo entre sociedade civil e sociedade política na República Velha, o Ministério iria afirmar-se como um dos espaços institucionais essenciais à mediação de atritos e conflitos intraclasse dominante agrária, contribuindo para a vulgarização do discurso modernizador acerca da agricultura o qual, uma vez transformado em consenso, acabaria por dela excluir os "menos aptos", favorecendo, no processo de transição em curso, a redefinição de seu papel tendo em vista a subordinação à indústria. Ainda que ferrenho defensor da *vocação eminentemente agrícola do país*, o MAIC viria a constituir-se num dos principais responsáveis pela consolidação do mito da dualidade entre campo/atraso X cidade/progresso.

O Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio: gênese e instauração

Foi sob o signo da estupenda crise cafeeira, latente desde fins da última década do século passado e do correlato conflito político por

[5] Tal noção é sugerida por Martins Filho, Amílcar. "Clientelismo e representação em Minas Gerais durante a Primeira República". *Dados*. Rio de Janeiro, 27(2):175-97, 1984.

ela ensejado — envolvendo inicialmente proprietários de regiões cafeicultoras de dinamismo variável — que a Sociedade Nacional de Agricultura deu início ao movimento em prol do restabelecimento de um *Departamento da Agricultura*, encarregado de

> *"...organizar todos os elementos de instrução ou educação agrícola e de difundir a maior soma de meios para instituí-la e praticá-la, combinando e desenvolvendo* igualmente todas as iniciativas, *recursos, atividades e energias do trabalho e da produção, em uma orientação esclarecida, adiantada e segura"*[6].

Esta seria, aliás, a principal das noventa e seis conclusões do Primeiro Congresso Nacional de Agricultura, realizado no Distrito Federal em 1901, sob os auspícios da entidade e congregando agricultores de quase todos os ramos/regiões do país. Formalizava-se, nesta oportunidade, uma demanda com efetiva representatividade nacional, respaldada por segmentos de proprietários agrários que não só indicavam o objeto desejado, como também já definiam seu conteúdo e orientação: o Departamento pleiteado deveria ser integrado por dezessete seções voltadas para o atendimento de problemáticas tão amplas como estatística rural, botânica, pomologia, sementes, entomologia, propaganda agrícola ou mesmo catequese de índios[7].

Estabeleceu-se, desde logo, que a agência a ser fundada não cuidaria do café, abrindo-se um leque de outros setores demandantes de tratamento político-institucional. A precisão e a minúcia com que o Congresso delimitou as atribuições do órgão pleiteado explicam-se pelo próprio modelo que lhe deu fundamento: o Departamento de Agricultura norte-americano, cujo arcabouço e organograma fora transmitido à Sociedade por intermédio de cópia enviada por seu sócio-benemérito Assis Brasil ao Ministro das Relações Exteriores, à qual teve acesso Antônio Medeiros — editor do *Jornal dos Agricultores* e membro da SNA — que a garantiu, por sua vez, aos congressistas (Guerra & Placer, 1966, p. 18).

[6] *Sessão de encerramento e redação final das conclusões do Primeiro Congresso Nacional de Agricultura*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1906, p. 15-6. Grifos do autor.

[7] As demais seções consistiriam em: indústria aninal, química, meteorologia agrícola, microscopia, bacteriologia, solos, florestas, plantas texteis, horticultura, ornitologia, caminhos e transportes, além de mercados internos e estrangeiros. *Id. Ibid.*, p. 16-9.

Um breve histórico

Em seu papel de grupo de pressão, a SNA faria chegar à Câmara dos Deputados, no ano de 1902, por intermédio de seu presidente honorário, o deputado maranhense Christino Cruz, o projeto de criação de um Ministério da Agricultura. Sua alongada tramitação legislativa indica o grau de resistência à sua instalação: somente após quatro anos, a nova Secretaria lograria materializar-se no Decreto n.º 1.606 de 29 de dezembro de 1906. As razões de tal delonga parecem ser de ordem múltipla.

Não se pode perder de vista, em primeiro lugar, o fato de estar ocupando a cena dos trabalhos legislativos deste quadriênio, o debate em torno das propostas de intervenção do Estado no mercado cafeeiro as quais, em razão da intensidade da queda dos preços externos e internos do produto e sua repercussão sobre as finanças públicas, deslanchariam sérios desentendimentos entre porta-vozes de grupos agrários regionais distintos, sobretudo paulistas e nordestinos[8]. Criticando o exclusivismo dos projetos apresentados, por apenas dizerem respeito ao café, seus opositores defenderiam a diretriz segundo a qual qualquer medida de amparo e/ou intervenção federal deveria voltar-se para

> *"A lavoura em geral, não só para a lavoura do café, para a agricultura do meu país, para o desenvolvimento de sua riqueza econômica, encarando o problema em seu conjunto, sem predileções regionais, sem preferências oriundas do maior ou menor volume que atingiu a exportação desta ou daquela mercadoria"*,

segundo as palavras do deputado sergipano Felisbelo Freire[9].

Evidencia-se, em segundo lugar, que em tal contexto de tensões, a defesa de um Ministério da Agricultura, destinado ao aprimoramento técnico de *toda* a produção agrícola em seus mais variados níveis, contaria com a oposição da bancada paulista, para a qual o tema não se colocava como prioridade. O *lobby* pela aprovação do projeto Cruz

[8] Os debates e os confrontos suscitados pela discussão na Câmara dos vários projetos de valorização do café entre 1900 e 1906 acham-se sistematizados em Fausto, Bóris. "Expansão do café e política cafeeira". *In*: Fausto, B. (org.). *HGCB*. São Paulo: Difel, 1975, tomo III, vol. I, p. 193-248.

[9] Brasil. *Anais da Câmara dos Deputados*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1903, vol. V, p. 77-8. Doravante ACD.

seria liderado, sintomaticamente, pelo deputado, usineiro e comissário de açúcar baiano Ignácio Tosta — também presidente honorário da SNA — secundado por representantes do Rio de Janeiro, Maranhão, Pernambuco e Sergipe, em luta pela afirmação institucional de um espaço burocrático próprio para a canalização de demandas não cafeeiras[10].

Acompanhando os debates travados na Câmara, verifica-se a polarização existente entre os projetos da valorização do café e da criação do MAIC condicionando-se, de ambos os lados, a aceitação de um à rejeição do outro: intervenção estatal em prol de um ou de vários setores produtivos agrários, tal era o objeto das posições em disputa. Uma delas fica claramente evidenciada pela fala do deputado paulista Álvaro de Carvalho, em sessão plenária de maio de 1903:

> *"Há no país três correntes de opinião. Uma foi a que inspirou o governo passado: é a luta do forte contra o fraco (...). A outra é a dos partidários de auxílio à lavoura. Em regra, por essa expressão, entende-se empréstimos a lavradores (...). O terceiro grupo, no qual estão filiados os que asssinam o projeto em debate, pede apenas que* o poder Executivo, na sua capacidade diretiva, governe o único produto que deve fazer a nossa riqueza.*Não há aí questão de teoria (...). O Ministério proposto visa salvar a agricultura, tomando as providências que se reclamam e que forem convenientes; mas receio que,* se não forem postas em prática medidas imediatas, *quanto ao comércio de café, quando se criar o Ministério, já não haja agricultura"* (ACD. 1903, vol. V, p. 138-8, grifos do autor).

Enquanto isso, Ignácio Tosta, na qualidade de representante da SNA e relator da recém-criada Comissão de Agricultura e Indústrias Conexas da Câmara, rebateria, afirmando-se favorável à prioridade do projeto do MAIC:

> "Clamorosa injustiça cometeu S. Ex., deputado Carvalho, se o seu fim não foi unicamente chamar o orador ao debate, por lhe parecer que, baiano o orador, era ele indiferente à sorte de São Paulo, de Minas, do Espírito Santo, à sorte do Brasil.
>
> *O que eu afirmei foi que a agricultura carecia de auxílio permanente e eficaz do Estado, isto é, do Governo, e não da distribuição de dinheiro por meio de empréstimos individuais (...). Ora, semelhante auxílio permanente, o orador pensa só se poderá fazer proficuamente por intermédio de um* departamento de agricultura, praticamente organizado.
>
> *Os projetos paulistas não cogitam de auxílio permanente no sentido a que aludiu o orador, tratam de armar o governo de poderes para agir de acordo com os estados cafeeiros e os lavradores de café (...)"* (ACD. 1903, vol. VI, p. 429, grifos do autor).

acrescentando, posteriormente, em defesa de sua posição que:

> *"Querem saber os meus colegas a opinião do humilde orador, daquele que exprimiu as* verdadeiras queixas e aspirações dos lavradores? *É que nós não poderemos conseguir nosso desideratum sem a organização de um departamento de Agricultura no país. Afirmo, sem receio de ser contestado, que nunca tivemos Ministério da Agricultura, mesmo durante o Império (...). O antigo Ministério cogitava de viação, transporte, colonização, correios, telégrafos e etc., mas não cogitava de ensino profissional, do estudo de mercados consumidores e de todos estes vários assuntos que constituem a especialidade do Ministério da Agricultura dos Estados Unidos"* (ACD. 1904, vol. III, p. 437. Grifos do autor).

Finalmente, também influíram na disputa pela primazia da aprovação, ora do Ministério, ora da primeira Operação Valorizadora, importantes fatores de cunho burocrático-financeiro, uma vez que o objeto da contenda referia-se, em última instância, à repartição de espaços do poder político-institucional entre grupos de interesse em luta pela monopolização dos aparelhos de Estado. A fundação de um novo Ministério representava, de tal ótica, não apenas a partilha de recursos oriundos da capacidade tributária da União — implicando no realinhamento de "perdas e danos" entre órgãos já existentes — mas também a ampliação da oportunidade de certos grupos de participarem e de intervirem nos núcleos decisórios do Executivo.

Exemplifica o primeiro caso o então Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas (MIVOP), ameaçado de cortes orçamentários evidentes, uma vez que lhe estavam afetas, na condição de diretoria subordinada, as questões correlatas à agricultura. Já no segundo, colocava-se a possibilidade, apontada em inúmeras passagens do debate parlamentar, de serem feridos os poderosos interesses alocados no Ministério da Fazenda. Monopolizada tradicionalmente por paulistas ou mineiros, esta agência detinha os

[10] Dentre os deputados mais ativamente empenhados na aprovação do projeto do MAIC evidenciaram-se nos debates parlamentares: Francisco Peixoto (PE); Barbosa Lima (DF); Felisbelo Freire (SE); Christino Cruz (MA), dentre outros. ACD, 1900-6, *passim*.

mecanismos responsáveis pela ampliação das receitas públicas[11] , por ela também tramitando, diretamente, todas as questões pertinentes à criação de recursos ou ainda de aprovação de créditos inclusive, como ocorreria mais tarde, os mecanismos coadjuvantes da valorização do café[12].

Considerando que o Estado inscreve na materialidade de sua ossatura a relação de forças existente entre as classes e suas frações, pode-se encarar o processo de instauração do MAIC como mais um capítulo da própria organização da classe dominante brasileira no período, uma vez que novos segmentos seriam chamados a participar do pacto de dominação vigente, mediante sua inclusão direta no aparelho de Estado. O caminho para a institucionalização das fissuras inerentes à dinâmica do bloco no poder avançava, demonstrando, concretamente, que cada ramo ou agência do Estado constituía-se em sede do poder e, nessa condição, representante privilegiado desta ou daquela fração, ou ainda de uma aliança conflitante de algumas delas contra as outras (Poulantzas, 1985, p. 152-3).

A pressão exercida em favor do novo Ministério pelo grupo de interesse organizado em torno da SNA, viria a representar a concretização de mais um organismo do aparelho econômico do Estado a interferir no complexo processo do qual resultam as políticas públicas. Daí os temores e resistências acerca do projeto; daí o argumento de seus antagonistas, recalcitrantes de que *"o novo Ministério venha a se transformar em uma escola de burocracia, em que se encontram chefes, oficiais, amanuenses, nomeados por influência da politicagem de chefes locais"*[13]. Daí a clareza com que seus defensores assumiam o objeto da

[11] Segundo Schwartzman, considerando-se tão-somente os três ministérios mais importantes — Fazenda, Transporte e Justiça — verifica-se terem sido eles monopolizados por Minas, Rio Grande do Sul e São Paulo, ao longo de todo o período, reservando-se a este último o que o autor considera uma "relativa marginalidade" no preenchimento de cargos do aparelho de Estado, levada em conta a média total de anos em que seus "filhos" aí permaneceram: somente 6,71 anos entre 1910 e 1930. Schwartzman, Simon. *São Paulo e o Estado Nacional*. São Paulo: Difel, 1975, p. 119.

[12] Embora a instauração do Convênio de Taubaté estivesse afeta diretamente aos estados signatários, sendo até mesmo iniciada antes da aprovação do Governo Federal, seu pleno funcionamento dependeria fatalmente do Ministério da Fazenda, posto que implicasse na contratação de empréstimos externos e na criação de mecanismos monetários de desvalorização cambial.

[13] ACDD, 1905, vol. III, p. 1098. A fala é do deputado mineiro João Pandiá Calógeras, um dos mais ferrenhos críticos ao projeto de criação do MAIC e, curiosamente, um de seus futuros titulares.

disputa alertando, já às vésperas da aprovação do Convênio de Taubaté, para que

> *"Não se assustem os nobres deputados com a criação do novo Ministério, porque entre nós se considera a criação de novos ministérios como verdadeiros espantalhos; é como a revisão da constituição — é um* noli me tangere" (ACD. 1905, vol. VIII, p. 1.104).

Consultada oficialmente pela Câmara para opinar acerca do projeto de criação do MAIC, a SNA emitiria parecer pressionando por sua aprovação, contanto com o apoio formal da Associação Comercial do Rio de Janeiro e do então titular do MIVOP, Lauro Mueller. Mediante tal estratégia, a Sociedade procurava recrudescer o *lobby* pela consecução de seu objetivo. O referido parecer, apresentado por Tosta, acentuava o papel da nova agência como pólo harmonizador *"dos diversos interesses quando as oposições surgirem, contrariando a marcha evolutiva do progresso econômico do país"*[14].

Ministério da Agricultura ou Valorização do Café?

A despeito de obter a adesão presidencial a partir de 1905[15] , o projeto da SNA sucumbiria aos interesses cafeeiros, somente sendo aprovada a nova Pasta, sob forma de lei, após a aprovação do Convênio de Taubaté. Ainda assim, mais três anos seriam decorridos até a sanção do Decreto n.º 7.727 de 9 de dezembro de 1909, que daria concretude à Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio.

Não por casualidade, a efetiva instalação do órgão se faria durante a gestão de Nilo Peçanha quando vice-presidente em exercício. Defensor do intervencionismo estatal em prol de todos os setores da produção agrícola, Nilo jogaria papel não pouco expressivo na conjuntura política específica prematuramente inaugurada pela nova sucessão presidencial, ao assumir a função de um dos principais articuladores da candidatura Hermes da Fonseca em oposição ao

[14] SNA. *Projeto e parecer sobre a criação do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1906, p. 33.

[15] Em sua mensagem anual ao Congresso, o então presidente Rodrigues Alves endossaria o projeto afirmando que: *"apesar das sociedades agrícolas nesta e outras cidades estarem prestando muito bons serviços e fortalecendo a iniciativa privada, as complexas necessidades e problemas da agricultura, especialmente os relativos ao povoamento do nosso território, tornam necessário criar o Ministério da Agricultura"*. SNA. *A Lavoura*. Rio de Janeiro, 9(3), mar., 1905, p. 2, grifos do autor.

civilismo paulista encarnado em Rui Barbosa. O destino do Ministério esteve intimamente ligado a esta conjuntura.

O interregno entre a aprovação legal da nova Pasta (1906) e sua efetiva concretização (1909) desperta atenção, malgrado ter sido o fato menosprezado até mesmo pelos autores de obras oficiais encomendadas, de caráter costumeiramente laudatório e descritivo[16]. Em verdade, o tratamento factual, eximindo-se de ressaltar o fato apontado, acaba por produzir uma espécie de "naturalização" do caráter político do evento, esvaziando-o de qualquer discussão, como se o descumprimento da legislação durante três anos não se constituísse, ele próprio, em evidência merecedora de investigação ou curiosidade.

Tal postura consiste, a meu ver, num artifício mascarador dos conflitos e cisões integrantes do processo de construção do Estado, o qual termina por transmutá-lo da condição de relação para a de entidade, supostamente transcendente à própria sociedade. Deslindar a trama tecida nos labirintos do Legislativo, parece ser o procedimento cabível para o esclarecimento daquilo que se me afigura não como mera filigrana da empiria, mas como uma das chaves que informam a dinâmica do funcionamento e constituição da sociedade política.

Nesse sentido, considerando que até a aprovação do Convênio a questão da representatividade diferencial entre grandes e pequenos estados era a tônica das discussões parlamentares, fica evidente que a instalação do MAIC poderia constituir-se numa possibilidade de ampliação da participação política dos segmentos menos potentes da classe proprietária, tornando-se móvel da arregimentação das oposições ao Convênio. Quando, entretanto, a vitória paulista sobrepôs-se ao conflito, a relativa neutralização dos "derrotados" ganhava foros de urgência política, de modo a assegurar o próprio êxito da operação valorizadora. A aprovação do Ministério em fins de 1906, foi seu instrumento circunstancial. A inércia, por outro lado, foi seu desdobramento mais flagrante, ultrapassado aquele momento crítico.

A nova conjuntura aberta em 1908, em decorrência da necessária aprovação pela Câmara de empréstimo adicional à Primeira Opera-

[16] Refiro-me, sobretudo, ao já mencionado trabalho de Guerra Filho & Placer, bem como ao de Belleza, Newton. *Evolução do Ministério da Agricultura*. Rio de Janeiro, Serviço de Informação Agrícola, 1960.

ção Valorizadora, acabou por criar o momento politicamente propício à instauração do já aprovado MAIC, diante da agudização das tensões e das discussões à hegemonia paulista. Mesmo os demais estados signatários do Convênio partiriam, neste momento, para o confronto[17], revelando os contornos de uma crise capaz de comprometer, mais que a credibilidade da operação, a própria legitimidade da dominação paulista.

Diante disso e uma vez estendida a campanha em prol do Ministério a domínios mais amplos da opinião pública, por intermédio de um dos periódicos de maior circulação na Capital Federal — *O Paiz*[18] —, sua instalação não se faria tardar, a despeito da postura evasiva do Executivo. Entre 1908 e 1909 *O Paiz* cerraria fileiras ao lado da SNA, engrossando a pressão pelo cumprimento da lei de 1906, denunciando obstruções à sua concretização, combatendo essa estranha hibernação e cobrando do Governo Federal

> *"a impreterível necessidade de dar cumprimento à resolução do Congresso, o qual não deixara ao arbítrio do Executivo a escolha da ocasião, a seu juízo propícia, para a criação desse departamento administrativo"* (*O Paiz*. Rio de Janeiro, 20/6/1909, p. 1).

A aprovação final dos regulamentos do novo órgão dependeu, ao mesmo tempo, do precoce início das tramitações em torno da sucessão presidencial de 1910, explicitando as contradições inerentes ao funcionamento da "política dos governadores", nesta que viria a ser a primeira eleição competitiva do período . Empossado após a morte de Afonso Pena, Nilo Peçanha aproveitaria a oportunidade para lavrar dois tentos: romper as manobras paulistas destinadas à esco-

[17] O grau de tensão política presente nesta discussão pode ser avaliado pelo fato de, a partir deste momento, terem os governos de Minas e Rio de Janeiro cessado de cumprir uma das cláusulas originais do Convênio, que dizia respeito à remessa dos fundos resultantes da cobrança da sobretaxa de três francos-ouro sobre cada saca de café exportada por seus respectivos estados, em reação ao fato de ter a operação se limitado, até então, somente aos cafés paulistas. Mendonça, Sonia Regina de. "A primeira política de valorização do café e sua vinculação com a economia agrícola do Estado do Rio de Janeiro". Niterói, dissertação de mestrado em História junto à UFF, 1977, especialmente Capítulo 3.

[18] Fundado em 1884 pelo conde de S. Salvador Matosinhos, João José dos Reis Júnior, *O Paiz* constituiu-se na grande voz republicana, tendo por redator, até 1901, Quintino Bocaiúva. Com marcante atuação em grandes campanhas nacionais, participou ativamente das questões políticas, contando em seus quadros com elementos como Alcindo Guanabara, Joaquim Serra, França Jr. e outros. Ipanema, Marcelo & Ipanema, Cybele.*História da Comunicação*. Brasília: UnB, 1967, p. 270.

lha de candidato favorável à continuidade da Valorização do Café e instalar o MAIC. Contemporizando com a fração hegemônica, indicaria para o cargo de primeiro titular da Pasta o então Secretário de Agricultura do estado de São Paulo, o cafeicultor, engenheiro e perrepista histórico, Antônio Cândido Rodrigues, fato este reportado pela imprensa carioca como significativo de que "*o chefe da nação não poderia prestar mais atenciosa homenagem a São Paulo, reduto da propaganda civilista*" (*O Paiz*. Rio de Janeiro, 30/11/1909, p. 1)

O MAIC: perfil institucional e composição de quadros

Integrado originariamente por duas diretorias (Cf. Gráfico 1 em anexo), o escopo das atribuições ministeriais seria vastíssimo, fruto do remanejamento de órgãos e verbas até aí alocados em outras pastas [19], bem como da criação de novos setores administrativos, capazes de inscreverem na materialidade do Estado os interesses que visavam atender. Tamanha abrangência e sofisticação, tidas como adequadas à pretensão de estender a ciência aos campos, suscitaria críticas ao longo do gradual processo de organização da agência, cujo orçamento — global e por rubrica — dependia do crivo do Legislativo, revelando-se, nessas ocasiões, a disputa inter-regional pelo atendimento a demandas específicas, disputa essa mascarada pelo discurso que contrapunha o temor ao "gigantismo burocrático" ao critério da competência:

> "*Se não houver à testa dessa nova pasta um profissional* nada doutor, *muito, mas muito mesmo pouco amigo da beca e do anel, porém conhecedor real das necessidades da lavoura e da indústria, que se volte sistematicamente para o lado* prático-técnico *da questão, temo que a nova repartição venha a ser simplesmente um viveiro de funcionários, como já o são outros arsenais ainda existentes*"[20].

Sempre pugnando em prol do Ministério, *O Paiz* denunciaria com insistência a atuação das lideranças paulistas na Câmara, acusando-

[19] Dentre os órgãos remanejados ressaltam-se o Serviço de Imigração e Colonização; o Jardim Botânico; o Museu Nacional e a Escola de Minas de Ouro Preto, oriundos do MIVOP. Já no tocante a novos organismos criados, evidenciam-se os Serviços de Agricultura Prática; Ensino Agronômico; Defesa agrícola, Proteção aos Índios e o de Veterinária.

[20] O trecho foi extraído da fala do deputado gaúcho Homero Baptista. ACD, 1909, vol. V, p. 659. Grifos do autor.

as de promoverem *lobbies* contrários à definitiva aprovação dos primeiros orçamentos ministeriais, mormente numa conjuntura de delicado equilíbrio político como a então vigente. Em fins de 1909, em editorial apócrifo, noticiaria o jornal:

> "*Que sentimento patriótico ou que interesse público, ou particular do Estado, pode ter arrastado a bancada paulista a participar desse deplorável conluio de obstruir os trabalhos da Câmara, de modo a impedir que sejam votados os orçamentos?*
>
> *Não é possível que a opinião pública, no Estado de São Paulo, onde mais do que em qualquer outro predomina o espírito conservador, secunde e aplauda a atitude incorreta e facciosa de seus representantes no Congresso, abrindo inopinadamente luta com o presidente da República*" (*O Paiz*. 30/11/1909, p. 2).

Obstáculos Iniciais: o Jogo das Forças Políticas

O quadro de incertezas e fragmentação que envolveu o estabelecimento da nova pasta acabaria por comprometer a qualidade de sua própria atuação inicial, sobretudo considerando-se dois fatos: a instabilidade na definição da estrutura burocrática do órgão e a alta rotatividade de seus primeiros titulares. O primeiro problema pode ser depreendido pelas sucessivas reformas por ela sofridas, a começar por aquela levada a efeito apenas um ano após sua criação (cf. gráficos 1 e 2 em anexo), seguida por outras duas, respectivamente em 1915 e 1920, cujo escopo apontava claramente, confrontados seus organogramas, para a ampliação da ingerência do Estado em matéria de agricultura. Interessa sublinhar, no momento, a primeira dessa série de reformulações, uma vez que se inseriu no bojo das contendas integrantes do que considero o "interlúdio paulista" no MAIC.

A reforma de 1910, levada a cabo pelo segundo ministro da Agricultura, o paulista Rodolfo de Miranda, buscou conferir maior consistência administrativa à instituição[21], desmembrando as duas diretorias originais em três, fundindo antigas seções e criando novas, num esforço para melhor dispor as competências da pasta por meio de serviços burocraticamente mais bem definidos. Boa parte daquilo que em sua origem fora concebido sob a forma de instituições isola-

[21] O Decreto n.º 8.199, publicado em 11 de agosto de 1911 consolidaria, em definitivo, o novo regulamento, embora este já estivesse instaurado, na prática, desde 1910 pelo ministro Miranda. Brasil. *Coleção de Leis*. 1911, p. 423.

das — como as estações agronômicas ou os campos experimentais — passaram para a tutela de um Serviço de Inspeção e Defesa, cujo equivalente, no organograma inaugural — Serviço de Agricultura *Prática* — designava apenas a racionalidade e não o controle (cf. Gráficos 1 e 2).

Este último, de igual forma, a despeito da mudança de nomenclatura, teria seu conteúdo preservado, malgrado acrescido de nova seção — o *Ensino Teórico e Prático* —, de modo a tornar explícita sua adequação a uma das principais demandas elaboradas pela SNA: a educação agrícola. Dentre as inovações procedidas em tão curto espaço de tempo, merecem relevo: o estabelecimento de uma seção voltada para a difusão do cooperativismo no campo; a instauração de uma *Superintendência da Borracha*, bem como a criação de um *Museu Agrícola* e uma subdiretoria voltada para a promoção de congressos e eventos. Como se vê, os anseios traduzidos na fala dos porta-vozes das frações dominadas da classe dominante começavam a assumir contornos de realidade institucional.

Já na área da chamada Indústria Animal, a reforma de 1910 introduziu novidades coerentes à intenção até certo ponto centralista e controladora que as teria inspirado. Em primeiro lugar citarei o *Serviço de Veterinária*, que passou a subordinar todas as instituições isoladas do ramo, tais como a *Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária* do Rio de Janeiro ou os postos zootécnicos e fazendas-modelo. Em segundo, ressaltou-se o estabelecimento do *Registro de Lavradores e Criadores*, a contrapartida imposta pelo Estado aos serviços a serem por ele prestados: o sentido de controle inerente ao processo de construção do Estado é evidente, considerando-se particularmente a importância assumida pelo binômio Saber/Poder enquanto estratégia de dominação.

No setor de Indústria e Comércio — visivelmente o menos privilegiado no quadro geral das atividades ministeriais em todo o período — poucas seriam as alterações, exceto a criação de uma *Inspetoria de Pesca* e de uma seção voltada para a organização e assistência ao trabalho, encarregada de superintender as *escolas de aprendizes-artífices* instaladas nas capitais de cada estado da federação[22].

[22] A ambígua correlação entre organização/controle inerente à criação de órgãos do aparelho de Estado fica patente, por exemplo, a partir da regulamentação da citada *Inspetoria de Pesca* que explicita em seu artigo 11.º: "Considera-se pescador a todo o indivíduo que, da pesca vivendo, possua a respectiva matrícula nas estações

O segundo fator inibidor do funcionamento regular do órgão refere-se à rotatividade com que a direção da pasta foi preenchida. Independentemente da inexistência regimental de mandatos para cargos de confiança do Executivo, a brevidade dos intervalos com que se nomearam os primeiros ministros, até finais da década de 1910, revela a importância da instituição por dois pontos de vista: por um lado, por seu papel como objeto de disputa entre grupos de interesses conflitantes e, por outro, por seu lugar estratégico na dinâmica de interseção entre sociedade civil e sociedade política à época.

O Interlúdio Paulista: construção e crise

O estudo da instauração do MAIC contribui para elucidar a dinâmica estabelecida entre dominação e consenso no exercício da hegemonia de uma fração de classe, no caso, a dos grandes cafeicultores paulistas. Fruto da pressão de frações agrárias em situação "periférica" no bloco no poder, o Ministério por isso mesmo funcionaria em meio a conflitos que sobredeterminaram os limites e a ambigüidade de sua atuação, dos quais, a rápida circulação de ministros é evidência palpável, como se depreende no Quadro IX em anexo. De sua visualização, três questões, de imediato, evidenciam-se: o predomínio absoluto de proprietários de terra à testa da pasta; o monopólio exercido sobre ela pelos cafeicultores paulistas na fase inicial de sua montagem e, por fim, a perda formal deste controle a partir de 1913 (à exceção do biênio 1918-19).

Quanto ao primeiro aspecto, pouco resta a comentar para além da comprovação da relativa indiferenciação existente entre campo intelectual e campo político no Brasil da época, evidenciando que, a despeito de quase todos os ministros contarem com ao menos uma passagem por instituições de ensino superior, era sua efetiva condição de classe o fator determinante de sua indicação para o cargo, coadjuvada pela trajetória política de cada um: 100% do universo analisado desempenhou, minimamente, a função de deputado antes

então criadas", excluindo-se da atividade os que não detivessem a "marca" oficial do Estado. MAIC. *Relatório*. 1912, vol. I, p. 174, grifos do autor (doravante RMAIC). O decreto que estabelece a instauração e regulamento da Inspetoria é o de n.º 9.672 de 17/7/1912. Quanto às *Escolas de aprendizes-artífices*, criadas em setembro de 1910, destinavam-se a qualificar menores para o trabalho manual urbano.

de sua condução ao posto. Sem subestimar, ao mesmo tempo, o capital simbólico e cultural amealhado por cada um dos agentes em foco, vale ressaltar ter sido o MAIC encabeçado, majoritariamente, por engenheiros (54,5%), de longe secundados pelos bacharéis (27,3%), corroborando a tendência do predomínio das profissões de caráter técnico em detrimento daquelas de teor humanístico no decorrer da Primeira República. Isto significa afirmar que, para além do fato de contar a pasta com uma direção integrada maciçamente por proprietários rurais, esta se faria por intermédio de agentes portadores do *habitus* tendente ao planejamento, à direção e ao controle do espaço e dos homens, isto é, aqueles cuja essência supunha-se baseada no "saber mandar" (cf. Capítulo 4).

Já o predomínio de representantes da grande burguesia paulista nos primórdios do estabelecimento da agência, deve ser entendido como mecanismo específico de exercício de sua dominação e também hegemonia: uma vez consumada a iniciativa da qual inicialmente discordava, tratava-se, agora, de nela imprimir a marca de sua diretriz técnico-burocrática como estratégia da condução do novo. Uma vez que organizar o bloco no poder, sem excluir o conflito, pressupõe a direção, a presença paulista na liderança de um organismo público em construção significava nele inocular valores e princípios, intenções e experiências previamente acumuladas por parte de sua "elite política" ao longo da gestão da agricultura regional.

Logo, os padrões de "modernização" da agricultura estabelecidos pelas administrações estaduais paulistas desde a última década do século passado[23], teriam condições de difundirem-se, agora, nacionalmente. A nomeação do já citado Cândido Rodrigues em junho de 1909 é indício seguro dessa afirmação, considerando-se ter sido ele o continuador da obra de reformulação da Secretaria de Agricultura estadual iniciada por Carlos Botelho (cf. Capítulo 1). Legitimado como um dos profissionais mais credenciados no *trato das coisas agrícolas*, Rodrigues e todo seu pessoal elaboraram a primeira regulamentação do Ministério e de cada um de seus Serviços, dando a perceber que a diversificação/racionalização produtivas afirmavam-se como discurso e conjunto

[23] Quanto a este aspecto merecem relevo as experiências pioneiras desenvolvidas pelo *Instituto Agronômico de Campinas* desde fins de século passado, assim como a criação da *Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz*, pólo de irradiação do ensino agronômico no país e responsável por 28,3% do total de agrônomos diplomados no Brasil entre 1890 e 1938.

de práticas, unificando as distintas frações da classe proprietária em torno a um mesmo projeto ideológico.

No momento, entretanto, em que ele viesse a declarar à imprensa paulista que *"ao assumir o cargo de ministro efetivo, deverei iniciar imediatamente a propaganda do café na Europa com a verba de 500:000$ votada pelo Congresso Nacional para a pasta"*, os boatos sobre sua permanência no posto começaram a circular por meio d'*O Paiz* (*O Paiz*. 18/9/1909, p. 2).

Como se pode observar, as discordâncias não se manifestavam quanto ao aspecto "intelectual" da questão, mas sim quanto a seu caráter político: em benefício de que produtos e/ou regiões seriam alocadas as verbas e práticas ministeriais? A que grupos ou facções do jogo político ele viria contemplar? O caso Cândido Rodrigues sinalizava o quanto a gestão paulista no órgão fora conflituosa, a ponto de seu desenlace ocorrer em novembro deste mesmo ano, não apenas em decorrência das declarações prestadas, como também do fato de ser o ministro um civilista convicto, renitente a filiar-se às hostes do hermismo presidencial. Mais uma vez *O Paiz* denunciaria as manobras paulistas para manter o controle da pasta:

> *"Ao espírito prático e utilitário dos políticos de São Paulo, não deixa de sorrir a cômoda idéia de dispor de uma pasta que lhes sirva de cofre das graças para os favores, de modo que lhes fica mais suave e amena a posição de oposicionistas intransigentes, gozando das vantagens do calor oficial.* A presença do sr. Cândido Rodrigues no ministério sempre foi esquisita: *mas enquanto suas baterias não se tinham descoberto, ainda era possível S. Ex. manter o* difícil equilíbrio de ministro da Inana. *Agora que as posições estão definidas, só tem dois caminhos a seguir: largar a pasta ou desligar-se de seus correligionários"* (*O Paiz*. 26/11.1909, p. 1. Grifos do autor).

A dimensão estratégica do órgão para certos segmentos de proprietários paulistas, ao menos em sua fase de montagem, pode ser aquilatada pelos termos do acordo que pôs fim a esse impasse. Conquanto afinidades partidárias tenham contribuído para superá-lo, é patente o esforço em conciliar os interesses das oposições com as pretensões de São Paulo, até mesmo como forma de neutralizar possíveis novos obstáculos que este pudesse colocar ao bom funcionamento da agência. A solução de compromisso residiu na indicação de outro ministro paulista, porém dissidente do PRP, além de associado da SNA. Rodolfo Nogueira da Rocha Miranda e Pedro de Toledo — principais articu-

ladores da candidatura Hermes em São Paulo — seriam, sucessivamente, o segundo e terceiro ministros da Agricultura. Mediante tal ajuste, garantia-se, por um lado, o arrefecimento do antagonismo paulista à plena implementação da pasta e, por outro, a continuidade de sua ingerência na formatação da estrutura burocrático-administrativa. Estava estabelecida, ao mesmo tempo, a ponte possível para a transição das lideranças regionais no controle do órgão.

A superação desse "interlúdio paulista" impunha-se, no entanto, como uma satisfação política aos grupos de interesse que, desde 1901, lutavam pela instauração do MAIC: os segmentos de proprietários provenientes do eixo Rio-Sul-Nordeste, articulados em torno à SNA. Seu predomínio à testa da instituição seria efetivado a partir de 1913, com ênfase especial para os oriundos dos complexos agrários do Nordeste que representariam, desde então até o final do período em foco, 36% do total de ministros (cf. Quadro IX). Dentre estes merecem relevo os porta-vozes do setor açucareiro, bem como a indicação, para além do âmbito deste grupo, de um gaúcho para o cargo em inícios dos anos 1920. De 1913 em diante explicitou-se, formalmente, a íntima vinculação existente entre a Sociedade e o Ministério, cujo escalão de titulares, à exceção de Rodrigues e do ex-presidente do Rio de Janeiro, Manuel Queirós Vieira, foi integrado por detentores de elevados cargos daquela agremiação da sociedade civil. Tamanha fusão de quadros dirigentes patenteia-se quando da gestão dos três últimos presidentes da SNA, sendo Miguel Calmon du Pin e Almeida e Geminiano Lira Castro diretamente alçados desta posição para o cargo máximo do Ministério. A SNA constituía-se, enfim, numa espécie de ante-sala do MAIC, impondo a ele seus programas e diretriz de atuação.

O MAIC sob a dominação paulista

O Ministério da Agricultura constituiu-se, como se pode perceber, como espaço de institucionalização — e simultaneamente neutralização — de conflitos intraclasse dominante agrária, erigindo-se tanto numa conquista de seus segmentos menos dinâmicos, quanto numa espécie de concessão da fração hegemônica, que lhe dera forma concreta com base em seus próprios paradigmas e sobre o qual ainda continuaria atuando, indiretamente, por meio de injunções políticas as mais variadas. A evidente exclusão da cafeicultura de sua alçada,

juntamente com a manutenção de um reduzido montante de verbas, seriam os mecanismos de secundarização da agência no conjunto do aparelho de Estado republicano.

O primeiro mecanismo apontado costuma servir de suporte a conclusões distorcidas acerca do papel do Ministério, as quais, tomando por critério a mera eficácia econômica de suas práticas, despem-no daquilo que, a meu ver, consiste numa de suas dimensões cruciais: seu papel como um dos núcleos político-ideológicos de organização do bloco no poder. De tal ótica, parece-me que algumas produções historiográficas mais recentes, talvez por incorporarem o lema da época — *o café dá para tudo* — acabam subordinando suas análises acerca da formação de políticas agrícolas do período a uma visão restrita e simplista, subestimando o fato de que a política econômica do Estado é, sobretudo, produto da economia política.

Assim, comprovar a "ineficácia" do Ministério com base apenas no arrolamento de tudo aquilo que não chegou a constituir-se em objeto de sua intervenção sistemática e regular, torna-se empobrecedor, sobretudo quando não procedida a efetiva contextualização histórica do processo em foco. Este é o procedimento adotado, por exemplo, por Charles Mueller em seu estudo a respeito das políticas agrícolas do período (Mueller, 1983). Após afirmar a total inoperância do Ministério ao longo da Primeira República, devido à sua "estrutura institucional inadequada", o autor argumenta que:

> "Pode parecer estranha, num país de economia fortemente apoiada na agricultura, essa impotência quase total do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Essa estranheza aumenta se considerarmos a forte posição da cafeicultura na combinação central durante toda a República Velha. Todavia, aqui está a chave do aparente paradoxo: a política do café estava totalmente desvinculada do MAIC (...). O MAIC ocupava-se de todos os outros produtos agropecuários mas, como os agricultores que os cultivavam tinham *reduzido poder* relativo face ao processo de formação de políticas, permanecia um ministério de segunda linha, emperrado e de impacto pouco reduzido sobre os segmentos que pretendia representar"[24].

[24] O autor, jocosamente prossegue em sua análise afirmando que "Um marciano que lesse os relatórios do MAIC no período, concluiria que o café não é um produto agrícola. Em diversos deles o café não é sequer mencionado, e em alguns aparecem referências passageiras ao produto, mas é como se ele fosse de outro setor que não a agricultura". Mueller, *op. cit.*, p. 165.

Embora correta sob certos aspectos, a conclusão de Mueller padece de excesso de simplificação: "forte" ou "fraco", com maior ou menor impacto sobre os setores em prol dos quais destinava sua ação, o MAIC não é consistentemente avaliado, a começar pelo fato de não se discutir, em momento algum, sobre o sentido de se preservar uma instituição designada como quase desnecessária ou "afuncional". Ora, se o café já ocupava posição-chave na "combinação central" do período, mesmo antes da criação da nova agência, por que, então, criá-lo? Em que medida justificava-se sua própria manutenção, se sequer atendia aos interesses nele representados?

A resposta a tais perguntas parece-me só poder ser encontrada valendo-se de uma perspectiva distinta da adotada pelo autor, à qual subjaz uma projeção teleológica de critérios de racionalidade econômica contemporâneos, além da total desconsideração das nuanças políticas e ideológicas envolvidas na dinâmica peculiar à inter-relação entre sociedade civil e sociedade política. A inscrição das demandas de produtores rurais "marginais" no aparelho de Estado torna-se, neste sentido, um dado tão relevante para a compreensão de seu processo de constituição, quanto a eficácia de práticas setoriais concretas, sobretudo considerando-se o sentido da transição em curso, a qual apontava para a relevância da industrialização e, conseqüentemente, de novos parceiros no poder.

As tentativas esboçadas em prol da institucionalização de agências voltadas ao incentivo do ensino agronômico e à mencionada modernização da agricultura, conquanto de escassa operacionalidade traduziam, de igual forma, o esforço pela cimentação ideológica do bloco no poder, tão fundamental para a reprodução das classes dominantes, quanto o êxito no atendimento a demandas econômicas "mensuráveis". Pretende-se, em síntese, chamar a atenção para o fato de que o caráter político-ideológico que reveste a atuação dos organismos estatais é também dimensão importante a ser incorporada na avaliação de sua "eficácia" e, neste sentido, o MAIC obteve razoável sucesso.

O próprio fato da nova pasta ter ocupado o penúltimo lugar em grandeza quanto aos recursos a ela atribuídos pelo Orçamento Geral da União se, por um lado, é passível da leitura imediatista que empreende Mueller, pondo em relevo o peso secundário dos grupos nela representados, por outro, também pode servir para demonstrar o seu contrário, caso se compare o total das dotações

destinadas à agricultura quando esta ainda consistia numa diretoria subordinada do MIVOP[25]. Verifica-se, neste caso, que os ganhos orçamentários foram, até mesmo, excepcionais (cf. Tabela 1, em anexo).

Não se pretende aqui advogar para o MAIC um papel de "protagonista" no contexto analisado, mas apenas indicar uma outra ótica de enquadramento do significado de "atores de segunda linha" diante da tradição vigente em meio às práticas historiográficas em curso no país de privilegiarem, quase sempre, objetos "nobres" de análise. A observação é particularmente importante neste caso, já que as pesquisas acerca da constituição da classe dominante rural brasileira, no período, escasseiam, enveredando por caminhos que as reduzem à análise das articulações político-partidárias regionais e sua relação com o poder central. A série relativa aos orçamentos das despesas da União (cf. Tabela 2) é bastante ilustrativa do lugar secundário ocupado pelo MAIC no seio do aparelho de Estado em construção, não tendo sido ele jamais contemplado com mais do que 5,6% dos totais indicados, somente superado pelo Ministério das Relações Exteriores em matéria de escassez de verbas. Mesmo uma agência em teoria menos expressiva na constelação das forças político-institucionais, como o Ministério dos Negócios Interiores, gozaria de recursos mais elevados do que a pasta da Agricultura. Nem por isso autorizo-me a julgá-la um objeto menos digno de análise, visto que sua participação no orçamento tendeu a crescer, embora discretamente — passando do índice cem para cento e onze nos extremos da série —, ao passo que ministérios fundamentais, como o da Fazenda ou Viação, tiveram suas dotações reduzidas nos mesmos anos.

A distribuição orçamentária dos recursos federais torna visível, além disso, dois outros processos: por um lado, a relativa estabilidade no padrão de alocação das verbas do governo em toda a República Velha e, por outro, o crescimento do aparato militar ao longo do período. No primeiro caso ressalta-se a manutenção dos ministérios da Fazenda e Viação e Obras Públicas como receptores das maiores fatias do gasto público, embora se tenha invertido sua posição relati-

[25] Em 1892, por exemplo, os subsídios à agricultura representavam apenas 0,92% do orçamento total do MIVOP, ao passo que em 1908, às vésperas da criação do MAIC, esta participação atingiria seu ápice, com um índice de 1,03%. Brasil. Orçamento Geral da União. *Coleção de Leis da República*. 1982 e 1908.

va nos três últimos anos da série, conforme indicado na Tabela 2[26]. Já no segundo caso, ressalta-se o cuidado do governo federal com relação, sobretudo, ao Exército, em que pese a importância conferida às milícias estaduais dentro do federalismo então vigente. Exército e Marinha ocupariam, juntos, o terceiro lugar no orçamento da União em todos os anos da série, absorvendo sempre mais de 20% dos recursos disponíveis e apresentando um índice de crescimento que saltaria de 100 (1890) para 110,4 (1930). Somando-se a tais observações alguns dados apresentados pela bibliografia especializada, tem-se que as tropas federais superariam, em número, as estaduais, prefigurando uma tendência acentuada a partir do movimento de 1930[27].

Ambos os movimentos apontavam para a progressiva ampliação do papel do Estado como regulador da vida social, assim como para sua maior centralização político-burocrática mesmo durante a Primeira República. De tal processo não escaparia a própria agência encarregada dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, mormente a partir do momento em que a "politização da economia" brasileira atingisse seu ponto mais agudo de inflexão, no imediato pós-Primeira Guerra. Daí por diante o peso do novo órgão como canal mediador dos conflitos intraclasse dominante iria reforçar-se ainda mais.

[26] Para alguns autores esse fato evidencia que o poder central, ao privilegiar o MIVOP, assumia uma postura mais dinâmica no que tange a seu poder de regulamentação do social. Reis, Elisa Pereira. "Interesses agro-exportadores e construção do Estado: Brasil de 1890 a 1930". In: Sorj, Bernardo (org.). *Economia e movimentos sociais na América Latina*. São Paulo, Brasiliense, 1985, p. 194-217, p. 200.

[27] De acordo com Levine o crescimento percentual das tropas federais entre 1917 e 1928 foi da ordem de 70%, ao passo que o das milícias de estados como São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul fora de 11,5%; 38.1% e 43,3%, respectivamente. Levine, Robert. *The Vargas Regime: the critical years. 1934-38*. New York, Columbia University Press, 1970, p. 157.

Capítulo 6

A POLÍTICA DE CERES

Tendo em vista os condicionantes de sua gênese, o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio logo revelaria, por seus relatórios anuais, o vasto escopo de sua área de atuação, em plena consonância com as principais questões em pauta no debate ruralista[1]. A preocupação com as temáticas da arregimentação da mão-de-obra rural, do ensino agrícola e da diversificação/modernização produtiva trans-

[1] Nada mais oportuno para ilustrar a afirmativa do que a reprodução do índice de um dos relatórios ministeriais, justamente o primeiro deles. A despeito das sucessivas reformas sofridas pela agência, vale lembrar que, em sua essência, a estrutura da publicação permaneceria a mesma: Introdução; Secretaria de Estado; Agricultura e Indústria Animal: Serviço de Inspeção, Estatística e Defesa Agrícolas; Delegacia do Ministério no território do Acre; Extinção de Gafanhotos; Registro de Lavradores, Criadores e Profissionais de Indústrias Conexas; Jardim Botânico; Museu Nacional; Diretoria Geral do Serviço de Povoamento; Sindicatos e Cooperativas Agrícolas; Prêmios para Exportação de Frutas Nacionais; Ensino Agronômico; Distribuição Gratuita de Sementes; Cultura do Trigo; Cultura do Algodão; Sociedade Nacional de Agricultura; Importação de Animais Reprodutores com o Auxílio do Governo; Registro Genealógico de Animais; Posto Zootécnico Federal; Polícia Sanitária; Serviço de Veterinária; Marcas de Animais; Matadouros Modelos; Indústria e Comércio: Mineração; Escola de Minas de Ouro Preto; Serviço Geológico e Mineralógico; Fábrica de Ferro Ypanema; Sericicultura; Pesca; Escolas de aprendizes-artífices; Patentes de Invenção; Diretoria Geral de Estatística; Serviço de Publicações; Marcas de Fábricas e de Comércio; Sociedades Anônimas; Junta Comercial do Distrito Federal; Junta de Corretores; Bolsa de Corretores; Museu Comercial do Rio de Janeiro; Comissão de Expansão Econômica do Brasil e Propaganda no Estrangeiro; Contabilidade: Despesas de Instalações e outras; Balancete do Estado das verbas orçamentais; Tabelas Explicativas do Orçamento da Despesa; Distribuição de Créditos; Pagamentos; Contratos; Bens Móveis e Imóveis; Pessoal; Serviço de Consulta.

formaram-se nos eixos da ação do órgão que, por seu intermédio, procuraria garantir ao Estado poder de ingerência e participação em domínios cada vez mais amplos da agricultura e das relações sociais no campo. Os *Relatórios dos Ministros ao Presidente da República* são a principal fonte — embora não a única — para a análise das políticas por ele veiculadas, ressalvados os limites inerentes a esse tipo de documentação.

Estou consciente de estar lidando com um material de pesquisa bastante peculiar, cujos conteúdos apresentam-se sob o ambíguo registro de uma totalidade discursiva, enunciadora, simultaneamente, de teorias e práticas, o que lhe confere o caráter de um *gênero* propriamente dito, haja vista tratar-se de falas produzidas por agentes ocupantes de uma mesma posição e destinadas a um mesmo tipo de interlocutores diretos, os mandatários do poder[2]. Graças a este aspecto, os limites inerentes a toda espécie de documentação oficial decorrem das dificuldades enfrentadas pelos administradores, transformando-se, no mais das vezes, em prestações de contas a seus sucessores e, justo por isso, não muito fiéis à realidade transmitida. O cunho laudatório da fonte e seus conteúdos presta-se, em conseqüência, ao mascaramento e/ou distorção dos dados, dificultando o trabalho do pesquisador, conquanto não impossibilitando-o.

Ainda como gênero, os relatórios oficiais detém outra característica marcante: a repetitividade das informações, idéias ou argumentos, atestanto a existência de um certo "léxico" tido por adequado a uma narrativa que supõe traduzir a real situação dos problemas abordados. Por paradoxal que possa parecer, no entanto, são esses mesmos fatores "limitativos" da fonte a explicação de sua importância como corpo discursivo, já que a repetição de categorias e noções, sobredeterminadas administativamente, converte-se num dado *padrão explicativo* da realidade, que se enraíza nos meios políticos, embora não só aí. Por essa razão, esse gênero de discurso perpassa e é perpassado pelas formulações dos distintos grupos presentes no campo político, tornando-se as agências que os veiculam formalizadoras de uma leitura, quase sempre "nacional", dos problemas tratados.

[2] A sugestão do Relatórios oficiais como um gênero partiu de Alfredo Wagner Berno de Almeida, em interessante trabalho com os Relatórios dos Presidentes da Província do Maranhão no século XIX. Ver Almeida, Alfredo Wagner B. de. *Ideologia da decadência: leitura antropológica a uma história da agricultura do Maranhão*. São Paulo: IPES, 1983, p. 73.

Também vale ressaltar que os relatórios acabam por cumprir uma função demonstrativa a qual, pela redundância, confere a suas formulações o caráter de certeza e inquestionabilidade, corroborando seu papel de suportes de dadas matrizes de pensamento. Finalmente, uma vez que o discurso oficial constrói suas conceituações contrapondo um sentido intrínseco a elas — de domínio do senso comum — a outro a elas atribuído — da alçada dos funcionários do Estado — abre-se a possibilidade de perceber-se o jogo de pressões/contrapressões que informa o que chamo de uma "modalidade de pensar" subisidiadora da ação pública, já que no próprio ato de descrever o que deve ser feito para sanar um problema, seus agentes o nomeiam, desvendando ao leitor inquisitivo até que ponto operou-se uma reapropriação de discursos ou demandas produzidos "fora dos muros" da burocracia.

A política diversificadora: questões gerais

Dentro da linha de análise desenvolvida até o momento, ressalta-se que os titulares da pasta da Agricultura também tiveram como ponto de partida de suas avaliações/ações, a suposta necessidade de empreender a *regeneração agrícola* do país por intermédio da extensão da ciência e do ensino ao campo, uma vez que

> *"É mister, atendendo-se ao atraso e à incúria em que deixamos cair nossa lavoura em todos os centros agrícolas por esses estados afora, difundir pelas populações do interior os métodos modernos de exploração do solo, abrindo-se a nossos jovens patrícios a oportunidade de aplicarem-se à* nobre indústria dos campos, *tão precária até então e que a ninguém seduzia num país essencialmente agrícola"* (RMAIC, 1913, p. XXXVII, grifos do autor).

Referida tanto ao aumento da produção interna dos bens agrícolas — para o que, aliás, a industrialização consistiria num mercado potencialmente crescente — quanto à possibilidade de recuperação dos saldos da balança comercial brasileira — pelo fomento de novos produtos exportáveis que não o café, bem como pela compressão dos gastos com a importação de gêneros de primeira necessidade — a diversificação produtiva seria a noção-chave da produção discursiva veiculada pelo MAIC. Coerentemente com a transição em curso, malgrado as criticas aos *males do urbanismo* e a intensa defesa da *vocação eminentemente agrícola do Brasil*, o Ministério indicaria o fo-

mento à produção de gêneros destinados a compor a cesta básica do consumidor urbano como uma estratégia política da afirmação de determinados segmentos de extração regional diversa, capaz de proporcionar, simultaneamente, uma alternativa ao *atraso* e o equilíbrio político intraclasse dominante agrária, justificando-o sob o argumento de que

> *"Antes de nos preocuparmos coma a saída para o estrangeiro de nossas carnes, frutas e cereais, cumpre eliminarmos primeiramente os tropeços que tolhem a livre circulação interna dos produtos indígenas, dilatando o âmbito do consumo nacional, de modo a corrigirmos os prejuízos que até hoje nos têm advindo do predomínio do café e da borracha em nossas exportações"* (RMAIC, 1915, p. XII-XIII).

Este caráter diversificador, supostamente técnico e modernizante das práticas do assim chamado *Ministério da Produção*, será tratado, inicialmente, a partir de dois aspectos: a complexificação burocrática do órgão ao longo do período e a distribuição interna de seus recursos orçamentários. O primeiro deles remete às reformas por ele sofridas após a de 1910, particularmente as ocorridas em 1915 e 1920 (cf. Gráfico 3, anexo).

O aparelhamento burocrático da agência.

A reforma de 1915, iniciada sob a gestão do ministro indicado por Minas, Pandiá Calógeras, e concluída por seu sucessor o político e usineiro pernambucano José Rufino Bezerra Cavalcanti, merece atenção não tanto pelo alcance formal das alterações estabelecidas, mas sim por seu significado político. Afinal, não pode passar despercebida a íntima relação existente entre ela e a já citada substituição do grupo paulista pelo da SNA na condução da pasta, passando a imprimir-lhe uma direção mais consoante aos anseios dos que originariamente a conceberam.

O sentido da reforma, que pouco afetaria o arcabouço do Ministério (cf. gráficos 2 e 3 em anexo), parece ter apontado em duas direções: a fusão e simplificação dos mecanismos de prestação de serviços e a concessão de maior autonomia para aqueles de escopo regional mais evidente. Reduziu-se, nesse sentido, o quadro de funcionários, tentando adequar a agência a seu parco orçamento, mediante a subordinação de alguns serviços, até então independentes, às Diretorias, como por exemplo os *campos de demonstração*, subsumidos ao

Serviço de Inspeção e Defesa Agrícola. A redução de quadros, por sua vez, pode ser ilustrada pela diminuição do número de *Inspetorias Agrícolas* que, de vinte passaram para quatorze, tendo seus recursos humanos e materiais tão limitados que precisaram contar com o respaldo de proprietários locais para dar continuidade a algumas de suas atividades (RMAIC, 1915, p. 11 e 31).

Quanto à relativa autonomização de certas agências, pode-se mencionar os postos zootécncicos, fazendas-modelo e escolas de laticínios que, a despeito de subordinadas ao *Serviço de Indústria Pastoril* — criado pelo Decreto n.º 11.460 de 27/1/1915 — teriam liberdade de gerir suas próprias atribuições, podendo leiloar, vender ou distribuir animais ou vegetais forrageiros, além de administrar suas experimentações segundo imperativos regionalmente dados (*Id. Ibid.*, p. 53-5).

Por meio destes expedientes buscava-se lavrar dois tentos simultâneos: consagrar uma ruptura com a orientação imprimida ao órgão pelas gestões paulistas e reforçar o caráter pragmático do Ministério, neutralizando críticas que lhe eram movidas quanto a este aspecto. O primeiro ponto fica evidenciado na fala introdutória do titular da pasta ao justificar as alterações empreendidas, testemunho de uma censura ao "assoberbamento" da produção paulista sobre o mercado doméstico, a qual dele deslocava os produtos oriundos de outras regiões do país. Assim,

> *"Desde que as explorações agrícolas sejam ensaiadas de acordo coma as circunstâncias peculiares a cada região, alcançaremos uma variedade maior de gêneros, estabelecendo-se deste modo a* franca permuta de produção dentro do país. *Entretanto, assim não acontece hoje, e por esta razão vemos que São Paulo, ao lado do café, lavoura para a qual a natureza lhe concedeu solo e clima privilegiados, cultiva igualmente a cana e até o algodão"*[3].

[3] RMAIC, 1915, p. XII. Não é demais lembrar que a década de 1910 é tida como o marco inicial do processo de deslocamento do eixo açucareiro e algodoeiro do país do Nordeste para o Centro-sul, como o apontam Gnaccarini e Albuquerque. Para este último, "no quinquênio de 1911 a 1915, a cotonicultura paulista já era potencialmente capaz de cobrir mais de um terço ou quase metade do consumo industrial têxtil local". Albuquerque, Rui. *Capital comercial, indústria têxtil e produção agrícola*. São Paulo, Hucitec, 1982, p. 32. Gnaccarini, José C. "A economia do açúcar: processo de trabalho e processo de acumulação". In: Fausto, Bóris (org.). *HGCB*. São Paulo: Difel, tomo III, vol. I, p. 309-44.

Quanto ao reforço do teor pragmático do órgão, seu objetivo era responder às acusações que lhe eram destinadas, particularmente no âmbito do Congresso, por alguns de seus opositores, para quem

"Em vez de darmos ao organismo agrário da nação um aparelho motor de peças simples e elementares, criamos de improviso uma vasta construção arquitetônica, tumultuária e aparatosa. Sua má-fama chegou ao ponto do Congresso lhe regatear os recursos indispensáveis, reduzindo-a a um grande estado-maior de generais, a sua maioria alheios ao ofício"[4].

Daí por diante se buscaria imprimir uma ação mais dinâmica ao Ministério, mediante o amparo técnico-científico a setores específicos — açucareiro, algodoeiro, pecuarista e cerealífero — viável por inúmeras inovações administrativas, como o *Serviço do Algodão*, explicitamente destinado aos plantadores nordestinos[5].

Uma vez que as conjunturas específicas atravessadas pela economia brasileira no pós-guerra viessem a agudizar a competição entre os segmentos da fração agrária da classe dominante pela colocação de seus produtos no mercado interno, afirmando, simultaneamente, a importância da produção fabril e a existência de uma *questão social* de proporções consideráveis, a complexificação burocrática do Ministério se imporia como realidade iniludível. Novas reformas estariam a caminho de modo a adequá-lo a seu papel de mediador de conflitos, mediante a inscrição, em sua própria materialidade institucional, de uma gama de serviços e encargos relativos à gestão de todas essas questões.

Em resposta à crescente "politização da economia", o caráter estritamente técnico de suas atribuições e linguagem foi ratificado. A

[4] RMAIC. 1915, p. X e XI. É extremamente significativo não se perder de vista o perfil de Bezerra Cavalcanti, que sairia do Ministério para ocupar o cargo de governador eleito de Pernambuco em 1918, notabilizando-se por sua atuação nas contendas em prol da afirmação do açúcar pernambucano no mercado do Centro-sul, ainda que às custas de *lobbies* constituídos pela aliança com grandes comerciantes de São Paulo, desejosos de especularem com um produto de preço mais baixo, em detrimento dos próprios produtores paulistas. Gnaccarini, *op. cit.*, p. 338.

[5] O Serviço do Algodão destinava-se a *"promover a instrução prática de seus cultivadores no modo de preparar o terreno, de plantar, de tratar as plantações, de colher, de descaroçar, de embalar e, finalmente, de vender o produto das safras"*. RMAIC, 1915, p. 75. Sintomaticamente as primeiras sedes do Serviço localizaram-se nos estados do Rio Grande do Norte e Maranhão, suscitando antagonismos — por parte dos cotonicultores paulistas — capazes de levarem à sua extinção no ano de 1916, conquanto reinaugurado posteriormente.

absorção da pretensa neutralidade da Ciência parece ter dado o tom das novas alterações intentadas, como o demonstram o Gráfico 3 e também o discurso veiculado pelos relatórios[6]. A tradução burocrática desses novos campos abertos à intervenção estatal consistiu num conjunto de repartições tão especializadas quanto um *Serviço de Expurgo de Cereais* ou os *Institutos de Química* e *Biológico*, para além de outro encarregado da inspeção animal, voltado ao controle da qualidade da produção de frigoríficos e fábricas de laticínios[7].

A gestão de Ildefonso Simões Lopes — engenheiro, fabricante de adubos e rizicultor de prestígio no Rio Grande do Sul — foi o marco inaugural da institucionalização de uma tendência destinada a promover a todo custo a "modernização" agrícola do país sob a égide da racionalidade produtiva e da incorporação de novas fronteiras à órbita da produção mercantil. A imposição da obrigatoriedade da formação agronômica para o preenchimento dos cargos técnicos ministeriais era um sinal dos "novos tempos", onde Ciência e Domínio associavam-se (RMAIC, 1919, p. 40).

Seu produto, a reforma de 1919/1920, consolidou três processos fundamentais: a subordinação da diferenciação social em curso na agricultura aos ditames da tecnologia e, pois, da grande produção mercantil; a afirmação da perspectiva industrializante da modernização agrícola pretendida[8] e, por fim, a ampliação do controle do "espaço agrário" pelo Estado. Diversamente das reformas anteriores, esta introduziria um dado novo na correlação de forças entre sociedade civil e sociedade política, materializado no fortalecimento da

[6] É impressionante a diferença da linguagem burocrática empregada nos relatórios produzidos ao longo da década de 1920 em que, à exceção da fala introdutória de cada ministro, não há espaço para qualquer tipo de retórica, apenas dados de caráter estatístico, acrescidos de vasto material fotográfico. Seriam essas algumas das modalidades de expressão da nova racionalidade econômica a ser difundida na *classe agrícola*.

[7] RMAIC, 1919, p. 40. A fiscalização sanitária dos rebanhos era mais uma tarefa do novo serviço, diante das epizootias que assolavam algumas regiões do país. Para tanto, criou-se na Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária, um curso especial para a preparação de fiscais sanitários.

[8] Entre 1919 e 1923 o Ministério, pela primeira vez, estabeleceria comissões para o estudo do aproveitamento racional das quedas d'água e das possibilidades de industrialização dos minérios brasileiros, encampando igualmente a discussão acerca da siderurgia. Os volumes II e III do Relatório de 1923 destinam-se especificamente aos temas. Em 1920 o MAIC instalaria sua primeira *Estação Experimental de Combustíveis e Minérios*. RMAIC. 1920, p. 173.

capacidade de centralização política exercida pelo aparelho de Estado. A presença de sucursais do poder central em cada estado da federação contribuirira para a lenta construção do que se pode chamar de territorialização do poder (ALLIÉS, 1980). A começar pelas *Inspetorias Agrícolas* — restabelecidas uma por estado[9] —, passando pela fundação de novas Superintendências com delegacias regionais[10], a presença do Ministério iria estender-se por todo o território nacional.

Aliás, classificar e padronizar parecem ter sido as palavras de ordem subjacentes às mudanças empreendidas, cuja finalidade era a idealizada conjugação entre "ordem" e "progresso"[11]. A racionalidade mercantil que se procurava difundir junto aos produtores rurais de distinto porte revelava seu caráter elitista e autoritário, construtor de diferenças e plenamente adequado à pretensão republicana de atualizar a *vocação eminentemente agrícola do país*. Mediante tantos novos serviços e funções técnicas, o MAIC acabaria por funcionar como um difusor de padrões de produtividade, ampliando o fosso já existente entre agricultores supostamente modernos ou arcaicos, já que poucos deles estariam em condições de adaptar-se aos paradigmas propostos.

A adoção de parâmetros de racionalização produtiva próprios à economia industrial explicitou-se, sobretudo, a partir do relatório do

[9] Considerando que um dos maiores problemas da agência era a diferença existente entre a intenção modernizante e o quadro de pessoal disponível, diria Simões Lopes que "as inspetorias são a chave da remodelação sonhada, capaz de ampliar a órbita de influência do Ministério a todos os estados". RMAIC. 1920, p. XVIII. A revalorização das inspetorias como instrumentos de modernização/controle, pode ser aquilatada pela instalação, no Rio de Janeiro, em 1921, do *Primeiro Congresso Nacional de Inspetores Agrícolas*. RMAIC. 1922, p. 20.

[10] Segundo o Relatório de 1919 as novas Superintendências visavam sobretudo *"dar unidade aos procedimentos e práticas envolvendo a produção de cada um desses gêneros"*, num esforço por homogeneizar os tipos comerciais produzidos, visando tanto ao mercado externo quanto ao doméstico. RMAIC. 1919, p. 6-7.

[11] O *Departamento Nacional do Trabalho* e a instalação do *Serviço de Sementeiras* são alguns exemplos desse tipo. O DNT, órgão suplementar do Ministério, criado em outubro de 1918, destinava-se a "regular conflitos entre patrões e empregados em todos os níveis, desde o meio rural até a cidade". RMAIC. 1920, vol. I, p. 32. Já no caso das Sementeiras, a preocupação em estabelecer padrões de produtividade transparece nas próprias palavras do ministro: *parece fora de dúvida que o prejuízo advindo anualmente às diferentes culturas pela má qualidade das sementes empregadas é de cerca de 25% do valor das colheitas, o que significa desfalque na agricultura nacional*. RMAIC. 1920, vol. I, p. XXI.

ano de 1923, quando a prestação de contas dos trabalhos desenvolvidos pela agência passaria a fazer-se sob a forma de dados numéricos sobre as médias de produtividade atingidas pelas culturas experimentais realizadas em suas repartições[12]. A propaganda das inovações técnicas aplicáveis à agricultura, sobretudo no tocante à mecanização, embora fosse justificada pela ampliação dos ganhos dos produtores, abria caminho para dois processos: a ampliação da interferência estatal na hierarquização social do espaço agrário e a valorização dos lucros do capital comercial e industrial, indiretamente, seus maiores beneficiários[13].

Mediante tal conduta, a um só tempo política e ideológica, de promover e divulgar procedimentos e modelos de racionalidade "cientificamente" concebidos, o MAIC legitimava as práticas desenvolvidas por seus agentes como portadoras de um saber dotado de uma *ratio* imanente, perpetradora da fragmentação entre trabalho intelectual e trabalho manual. A apropriação da Ciência pelo Estado imbricava-a aos mecanismos do poder, justificando a criação de um corpo de agentes especializados, tornados burocratas "intelectualizados".

O papel do Estado na organização da classe dominante e na regulação do conjunto social se afirmava por meio de um discurso da ação — da estratégia e da tática — profundamente alimentado pela ideologia do saber/ciência e cujo produto seria o afastamento da massa de pequenos produtores dos centros institucionais de decisão. Por essa via, ritualizava-se a subordinação/exclusão do trabalhador rural do pacto político.

A diferença entre a fala e a ação

Qualquer conclusão mais precisa sobre o papel desempenhado por qualquer um dos ramos do aparelho de Estado não pode prescindir, a

[12] As atividades desenvolvidas pela *Superintendência do Algodão* no ano de 1925, por exemplo, apresentam-se sob a forma de tabelas relativas a cada estado produtor, contendo informações numéricas sobre: área plantada; custo médio de cada operação; produtividade por hectare e seu valor, etc. RMAIC. 1925, p. 120-38.

[13] Tal argumento é apontado, dentre outros, por Albuquerque, *op. cit.*, p. 114 e NEVES, Delma Pessanha, *op. cit.*, p. 9, ao ressaltar que "a construção dessa tecnologia está referida ao desenvolvimento de outros setores da economia, o que determina a incorporação dos produtos oferecidos pela indústria, principalmente insumos, instrumentos, etc.".

meu ver, do estudo dos recursos, humanos e materiais, a ele atribuídos, sob pena de "descolá-lo" do conjunto das forças político-sociais nele inscritas, comprometendo a avaliação de sua "eficácia". Logo, analisar a distribuição interna do orçamento do MAIC é um *approach* indispensável ao trato das políticas e/ou medidas nele originadas, o que será feito com base nos dados fornecidos pela Tabela 3, anexo.

Sua instrumentalidade se explica, em primeiro lugar, pelo fato de permitir mapear, pela explicitação dos serviços mais prestigiados pela alocação de verbas, aquelas que desempenhariam função estratégica na condução da diretriz política assumida pela pasta, dando a perceber o contorno dos grupos ou setores por ela contemplados. Em segundo lugar, a decomposição do orçamento em suas várias rubricas propicia acompanhar em que medida a trajetória burocrática do órgão correspondeu ao privilegiamento/realinhamento político dos diferentes atores nele engajados. A análise orçamentária, ainda que em proporções modestas e relativa ao estudo de um só caso, permite, em suma, ilustrar as contradições inerentes ao permanente processo de construção do Estado, revelando sua dinâmica formal e organizacional.

A Tabela 3 confirma algumas das tendências já esboçadas neste estudo. Ao longo de todo o período, três Serviços valorizaram-se quanto ao peso das verbas recebidas, a saber, por ordem decresccente de grandeza, os de *Indústria Pastoril*; *Povoamento* e *Inspeção e de Fomento Agrícola*, cuja participação média no total das despesas ministeriais foi da ordem de 16,5%, 15,3% e 9,7%, respectivamente. No cotejo entre o discurso e as práticas efetivadas pelo órgão, tal comprovação vem corroborar não apenas a diretriz diversificadora, como tambéwm seu engajamento no atendimento às demandas pelo controle da força de trabalho esboçadas no debate ruralista. Isto se torna ainda mais claro atentando-se para aspectos como o fim da autonomia orçamentária do *Serviço de Imigração e Colonização*[14], a ênfase nas tarefas de localização de trabalhadores nacionais a cargo do SPILTN[15], bem como pela constância das dotações atribuídas ao *Ensino*

[14] Oriundo do MIVOP, o *Serviço de Imigração e Colonização* conviveria até certo ponto autonomamente com relação ao *Serviço de Povoamento*, seu superior hierárquico. A subordinação, de fato, somente ocorreria quando a administração ministerial concluísse pela necessidade de estender sua proteção *"também ao colono nacional, sem exclusão do estrangeiro, exemplo da virtude do trabalho"* RMAIC. 1912, vol. 1, p. XXIV.

[15] A preocupação do MAIC em estender suas atribuições em matéria de arregimentação, distribuição e fixação de mão-de-obra evidencia-se pelo regulamento de 20/6/1910 que estabelece o SPILTN, destinado a prover braços *"para as zonas onde o trabalhador estrangeiro não pode estabelecer-se por não lhe permitir o clima"*, justificada pela retórica humanitária da *"reintegração do brasileiro na posse e no domínio de si mesmo, no desdobramento de sua personalidade jurídica e de sua atividade produtora"*. RMAIC. 1911, vol. II, p. 274.

Agrícola, que também respondia pela fixação de mão-de-obra no campo, como será visto adiante[16].

Comparando-se os recursos destinados ao *Fomento* — encarregado de distribuir sementes, máquinas e assistência técnica a produtores — e ao *Ensino Agronômico* — quarta verba em importância no orçamento — verifica-se o movimento de reordenação da diretriz do órgão no rumo do alargamento da produção mercantil agrícola, haja vista as perdas sofridas pelo segundo ao longo da década de 1920, caindo dos 20,6% obtidos em 1914, para 8,8% em 1926. Tal reordenação visava dar maior consistência e suporte à tendência cientificizante e racionalizante que se incorporaria às práticas do MAIC na última década republicana.

A Tabela também propicia observar dois outros movimentos que, embora pouco afetos à agricultura diretamente, nem por isso deixam de ser importantes: o crescimento dos recursos alocados no *Serviço Geológico e Mineralógico* e a relativa estabilidade das dotações destinadas às *Escolas de Aprendizes-Artífices*[17]. Em ambos os casos, o papel do Ministério na mediação de interesses rurais e urbanos evidencia a inevitabilidade do Estado incorporar funções de fiscalização e ingerência sobre as questões referentes à industrialização, fossem elas de ordem cambial, tarifária ou social, criando as condições mínimas indispensáveis à reprodução do capital.

Assim, o aumento das dotações do *Serviço Geológico* ganha relevância se associado ao impacto produzido pela Primeira Guerra na interrupção do fornecimento de combustíveis e insumos industriais, dando origem às primeiras manifestações da iniciativa pública no tocante à ordenação de debates e pesquisas quanto às condições

[16] O *Serviço de Ensino Agronômico*, algumas vezes apresentado como de *Ensino Teórico e Prático*, foi concebido, desde sua instalação em 20.10.1910, em moldes altamente hierarquizados e hierarquizantes, de modo a compensar o fato de que *"o alheiamento do ensino profissional fora a causa de nossos males na agricultura, causa de seu atraso e atrofia"*. RMAIC. 1912, vol. I, p. XX-XXI.

[17] As *Escolas de aprendizes-artífices* foram criadas pelo decreto no. 7.566 de 23/8/1909, em todas as capitais do país com o fito de transformar menores vadios em elementos de atividade e progresso. RMAIC. 1912, vol. I, p. LXXXIX.

de instalação dos ramos industriais carbonífero, energético e siderúrgico[18]. Gestava-se aí um dado tipo de relação entre sociedade civil e sociedade política que, traduzido em organismos cuja representação de interesses iria corporificar, dentro da estrutura estatal, as próprias relações capitalistas, enfatizaria políticas voltadas para a dimensão nacional, supostamente abstraídas de seus móveis particularistas[19].

Quanto ao ensino profissional urbano, verifica-se o empenho do Ministério em controlar os efeitos "desestabilizadores" e "nefandos" do urbanismo mediante a formação de jovens trabalhadores disciplinados e potencialmente futuras lideranças adestradas a partir da exclusão do convívio fabril, por intermédio das instituições públicas profissionalizantes (Grignon, 1971, p. 52-4).

Os suportes institucionais da modernização agrícola

Diversificador da agricultura e enquadrador da mão-de-obra, o Ministério traduziria a necessidade da difusão do saber técnico em sintonia com as duas principais questões inerentes ao debate ruralista: elevação da produtividade agrícola por meio da mecanização e da educação rural. No primeiro caso o órgão perseguiria seus fins medi-

[18] Desde 1918 o Ministério chamou a si o patrocínio do estudo dos diversos métodos de aproveitamento do carvão nacional. Para organizar a discussão do tema promoveu o *Primeiro Congresso Brasileiro de Carvão e Combustíveis*, realizado em 1922 no Rio , como parte das comemorações do Centenário da Independência. RMAIC. 1922, p. 432. A partir de 1924 ele subsidiou o mapeamento hidrográfico e geológico das bacias dos rios São Francisco e Doce, visando sondar as possibilidades de instalação de usinas hidrelétricas e siderúrgicas nessas regiões. RMAIC. 19124, col. II, p. 5-78.

[19] Os contornos desse "novo estilo" de participação política ficam claros quando da discussão da questão siderúrgica, considerando-se a própria dinâmica e composição da citada Comissão de estudos. Convidadas formalmente, algumas figuras de proa do cenário sociopolítico do período para ela canalizariam as reivindicações dos segmentos de que se faziam porta-vozes, acabando tal iniciativa por funcionar como uma espécie de *forum* da produção do mencionado "interesse nacional". Os conflitos porventura existentes, tomariam corpo dentro ou por meio do organismo, que congregou, dentre outros, elementos como parlamentares ou ex-ministros (Simões Lopes, por exemplo); representantes da burguesia industrial (Euvaldo Lodi), segmentos já envolvidos com a siderurgia (Soares Sampaio da Belgo-Mineira e Amaro da Silveira), sem falar, é claro, dos representantes do Club de Engenharia. RMAIC. 1923, vol. II, p. IX-XVII e 187.

ante a ação propagandística e a prestação de serviços, ao passo que no segundo, atuaria por intermédio do estabelecimento de um núcleo de instituições de "ensino" agrícola elementar, altamente segregacionistas e imobilizadoras de mão-de-obra.

Distribuição de implementos e propaganda

Na esfera da diversificação/racionalização produtiva tão reclamada pelos segmentos de proprietários articulados pela SNA, os setores contemplados pelo Ministério seriam três: do algodão, pecuária e cereais, secundarizados pelo açucareiro[20], patenteando o favorecimento aos produtores nordestinos e sulistas[21].

Já as práticas ministeriais voltadas à produção de cereais beneficiariam tanto a grandes como a pequenos produtores, numa tentativa de integrá-los ao esforço de compressão da pauta das importações brasileiras, onde tais produtos ainda desempenhavam, em plena década de 1910, considerável papel[22]. Nesse sentido, os Serviços de *Inspeção e Defesa* — transformado em 1920 no *Fomento Agrícola* — e de *Informação e Propaganda*, iriam empenhar-se na distribuição de sementes, mudas, implementos, folhetos e livros, destinados a "*difundir o ensinamento dos recursos que a ciência oferece para tornar mais proveitosas as explorações, mais abundantes as colheitas, com menor dispêndio de energias e capitais* "[23].

[20] O apoio à produção açucareira se concentrou no incentivo ao estudo e pesquisa de novas espécies por intermédio da criação de *estações experimentais*, duas delas estrategicamente situadas nos estados do Rio de Janeiro (EE. de Campos) e Pernambuco (EE. de Escada). RMAIC. 1909-10, p. 178-9.

[21] O Serviço do Algodão, extinto em 1916 por pressões paulistas, seria reinaugurado em 1920, continuando a dedicar-se ao produto nordestino, sobretudo após o êxito do governo estadual de São Paulo no fomento à pesquisa de uma nova espécie (*Big Boll*), alternativa aos tradicionais tipos Mocó e Seridó, produzidos no Nordeste. Assim, o MAIC estabeleceu estações experimentais no Maranhão, Rio Grande do Norte, Paraíba, Piauí e Pará. RMAIC. 1915, 1916 e 1920, *passim*.

[22] Tomando-se 1900 como ano-base (100), têm-se que a importação de batatas, por exemplo, correspondia, em 1912, ao índice 150, ao passo que a de forragens, a 139 e a de feijão, 124. BRASIL. Serviço de Estatística Econômico-Financeira. *Comércio Exterior do Brasil*. 1900-1913.

[23] Para além de sementes e publicações o Ministério distribuiria também mudas de plantas (frutíferas e forrageiras) e adubos. No primeiro caso, distribuiu-se 13.653 t. em 1915, contra 20.651 em 1925; no caso dos adubos, a agência forneceu, nos mesmos anos, 7,8 e 15,7 toneladas. RMAIC. 1916 e 1925.

Para além do aspecto impositivo embutido nessa modalidade de atuação do Estado que, ao descrever problemas, prescrevia soluções normatizadoras, o Quadro X (ver anexos) suscita observações interessantes quanto à dimensão política deste tipo de prática. Em primeiro lugar é curioso notar, considerando-se a abrangência nacional da ação do Ministério, a relativa timidez com que prestou tal serviço, bem como a estabilidade "em baixa" com que ele foi mantido, permanecendo o total de sementes distribuídas em torno da média anual de 250 t., exceto em 1918, sobrerepresentado em virtude de medidas excepcionais determinadas pela guerra[24].

Os dados também demonstram os três estados cujos agricultores mais beneficiaram-se das distribuições efetuadas, quais sejam, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, longinquamente secundados por Paraná, Rio de Janeiro e Minas. Considerando-se o papel desempenhado pelo estabelecimento de imigrantes como pequenos proprietários nas unidades federativas do Sul, o que o Quadro sugere é a correlação estabelecida entre produção de gêneros de primeira necessidade e pequena exploração agrícola. Dessa feita, apesar de oficialmente "fomentada", a mencionada *lavoura branca* consagrava-se como espaço menos "nobre" da agricultura brasileira, atribuído a pequenos produtores que, idealisticamente, tentava-se transformar em *farmers*, de acordo com o paradigma que inspirava os gestores da pasta. A aliança política entre o Ministério e os grupos de interesse sulinos, de uma forma ou de outra, seria reforçada por este mecanismo[25].

Ainda corroborando a difusão de procedimentos tidos como modernizadores, o MAIC estabeleceria uma verdadeira linha editorial, chamando a si o encargo de publicar e divulgar trabalhos supostamente adequados a tal fim, como o demonstra o Quadro XI em anexo.

[24] Considerando-se a iniciativa de alguns governos estaduais em diretriz idêntica, São Paulo, sobretudo, evidencia-se a "timidez" referida, haja vista ter a Secretaria de Agricultura deste estado distribuído, ao longo dos anos 1910, a média de 56 toneladas de sementes. São Paulo (Estado). *Relatórios da Secretaria de Agricultura*. 1910-1920.

[25] Até a inauguração do *Serviço de Sementeiras* em 1920 — integrado por cinco campos de sementes situados na Paraíba, Rio, São Paulo, Santa Catarina e Distrito Federal — as sementes distribuídas pelo MAIC eram adquiridas nas casas de comércio especializadas, mediante concorrência pública. A grita dos lavradores contra a morosidade do serviço, em fins da década de 1910, levou a agência a criar seus próprios campos. RMAIC. 1920, vol. I, p. XX.

O conjunto de dados da série indica, de imediato, o grau de oscilação dos montantes distribuídos, merecendo relevo sua vertiginosa ampliação entre 1914 e 1916 — correspondendo à conjuntura favorável às exportações aberta pela guerra — assim como sua posterior queda, sugerindo as dificuldades do *Serviço de Informações* no desempenho de suas atribuições. Por certo esta seria uma das repartições que mais frontalmente sofreria com as restrições orçamentárias impostas ao Ministério, como se percebe da redução ocorrida em inícios da década de 1920, sabidamente um momento conturbado pela aprovação do novo Código Orçamentário instaurado por Artur Bernardes e severamente combatido pelos ministros subsequentes[26].

Isso não chegaria, no entanto, a anular o papel do Ministério como instância formadora de opiniões na *classe agrícola*. Fornecendo em média 158.095 volumes/ano dos mais variados títulos, ele na verdade substituiria a SNA que, desde sua fundação, desempenhara este encargo contando com o respaldo financeiro do MIVOP. As publicações do MAIC destinavam-se a públicos bastante diferenciados, sendo dotadas de códigos de linguagem distintos segundo o tipo de leitores, daí poderem ser hierarquizadas em três níveis: os *ensaios experimentais*, tecnicamente sofisticados e encomendados a figuras notórias no campo do saber agronômico do país e do exterior; os *Boletins* mensais da agência e os *Anuários*, verdadeiros almanaques, com artigos em linguagem coloquial, além de material de propaganda de lojas e fábricas de implementos agrícolas. O "MAIC-editorial" contava também com uma pluralidade de folhetos esparsos, sobre os mais distintos assuntos, porém todos com caráter explicativo dos passos elementares ao *exercício da agricultura racional*[27].

[26] O ministro Miguel Calmon Du Pin e Almeida, empossado em 1922, atribuiu ao Código a responsabilidade pelas limitações da agência, uma vez que ele implicava em sua paralisação nos quatro primeiros meses de cada ano, não podendo efetuar gastos de nenhuma espécie. Com isso ficava prejudicado o atendimento aos estados do Nordeste, cujos trabalhos de formação de lavouras realizavam-se, justamente, entre janeiro e março. RMAIC. 1923, p. XI-XII.

[27] Decompondo o total dos 183.583 volumes distribuídos pelo MAIC no ano de 1929, por exemplo, verifica-se que: 13,2% deles correspondiam ao *Boletim* mensal do órgão; 12,6% eram papeletas avulsas de dados estatísticos; 2,8% consistiam no *Anuário do Ministério*; 3,3% eram boletins de meteorologia, ao passo que os 68,1% restantes

Nesse duplo movimento de tecnicizar as informações e, ao mesmo tempo, construir simbolicamente a necessidade da técnica junto a seu público-alvo, o Ministério generalizava, com um âmbito considerável, os modelos e padrões de desempenho produtivo tidos como adequados a todas as regiões do país. Traduzindo uma tentativa de dominação simbólica sobre a agricultura por parte do Estado, bem como de grupos de interesses não necessariamente agrários[28], o procedimento oficial subordinava os distintos extratos sociais do campo a normas que, uma vez internalizadas pelos que a elas submetiam-se, produziriam sua pertinência ou exclusão dos processos indicados.

Dificilmente apreendidos pela maioria do público, os procedimentos e percepções assim vulgarizados contribuiriam para acentuar tanto a diferenciação social, quanto o reforço das tradicionais formas de dominação no campo, revelando o caráter aparente dessa "democratização" do conhecimento que se acreditava estar procedendo. Considerando-se o grau de analfabetismo então vigente, não é difícil perceber o real objeto da propaganda oficial, como já o demonstrava o ministro Simões Lopes:

> *"Há entre nós, embora num círculo muito estreito, a opinião de que a propaganda de ensinamento agrícola por meio de instruções, impressos e monografias, é quase nula, dada a circunstância de se encontrar a grande massa de nossas populações rurais mergulhada na mais crassa ignorância. Ora, a propaganda de ensinamento agrícola não se dirige ao* agricultor, *em absoluto,* ignorante, *a quem nada aproveitaria, e sim* aos que tem alguma capacidade de apreensão, *os quais, assenhoreando-se dos conselhos e notícias que o folheto lhes faculta, vão aplicá-los, de modo que a razão do analfabetismo invocada contra esse processo de divulgação, perde toda a sua aparente importância"* (RMAIC. 1920, vol. I, p. 434-5. Grifos do autor).

incluíam monografias e estudos técnicos os mais especializados e variados. RMAIC. 1929, p. 328-29.

[28] Dentre os setores não-agrários beneficiados pela subordinação da agricultura a tais padrões ressaltam-se os grandes comerciantes e industriais, em cujo proveito reverteriam os ganhos decorrentes da valorização produtiva, fosse para ampliar as margens de especulação com estoques, fosse para baratear o custo das matérias-primas utilizadas, já que incentivava-se a concorrência entre produtores de distintos portes e regiões. Cf., para o caso do algodão, Stein, Stanley J. *Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil*. Rio de Janeiro, Campus, 1979, p. 127-8.

Assistência Técnica

Outra modalidade de prestação de serviços executada pelo MAIC foi aquela baseada na manutenção de pequenos centro de propagação tecnológica e de assistência ao agricultor. Assentados no princípio da pedagogia do exemplo, os *campos de demonstração/cooperação, os postos zootécnicos, fazendas-modelo, estações de monta* e *experimentais* iriam encarregar-se, juntamente com as *Inspetorias Agrícolas*, de tornar viáveis as diretrizes e rumos da modernização pretendida.

Os *campos de demonstração*, existentes desde a instalação do órgão e reformulados em 1915, destinavam-se a estabelecer o ensino da agricultura prática mediante a formação de turmas de aradores, a produção e distribuição de sementes e mudas, bem como o auxílio aos proprietários vizinhos à sede em tudo aquilo que dissesse respeito à adequação da ciência aos cultivos locais. Adstritos às *Inspetorias*, embora em número inferior ao delas — somente oito entre 1911 e 1917 — esses estabelecimentos preocupavam-se, basicamente, em demonstrar o manejo de instrumentos e máquinas cedidos pelo Ministério.

Sua eficácia, todavia, deve ser relativizada: no ano de 1914, apenas 337 propriedades foram beneficiadas pelos serviços dos campos, declinando ainda mais em 1916 (237). O mesmo ocorreu com o total de máquinas emprestadas, por tempo determinado, aos produtores locais, que passou de 569 para 533. Um aspecto, entretanto, chama atenção para esse tipo de prática: a elevada participação de agricultores paranaenses e catarinenses no total apresentado pelos relatórios — 85,6%[29] — sugerindo um certo privilegiamento aos pequenos produtores como apontava a fala ministerial.

> *" As áreas do Paraná e Santa Catarina, onde os colonos são geralmente pequenos agricultores, foram em sua maior parte lavradas por eles mesmos, utilizando-se de máquinas da Inspetoria e do auxílio do respectivo pessoal, prática de que tem resultado ser grande em ambos os estados o número de plantadores* aptos a se servir bem do arado, por eles preferido à enxada" (RMAIC, 1916, p. 8. Grifos do autor).

[29] RMAIC. 1915, p. 43-4 e 1916, p. 6. Dos 362 aradores formados pelos *campos de demonstração* espalhados pelo país, 310 procediam do Paraná e Santa Catarina. Os oito campos distribuíam-se pelos estados de Sergipe, Rio Grande do Norte, Paraíba, Bahia, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Santa Catarina e Paraná.

A partir de 1919, com a reforma Simões Lopes, os *campos de demonstração* seriam transformados em *campos de cooperação*, sendo igualmente redefinidos seu funcionamento e objetivos, a começar pelo fato de serem eles agora montados diretamente na propriedade do agricultor. Doravante, os interessados na assessoria técnica do MAIC deveriam estabelecer um contrato com o órgão, mediante o qual comprometiam-se a ceder de três a cinco hectares de suas terras — evidenciando não se tratar de pequenas propriedades — exclusivamente destinados às "demonstrações" pretendidas, assim como pessoal e ferramentas para os trabalhos. Ao Ministério caberia fornecer os técnicos e a maquinaria necessários a todas as operações, desde o preparo do terreno até as colheitas.

A nova orientação imprimida aos *campos de cooperação*, adequando as peculiaridades regionais às vantagens da lavoura mecânica — a exemplo do *farmer's cooperative demonstration work* norte-americano — logo traduziria o relativo sucesso do Estado como coadjutor da maximização produtiva da grande ou média propriedade rural, tendo sido acordados, nos três primeiros meses de seu funcionamento, 72 desses *campos* (RMAIC, 1916, p. 112). Essa tendência ao crescimento seria preservada ao longo do período, como o demonstra o Quadro XII (cf. Anexos).

A despeito das oscilações reveladas pelos dados, a iniciativa logrou afirmar-se, ao contrário dos antigos *campos de demonstração*, embora seu alcance social fosse diverso: o Ministério colocava-se, agora, a serviço dos interesses locais no próprio espaço das fazendas contratantes, onde seus técnicos permaneciam pelo tempo necessário às operações realizadas. A demanda de proprietários mineiros, cearenses, fluminenses e gaúchos ao serviço logo se evidencia, sendo sua participação no conjunto dos campos estabelecidos de, respectivamente, 34,5%; 11%; 8,5% e 8%. Deslocados de seu papel originário de fornecer suporte técnico a pequenos produtores, os *campos de cooperação* abriam caminho para a efetiva construção da necessidade de mecanizar a agricultura, provando, *in loco*, a eficiência da máquina. Embora os limites desse serviço evidenciem-se mediante o pequeno quadro de técnicos com que contava o MAIC, insinuava-se, por meio dele, o que a meu ver consiste numa das principais razões de ser do órgão: instância de difusão ideológica[30].

[30] No ano de 1920, por exemplo, o MAIC contava com apens 79 agrônomos e quarenta veterinários. RMAIC. 1920, vol. I, p. XVIII.

Constrangimentos semelhantes atuariam sobre as repartições dedicadas ao implemento e do aprimoramento da pecuária no país, ainda que o *Serviço de Indústria Pastoril* fosse, como já visto, o maior beneficiado pela distribuição interna dos recursos da pasta[31]. Os *postos zootécnicos*, *fazendas-modelo* e *estações de monta* estabelecidos com base em uma hierarquização do tipo de assistência a ser por eles prestada, acabariam funcionando como pólos de revenda de espécies finas a preços acessíveis, embora seu objetivo inicial fosse de outra ordem: importar reprodutores puros, avançando estudos para aclimatá-los ao país; selecionar reprodutores nacionais, difundindo seu valor industrial e, finalmente, emprestar padreadores de raça a criadores com poucos recursos. Tolhido em orçamentos, mas visando generalizar os padrões de excelência sob sua tutela, o MAIC subsidiaria os executivos municipais e estaduais interessados em instalar agências congêneres desde que seguissem suas normas e prescrições, centralmente estabelecidas[32].

Tanto no caso de auxílios individuais quanto nos acordos intra-estatais, a contrapartida era a ampliação da ingerência do governo federal sobre o espaço produtivo, revelando em que medida a disseminação da técnica justificaria a construção de práticas de poder que implicavam, mais uma vez, em exacerbar o controle e a padronização. Ilustra este aspecto o número crescente de produtores inscritos no *Registro de Lavradores e Criadores*, os quais eram obrigados a atualizar constantemente as informações acerca de suas atividades, desde que aplicado o concurso do Ministério (Cf. Quadro XIII em anexo).

Para além da evidência do crescimento de 3.500% do total de lavradores cadastrados na agência, o Quadro também revela a recorrência com que produtores de quatro estados, três dos quais em

[31] O *Serviço de Indústria Pastoril* estabelecido pela reforma de 1915 no lugar do Serviço de Veterinária, englobava além dos postos, fazendas-modelo e estações de monta, as atribuições ligadas à profilaxia e controle sanitário de rebanhos e a produção de laticínios, contando com *inspetorias veterinárias* espalhadas por todos os estados do país. Conquanto o número dessas repartições fosse exíguo, ele concentrou-se, em sua quase totalidade, nos estados do Nordeste e Centro-oeste. RMAIC. 1912 e 1929.

[32] Era ao Ministério que cabia discriminar desde a área global de fazendas e estações, até a superfície a ser distribuída entre pastos e cultivos forrageiros, assim como o número de currais, banheiros carrapaticidas e reprodutores que cada uma delas deveria comportar ficando, além disso, sujeitas à sua fiscalização anual. RMAIC. 1918, p. 200-3.

flagrante processo de diversificação, buscaram os serviços ministeriais: desde sua fundação Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Bahia ocuparam o primeiro lugar em grandeza nos totais indicados, sendo o primeiro seu cliente mais constante. Ademais, embora a série situe-se fora da conjuntura específica da crise dos anos 20, não deixa de ser curioso apontar para a "coincidência" existente entre os resultados do Quadro XIII e a composição da futura Reação Republicana de 1922, antagonista da candidatura Bernardes à presidência. O MAIC como instância acomodadora dos interesses de "oligarquias bagageiras" mais uma vez patenteava-se.

No tocante às *estações experimentais*, voltadas para a pesquisa do aprimoramento e seleção das espécies agrícolas, vale registrar seu crescimento quantitativo e qualitativo em todo o período, passando do número de três em 1912, para quatorze em 1929, tendo por eixo geográfico de concentração o Nordeste, com ênfase para a Bahia[33].

Consagração institucional do saber agronômico

Todos os serviços e práticas até aqui arrolados só ganham completa inteligibilidade uma vez associados à figura do agrônomo, pedra de toque do assim chamado "projeto regenerador" da agricultura brasileira na República Velha. Para ampliar seu quadro de profissionais especializados, os titulares do MAIC lançaram mão de três procedimentos: a instalação da *Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária (ESAMV/RJ)* em 1912; o estabelecimento do intercâmbio com universidades norte-americanas e a instituição da obrigatoriedade do diploma de agrônomo para o preenchimento dos postos centrais do órgão (RMAIC, 1920, p. 356). Por essa via consubstanciava-se um corpo de agentes legitimados pela competência técnica, cuja necessidade construía-se a partir da verificação de que *"os lavradores por si mesmos jamais terão meios de por em prática os métodos que assinalam a evolução do que hoje já podemos chamar de ciência agrícola"* (RMAIC, 1915, p. XX.).

[33] Era a seguinte a distribuição das *estações experimentais* pelo país no ano de 1929: as do algodão localizavam-se em Sergipe, Ceará, Minas, Rio, Bahia, Maranhão, Rio Grande do Norte e São Paulo; para o cacau e o fumo existiam apenas duas, ambas na Bahia, ao passo que para a cana, uma em Pernambuco e outra no Rio de Janeiro, onde também situava-se a estação de fruticultura. No Rio Grande do Sul estabeleceu-se a única estação voltada para o trigo. RMAIC. 1929, *passim*.

Disseminados pela estrutura ministerial os agrônomos eram definidos como aqueles que

"Por toda a parte vão pregando a necessidade — para o país — e a vantagem pecuniária — para os lavradores — de se desenvolverem as culturas do trigo, do centeio, da cevada, do linho, da mamona, do amendoim, do arroz, do feijão, da ervilha, da mandioca, do algodão e de outras plantas, que cada dia se tornam mais remuneradoras para quem as cultiva inteligentemente" (RMAIC, 1918, p. 14).

Portadores da máxima positivista da prática como critério da verdade os agrônomos se tornariam os principais mediadores entre o poder público e a iniciativa privada, subsumindo-a, mediante a aplicação de um saber especializado, aos desígnios políticos do primeiro. Ao indicar o que, como e onde produzir, o conhecimento agronômico transmitido pelos técnicos do MAIC assumiria sua função homogeneizadora e ordenadora do social. A difusão desta " ética" da racionalidade produtiva requeria que, das próprias repartições do Ministério saíssem agrônomos que

"Em cada propriedade particular vão estabelecer as lavras do ensaio, nelas aplicando, para a obtenção de bons resultados, os métodos mais adiantados que a ciência praticada em sucessivas experiências demonstrou lograr mais avultados proventos" (RMAIC, 1916, p. VIII).

Seriam eles também aqueles que, por sua formação, iriam afirmar-se nas instâncias burocrático-decisórias da pasta, imprimindo a orientação cada vez mais tecnicizante de seus discursos e práticas, tidos como apolíticos e, por isso mesmo, eficazes ideologicamente. O Quadro XIV, em anexo, subsidia essas afirmativas.

Em seu cômputo global, ressalta-se a expressiva participação dos agrônomos e engenheiros nas diretorias responsáveis pelo encaminhamento das práticas ministeriais — 18,5% cada um deles — justificando-se a presença destes últimos por sua tradicional vinculação, herança da engenharia militar imperial, a políticas de controle e gestão dos homens no espaço: o povoamento e a imigração. Mas o que importa sinalizar é a crescente presença dos agrônomos que de 12,5% em 1912, passou a 25% no ano de 1927, atingindo sua culminância em 1921, quando contribuíram com 28,6% do total de diretores da pasta.

O deslocamento dos profissionais de extração bacharelesca do exercício de funções tornadas técnicas é outra tônica indicada pelo Quadro. Essa tendência é afirmada nos três primeiros anos da déca-

da de 1930 quando se ratificaria o predomínio dos agrônomos no órgão, representando, então, 57,1% dos quadros de primerio escalão. Os restantes 42,9% iriam distribuir-se, proporcionalmente, entre médicos, veterinários e engenheiros — 14,3% cada — não tendo sido encontrado registro algum da presença de bacharéis[34].

Afora esse aspecto, o Quadro XIV é mais uma demonstração da expressiva representatividade política com que estados como o Rio de Janeiro (32,2%) e os do Nordeste (34%) se faziam inscrever nas diretorias do Ministério, contrapondo-se ao reduzido percentual de paulistas verificado (1,8%). Tal tendência foi até certo ponto mantida pela constância com que certos elementos permaneceram em seus cargos ao longo do período, como se depreende da leitura dos dados. A julgar pelos seus quadros superiores, excetuando-se os três primeiros titulares da pasta, o MAIC, definitivamente, não seria um espaço institucional da dominação — no sentido gramsciniano do termo — paulista, à semelhança do que Schwartzman aponta quanto aos demais órgãos integrantes do aparelho de Estado na Primeira República[35].

Ao mesmo tempo, o Quadro demonstra cabalmente o papel desempenhado pela SNA na institucionalização governamental do movimento ruralista, podendo verificar-se que 50% dos diretores do Ministério provinham de seus quadros, além dos próprios titulares. O Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, num certo sentido, foi a tradução burocrática da SNA no nível da sociedade política brasileira.

Um dos canais privilegiados para a formação e a reprodução dos quadros ministeriais foi o recurso à experiência estrangeira por meio do envio anual de grupos de bolsistas, em particular, aos Estados Unidos. Tal prática foi inaugurada em 1918 pela Missão Carlos Moreira, o qual, na qualidade de correspondente do MAIC para aquisição de máquinas, insumos e técnicas culturais, promoveu uma visita oficial a seis escolas de agronomia indicadas pelo governo de Washington, de modo a selecionar as mais adequadas aos estudantes brasileiros em vias de especialização. Segundo seu parecer oficial

> *"Todas satisfazem perfeitamente e oferecem as necessárias condições para que os moços formados por nossas escolas aperfeiçoem ali seus conhecimentos vantajosamente. Penso, entretanto, que devem ser preferidas a Escola de Agricultura da* Universidade de Illinois, *em Urbana, para química, mecânica e eletricidade aplicadas à agricultura e a* Escola do Texas, *devido à natureza das culturas experimentais estudadas ali e que mais se assemelham às nossas"* (RMAIC, 1918, p. 261, grifos do autor).

Seguindo essa diretriz o Ministério manteria, no ano de 1920, por exemplo, um total de setenta e sete bolsistas em instituições americanas, dos quais vinte e nove provinham do Rio Grande do Sul; dezessete do Rio de Janeiro e quatorze de Pernambuco, elevando-se este montante a cento e trinta e oito estudantes em 1928 (RMAIC, 1920 e 1928, respectivamente p. 478 e 248). Na avaliação dos agrônomos já alocados no órgão e desejosos de verem reforçados os quadros de apoio especializado às Inspetorias, somente tal procedimento poderia *"dotar a Nação de técnicos competentes e capazes de imprimir novas energias à sua agricultura, apontando ao agricultor brasileiro o caminho mais curto para a grandeza econômica do país"*[36].

Este intercâmbio traduzia, obviamente, a opção brasileira pelo alinhamento aos Estados Unidos, de quem receberia o aporte tecnológico e financeiro, redundando na adoção do paradigma norte-americano de desenvolvimento agrícola. A política de incentivo à formação de uma "elite agronômica" contribuiria para afirmar a estratégia de difundir os problemas agrícolas brasileiros como meio de angariar recursos de toda espécie[37], além de estreitar os laços comerciais entre os dois países: no ano de 1915, por exemplo, os E.U.A. supririam 90% do volume total de arados adquiridos pelo

[34] Brasil. MAIC. *Almanak do Pessoal*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1930-3.

[35] Para o autor, considerada a média do número de anos em que nativos de vários estados do país ocuparam ministérios na Primeira República, "é curioso como São Paulo, o centro do republicanismo federalista, é relativamente marginal e continua assim". Para ele, a explicação dessa marginalidade repousa no fato de que, diante da descentralização do sistema político em vigor, "o acesso ao poder central não era realmente muito importante para os propósitos da elite econômica e política paulista", o que em absoluto se confirma na pesquisa acerca da disputa sobre o controle do MAIC. Schwartzman, Simon. São Paulo.... *op. cit.*, p. 119-21.

[36] Brasil. MAIC. *Anais do 1.º Congresso de Inspetores Agrícolas*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1923, p. 79.

[37] Prova disso é que os estudantes brasileiros sediados em universidades norte-americanas formaram uma associação cujo escopo era a difusão dos problemas da agricultura de seu país, chegando a congregar, no ano de 1920, mais de uma centena de sócios e a publicar seis edições consecutivas de sua revista *O Estudante Brasileiro*. RMAIC. 1921, p. 456.

Brasil, além de 76% do valor de todos os equipamentos agrícolas importados[38].

A reorientação global nos anos 20

A normalização das condições do comércio mundial no pós-guerra, assim como a conjuntura superprodutiva estimulada pela ação política do Estado, resultaram numa queda geral dos preços agrícolas. Ela atingiria, dramaticamente, setores como os do algodão, da pecuária e gêneros, contrariamente ao ocorrido com o café, em fase ascensional de preços externos, ratificando sua liderança na economia brasileira[39]. Diante disso, a política econômica federal reverteria, mais uma vez, em seu benefício, materializando-se na terceira operação valorizadora do produto, ocorrida em 1921. Antagonismos de há muito acumulados, eclodiriam, gerando uma efetiva cisão entre as distintas frações agrárias da classe dominante, representando a versão política daquilo que a historiografia nomeia como "crise dos anos 20".

Por certo o Ministério da Agricultura não estaria infenso aos desdobramentos dessa crise, que nele ecoariam de maneira peculiar, haja vista seu papel de articulador de iniciativas privilegiadoras de setores produtivos não ligados de forma direta à cafeicultura. Ao longo de toda a década, sobretudo a partir de 1923, as falas ministeriais monocordiamente apontariam as tradicionais dificuldades impostas à ação do órgão, sobretudo aquelas de ordem orçamentária:

> *"Departamento da administração pública destinado a criar e a desenvolver a riqueza pública em um país novo, onde quase tudo está por fazer, a importância e a necessidade do Ministério da Agricultura ressaltam aos olhos mais inexperientes. Assim sendo, seria natural que fosse dotado dos recursos que a sua finalidade exigia. Diversas razões, justificadas ou não, impediram que assim o fosse. Na República, sua criação não conta mais*

[38] Downes, Earl Richard. *The* seeds *of influence*. Austin: PhD Dissertation to University of Texas, 1986, p. 280.

[39] A queda dos preços de produtos como o arroz, o milho e o feijão a partir de 1921 seria da ordem, respectivamente, de 30%, 35% e 40%, tornando menos atraente seu plantio. DOWNES, *op. cit.*, p. 360. Isto não significaria no entanto que se tenham invalidado os efeitos da diversificação agrícola do país, para os quais tanto contribuíra o Ministério, posto que a participação desses mesmos gêneros na pauta das importações brasileiras declinara progressivamente ao longo da própria década de 1920.

> *de duas décadas e mesmo nesse curto período de existência já foi obrigado a suportar verdadeiros períodos de estagnação, por contingências de ordem vária, durante as quais perdeu o pouco que já havia conseguido alcançar, sendo forçado a iniciar vida nova após tais períodos"*[40].

Sem abandonar suas diretrizes, nem tampouco a intenção política de prosseguir beneficiando os complexos agrários nordestinos e do sul, o Ministério imprimiria, doravante, novo sentido à sua "tradicional" ação diversificadora, pautado pela sofisticação de seu aparato burocrático. Mediante a multiplicação de agências voltadas ao aperfeiçoamento e controle de produtos agrícolas em geral, o MAIC passaria a dar prioridade àqueles que se constituíssem em matérias-primas para o grande mercado de consumo representado pelas indústrias. Nesse sentido, seus esforços seriam centrados na tentativa de configurar *tipos nacionais*, altamente comercializáveis, de certos gêneros, daí multiplicar-se em novos serviços como o *Instituto de Química*, o *Biológico de Defesa Agrícola* ou o *Serviço de Expurgo de Cereais*.

Uma vez que a agricultura paulista aproveitava crescentemente de toda e qualquer oportunidade diversificadora em seu próprio espaço e que sua indústria praticamente consolidara um "mercado cativo" para a primeira, deslocando seus tradicionais supridores, a nova orientação da pasta pode ser vista como uma tentativa de valorizar a competitividade das matérias-primas de regiões de menor desempenho econômico: a dimensão industrial da vocação eminentemente agrícola cultivada por toda a República emergiria. Segundo um dos últimos titulares da agência,

> *"É fato que nenhum país pode sustentar indústrias sem sacrifícios; é fato também que um país sem indústrias não tem independência econômica.* O Brasil precisa ser um país industrial, *não só pela sua posição no continente americano, como porque temos os elementos para isso necessários. Que siga o caminho melhor para chegar a tal resultado,* criando as indústrias de que é produtor de matéria-prima *e aquelas cuja matéria-prima poderá produzir"* (RMAIC, 1928, p. XLV, grifos do autor).

Dentro da nova orientação, o órgão procuraria incorporar novas e múltiplas demandas, mediante a prática da criação de conselhos

[40] RMAIC. 1926, p. X. Para se ter uma idéia das limitações impostas ao MAIC basta dizer que em 1926 sua dotação total foi menor do que aquela da Secretaria de Agricultura do estado de São Paulo. Cf. Mueller, Charles. *Das oligarquias agrárias ao predomínio urbano industrial*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1983, p.165.

constituídos com base na representação profissional de seus membros, conforme o ilustra o estabelecimento do *Conselho Nacional do Trabalho* e do *Conselho Superior de Comércio e Indústria*, ambos datados de 1923. Por essa via o Ministério ensaiava uma certa modalidade de representação política de interesses costumeiramente associada pela historiografia ao autoritarismo do pós-30, o que não é estritamente correto, diante desta espécie de *avant première* de uma nova prática de administração e gerência estatal dos conflitos sociais. Autoritarismo e controle resumiriam, aliás, o escopo central da atuação do MAIC ao longo de toda a Primeira República, mormente no que se refere à formação e expansão do mercado de trabalho como será visto a seguir.

A política de arregimentação de mão-de-obra

Uma vez que a Abolição abriria caminho para configurar-se um mercado de trabalho — produzindo homens juridicamente livres e teoricamente dotados de mobilidade — o fundamento das reapresentações acerca do *atraso* da agricultura deslocou-se, como se viu, para o trabalhador do campo, corroborando a segmentação Natureza X Homem como fundamento de um projeto que visava atuar sobre este último, para adequá-lo às infinitas possibilidades daquela. Por meio dessa leitura da nova realidade, preservava-se a estrutura da propriedade agrária sem ameaças ao ritmo da produção mercantil, ao mesmo tempo em que se legitimariam várias modalidades de ação "pedagógica" sobre a mão-de-obra, capazes de evitar sua fuga ao mercado. Concluindo que

"Nossos campônios são baldos até dos conhecimentos mais comezinhos, o único meio de combater este problema é fornecer-lhes escola primária e aprendizado agrícola para seus filhos. Só assim é possível reunir essa grande massa anônima *que se vai degradando pela miséria, fazendo com que ela longe se ser* uma ameaça *contra a vida rural, seja um elemento útil ao país e à lavoura"* (RMAIC, 1909-10, vol. I, p. 57-8, grifos do autor).

A fala oficial introduzia os termos em que seria pensado o objeto de sua atuação: o fornecimento e a arregimentação de trabalhadores, representados como "questão populacional". Reapropriada dentro dos limites do conceito de população, a temática da mão-de-obra tornava-se alvo fácil da governamentalidade, isto é, da vigilância e do controle exercidos pelo aparelho de Estado, uma vez que essa

noção imbricava-se a outras como as de segurança e soberania, particularmente caras numa formação social em que a mercantilização da terra sequer atingira sua plenitude. Em nome da segurança/soberania, seria justificado todo um conjunto de saberes e práticas que impedissem o acesso à terra e o desenvolvimento de atividades produtivas fora do circuito mercantil. O novo binômio afirmava-se como fundamento de um discurso jurisdicista e institucionalizante, destinado a dar substrato à Nação pela incorporação de todos os elementos tidos como marginais a ela, sobretudo caboclos, mulatos e negros associados à recém-abolida escravidão.

Nessas circunstâncias, as práticas definidas pelo discurso oficial como de "qualificação" do trabalhador nada mais eram do que iniciativas imobilizadoras da mão-de-obra rural. Impedir que se processasse a fuga para as cidades ou para regiões agrícolas mais dinâmicas que outras, controlando sua distribuição espacial para satisfazer a grupos de interesse diversos, tal seria o escopo da ação pública no tocante à formação e expansão tutelada de um mercado de trabalho.

No bojo dessa problemática a atuação do MAIC se fez em três direções: redistribuir e fixar o *trabalhador nacional;* assistir e incorporar as comunidades indígenas e, por fim, fomentar a imigração/colonização. Suas traduções institucionais foram, respectivamente, os Serviços de *Ensino Agronômico;* de *Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais* (SPILTN) e, por fim, o de *Povoamento.* Cada um deles atuaria por intermédio de agências especiais e peculiares, porém voltadas para igual fim: construir o espaço nacional enquanto representação simbólica do mercado de trabalho e elaborar uma "ética do trabalho" para a agricultura, ambos sob a tutela pública.

Instituições de "ensino" agrícola

Concebido com base no modelo norte-americano, o *Serviço de Ensino Agronômico* — logo depois incorporado ao *Fomento Agrícola* — foi instalado juntamente com o Ministério, destinando-se a conferir ao ensino o papel de mola propulsora da "modernização". Suas atribuições apresentavam-se de forma aparatosa, englobando agências difusoras do ensino agrícola em todos os seus níveis — superior, médio ou teórico-prático, prático, primário agrícola e ambulante — todos tidos como imprescindíveis ao resgate da população rural do estágio de barbárie que lhe era atribuído.

Por tal ótica, enquanto a *Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária* (ESAMV/RJ) responderia pela difusão do primeiro daqueles níveis, os demais ficariam a cargo de instituições especiais, anexas ou próximas às estações experimentais, campos de demonstração e postos zootécnicos, visando facilitar seu objetivo de *"preparar trabalhadores para o manejo de máquinas e técnicas modernas de cultivo, ensinando-lhes sobretudo seu valor econômico"* (RMAIC, 1909-10, vol. I, p. 65).

Pomposo e em claro descompasso com os recursos da pasta, o plano originariamente idealizado logo sofreria transformações que contemplariam apenas alguns dos níveis pensados, mormente a ESAMV — à qual se incorporaria o ensino médio/teórico-prático[41] — e os *aprendizados agrícolas*. Os níveis privilegiados correspondiam, sintomaticamente, aos dois extremos da hierarquia social do campo. Uma vez que o estudo do ensino agronômico já esteve contemplado em outra parte deste capítulo, darei relevo às agências que tornaram viáveis o *ensino profissional-elementar agrícola* na Primeira República.

Voltados para a formação de trabalhadores agrícolas aptos aos diversos serviços agropecuários, os *aprendizados agrícolas* (AAs) seriam encarregados de ministrar um curso único, regular, com duração de dois anos, objetivando *"fornecer a aprendizagem dos métodos racionais do trato do solo, bem como as noções de higiene e criação animal, além de instruções para o uso de máquinas e implementos agrícolas, dentre outros"* (RMAIC, 1910, Vol. I, p. 57). Paralelamente a tais noções e supondo substituir-se à escola primária, manteriam um "curso" de primeiras letras, cujos rendimentos pudessem contribuir para o aprimoramento da "qualificação técnica" de seu público-alvo: jovens entre quatorze e dezoito anos, comprovadamente filhos de pequenos agricultores.

Funcionando sob o regime do internato, os AAs eram obrigados a possuir, em razão de sua feição eminentemente prática, organização similar à de uma propriedade agrícola, dotados de todas as instalações tidas por necessárias aos fins colimados, incluindo-se cocheiras, silos ou pomares, até instalações para o beneficiamento da produção. À guisa de remuneração pelos serviços prestados, atribuía-se uma diária a cada aluno, mantida sob a guarda do diretor de cada estabelecimento, juntamente com o produto da venda dos gêneros aí produzidos à comunidade vizinha. Parte dela, no entanto, recomendava o Ministério, deveria ser distribuída entre os internos *"sob a forma de prêmios à produtividade e desempenho de cada um"* o que configura uma estratégia de vulgarização dos padrões de competitividade próprios à organização mercantil da produção (RMAIC, 1910, vol. I., p. 59-60).

[41] O chamado ensino médio ou teórico-prático destinava-se à formação de técnicos especializados em agrimensura ou contabilidade agrícola e habilitados para tanto após a conclusão do nível básico do curso de agronomia da ESAMV. Miranda, Joaquim C. Correa de. *O ensino agrícola no Ministério da Agricultura*. Rio de Janeiro: CNEPA/universidade Rural, s/d, p. 65.

Ao longo do período estudado o MAIC manteve entre oito e cinco aprendizados — respectivamente em 1911 e 1928 — onde matricularam-se entre 150 e 250 menores, distribuídos por unidades distintas da federação, mormente as nordestinas, em consonância com as demandas explicitadas no debate ruralista[42]. Dotados pela reforma de 1910 da faculdade de estabelecer seus próprios regulamentos, os AAs iriam diferenciar-se entre si. Enquanto alguns permaneceram voltados para a formação dos chamados *operários agrícolas* — como os da Bahia e Rio Grande do Sul — outros passaram a formar *"trabalhadores aptos aos serviços da pequena propriedade rural, principalmente no que se referem à fruticultura, à horticultura e às indústrias delas derivadas"* (Miranda, *op. cit.*, p. 87-8) — como o de Barbacena, por exemplo.

A despeito dos dados sinalizarem uma importância relativa da instituição, o significado de sua manutenção merece ser acentuado, haja vista representar o ensino agrícola uma estratégia de dominação simbólica sobre o produtor rural, pequeno sobretudo, visando assegurar a integração da agricultura à "modernidade", mediante a extensão da idéia do progresso ao campo. Uma vez que a escola coloca o saber agrícola à frente do trabalhador, a oposição entre uma agricultura "sábia" e outra "arcaizante" patenteia-se, contribuindo para naturalizar a subordinação desta àquela, ambas despidas de seu conteúdo de classe.

Moralizante e específico, tornado viável por instituições isoladas e isolacionistas, o ensino agrícola apontava sempre numa direção civilizadora, em cujo nome preservava-se os que eram seu objeto na condição de imobilidade própria a viveiros de mão-de-obra. A imagem idealizada de um *produtor rural moderno* serviria de base para a negação da própria realidade, neutralizando qualquer possibilidade

[42] O Decreto n.º 12.893 de 28/2/1918 que criava os patronatos estabelecia claramente que *"o que se espera pelo lado financeiro é que sejam concomitantemente campos de demonstração e campos de produção* (...). É mister que *tenham lucros e deixem resultados, subsistindo por si próprios"*. RMAIC. 1918, p. 141.

de contestação da estrutura agrária vigente, mediante a construção de uma espécie de "elite" de futuros cultivadores esclarecidos. Estes, perpassados pelos princípios da racionalidade econômica, poderiam transformar-se em guardiães dessa nova ética do trabalho destinada a precipitar o produtor rural, para e pelo consumo, no jogo da economia de mercado. A educação agrícola constituía-se em princípio de ordenação social do campo, dando suporte ao mito da "democracia rural", ao ensejar a crença de que o pequeno e "semi-ilustrado" produtor, teria em comum com o grande proprietário e seus professores, a possibilidade do acesso à terra e, sobretudo, à instrução (Grignon, *op. cit.*).

Sob certas circunstâncias, no entanto, a criação de agências de ensino agrícola constituiu-se em instrumento de atuação sobre outras categorias sociais que não as diretamente ligadas à agricultura, servindo como paliativo, por exemplo, para a questão social urbana, acentuada, no caso brasileiro, pela conjuntura determinada pela Primeira Grande Guerra. Os *patronatos agrícolas*, criados em 1918, foram a resposta ministerial para este problema. Rurais, por necessidade e agrícolas, mais por conveniência do que por vocação — sendo o trabalho no campo tido como único meio de preservar sua auto-subsistência e manutenção — os *patronatos* destinavam-se à assistência à *infância desvalida das cidades*, visto que

> *"Em todos os centros populosos cresce, dia a dia, o sombrio exército de meninos abandonados, criminosos e malfeitores de amanhã, pejando os tribunais, enchendo as cadeias, em vez de constituirem elementos computáveis da economia. Dar a mão a essas crianças — órfãos de pais vivos — impelidas à ociosidade e ao vício, assegurar-lhes uma atsmofera oxigenada de bons sentimentos, prendê-las à fecundidade da terra ou habilitá-las na tenda da oficina ou de uma profissão é transformar cada uma delas em fator de engrandecimento coletivo"* (RMAIC, 1918, p. 137).

Associando muitas vezes as noções de ensino popular e defesa militar, o texto da lei que os criara deixa claro o escopo de sua ação, a despeito da retórica filantrópica com que se justificava: os patronatos funcionariam como alternativa às tradicionais instituições presidiárias urbanas, tidas por degradantes e infames. Por seu caráter fechado e segregacionista, no entanto, acabariam por produzir um outro tipo de detentos, terapeuticamente adestráveis por essas *escolas de trabalho*, adequadas a "*servirem de freio às tendências anárquicas intoleráveis*", com base nas quais representava-se o novo ator presente na cena social: o proletariado.

No cumprimento de suas finalidades, os *patronatos* eram definidos como núcleos de ensino profissional destinados a habilitar seus internos em horticultura, jardinagem, pomicultura, pecuária e cultivo de plantas industriais, mediante curso simultâneo de primeiras letras e profissionalizante, voltado a uma clientela composta por menores órfãos, na faixa entre os dez e os dezesseis anos. A par das noções de agrotecnia e veterinária, o ensino aí ministrado ainda incluía a educação cívica, de modo a "*inspirar e arraigar o amor à pátria e à república e o sentimento dos direitos e deveres praticados na vida social*"[43].

Corroborando sua faceta repressiva — até mesmo militarmente concebida, com o fito de introjetar em seu público as noções de ordem, civismo e autodisciplina — basta atentar para o tipo de agente legalmente nomeado como responsável pelo recrutamento de sua clientela: os chefes de polícia ou os magistrados. Por todas essas razões, os *patronatos* eram talhados para o exercício da função arregimentadora de uma mão-de-obra disciplinada, espacialmente concentrada e apta ao trabalho agrícola, sobretudo naquela conjuntura de *esforço produtivo* deslanchada pela Primeira Guerra Mundial, mediante seus efeitos desorganizativos sobre os fluxos migratórios[44]. O relativo sucesso dos patronatos pode ser aquilatado com base no Quadro XV em anexo. Sua função — um misto de reformatórios e centros de qualificação de trabalhadores — no fornecimento de mão-de-obra barata e semi-adestrada para a grande lavoura ganha relevo se se atentar para a abrangência nacional a eles conferida pelo Ministério, sendo digno de nota o fato de alguns deles localizarem-se no interior de grandes propriedades privadas[45].

[43] RMAIC. 1918, p. 139. O trecho refere-se ao artigo 5.º Das Instruções Orgânicas que acompanhavam o decreto de criação, em cujos considerandos afirmava o Ministro que "*não se arraigou ainda na consciência democrática o sentimento da necessidade de harmonizar e concentrar o ensino popular, do mesmo modo que a defesa militar do país, nas mãos da União*". *Id., ibid.*, p. 136.

[44] Ao passo que entre 1910-14 entraram no país 679.968 imigrantes, no período compreendido entre 1915 e 1920, somente 158.800 aqui aportaram, cf. Petrone, Maria Tereza Schorer. "Imigração". *In*: Fausto, Bóris (org.). *HGCB*. São Paulo, Difel, tomo III, vol. I, p.100-1.

[45] Este foi o caso, por exemplo, do *patronato Delfim Moreira*, localizado na propriedade do coronel Jeronimo Guedes Fernandes da Silva em Silvestre Ferraz/MG, onde oitenta internos cuidavam do plantio e colheita de 32.000 laranjeiras. RMAIC. 1920, vol. I, p. 90.

Instrumentos da fixação de nacionais

A ingerência do MAIC na formação e expansão do mercado de trabalho também pode ser avaliada a partir da atuação do *Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais* (SPILTN). Repartição criada em 1910, legitimada por uma retórica integracionista, seu principal objetivo era o alargamento das fronteiras, simbólicas e econômicas, da Nação, mediante a aplicação de práticas de corte militarizante, destinadas a transformar meros *contingentes populacionais* em produtores mercantis. É mister ressaltar, neste sentido, dentre suas atribuições aquelas referentes à localização do *trabalhador nacional*, já que seriam elas as responsáveis pela ideologização da identidade, criada pelo discurso oficial, entre os processos de formação do povo e construção do mercado de trabalho. Segundo o Ministro Rodolfo Miranda quando do estabelecimento da agência:

> *"A escravidão foi a morte da iniciativa dignificadora e da expansão econômica. O trabalho nada produzia para o trabalhador. E é relembrando esse quadro de miséria que sinto o valor da obra que incumbe realizar com a localização de trabalhadores nacionais. Estes são, estou convencido, os descendentes dos mártires da escravidão e da espoliação indígena, agora, em parte, argamassados com os herdeiros dos usurpadores.*
>
> *É uma obra de reparação e fraternidade. Na atualidade não há exagero em afirmar-se, o Brasil não é constituído por um só povo, há no seio da Pátria* duas populações que se desconhecem, que não se entendem. *De Norte a Sul o espetáculo é o mesmo. E é para operar a auspiciosa aliança e fusão dessas duas populações que se dividiu o vasto território nacional em circunscrições que são as inspetorias, porque a elas está confiada a missão de, por um lado, entrar em contato com o índio, protegê-lo (...) e por outro, cuidar do trabalhador nacional"* (RMAIC, 1910, vol. I, p. 275, grifos do autor).

O Serviço visava atingir duas finalidades. Por um lado gerir os chamados *conflitos indígenas* superestimados, no período, pelo processo de especulação com a terra suscitado e ampliado pelo surto ferroviário, responsável pela "criação de fazendas" nas zonas recém-incorporadas à cafeicultura, traduzindo a ingerência do Estado na produção de fronteiras (LIMA, 1992). Por outro, administrar a distribuição espacial da força de trabalho, para diminuir os desequilíbrios

regionais e, por conseqüência, as tensões políticas latentes intraclasse dominante jogando, sobretudo, a favor daquelas ligadas aos complexos agrários do Norte e Nordeste, prejudicadas pela concentração do estoque de mão-de-obra no Centro-Sul.

Ambas as finalidades apontavam em igual direção, isto é, na da fixação do *trabalhador nacional* aos chamados *centros agrícolas*, na condição de pequenos proprietários. Tal solução significava um meio termo entre as propostas que defendiam a instalação de estabelecimentos semelhantes no interior da grande propriedade com subsídio público e aquelas que exigiam do Estado a institucionalização de medidas repressoras mediante a fundação de *colônias agrícola-correcionais* (Cf. capítulo 4). Esse "diálogo" entre sociedade civil e sociedade política assumia, assim, a forma da ampliação material do aparelho de estado.

A ação do SPILTN — do qual as obrigações com a localização do trabalhador nacional foram deslocadas para o *Serviço de Povoamento* no ano de 1918 — traduziu-se tanto no estabelecimento de *postos de atração* e *povoações indígenas*, quanto na criação dos *centros agrícolas*. Aos primeiros cabia "proteger" e incorporar os *bugres* à órbita do "mundo civilizado"[46], ao passo que os segundos voltavam-se para a fixação de trabalhadores em lotes demarcados valendo-se de terras devolutas cedidas à União. Diversamente do que ocorria com os *núcleos coloniais* destinados aos imigrantes, as condições para o assentamento do *nacional* seriam bem mais rigorosas, estipulando-se menores direitos e maiores deveres a seus supostos beneficiários[47]. Os pequenos proprietários dos centros eram, ademais, regimentalmente obrigados a prestar serviços sazonais nas grandes lavouras vizinhas.

Para os *centros* seriam também encaminhados os contingentes de retirantes deslocados pelas secas nordestinas, introduzindo-se nos relatórios de ministros, a partir de 1915, uma nova terminologia que viria agregar-se às denominações de *imigrante* e *trabalhador nacional*:

[46] Em 1909 o Serviço respondia por três *povoações* e dezessete *postos*, ao passo que em 1923 estes totais passaram para quatro e trinta e cinco, respectivamente. RMAIC. 1909, p. 135 e 1923, p. 342

[47] Regulamento do SPILTN, anexo ao Decreto de 20/6/1910. RMAIC, 1910, vol. II, p. 51. Dentre as condições citadas ressaltam-se: menores prazos para o início do pagamento de suas dívidas (um ano contra três para os imigrantes); menor prazo para o resgate dos lotes adquiridos (seis anos contra dez para imigrantes); maior dimensão dos lotes atribuídos — de 25 a 50 ha, contra 25 ha para os estrangeiros —, além da proibição de transações comerciais com a terra. *Id. Ibid.*, p. 52-3.

os *sem trabalho* — referidos com exclusividade às populações ociosas das cidades — e os *flagelados*, todos designativos do tipo de objeto da ação pública, isto é, distribuir a população, promovendo o saneamento urbano. Como o afirmaria o diretor do *Serviço de Povoamento* *"a falta de trabalho nos centros industriais, cidades e obras públicas justifica o retorno dos desocupados à terra, onde poderão ser convertidos em fatores eficientes da prosperidade nacional"* (RMAIC, 1915, vol. I, p. 63).

Tal como no caso dos *patronatos*, *os centros* agrícolas ganhariam maior relevância durante a Primeira Guerra, sinalizando o duplo esforço do Ministério em conciliar a valorização da produção de gêneros de primeira necessidade exportáveis, com a diminuição dos conflitos sociais urbanos. O Quadro XVI, em anexo, ilustra essa tendência. Em seu cômputo geral o número de centros se elevaria entre 1912 e 1928, passando de um total de seis — distribuidos pelos estados do Piauí, Maranhão, Paraíba, Alagoas, Sergipe e Bahia — para vinte e cinco, dos quais dez localizados no Paraná, cabendo os demais quinze a estados do Nordeste (RMAIC, 1928, p. 375-8). O Ministério, ao operar tal distribuição, visava obter um certo equilíbrio político no tocante ao atendimento das demandas por mão-de-obra emanadas de setores à margem da cafeicultura mais dinâmica, julgando estar procedendo a uma ação altamente meritosa:

"Até o ano passado a nossa colonização visava somente a localização de estrangeiros. Assim como os estados do Norte se viam preteridos em seus atendimentos, *os do Sul dele beneficiavam-se com exclusividade. Imperioso tornava-se socorrer àqueles irmãos (...). A organização de tais serviços apresenta entre nós uma feição particular. Os estados do Sul são objetos da colonização por estrangeiros. Os do Norte, da colonização por nacionais. No Norte, centros agrícolas; no Sul, núcleos coloniais. O equilíbrio se fazia"* (RMAIC, 1912, vol. II, p. 251-2. Grifos do autor).

O MAIC institucionalizaria, dessa forma, burocraticamente, não somente uma hierarquização entre trabalhadores nacionais e estrangeiros — cabendo aos primeiros o estatuto de inferioridade em razão da *marca de Caim* legada pela escravidão — como também entre unidades federativas de peso político diferenciado, já que a quase totalidade dos trabalhadores do segundo tipo localizava-se ao Sul. O binômio atraso X progresso também revelava-se enquanto modalidade de incorporação da desigualdade da representação política de segmentos distintos, consagrando-se os desequilíbrios regionais.

O estabelecimento de imigrantes

Levando-se em conta a orientação ministerial de tentar coadunar fornecimento de mão-de-obra e diversificação agrícola, expressa na máxima *povoar é colonizar*, nota-se que a política de estabelecimento de *núcleos coloniais* de imigrantes por parte da União não visava alinhar-se, diretamente, às soluções geradoras de braços para a grande lavoura. Seu objetivo era localizar produtores supostamente mais aptos e qualificados que, pela pedagogia do exemplo, contribuíssem para ampliar a produção de gêneros para o abastecimento interno. Para os titulares da pasta,

"O acesso à propriedade é o maior estímulo para fixar o homem à terra e para resolver o problema de que nossa produção agrícola não se tem desenvolvido de modo correspondente as necessidades do consumo, porque o número de pessoas que se dedicam à agricultura tem crescido lentamente em proporção aritmética, ao passo que o número das que se entregam às demais profissões tem aumentado rapidamente em proporção geométrica" (Boletim do MAIC, XIV, (5), vol. II, nov., 1925, p. 722. Doravante BMAIC).

Não se pretende aqui discutir o sentido da política imigrantista do governo federal na Primeira República, temática sobre a qual existe farta bibliografia especializada[48]. Se a trago aqui é, por um lado, por ter-se constituído em uma das linhas de atuação do MAIC para a formação e a expansão do mercado de trabalho, assim como por ela ser indicativa do grau de adequação da agência às reivindicações dos grupos opositores à imigração subvencionada paulista, apontada como o principal responsável pela extrema mobilidade do trabalhador rural e pela sangria dos cofres públicos.

O estabelecimento de imigrantes como pequenos proprietários, conquanto tenha padecido, em certas áreas, das ambigüidades que os condenariam a uma marginalidade econômica equivalente a de posseiros e foreiros, como o aponta Martins para o próprio caso

[48] A esse respeito ver: Rocha, Joaquim S. *História da Colonização no Brasil*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1918; Paiva, Enéas. *O problema da colonização nacional*. Rio de Janeiro, Typ. Guanabara, 1927; Roche, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969; Lando, Marli *et alii*. *RS: Imigração & colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980; Singer, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1977; Castro, Antonio Barros de. *7 ensaios sobre a economia brasileira*. Rio de Janeiro: Forense, 1971, 2 vol.; Santos, José Vicente Tavares dos. *Colonos do vinho*. São Paulo: Hucitec, 1978; etc.

paulista[49], em outras, revelaria plena adaptabilidade e integração à economia mercantil. Em certas regiões a iniciativa responderia, até mesmo, pela emergência de um estrato de consumidores com rendas mais elevadas, bem como pela produção de um excedente considerável que, açambarcado pelo capital comercial, propiciou condições de acumulação suficientes para fundamentarem processos localizados de industrialização (Moure, 1980).

Estabelecidos no mais das vezes próximos às vias de comunicação que facilitassem o escoamento de sua produção, os *núcleos coloniais* favoreceriam a difusão da pequena propriedade pela fixação do imigrante em lotes com 25 ha, pagos em até 120 meses e somente a partir do terceiro ano de sua exploração produtiva. Por seu escopo e intenção — igualmente ligada às noções de povoamento e soberania — a política imigrantista do governo federal não poderia deixar de ter como objeto regiões sobre cujo espaço impunha-se afirmar o controle do Estado, mormente em virtude de conflitos deslanchados por sua incorporação recente ao mercado de terras: estados como o Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Sobre eles incidiria a ação pública, em sua dupla finalidade de incorporar territórios — fomentando a produção mercantil — e contribuir para a constituição de uma ideologia do trabalho fundada nos mitos da *democracia rural* e da ascensão social do pequeno produtor. Como era apontado,

> *"A proteção ao colono nacional não exclui, antes aconselha que impulsionemos com cada vez mais incremento a imigração e colonização de estrangeiros, que virão* dar aos nossos patrícios exemplos de economia e assiduidade ao trabalho" (RMAIC, 1911, vol. I, p. XXVI, grifos do autor).

Amparados com a distribuição de insumos e serviços, *"até que pudessem viver autonomamente, sem recorrer à União"*, os núcleos criados no período seriam localizados, em sua maioria esmagadora, no Paraná, passando de um total de dezessete (1911), para vinte e dois

[49] Para o autor as razões do fracasso da tentativa de afirmar-se uma economia de subsistência de base mercantil mediante o estabelecimento de núcleos de imigrantes pequenos proprietários residiram no fato de desempenharem eles a ambígua função de produzirem alimentos para o abastecimento e fornecerem mão-de-obra para a grande lavoura, o que acabaria por não torná-los viáveis em termos econômicos, restando como alternativa a seus ocupantes a pobreza, a despeito da propriedade da terra. Martins, José de Souza. *Imigração e crise do Brasil agrário*. São Paulo: Pioneira, 1973, p. 59-61.

(1928). O Quadro XVII, em anexo, permite visualizar a distribuição espacial e populacional dessas células. Os dados compilados permitem verificar que 50% do total dos vinte núcleos estabelecidos, situavam-se no Paraná, de longe secundado por Santa Catarina (15%), sendo os 35% restantes distribuídos, proporcionalmente, entre São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo. Do ponto de vista da concentração populacional, confirma-se igual prioridade, detendo os núcleos paranaenses, respectivamente, 67.5%, 60% e 54,2% do total de imigrantes localizados nos anos de 1910, 1915 e 1920. Paralelamente a este relativo declínio observado, evidencia-se o crescente papel dos núcleos catarinenses, cuja população evoluiu de 849 habitantes em 1910, para 7.028 em 1920. Todos eles dedicavam-se ao policultivo, basicamente às culturas do milho, arroz, feijão e centeio (RMAIC, 1925, p. 361).

Ao longo dos anos 20, as falas ministeriais revelariam uma inflexão no tocante ao papel "pedagógico" do imigrante, empreendendo a revalorização do *trabalhador nacional* em detrimento do primeiro. Sintoma da queda dos fluxos migratórios verificada a partir de 1914, o novo discurso passava a evidenciar também a preocupação com a defesa da grande propriedade que — uma vez esgotadas as reservas de terras devolutas próximas aos grandes centros — poderia vir a ser ameaçada, como o sinalizava a multiplicação da iniciativa de empresas particulares no estabelecimento de colônias em São Paulo, Paraná e Santa Catarina (RMAIC, 1926, p.423). A revalorização do nacional adquiria, neste contexto, um caráter profilático, suplantando o discurso da excelência do imigrante:

> *"É fato conhecido que os imigrantes recém-chegados* não têm capacidade de trabalho superior, nem mesmo igual, *na maioria dos casos, à dos nacionais, por isso que a fase de aclimação e adaptação ao meio, causa nos organismos mais sãos, certa depressão"* (BMAIC, XV (5), vol. II, nov. 1925, p. 725. Grifos do autor).

No ano de 1927 o MAIC recomendaria que houvesse nos núcleos coloniais um espaço garantido para, ao menos, 30% de *nacionais* (RMAIC, 1927, p. 123), patenteando o que para alguns autores consistiu num processo de evasão da mão-de-obra estrangeira, em razão do esfacelamento do minifúndio e da atrofia das possibilidades de manutenção da unidade familiar. A alternativa colocada para a policultura seria, doravante, a especialização produtiva em certas matérias-primas voltadas para atividades industriais bem precisas: a

pequena propriedade tornava-se, aí, um instrumento da penetração capitalista no campo (Moure, *op. cit.*, p. 112; Tavares, 1978).

Também nesse nível, a política de defesa da *vocação eminentemente agrícola do país* revelava as ambigüidades que envolviam seus discursos e práticas: a "modernização" da agricultura indicava, efetivamente, que todos os caminhos conduziam à indústria, mesmo que em sua limitada versão de uma indústria natural. Não por acaso, as repartições e organismos do Ministério passaram a dedicar-se ao aprimoramento da qualidade de matérias-primas industriais[50]. Não por acaso ele patrocinaria exposições industriais, algumas até de âmbito internacional, com o fito de granjear novos mercados para a produção fabril brasileira[51]. Não por acaso o órgão manteria com tanto empenho sua rede de *escolas de aprendizes-artífices*, destinadas a qualificar mão-de-obra urbana no sentido da introjeção de uma "moral técnica" pelos futuros operários[52]. Não por acaso trocaria o Ministério sua tímida posição de agência propagadora do cooperativismo, por aquela de instância de controle sobre a formação de cooperativas[53]. Não por acaso, o último titular da pasta sugeria, já em 1929, a conveniência de seu desdobramento em duas,

"pela criação da [pasta] da Indústria e Comércio, a fim de que a ação oficial nesses dois ramos de atividade humana possa ser melhor desenvolvi-

[50] Basta atentar, por exemplo, para as novas instruções referentes aos *Serviços de Inspeção e de Classificação do Algodão* baixadas em 1925, destinadas a instalar a padronização dos tipos comerciais do produto já que "para a indústria brasileira a maior vantagem seria a produção de artigos finos cujos benefícios estender-se-iam também a plantadores e exportadores". BMAIC.IV (1), jan.-mar., 1926, p. 175.

[51] A *Exposição de Tecidos do Rio da Prata* foi um desses exemplos, organizada às expensas do MAIC pelo *Centro Industrial do Brasil*. RMAIC. 1918, p. 238.

[52] As *escolas de aprendizes-artífices* destinavam-se a ministrar a menores entre dez e treze anos o aprendizado de oficinas, bem como o curso primário e de desenho. O relativo sucesso da iniciativa pode ser avaliado pelo total de alunos existentes em 1910 e 1928, respectivamente, 2.309 e 6.158, merecendo relevo as escolas situadas em Maceió, Rio de Janeiro e Curitiba que, do cômputo global dos 18.220 menores que por todas elas passaram ao longo do período da série, participaram com 8,5%, 8,2% e 7,3%. RMAIC. 1910, p. 287 e 1928, p. 354.

[53] A tutela do MAIC sobre as cooperativas de crédito no país materializou-se no Decreto n.º 17.339 de junho de 1926, cujo teor explicita-se nos artigos 9 e 10: *"nenhum estabelecimento poderá iniciar suas operações antes de se achar* devidamente registrado *na Diretoria do Serviço de Inspeção e Fomento Agrícola"* e *"os institutos já existentes não poderão continuar a funcionar se, dentro de três meses da data da publicação deste regulamento, não se submeterem às suas prescrições"*. RMAIC. 1927, p. 69. Grifos do autor.

da. Um só departamento para se ocupar de assuntos tão variados, conduziria ao abandono dos interesses que precisam merecer cuidadosa assistência" (RMAIC, 1929, p. 7).

Não por acaso, afinal, seria um dos atos pioneiros do governo provisório do imediato pós-30 a criação do *Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*, tradução governamentalizada dos novos rumos assumidos pela transição em curso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo das representações e práticas acerca do mundo rural brasileiro da Primeira República, enfeixadas sob a designação de ruralismo, encarado pela tríplice ótica de um movimento político de organização de interesses de frações agrárias da classe dominante no nível da sociedade civil; de um debate de idéias e, finalmente, de uma institucionalização governamental dessas demandas, resultou na identificação de alguns aspectos teóricos e históricos importantes.

Como ficou demonstrado, o rótulo "ruralismo" revela-se insuficiente como noção considerada, apenas, como ideologia reflexa diante dos processos de urbanização e industrialização do período. Bem mais que isso, ela assumiu o estatuto de movimento político, condicionado pelo teor liberal excludente do sistema de dominação então vigente, consistindo numa das dimensões da luta intraclasse dominante, pela inscrição de seus mais distintos interesses na ossatura material do Estado. Fruto de campanha institucionalmente articulada por intermédio de vasta rede de agências e agentes empenhados na diversificação da agricultura, o ruralismo teria nas associações de classe uma de suas vias de estruturação.

A Sociedade Nacional de Agricultura, neste sentido, constituiu-se em demonstração evidente da necessidade de estudos mais freqüentes e adensados acerca da história dos processos de organização e reprodução da classe dominante no Brasil. As diversas modalidades de conversão do capital econômico em capital político, a importância da acumulação de capital cultural para a hegemonia de classe, fazem do associativismo um objeto privilegiado para a análise da dinâmica

de relacionamento entre os distintos segmentos de proprietários em geral.

Na qualidade de agência formalizadora da representação de interesses de setores agrários da classe dominante em situação secundária na articulação do bloco no poder, a SNA configura-se, para o período aqui tratado, em caso paradigmático, perante a sua condição de matriz de uma rede nacional de instituições congêneres. Seu estudo explicita aspectos fundamentais e pouco trabalhados quanto às demandas, práticas e conflitos, nem sempre revelados no nível do processo político-partidário tal como este tem sido analisado, configurando por sua atuação um eixo alternativo de poder na Primeira República.

Como sistema de representações, o ruralismo, tal como veiculado por intermédio da SNA e seus agremiados, demarcava os limites discursivos do que seria uma das inovações do período no tocante à visão da agricultura: a importação, elaboração e vulgarização de uma fala técnica, produzida por agências legitimamente autorizadas a emiti-las, por intermédio de profissionais capacitados pelo sistema escolar como seus emissores privilegiados. Nesse sentido, a análise do ensino agrícola e agronômico no Brasil é, sem dúvida, uma das lacunas mais expressivas a ser preenchida para o entendimento da ideologia dos segmentos agrários da classe dominante e seus porta-vozes.

A *vocação agrícola do país*, passaria, então, a ter seus disciplinadores: o *trabalhador nacional* e a *massa rural inerte* encontrariam, daí por diante, um projeto para sua redenção. Sem o recurso ao *látego infamante*, os novos "capatazes" dispunham de um diploma, que os qualificava a intervir sobre o "espaço rural", mediando as próprias relações sociais que construíram sua própria necessidade, por meio da difusão de padrões modelares de desempenho produtivo. De sua introjeção pelo "público-alvo", supunha-se obter uma "elite seleta" de produtores rurais "modernos" que, alienada de seu saber acerca da agricultura, condicionava-se à presença de um "efetivo" representante da ciência, este sim, transmissor de uma nova brasilidade.

Ainda como matriz discursiva, o ruralismo apresentava-se como capaz de conciliar interesses bem distintos, embora unificados pela necessidade de controle da formação e expansão do mercado de trabalho, sem ameaças à estrutura fundiária vigente, revelando a força de seu conservadorismo, que não se confunde, necessariamente, com reacionarismo, como o postulam algumas análises sobre o tema. A crítica modernizante aos métodos agrícolas "tradicionais" trazia em seu bojo a perspectiva articuladora dos interesses agrários e industriais, paradoxalmente compatível com a pretendida atualização da *vocação agrícola brasileira*.

Ainda quanto a este aspecto, vale lembrar que as fragmentações observadas no seio do debate não chegavam a comprometer os pontos nodais que o alicerçaram, isto é, a preservação da grande propriedade e o controle dos homens à margem da produção mercantil. As divergências referiam-se, quando muito, à definição das formas e dos mecanismos de como fazê-lo, variando o grau de autoritarismo nelas implícito, segundo as peculiaridades regionais e/ou socioprofissionais de seus emissores. Do colonato com base no imigrante à colonização de *nacionais*; dos *patronatos agrícolas* à cooperativização do campo; da mecanização à diversificação da agricultura, pretendia-se o controle sobre a mudança, mediante o estabelecimento tanto de categorias intermediárias de produtores solidários e/ou complementares à grande propriedade, quanto de núcleos repressivamente organizados para fixação de mão-de-obra.

Se tais propostas evidenciam o conflito político permanentemente atualizado no plano discursivo, inexistiam, na prática, contradições mais profundas entre os segmentos envolvidos, à parte do teor mais ou menos liberal das visões de Estado que, por seu intermédio, veiculavam-se. Por certo de tal debate emergiria o esboço de uma nova concepção acerca do papel do Estado, baseado no princípio da extensão de sua presença a um número cada vez mais amplo de domínios do próprio espaço produtivo agrário, sobretudo da perspectiva dos agrônomos. Progressivamente ratificada ao longo do período, essa visão baseava-se em uma representação da nação como indivíduo coletivo, ao qual toda diferença deveria subsumir-se, sugerindo uma dada dinâmica interativa entre sociedade civil e sociedade política no Brasil já em gestação, porém mais definida no pós-1937.

A criação de um Ministério com um escopo tão amplo de atuação como o MAIC seria, simultaneamente, um produto e uma forma de reação ao sistema de dominação vigente sob a hegemonia da grande burguesia cafeeira paulista, prefigurando a acomodação de interesses das mencionadas *oligarquias bagageiras*, tais como aquelas associadas a movimentos mais comumente ressaltados pela historiografia

como o Hermismo ou a Reação Republicana. Logo, o Estado em seu sentido estrito, sairia reforçado como *locus* privilegiado da resolução dos conflitos intraclasse dominante, ratificando o autoritarismo vigente em sociedades herdeiras de sistemas repressivos da força de trabalho: ao se aparelharem, os portadores materiais da sociedade civil seriam diminuídos, em favor de uma hipertrofia da sociedade política.

Nesse sentido, o ruralismo brasileiro da Primeira República, que encontra uma de suas vertentes explicativas na institucionalização de interesses de segmentos de proprietários rurais não hegemônicos, alcançaria sucesso como estratégia de afirmação de um projeto político alternativo, até que os derradeiros resquícios do liberalismo sucumbissem à crise dos anos 20. Um novo estilo de representação de interesses no Estado, bem como a tendência centralizadora e burocratizante do poder público já estavam em germe no âmbito do *Ministério da Produção*.

No tocante às práticas ministeriais, conquanto tenham sido limitadas em sua aplicação, iriam frutificar em outro nível: o da imposição/vulgarização de um paradigma de produtor moderno, ao qual não seria estranha a presença nem do modelo norte-americano, nem de seus capitais e tecnologia, tidos como imprescindíveis à *regeneração agrícola* do país. Funcionando como epicentro de um sistema classificatório, este conjunto de representações daria suporte a exclusões e inclusões no plano das práticas por elas definidas.

Como parte fundamental desse novo "conceito" de agricultura, estava implícito o modo pelo qual deveriam estabelecer-se as relações entre esta e a indústria: a defesa de uma *indústria natural* para a agricultura, acabaria preparando caminho para a industrialização da agricultura, mediante a propaganda de técnicas e implementos cuja modernidade, somente aquela propiciaria. O reacionarismo atribuído aos ruralistas das três primeiras décadas do século parece, neste sentido, tão deslocado quanto pretender que a modernização de uma sociedade de sólidas raízes agrárias e com amplo estoque de terras se fizesse sem algum grau de autoritarismo.

Um estudo que tomasse por objeto a continuidade do proceso de tecnificação da agricultura brasileira poderia vir a demonstrar, não apenas como a detenção de um dado capital cultural específico, adquirido pela formação em agronomia, iria alçar-se às instâncias decisórias do aparelho de Estado, com também seria capaz de apresentar as singularidades histórico-sociológicas ocultas sob a face de um discurso redundantemente "imorredouro". Se abandonaria, assim, a visão do ruralismo a partir do marco teórico da ideologia como reflexo direto das relações econômicas. Por outro lado, estaria aberta a possibilidade do desvendamento de relações bem mais complexas, que me parecem presentificadas a cada uma das cerimônias de formatura em agronomia a que o expoente máximo da *União Democrático-Ruralista*, Dr. Ronaldo Caiado, compareceu como paraninfo.

Da perspectiva teórica aqui adotada, as indagações assim suscitadas, encontram, somente na pesquisa, e não no ensaio, a via legítima da construção de suas respostas.

FONTES CONSULTADAS

1. Publicações oficiais

Brasil. *Anais da Câmara dos Deputados*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1900-1930.

Brasil. *Coleção de Leis da República*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1890-1930.

Brasil. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. *Almanak do Pessoal*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1912, 1921, 1927 e 1930-3.

————. *Anuário*. 1924-30.

————. *Atos relativos ao Serviço do Algodão*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1923.

————. *Boletim*. 1910, 1915, 1920, 1925, 1930.

————. Diretoria Geral de Estatística. *Ensino Ambulante*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1910.

————. *Relatórios do Ministro ao Presidente da República*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1909-1930.

————. Serviço de Informação e Propaganda Agrícola. *Presente e futuro dos cereais no Brasil*. Rio de Janeiro: Pap. Mendes, 1919.

————. Serviço de Inspeção e Fomento Agrícola (SIFA). *Anais do 1.º Congresso de Inspetores Agrícolas*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1923.

————. (SIFA). *Comércio e exportação de frutas*. Rio de Janeiro: Typ. do MAIC, 1927.

————. (SIFA). *Cultura do arroz*. Rio de Janeiro: Typ. do MAIC, 1926.

———. (SIFA). *Cultura da mandioca*. Rio de Janeiro: Typ. do MAIC, 1929.
———. (SIFA). *Propaganda e fiscalização do crédito agrícola*. Rio de Janeiro: Pap. Americana, 1925.
———. (SIFA). *Relatórios do diretor ao Sr. Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1921-1930.
———. Serviço de Povoamento. *Relatórios do diretor ao Sr. Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1909 e 1926.
———. Ministério da Fazenda. Serviço de Estatística Econômico-financeira. *Comércio Exterior do Brasil*. 1900-1930.
———. Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas. *Relatório do Ministro ao presidente da República*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1890-1908.
São Paulo (Estado). Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio. *Relatórios*. 1910-1920.

2. Hemerográficas

A Lavoura. Boletim da Sociedade Nacional de Agricultura. Rio de Janeiro, 1899-1930.
Brasil Agrícola. Rio de Janeiro, 1916-1918.
Lavoura e Criação. Rio de Janeiro, 1917-1919.
O Paiz. Rio de Janeiro, 1900-1930.
Revista dos Fazendeiros. São Paulo, 1918-1920.

3. Documentação de associações privadas

Sociedade Nacional de Agricultura. *A lavoura: o problema da expansão econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Typ. Jornal do Comércio, 1923.
———. *Anais do 1.º Congresso Nacional de Agricultura*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1907, 2 vol.
———. *Ata da 131.ª Sessão*. Rio de Janeiro: Typ. Bernard Fréres, 1901.
———. *Conclusões do 2.º Congresso Nacional de Agricultura*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1909.
———. *Congresso agrícola de São Paulo: Relatório*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1903.

———. *Estatutos*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1925.
———. *Histórico dos trabalhos da Sociedade durante o ano de 1899*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900.
———. *Manifesto à lavoura: sindicatos agrícolas*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902.
———. *Mensagens às Sociedades filiais: o associativismo*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900.
———. *Projeto e parecer sobre a criação do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1906.
———. *Regimento do 3.º Congresso Nacional de Agricultura e Pecuária*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1922.
———. *Sessão de encerramento e redação final das conclusões votadas no 1.º Congresso Nacional de Agricultura*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908.
———. *Sociedades Agrícolas do Brasil em 1908*. Rio de Janeiro: Typ. Rev. dos Tribunais, 1909.

4. Outras

Alvim, Cícero de Faria. *Pela Lavoura*. Uberaba: Raulino Pacheco, 1920.
Bartholomeu, Luiz. *O crédito agrícola no Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1925.
Borges Jr., João de Carvalho. *Interesses Econômicos da lavoura*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908.
Braga, Cincinato. *Brasil novo*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1931, tomo I.
Brasil, J. Francisco de Assis. *A cultura dos campos*. Lisboa: Typ. universal, 1898.
———. *A vida no campo e a reforma rural*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1916.
Brito, José Saturnino de. *A escravidão dos pequenos lavradores*. Rio de Janeiro: Typ. Rev. Tribunais, 1917.
———. *As caixas rurais são a célula do nosso progresso*. Rio de Janeiro: Typ. Revista Tribunais, 1920.
Bulcão, Mário. *Rumo ao campo*. Rio de Janeiro: Liv. Cruz Coutinho, 1910.
Caire, Nilo. *Guia prático do pequeno lavrador*. São Paulo: Teixeira Ed., 1921.

Cavalcanti, Manuel Paulino & Lagarde, Arthur Diniz. *Valorização do solo*. Recife: typ. Liv. Franceza, 1901.
Cruz, Christino. *O problema agrícola*. Rio de Janeiro: Typ. Jornal do Comércio, 1908.
Fernandes, Simpósio Lara. *Sindicatos agrícolas*. São Paulo: Secretaria de Agricultura, 1906.
Figueiredo, Álvaro. *Manual para os advogados, fazendeiros, agricultores e criadores do Brasil*. São Paulo: Magalhães, 1919.
Franco, Fernando de Barros. *O crédito de que a lavoura precisa*. Rio de Janeiro: s/ed., 1927.
Lisboa, Achilles. *Discursos*. São Luís: Imp. Of., 1918.
Luz Fo., Fábio. *Cooperativismo, corporativismo, colonização*. Rio de Janeiro: A. Coelho Branco, 1931.
————. *Rumo à terra*. Rio de Janeiro: Typ. Benedito de Souza, 1923.
Martins, Francisco Dias. *ABC do agricultor - ensino agrícola, propaganda popular*. São Paulo: Duprat, 1908.
————. *A produção das nossas terras*. Rio de Janeiro, MAIC, 1915.
Rangel, Sylvio Fontoura. *Fatores econômicos da produção*. Rio de Janeiro: Typ. Jornal do Comércio, 1908 (a).
————. *O café e a agricultura*. Rio de Janeiro: Typ. Jornal do Comércio, 1908 (b).
Raposo, Custódio Alfredo de Sarandy. *Teoria e prática da cooperação*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1911.
Reis, Fidélis. *A política da gleba*. Rio de Janeiro: Leuzinger, 1919.
Rezende, Pádua. *O crédito agrícola*. Rio de Janeiro: Leuzinger, 1918.
Souza, Bento Jordão de. *Agricultura e indústria*. São Paulo: Hennies & irmãos, 1922.
Torres Fo., Arthur. *O ensino agrícola no Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1926.
Travassos, J. Carlos. *Monografias agrícolas*. Rio de Janeiro: P. Souza & Cia, 1903.
Ubatuba, Ezequiel. *Cartilha agrícola*. Belo Horizonte: Typ. Brasil, 1917.
União dos Lavradores de São Paulo. *Auxílios à lavoura*. São Paulo: Typ. União dos lavradores, 1903.
Vieira, José C. da Fonseca. *O crédito agrícola e a ciência da cooperação*. São Paulo: José Najm, 1916.

BIBLIOGRAFIA CITADA

Abranches, J. D. Dunshee. *Governos e congressos da República dos Estados Unidos do Brasil*. São Paulo: M. Abranches, 1918, 2 vol.
Adorno, Theodor & Horkheimer, Max. *La dialetique de la Raison*. Paris: Gallimard, 1974.
Albuquerque, Rui H. L. *Capital comercial, indústria têxtil e produção agrícola*. São Paulo: Hucitec, 1982.
Allies, Paul. *L'invention du territóire*. Grenoble: Press Universitaires de Grenoble, 1980.
Almeida, Alfredo W. Berno de. *A ideologia da decadência*. São Paulo: IPES, 1983.
————. *Jorge Amado: política e literatura*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.
Ansart, Pierre. *Ideologias, conflitos e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
Barbosa, Francisco de Assis. *Idéias Econômicas de Miguel Calmon*. Brasília/Rio de Janeiro: Senado Federal/FCRB, 1980.
Belleza, Newton. *Evolução do Ministério da Agricultura*. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola, 1960.
Beloch, Israel & Abreu, Alzira. (coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro (1930-1983)*. Rio de Janeiro: FGV/Forense, 1984, 4 vol.
Blake, Antonio V. Sacramento. *Dicionário biobibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1883-1902, 7 vol.
Bodiguel, Maryvonne. *Le rural en question*. Paris: L'Harmattan, 1987.
Bosi, Ecléa (org). Simone Weil. *A condição operária e outros estudos sobre a opressão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
Bourdieu, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

————. *Ce que parler veut dire*. Paris: Fayard, 1984.
————. "Le mort saisit le vif. Les relations entre l'histoire réifiee et l'histoire incorporée". *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*. Paris: Minuit, (32/33): 3-14, avr./jun., 1980.
————. *Noblesse d'État*. Paris: Minuit, 1988.
Bresciani, Maria Stella M. "Liberalismo: ideologia e controle social". São Paulo: tese de Doutoramento ao Depto. de História da FFLCH/USP, 1976, 2 vol.
Camargo, Aspásia. "A questão agrária: crise de poder e reformas de base (1930-1964)". In: Fausto, Bóris (org). *HGCB*. São Paulo: Difel, 1981, tomo III, vol. 3, p. 121-224.
Cano, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. São Paulo: Difel, 1977.
Capelato, Maria Helena. *Os arautos do liberalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
Carone, Edgar. *A República Velha: instituições e classes sociais*. São Paulo: Difel 1972.
Carvalho, Antonio Gontijo de. *Ensaios biobibliográficos*. São Paulo: Rev. dos Tribunais, 1951.
Casalecchi, José Ênio. *O partido republicano paulista (1889-1926)*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
Castro, Antonio Barros de. *7 ensaios sobre a economia brasileira*. Rio de Janeiro: Forense, 1971, vol. 1.
Costa, Francisco Pereira da. *Dicionário de pernambucanos célebres*. Recife: Typ. Universal, 1982.
Dacanal, J. Hildebrando (org). *RS: imigração e colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.
Dean, Warren. *A industrialização de São Paulo*. São Paulo, Difel, 1971.
————."The green wave of coffee:begginings of tropical agricultural research in Brazil". *Hispanic American Historical Review*. (69): 91-115, mar., 1989.
Downes, Earl Richard. *The seeds of influence: Brazil's "essentially agricultural" Old Republic and the United States*. Austin: PhD Dissertation to Texas University, 1986.
Draibe, Sonia. *Rumos e metamorfoses*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
Eisemberg, Peter. *Modernização sem mudança*. Rio de Janeiro/Campinas: Paz e Terra/unicamp, 1977.
Elias, Norbert. *La dynamique de l'Occident*. Paris: Colmann-Lérey, 1975.

Fabiani, Jean-Louis. "Savants appliqués: l'agriculture et ses sciences aux États-unis". *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*. Paris: Minuit, (64): 84-7, sept., 1986.
Faoro, Raimundo. *Os donos do poder*. Porto Alegre: Globo, 1975.
Faria, Luiz de Castro. "Populações Meridionais do Brasil - ponto de partida para uma leitura de Oliveira Vianna". *Boletim do Museu Nacional*. Rio de Janeiro, (29): 1-25, set., 1978.
Fausto, Bóris. "Expansão do café e política cafeeira". In: Fausto, B. (org). *HGCB*. São Paulo, Difel, 1975, tomo III, vol. 1, p. 193-248.
————. *Trabalho urbano e conflito social*. São Paulo: Difel, 1977.
Galanti, Rafael. *Biografia de brasileiros ilustres*. São Paulo: Duprat, 1911.
Gnaccarini, José C. "A economia do açúcar: processo de trabalho e processo de acumulação". In: Fausto, Bóris (org). *HGCB*, São Paulo: Difel, 1975, tomo III, vol. 1, p. 309-44.
Gomes, Ângela Maria de Castro. *A invenção do trabalhismo*. São Paulo/Rio de Janeiro: Vértice/IUPERJ, 1988.
Gomes, Eduardo R. "Um outro lado do poder oligárquico na República Oligárquica: a SNA". Comunicação ao 3o. Encontro do PIPSA. Botucatu: Unesp, jun, 1987,mimeo.
Gomez, Sergio. "Organizações empresariais rurais na América Latina: o caso do Brasil e do Chile". *Reforma Agrária*. Campinas: ABRA, 17 (2): 4-16, ago./nov., 1987.
Goycochea, Castilhos. *Eduardo de Araújo, Assis Brasil e Vitor Russomano*. Porto Alegre: Academia Rio-Grandense de Letra, 1941.
Graham, Richard. *Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1973.
Gramsci, Antonio. *A concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
————. *Antologia*. 4.ª ed., México: Siglo XXI, 1978.
————. *Cadernos do Cárcere*. 3.ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.
————. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. 3.ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
Grignon, Claude. "L'enseignement agricole et la domination symbolique de la paysannerie". *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*. Paris, 1 (4): 75-97, jan., 1975.
————.*L'Ordre des choses: les functions sociales de l'enseignement technique*. Paris: Minuit, 1971.

Guerra Fo. & Placer, Xavier. *Ministérios e ministros da agricultura (1860-1966)*. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola, 1966.
Hobsbawn, Eric. *A era do capital*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.
————. *A era dos impérios*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
Hugan, Paul. *História das doutrinas econômicas*.11.ª ed., São Paulo: Atlas, 1970.
Iglesias, Francisco. *Política econômica do governo imperial mineiro*. Rio de Janeiro: INL, 1958.
Ipanema, Marcelo & Ipanema, Cybele. *História da comunicação*. Brasília: UnB, 1967.
Janotti, Maria de Lourdes. *Os subversivos da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
Kawamura, Lili Katsuco. *Engenheiro: trabalho e ideologia*. São Paulo: Ática, 1979.
Lamounier, Bolívar. "Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República: uma interpretação". In: Fausto, Boris (org). *HGCB*. São Paulo: Difel, 1977, tomo III, vol, 2, p. 342-74.
Levine, Robert. *A velha usina: Pernambuco na Federação Brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
Lima, Antonio Carlos de Souza. "Um Grande Cerco de Paz: poder tutelar e indianidade no Brasil". Rio de Janeiro, tese de Doutoramento ao PPGAS/Museu Nacional, 1992, 2 vol.
———— & Leite, Jurandyr. "As fronteiras da Nação: o Serviço de Proteção aos Índios (1910-30)". Rio de Janeiro: 1985, mimeo.
Lima, J. Pinto, *Técnicos para o desenvolvimento da agricultura no Brasil*. Rio de Janeiro: ABCAR, 1961.
Love, Joseph. *O regionalismo gaúcho*. São Paulo: Perspectiva, 1971.
————. *São Paulo in Brazilian Federation*. Stanford: Stanford University Press, 1980.
Luz, Nícia Vilela. *A luta pela industrialização no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.
Martins, José de Souza. *A imigração e a crise do Brasil agrário*. São Paulo: Pioneira, 1973.
————. *Capitalismo e tradicionalismo*. São Paulo: Pioneira, 1975.
Martins Fo., Amílcar. *A economia política do café-com-leite*. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1981.
————. "Clientelismo e representação em Minas Gerais durante a Primeira República". *Dados*. Rio de Janeiro, 27 (2): 175-97, 1984.
Mello, João Manoel Cardoso de. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

Mendonça, Sonia Regina de. "A primeira política de valorização do café e sua vinculação com a economia agrícola do estado do Rio de Janeiro". Niterói: dissertação de Mestrado em História junto à UFF, 1977.
————. "A balança, a régua e o arado: sistemas de ensino e habitus de classe na Primeira República". *Cadernos do ICHF*. Niterói: UFF, 48, nov., 1992.
Miranda, Joaquim Cardoso C. de. *O ensino agrícola no Ministério da Agricultura*. Rio de Janeiro: CNEPA/ Univ. Rural, s/d.
Moore Jr., Barrington. *As origens sociais da ditadura e da democracia*. Lisboa: Cosmos, 1967.
Moraes, Plínio C. "Algumas observações para o estudo das classes dominantes na agro-pecuária brasileira". *Reforma Agrária*. Campinas, 17 (2): 17-29, ago./nov., 1987.
Moure, Telmo. "A inserção da economia imigrante na economia gaúcha". In: Dacanal, Hildebrando (org). *RS: Imigração & Colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980, p. 91-113.
Mueller, Charles. *Das oligarquias agrárias ao predomínio urbano-industrial: um estudo do processo de formação de políticas agrícolas no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1983.
Nagle, Jorge. *Educação e sociedade na Primeira República*. São Paulo/ Rio de Janeiro: EPU/FENAME, 1976.
Oliveira, Francisco de. "A emergência do modo de produção de mercadorias: uma interpretação teórica da economia na República Velha". In: Fausto, Bóris (org). *HGCB*. São Paulo: Difel, 1975, tomo III, vol. 1, p. 391-414.
Oliveira, Roberto Cardoso de. *Sobre o pensamento antropológico*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro/CNPq, 1988.
Oliveira Fo., João Pacheco de. "Elementos para uma sociologia dos viajantes". In: ———— (org). *Sociedades indígenas e indigenismo no Brasil*. Rio de Janeiro/ São Paulo: UFRJ/Marco Zero, 1987, p. 84-148.
Pang, Eul-Soo. *Coronelismo e oligarquias*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
Pang, Laura Jarnagin. *The State and agricultural clubs of Imperial Brazil (1860-1889)*. Nashville: PhD Dissertation to Vanderbilt University, 1981.
Pesavento, Sandra Jatahy. *República Velha gaúcha: charqueadores, cria-*

dores, frigoríficos. Porto Alegre: Movimento, 1980.
Petrone, Maria T. Schorer. "Imigração". In: Fausto,Bóris (org). *HGCB*. São Paulo: Difel, 1977, tomo III, vol. 2, p. 93-133.
Pinheiro, Paulo Sérgio. "Classes médias urbanas: formação, natureza e intervenção na vida política". In: Fausto, Bóris (org). *HGCB*. São Paulo: Difel, 1977, tomo III, vol. 2, p. 7-37.
Pinho, Diva Benevides. *O que é cooperativismo*. São Paulo: DeSA, 1977.
Poliano, Luiz Marques. *A Sociedade Nacional de Agricultura: resumo histórico*. Rio de Janeiro: SNA, 1942.
Ponton, Rémy. "L'éducation morale des ruraux". *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*. Paris, (57/8): 103-8, jun., 1985.
Poulantzas, Nicos. *O Estado em crise*. Rio de Janeiro, Graal, 1977.
————. *O Estado, o poder, o socialismo*. 2.ª ed., Rio de Janeiro: Graal, 1985.
Queiroz, Suely Robles R. de. *Os radicais da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
Reis, Elisa Pereira. "Interesses agro-exportadores e construção do Estado: Brasil de 1890 a 1930". In: Sorj, Bernardo (org). *Economia e movimentos sociais na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 194-217.
————. *The agrarian roots of authoritarian modernization in Brazil, 1880-1930*. Massachusetts: PhD. Dissertations to Massachusetts Institute of Technology, 1979.
Reis, F. T. de Souza. *O ensino agrícola na Escola Luiz de Queiroz*. São Paulo: Typ. Olegário Ribeiro, 1921.
Rouanet, Sérgio Paulo. *As razões do Iluminismo*. São Paulo: Cia das Letras, 1987.
Russel, Robert E. *Nilo Peçanha and fluminense politics*. Albuquerque: PhD. dissertation to University of New Mexico, 1974.
Saes, Flávio A. Marques de. *A grande empresa de serviços públicos na economia cafeeira*. São Paulo: Hucitec, 1986.
Saliba, Elias Tomé. "Ideologia liberal e oligarquia paulista: a atuação e as idéias políticas de Cincinato Braga". São Paulo: tese de doutoramento junto ao Depto. de História da USP, 1981.
Schwartzman, Simon. *São Paulo e o Estado nacional*. São Paulo: Difel, 1975.
Silva, Sérgio. *Expansão cafeeira e origens da indústria*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.
Singer, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo:

Ed. Nacional, 1977.
Sorj, Bernardo. *Estado e classes sociais na agricultura brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
Soth, Lauren. *A moderna agricultura e seus problemas*. São Paulo: Atlas, 1968.
Stein, Stanley J. *Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1975.
Velho, Otávio Guilherme. *Capitalismo autoritário e campesinato*. São Paulo: Difel, 1979.
Veron, Eliseo. *A produção de sentido*. São Paulo, Cultrix/USP, 1980.
Vianna, Luiz Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
Vilardo, Franceschina. "A burguesia cafeeira paulista e a política econômica na 1a. República". Campinas, dissertação de mestrado junto do Depto. de Ciências Sociais/Unicamp, 1976.
Villella, A. & Suzigan, Wilson. *Política do governo e crescimento da economia brasileira*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1973.
Williams, Raymond. *O campo e a cidade: na história e na literatura*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.
Wirth, John. *O fiel da balança. Minas Gerais na federação brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

ANEXOS

QUADRO I - SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA
PRESIDENTES: PROCEDÊNCIA E TRAJETÓRIA

Presidentes	Gestão	Procedência	Trajetória
1. Antônio Ennes de Souza	1897	Maranhão	(1848-1920) descendente de família de comerciantes; engenheiro formado pela Universidade de Zurique e Freyber; catedrático da Escola Politécnica do Rio de Janeiro; criador dos *Comícios Agrícolas*; Diretor da Casa da Moeda.
2. José C. Moura Brasil	1898 - 1900 1901 - 1904	Ceará	(1846-1928); *fazendeiro*; médico formado pelo Liceu de Fortaleza; chefe da Clínica L. Waccker em Paris; fundador e presidente da Policlínica Geral do Rio de Janeiro; presidente da Academia Nacional de Medicina; militante no Centro da Lavoura do Café; primeiro vice-presidente do Liceu de Artes e Ofícios.
3. Antonino Fialho	1899 1902 - 1903	Rio de Janeiro	(1857-1934); *fazendeiro*; engenheiro; deputado federal; senador na Câmara Municipal de Petrópolis; representante do Brasil no Instituto Internacional de Agricultura de Roma
4. Wenceslão A. L. Oliveira Bello		1905 - 1911	Rio Grande do Sul (1857-1911); *fazendeiro;* engenheiro formado pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Professor do Colégio Pedro II; catedrático da Escola Politécnica do Rio de Janeiro; diretor da Escola Normal Livre; diretor da Cia. Promotora de Indústrias e Melhoramentos; presidente da Cooperativa Central dos Agricultores do Brasil e da Cooperativa de Consumo Ítalo-Brasileira; membro da Comissão de Revisão e Tarifas da Câmara dos Deputados.
5. Sylvio Rangel	1911 - 1912	Rio de Janeiro	(1859 1939); *fazendeiro;* engenheiro militar; chefe da Inspetoria Federal de Estradas de Ferro; vereador por Vassouras (RJ); deputado estadual pelo Rio de Janeiro (1904); prefeito de Vassouras.
6. Lauro S. Müller	1912 - 1921	Santa Catarina	(1836-1926); filho de comerciante; militar formado pela Escola Militar da Praia Vermelha; bacharel em Matemática e Ciências Físicas e Naturais; presidente do Estado de Santa Catarina (1889-1891); deputado constituinte em 1891; senador (1900, 1907 e 1917); ministro da Viação e Obras Públicas (1902-1906); ministro das Relações Exteriores (1912-1917); membro da Academia Brasileira de Letras.
7. Miguel Calmon du Pin e Almeida	1921 - 1922	Bahia	(1879-1935); *fazendeiro;* engenheiro civil formado pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro; secretário de Agricultura, Viação e Obras Públicas da Bahia (1901-1904); eleito três vezes deputado federal; Ministro da Viação e Obras Públicas (1906-1909), representante da Associação Comercial da Bahia; fundador da Federação das Associações Comerciais do Brasil; *Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio* (1922-1926); vice-presidente da Liga de Defesa Nacional; integrante da Campanha Civilista; senador (1927-1930); membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
8.Geminiano Lira Castro	1923 - 1925	Pará	(1863-1936); *fazendeiro;* médico; vogal do Conselho Municipal de Belém (1894-1900); vice-presidente do Estado do Pará (1901-1903); membro do Conselho Administrativo da Faculdade Livre de Direito; senador pelo Estado do Pará por três vezes; deputado federal (1910, 1920 e 1924); vice-presidente da Comissão de Finanças da Agricultura; *Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio* (1926- 1930).
9. Ildefonso Simões Lopes	1926 - 1944	Rio Grande do Sul	(1866 - 1944); *fazendeiro;* filho do Visconde da Graça; engenheiro civil pela Politécnica do Rio de Janeiro; fundador do Club Abolicionista Rio Grandense; fundador do Club Republicano da Escola Politécnica; em preiteiro na construção das estradas de ferrro Sorocabana e Mogiana; diretor do abastecimento de águas de Pelotas; deputado estadual pelo Rio Grande do Sul por oito anos; diretor da Cia. Hidráulica Portense; deputado federal pelo PRR; empresário fabricante de adubos fosfatados e farinha de ossos; *Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio* (1919-1922); vice-presidente da Comissão Diretora da Aliança Liberal; fundador da Confederação Rural Brasileira.

Fontes: Poliano, Luiz M. A *Sociedade ..., op. cit.* e *A Lavoura* (1897-1930).

QUADRO II - SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA - COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA GERAL (por amostra)

CARGOS	1900	1905	1910	1915	1920	1925	1930
1.º Vice-presidente	Cândido Barata Ribeiro (BA)	João Batista de Castro (MG)	Sylvio F. Rangel (RJ)	Miguel Calmon du Pin e Almeida (BA)	Miguel Calmon du Pin e Almeida (BA)	Ildefonso Simões Lopes (RS)	Fidélis Reis (MG)
2.º Vice-presidente	Joaquim C. Travassos (RJ)	Sylvio F. Rangel (RJ)	José Monteiro da Silva	Eduardo Cotrim (RJ)	Eduardo Cotrim (RJ)	Augusto Ramos (SP)	Augusto Ramos (SP)
3.º Vice-presidente	Barão de Águas Claras	Cornélio Souza Lima	Antônio Pacheco Leão (RJ)	Manoel Maria Carvalho	Manoel Maria Carvalho	Hannibal Porto (RJ)	—
Secretário Geral	Domingos Sérgio de Carvalho (RJ)	Domingos Sérgio de Carvalho (RJ)	Francisco Souza Reis (DF)	João Mindello (RJ)	João Mindello (RJ)	Bento José Miranda (PA)	Heitor Beltrão (PE)
1.º Secretário	Eurico Monteiro (DF)	Joaquim Costa Leite (RS)	João Mindello (RJ)	Afonso Lobato Jr.	Afonso Lobato Jr.	Júlio S. Araújo (RJ)	Joaquim Luiz Ozório (RS)
2.º Secretário	Aristides Caire (DF)	Heitor de Sá (RJ)	Benedito R. Da Silva (RJ)	Benedito R. Da Silva (RJ)	Benedito R. Da Silva (RJ)	Luiz Guaraná (RJ)	—
3.º Secretário	Amaro Armond (DF)	Alfredo Dias	Alberto Jacobina (DF)	Alberto Jacobina (DF)	Alberto Jacobina (DF)	Chrysanto de Brito (RJ)	Othon Leonardo
4.º Secretário	—	Carlos Raulino (RJ)	Victor Leivas (RS)	Victor Leivas (RS)	Victor Leivas (RS)	Heitor Beltrão (PE)	Júlio Araújo
1.º Tesoureiro	Fábio Nunes Leal (MA)	Alberto Jacobina (DF)	Carlos Raulino (RJ)	Carlos Raulino (RJ)	Gustavo Le Bon Régis (SC)	Júlio Lutterbach (PR)	Carlos Raulino (RJ)
2.º Tesoureiro	Antonio Pinto e Souza (RJ)	Eduardo F. Carvalho	João Couto Ferraz Jr. (RJ)	João Monteiro da Silva (MG)	João Monteiro da Silva (MG)	Antonio Arruda Beltrão (PE)	—

Fontes: *A Lavoura* (1897 - 1930)
SNA. *Conclusões do 2.º Congresso Nacional de Agricultura*. RJ, Imp. Nacional, 1915.

QUADRO III - SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA
COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA TÉCNICA (por amostra)

DIRETORIAS	1901	1906	1911	1916	1921	1926	1930
1. Horto da Penha e Agrotecnia	Wencesláo Bello (RS)	Wencesláo Bello (RS)	Wencesláo Bello (RS)	Chrysanto de Brito (RJ)	Angelo Costa Lima (DF)	Alfredo Rocha (DF)	Álvaro Ozório de Almeida (RS)
2. Fazenda Sta. Mônica e Zootecnia	Sylvio F. Rangel (RJ)	Sylvio F. Rangel (RJ)	Sylvio F. Rangel (RJ)	João Mindello (RJ)	Carlos Raulino (DF)	Benedicto R. da Silva (RJ)	Ângelo Costa Lima (DF)
3. Álcool, Museu e Defesa Agrícolas	Domingos Sérgo de Carvalho (RJ)	Domingos Sérgo de Carvalho (RJ)	Benedicto R. Da Silva (RJ)	João Borges Jr. (RJ)	Chrysanto de Brito (RJ)	Carlos Raulino (RJ)	Franklyn de Almeida
4. Seção Técnica	Heitor de Sá (DF)	Heitor de Sá (DF)	F. Souza Reis (DF)	—	—	—	—
5. Biblioteca e Publicações	João Baptista de Castro (MG)	João Baptista de Castro (MG)	Victor Leivas (RS)	Alfredo A. Rochca (DF)	João Mindello (RJ)	Álvaro Ozório de Almeida (RS)	Aleixo de Vasconcellos
6. Plantas e Sementes	E. Ferreira de Carvalho	E. Ferreira de Carvalho	J. Monteiro da Silva (MG)	—	Paulo Parreiras Horta (RJ)	—	—
7. Propaganda e Informações	Alberto Jacobina (DF)	Alberto Jacobina (DF)	Alberto Jacobina (DF)	João G. Pereira Lima (RJ)	Victor Leivas (RS)	João Mindello (RJ)	João Mindello (RJ)
8. Estatística e Contabilidade	—	—	—	Antônio Pacheco Leão (RJ)	—	Alfredo de Andrade	Alcides Franco
9. Tesouraria	—	—	Carlos Raulino (DF)	—	—	—	—
10. Sindicatos e Cooperativas	—	—	—	Manoel Paulino Cavalcanti	Alfredo de Andrade	Paulo Parreiras Horta (RJ)	Suiz Simões Lopes (RJ)
11.Mão-de-obra	—	—	—	Paulo Parreiras Horta (RJ)	Armando Rocha	—	Mário Saraiva
12. Congessos e Exposições	—	—	—	Luiz Vieira Souto (RJ)	Augusto Costa Lima	Victor Leivas (RS)	Victor Leivas (RS)
13.Redação da Revista	—	—	—	Carlos Raulino (RJ)	Carlos Raulino (RJ)	—	—

Fontes: *A Lavoura* (1897-1930)
SNA. *Conclusões do 2.º Congresso...., op. Cit.*

QUADRO IV - SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA
PRINCIPAIS EVENTOS ORGANIZADOS (**)

Ano	*Evento*
1897	Exposição de Agricultura, Zootecnia e Indústrias Rurais
1901	1.ª Conferência Nacional de Agricultura
1902	Conferência Açucareira da Bahia
	Exposição Internacional de Aparelhos a Álcool
1903	1.ª Exposição Nacional de Aparelhos a Álcool
1905	1.ª Reunião Nacional de Agricultores do Cacau
1908	2.º Congresso Nacional de Agricultura
1911	Convênio Açucareiro do Brasil
1914	1.ª Exposição Nacional do Milho (*)
1916	2.ª Exposição Nacional do Milho (*)
	1.ª Conferência Nacional Algodoeira (*)
1917	1.ª Conferência Nacional da Pecuária (*)
	3.ª Exposição Nacional do Milho (*)
	1.ª Conferência Nacional de Cereais (*)
	4.ª Exposição Nacional do Milho (*)
1918	2.ª Exposição Nacional do Gado (*)
1920	3.ª Exposição Nacional do Gado (*)
	5.ª Exposição Nacional do Milho (*)
1922	Conferência Internacional Algodoeira (*)
	3.º Congresso Nacional de Agricultura e Pecuária (*)
1924	4.ª Exposição Nacional do Gado (*)
	1.º Congresso Nacional de Óleos (*)
1925	1.ª Exposição de Leites e Derivados (*)
	1.ª Conferência Nacional de Laticínios (*)
	2.º Congresso de Crédito Popular Agrícola (*)
	5.ª Exposição Nacional do Gado (*)
1926	13.ª Exposição Nacional de Aves (*)
1927	7.ª Exposição Nacional da Borracha (*)
1929	2.ª Exposição de Leites e Derivados (*)
	1.ª Exposição Nacional de Horticultura
1930	1.ª Conferência Nacional de Avicultura

Fonte: *A Lavoura* (1897 - 1930)
(*) Sob o patrocínio conjunto do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio
(**) Exclusive os de âmbito regional/local por ela patrocinados

QUADRO V - SOCIEDADES E INSTITUIÇÕES AGRÍCOLAS EXISTENTES NO BRASIL

Estado	*1899*	*1908*
Amazonas	—	02
Pará	10	11
Maranhão	—	03
Piauí	—	01
Ceará	01	03
Paraíba	—	04
Rio Grande Do Norte	—	01
Pernambuco	01	28
Alagoas	—	03
Sergipe	01	03
Bahia	02	08
Espírito Santo	06	06
Rio de Janeiro	06	04
São Paulo	37	26
Paraná	02	12
Santa Catarina	01	05
Rio Grande do Sul	05	40
Minas Gerais	07	23
Goiás	01	01
Mato Grosso	—	01
Distrito Federal	01	03
Totais	81	188

Fontes: SNA. *Histórico dos Trabalhos da Sociedade durante 1899*. Rio de Janeiro: Imp. Nac., 1900.
————. *Sociedades..., op. cit.*

QUADRO VI - *A LAVOURA* : DISTRIBUIÇÃO TEMÁTICA DOS ARTIGOS (por amostragem).

Temas	*1900*	%	*1905*	%	*1910*	%	*1915*	%	*1920*	%	*1925*	%	*1930*	%	*Total*	%
Mão-de-obra	-	-	-	-	13	7,9	-	-	-	-	03	7,1	04	5,3	20	4,2
Café	04	8,3	-	-	09	5,5	-	-	02	1,9	02	4,8	04	5,3	21	4,4
Gêneros	15	31,3	05	25	35	21,2	04	23,5	22	20,4	12	28,6	23	30,7	116	24,4
Técnicos	15	31,3	5	25	31	18,8	1	5,9	28	25,9	08	19,0	13	17,3	101	21,3
Educação	02	4,2	02	10	09	5,5	01	5,9	02	1,9	01	2,4	03	4	20	4,2
Cooperativas	-	-	02	10	19	11,5	-	-	01	9	01	2,4	-	-	23	4,8
Algodão	02	4,2	01	5	04	2,4	05	29,4	11	10,2	03	7,1	04	5,3	30	6,4
Cana	02	4,2	01	5	02	1,2	03	17,6	05	4,6	01	2,4	05	6,7	19	4,0
Fibras	-	-	-	-	03	1,8	-	-	11	10,2	02	4,8	01	1,3	17	3,6
Gado	05	10,4	03	15	29	17,6	03	17,6	14	13,0	06	14,3	11	14,7	71	15,0
Fumo	-	-	01	5	-	-	-	-	05	4,6	01	2,4	03	4	10	2,1
Borracha	01	2,1	-	-	06	3,6	-	-	06	5,6	-	-	01	1,3	14	2,9
Cacau	02	4,2	-	-	05	3,0	-	-	01	0,9	02	4,8	03	4	13	2,7
Total	48	100	20	100	165	100	17	100	108	100	42	100	75	100	475	100

Fonte: *A Lavoura* (1897 - 1930).

QUADRO VII - DISTRIBUIÇÃO DOS AUTORES QUANTO À FORMAÇÃO E À OCUPAÇÃO

Autor	*Naturalidade*	*Formação*	*Ocupação Principal*
Manoel Cavalcanti (*)	Pernambuco	Engenheiro Militar	(**)
Joaquim C. Travassos (*)	(**)	Engenheiro Civil	(**)
Simpósio Lara Fernandes	São Paulo	Bacharel	Funcionário Público
Francisco Dias Martins (*)	Ceará	Agrônomo	Funcionário Público (***)
João Borges Jr. (*)	Rio de Janeiro	Engenheiro Militar	Deputado Federal
Christino Cruz (*)	Maranhão	Agrônomo	Deputado Federal
Antônio Gomes do Carmo (*)	Rio de Janeiro	Engenheiro Agrônomo	Funcionário Público (***)
Sylvio Ferreira Rangel (*)	Rio de Janeiro	Engenheiro Militar	Deputado Estadual
Mário Bulcão	Minas Gerais	Bacharel	Funcionário Público
Custódio Sarandy Raposo	Rio de Janeiro	Agrônomo	Funcionário Público (***)
Joaquim Fonseca Vieira	São Paulo	Bacharel	(**)
Joaquim F. Assis Brasil (*)	Rio Grande do Sul	Bacharel	Deputado e Diplomata
Ezequiel Ubatuba	Minas Gerais	(**)	Funcionário Público
José Saturnino de Brito (*)	Rio de Janeiro	Agrônomo	Funcionário Público (***)
Antônio de Pádua Resende (*)	Minas Gerais	(**)	Deputado Federal
Achiles Lisboa	Maranhão	Agrônomo	Funcionário Público (***)
Álvaro Figueiredo	São Paulo	Bacharel	Funcionário Púbico (***)
Fidélis Reis (*)	Minas Gerais	Engenheiro Agrônomo	Deputado Federal
Cícero Faria Alvim	Minas Gerais	(**)	Funcionário Público
Nilo Caire (*)	Rio de Janeiro	Engenheiro Militar	(**)
Bento Jordão de Souza (*)	São Paulo	(**)	Funcionário Público
Fábio Luz Filho (*)	Rio de Janeiro	Agrônomo	Funcionário Público (***)
Luiz Bartholomeu	Paraná	(**)	Deputado Federal
Arthur Torres Filho (*)	Rio de Janeiro	Agrônomo	Funcionário Público (***)
Fernando B. Campos (*)	Rio de Janeiro	(**)	(**)
Bernardes Júnior	Alagoas	Bacharel	Professor

Fontes: Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. *Almanak do Pessoal* (1912, 1921, 1930); ABRANCHES, Dunshee de. *Governos e Congressos da República dos Estados Unidos do Brasil*. SP, M. Abranches, 1918, 2 vol.; Velho Sobrinho, J. F. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. RJ, MEC, 1940; Downes, Earl R. *The Seeds of influence, op. cit.*; Love, Joseph. *São Paulo ...., op. cit.*; Poliano, Luiz Marques. *A Sociedade..., op. cit.*

(*) Membros da SNA (**) Dados não Disponíveis (***)Funcionários do MAIC.

QUADRO VIII - DISTRIBUIÇÃO DOS DISCURSOS QUANTO AO EMISSOR, MENSAGEM E AO RECEPTOR.

Emissor	*Mensagem*		*Data/Veículo*	*Receptor Principal*	*Propriedades de posição*
	Alternativa Privilegiada	*Agente Viabilizador*			
1. Lagarde & Cavalcanti	Colonização	Particulares/Estado	1901/Tese Congresso	Gdes. Proprietários	Engenheiro militar; Membro da SNA; *donos de engenho;* Pernambucanos
2. J. Travassos	Racionalização - Modernização	Particulares	1903 - Livro	Gdes. Proprietários	Engenheiro Civil; membro da SNA.
3. U.L.S.P.	Cooperativismo	Particulares	1903 - Panfleto	Cafeicultores	Sociedade antagônica à Sociedade Paulista de Agricultura (SPA), criada em 1903
4.. Simpósio Lara Fernandes	Associações	Particulares	1906 - Opúsculo	Cafeicultores	Advogado da S.P.A.
5. Francisco Dias Martins	Educação Agrícola	Estado	1908 - Livro	Governo	Agrônomo, diretor da ESALQ (1909-10); membro da SNA; *fazendeiro/SP.*
6. João Borges Jr.	Colonização	Particulares e Estado	1908 - Livro	Governo	Engenheiro Militar, deputado federal/RJ (1906 - 1909), ex-diretor de núcleos coloniais em Sta. Catarina (1880), membro da SNA, *fazendeiro/ RJ.*
7. Christino Cruz	Educação / Modernização	Particulares e Estado	1908 - Tese em Congresso	Gdes. Proprietários	Agrônomo, deputado federal/MA (1892-1914), vice-governador do MA (1910 e 1914-1918), membro da SNA, *dono de engenho/ MA*
8. Antonio Gomes do Carmo	Educação	Estado	1908 - Livro	Governo	Engenheiro Agrônomo, funcionário do MAIC, membro da SNA
9. Sylvio F. Rangel	Colonização	Estado	1908 - Tese em Congresso	Gdes. Proprietários	Engenheiro Militar, deputado estadual /RJ (1904 - 12), Chefe da Inspetoria Federal de Estradas de Ferro (1894 - 1920), Prefeito e *fazendeiro* em Vassouras, vice-presidente da SNA (1906 -11).
10. Mário Bulcão	Modernização e Racionalização	Particulares	1910 - Livro Didático	Professorado	Bacharel e ex-inspetor de ensino em SP, diretor do Boletim do Ministério da Viação e Obras Públicas (1906 - 1907)
11. Custódio Sarandy Raposo	Sindicalismo - Cooperativista	Estado	1911 - Livro	Proprietários em Geral	Agrônomo e funcionário do MAIC, responsável pela "Seção Operária" de *O Paiz.*
12. Francisco Dias Martins	Educação Agrícola	Estado e Agrônomos	1914 - Livro	Governo	Titular da Diretoria Geral de Agricultura do MAIC (1910-1928), membro da SNA
13. Idem	Modernização e Racionalização	Particulares e Estado	1915 - Livro	Proprietários em Geral	Idem
14. J. Fonseca Vieira	Cooperativas	Particulares	1916 - Opúsculo	Cafeicultores	Bacharel e funcionário do Banco Cooperativo Comercial de S. Paulo
15. J. F. de Assis Brasil	Modernização e Racionalização	Particulares	1916 - Conferência	Grandes Proprietários	Bacharel, fundador do Partido Republicano Democrático (1908/RS), sócio-fundador da SNA, deputado constituinte (1891), diplomata (1891), diplomata (1895-1903, em Lisboa e EEUU), *pecuarista e grande produtor rural.*
16. Ezequiel Ubatuba	Racionalização e Modernização	Particulares e Estado	1917 - Livro Didático	Alunos do Curso Primário	Funcionário da Secretaria do Interior de Minas Gerais, membro da SNA.
17. José Saturnino de Brito	Cooperativismo	Estado	1917 - Livro	Governo	Agrônomo pela Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária / RJ, membro da SNA
18. Pádua Rezende	Banco Central de Crédito	Estado	1918 - Livro	Público em Geral	Deputado federal por Minas Grais (1906-9), membro da SNA e *pecuarista.*
19. Achilles Lisboa	Colonização Conferência	Estado	1918 -	Grandes Proprietários	Agrônomo, funcionário do Serviço do Algodão do MAIC, *fazendeiro / Maranhão.*
20. Fidélis Reis	Educação e Modernização	Particulares e Estado	1919 - Livro	Grandes Proprietários	Agrônomo fundador da Escola de Engenharia de MG (1918), deputado federal/ MG, funcionário do Ministério de Viação e Obras Públicas (1906-1919), membro da SNA
21. Álvaro Figueiredo	Racionalização e Modernização	Particulares e Estado	1919 - Livro	Grandes Proprietários	Bacharel e funcionário do MAIC

22. José Saturnino de Brito	Cooperativismo	Estado	1920 - Livro	Pequenos agricultores	Funcionário do MAIC, encarregado de elaborar o Estatuto das Cooperativas de Crédito e Sindicatos Rurais, membro da SNA.
23. Cícero F. Alvim	Crédito Hipotecário	Estado	1920 - Livro	Governo	Funcionário da Secretaria de Fazenda de MG e *comerciante*.
24. Nilo Caire	Modernização e Racionalização	Particulares	1921 - Livro	Pequenos Agricultores	Engenheiro militar, membro da SNA e *fazendeiro no RJ*.
25. Bento J. De Souza	Modernização e Racionalização	Particulares	1922 - Livro	Grandes Proprietários	Chefe dos Correios do Estado de SP.
26. Fábio Luz Filho	Cooperativismo	Estado	1923 - Livro	Governo	Agrônomo e funcionário do MAIC, elaborador dos Estatutos das Cooperativas e Sindicatos Rurais (1925), membro da SNA.
27. Luiz Bartholomeu	Federação de Bancos Hipotecários	Estado	1925 - Livro	Governo	Engenheiro militar e Deputado federal pelo Paraná (1918-24).
28. Arthur Torres Filho	Educação agrícola	Estado	1926 - Livro	Governo	Agrônomo, Diretor do Serviço de Fomento Agrícola do MAIC (1921-31), membro da SNA, *fazendeiro /RJ*.
29. Fernando B. Franco	Banco de Crédito Agrícola	Estado	Tese em Congresso	Cafeicultores	Vice-presidente da Sociedade Fluminense de Agricultura, membro da SNA e *cafeicultor /RJ*.
30. Bernardes Júnior	Educação e Modernização	Estado	1930 - Livro	Público em Geral	Bahcarel, jornalista e professor em Alagoas.
31. Fábio Luz Filho	Cooperativismo	Estado	1931 - Livro	Pequenos Agricultores	Diretor da Seção de Crédito Agrícola do MAIC (1930), agrônomo responsável pela 2a. Seção da Diretoria de Sindicalismo Cooperativista (1931), membro da SNA.

Fontes: Cf. nota 1 e Quadro IX do Capítulo 2.

QUARO IX - MAIC - MINISTROS TITULARES: PROCEDÊNCIA E PERFIL (1909 - 1930)

Ministros	*Gestão*	*Procedência*	*Perfil*
1. Antônio Cândido Rodrigues	1909	SP	Engenheiro militar, construtor da rodovia Curitiba/Assuagy; chefe do Serviço de Colonização do Paraná; Diretor da Secretaria de Obras Públicas de SP(1880-83); Deputado provincial (1884-89); Secretário Estadual de Agricultura em SP (1900-2); Deputado federal (1903-6); Secretário de Agricultura (1908 - 9); Vice-presidente do Estado de SP (1916-20); fundador da SPA; Membro do PD; Presidente da Liga Agrícola Brasileira (1921); *Cafeicultor*.
2. Rodolpho da Rocha Miranda	1909-10	SP	Filho do Barão de Bananal; viveu em Paris; Deputado Constituinte e Federal /SP (1897-1900); Dissidente do PRP (1891, 97, 1907 e 1910); senador Estadual (1919-28); fundador do Partido Republicano Conservador junto com Pedro de Toledo; líder do ramo paulista do Pinheirismo; Hermista; reata com o PRP e preside Comitê Executivo (1917-30); *membro da SNA; Cafeicultor, Industrial em Piracicaba e Comerciante em Santos, Banqueiro*.
3. Pedro de Toledo	1910-13	SP	Bacharel pela Faculdade de Direito de SP; fundador do PRP; Deputado Estadual (1905-9); Hermista e fundador do Partido Republicano Conservador; Ministro Plenipotenciário em Roma (1913); *Membro da SNA; Cafeicultor*.
4. Manoel E. Queiroz Vieira	1913-14	RJ	Bacharel (1881); Juiz em Rio Bonito, RJ (1885-89); Deptuado Estadual/RJ; Chefe de Polícia do Estado do Rio de Janeiro (1894); Chefe de Polícia do Distrito Federal (1897); Presidente do Estado do Rio de Janeiro (1910-3); *Fazendeiro*.
5. João Pandiá Calógeras	1914-15	MG	Engenheiro geólogo; Deputado Federal (1903-14); Secretário de Agricultura de MG; Ministro da Fazenda (1915-17), único civil a ser Ministro da Guerra (1911); *membro da SNA; Fazendeiro*.
6. José Rufino Bezerra Cavalcanti	1915-17	PE	Engenheiro (1883) e Bacharel (1886); Engenheiro da ferrovia Sul e Central de Pernambuco, Prefeito da cidade de Cabo; Deputado federal (1905-15); Presidente do Estado de Pernambuco (1919\); Senador; *membro da SNA; Usineiro e Comissário de Açucar*.
7. João Gonçalves Pereira Lima	1917-18	PE	Engenheiro pela Politécnica do RJ; Presidente da Associação Comercial do RJ; Deputado Federal pelo RJ (1906); Membro da SNA; *Fazendeiro e Usineiro*.
8. Antônio de Pádua Sales	1918-19	SP	Bacharel em Direito, deputado Federal (1894-9); Deputado Estadual (1899-1914); Senador Estadual; Secretário da Agricultura de SP (1909-12); Presidente do Comitê Executivo do PRP (1916-18); ligado ao Banco de Comércio e Indústria de SP; *Membro da SNA; Cafeicultor*.
9. Ildefonso Simões Lopes	1919-22	RS	Filho do Visconde da Graça; engenheiro pela Politécnica do RJ; Construtor das Ferrovias Sorocaba e Mogiana; Deputado Estadual por 8 anos; Diretor da Cia. Hidráulica Portense; Deputado Federal (1906-19); *presidente da SNA (1926-44); rizicultor e fabricante de adubos e farinhas de ossos*.
10. Miguel Calmon Du Pin e Almeida	1922-26	BA	Engenheiro pela Politécnica/RJ; Secretário de Agricultura da BA (1902-4); Deputado Federal 6 vezes; Fundador da Federação das Associações Comerciais do Brasil; Vice-presidente da Liga de Defesa Nacional; Integrante da Campanha Civilista; Ministro da Viação e Obras Públicas (1907-10); Senador (1927-30); Membro do Apostolado Positivista; *Presidente da SNA (1921-22); Proprietário e Usineiro*.
11.Geminiano Lyra Castro	1926-30	PA	Médico; Vogal do Conselho Municipal de Belém (1894-1900); Vice-presidente do Pará (1901-3); Senador do Estado por 3 vezes; Deputado Federal (1910, 1920 e 1924); Vice-presidente da Comissão de Agricultura da Câmara; *Presidente da SNA (1923-25); Proprietário*.

Fontes: Abranches, J. D. *Governos...., op. cit;* Poliano, L. M. *A Sociedade Nacional ...., op. cit.;* Love, J. *São Paulo..., op. cit.*

QUADRO X - MAIC - SEMENTES DISTRIBUÍDAS (1912 - 1930)

U.F.	1912	1914	1916	1918	1920	1922	1924	1926	1928	1930	Total (Ton.)
AM	7,3	2,5	*	2,4	*	6,5	9,2	5,2	5,8	7,5	46,4
PA	—	1,0	*	8,7	*	4,7	15,2	6,2	10,6	14,4	60,8
MA	10,3	3,8	*	0,5	*	4,6	8,6	5,4	4,0	8,4	45,6
PI	9,9	3,1	*	—	*	4,2	—	4,0	6,7	7,9	35,8
CE	10,9	16,4	*	3,5	*	10,9	11,6	4,4	3,0	7,4	68,1
RN	9,1	7,0	*	3,9	*	7,9	3,8	4,3	4,3	8,3	48,6
PB	9,3	1,0	*	6,7	*	27,3	6,6	4,7	4,6	10,5	70,7
PE	6,8	3,3	*	9,7	*	8,1	3,8	4,3	4,2	16,1	56,3
AL	6,2	3,4	*	1,0	*	21,3	6,2	4,0	4,0	8,0	54,1
SE	7,7	1,0	*	11,7	*	6,7	10,6	4,1	3,4	7,4	52,6
BA	9,0	3,6	*	44,9	*	11,0	10,8	5,0	5,5	8,1	97,6
ES	8,3	1,3	*	8,9	*	15,1	7,7	11,2	6,8	18,3	77,6
MG	9,0	12,3	*	50,3	*	33,7	—	26,4	33,8	64,0	229,5
RJ	8,9	14,0	*	21,1	*	38,5	51,5	53,4	4,4	41,0	232,8
DF	46,2	3,9	*	22,5	*	4,8	5,7	12,5	—	15,1	110,8
SP	8,5	1,5	*	292,2	*	66,9	55,6	35,0	81,0	53,7	5 94,3
PR	58,9	1,6	*	56,3	*	17,7	55,5	12,9	23,7	27,3	253,9
SC	43,7	1,0	*	350,9	*	12,3	27,9	22,4	23,4	14,0	495,6
RS	109,5	1,2	*	259,4	*	11,5	15,6	18,7	33,8	12,6	462,3
Acre	—	1,0	*	—	*	6,0	3,2	4,5	2,8	7,7	19,8
GO	5,8	0,9	*	—	*	1,8	—	4,5	4,2	7,1	24,3
MT	7,1	1,0	*	0,6	*	11,4	—	3,0	4,3	7,2	34,6
Total	392,4	85,5	*	1.155,2	*	327,5	309,1	256,1	274,3	372,0	3.172,1

Fontes:RMAIC (1910-30)
Ministerio da Agricultura Industria e Comercio. Serviço de Inspecão e Fomento Agrícola. Relatorios (1921-1930).
* Dados não disponíveis.

QUADRO XI - MAIC: PUBLICAÇÕES DISTRIBUÍDAS (N.º VOLUMES) - (1911-1930)

Anos	Quantidade	Anos	Quantidade
1911	83.890	1921	109.541
1912	71.030	1922	10.518
1913	246.336	1923	51.216
1914	543.095	1924	68.623
1915	568.606	1925	97.824
1916	493.511	1926	16.060
1917	96.596	1927	135.573
1918	64.261	1928	154.846
1919	53.147	1929	183.593
1920	173.253	1930	—

Fonte: RMAIC (1910-1930)

QUADRO XII - MAIC: CAMPOS DE COOPERAÇÃO EM FUNCIONAMENTO (1920 - 1930)

U.F.	1921	1923	1925	1927	1929	Total
AM	01	04	02	—	12	19
PA	—	05	—	04	05	14
MA	—	04	02	01	06	13
PI	02	03	06	01	10	22
CE	08	09	05	07	35	64
RN	—	—	04	01	13	18
PB	01	03	02	—	08	14
PE	01	02	08	02	09	22
AL	—	—	03	01	08	12
SE	01	05	05	02	07	20
BA	11	04	03	10	14	42
ES	02	03	02	—	06	13
MG	10	19	15	08	33	85
RJ	04	21	09	04	12	50
SP	04	12	07	06	14	43
PR	—	04	02	—	05	11
SC	03	09	08	03	12	35
RS	04	12	07	01	23	47
ACRE	—	02	—	01	04	07
GO	—	05	—	02	11	18
MT	01	07	—	01	08	17
Total	53	133	90	55	255	586

Fonte: RMAIC (1910-30)

QUADRO XIII - MAIC: TOTAL DE LAVRADORES E CRIADORES REGISTRADOS (1910-20)

U.F.	1910		1915		1920		Total	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
AM	—	—	38	1,1	108	0,8	146	0,9
PA	02	0,4	107	3,3	194	1,5	303	1,8
MA	03	0,7	20	0,6	47	0,4	70	0,4
PI	—	—	21	0,7	47	0,4	68	0,4
CE	20	4,4	112	3,4	182	1,4	314	1,9
RN	—	—	20	0,6	155	1,2	175	1,1
PB	23	5,1	81	2,6	268	2,1	372	2,2
PE	2	0,4	16	0,5	330	2,6	348	2,2
AL	—	—	08	0,3	73	0,6	81	0,5
SE	5	1,1	72	2,2	178	1,4	255	1,6
BA	25	5,6	300	9,1	1.345	10,5	1.670	10,2
ES	03	0,7	73	2,2	344	2,7	420	2,6
MG	100	22,4	916	27,9	2.829	22,3	3.845	23,4
RJ	163	36,6	534	16,3	1.865	14,8	2.562	15,6
SP	43	9,7	388	11,8	834	6,6	1.265	7,7
PR	10	2,3	94	2,9	891	7,0	995	6,0
SC	—	—	89	2,7	398	3,1	487	3,0
RS	26	5,9	239	7,3	1.581	12,5	1.846	11,2
ACRE	—	—	—	—	10	0,1	10	0,1
GO	21	4,7	77	2,3	470	3,6	568	3,5
MT	—	—	20	0,6	239	1,9	259	1,6
DF	—	—	54	1,6	310	2,5	364	2,2
Total	446	100,0	3.279	100,0	12.698	100,0	16.423	100,0

Fonte: RMAIC (1910-30)

QUADRO XIV - MAIC: INTEGRANTES DAS PRINCIPAIS DIRETORIAS (1912, 1921, 1927)

	Seções	*1912*	*1921*	*1927*
Diretoria de Agricultura e Indústria Animal	1. Diretoria Geral	Manoel R. Peixoto (*) (Bch Dep. - RJ)	Francisco Dias Martins (*) (Md e Agro. - CE)	Francisco Dias Martins (*) (Md e Agro. - CE)
	1.1. Serviço Povoamento	Silvino de Faria (Eng. RJ)	Dulphe Pinheiro Machado (Eng - RJ)	Dulphe Pinheiro Machado
	1.2. Serviço Defesa/ Fomento Agrícola	Francisco Dias Martins (*) (Md. -Agro/CE)	Arthur Torres Fo. (*) (Agro - RJ)	Arthur Torres Fo. (*) (Agro. - RJ)
	1.3. Serviço Veterinária	Alcides da Rocha Miranda (Md - DF)	—	—
	1.4. Serviço Proteção aos Índios	Cândido Rondon(*) (Eng. Militar - MT)	Rondon(*) / Luiz Horta (Eng. Mil.)(*) Barbosa	Rondon(*)/José Bezerra Cavalcanti (Eng. Mil.) (Bach, Eng. - PE)
	1.5. Serviço Meteorologia	Henrique Morize (*) (Eng. - França)	Joaquim Sampaio Ferraz (Eng. - MG)	—
	1.6. Serviço Informação Divulgação	Afonso Ferreira Costa (Bach - PE)	Afonso Ferreira Costa (Bach - PE)	Afonso Ferreira Costa (Bach - PE)
	1.7. Esxola Superior Agricultura e Veterinária	Gustavo D'utra (*) (Agro - BA)	Paulo Parreiras Horta (*) (Md - DF)	Artidônio Pamplona
	1.8. Serviço Industria Pastoril	— (Md - DF)	Alcides da Rocha Miranda (Md - DF)	Paulo Parreitas Horta (*)
	1.9. Instituto Biológico Defesa Agrícola	—	Carlos Moreira (*) (Agro - MG)	Carlos Moreira (*) (Agro - MG)
	1.10. Serviço Expurgo de Cereais	—	Hannibal Porto (*) (Agro - RJ)	Hannibal Porto (*) (Agro - RJ)
	1.11. Serviço de Sementeiras	— (Agro - SP)	Francisco de Assis Iglésias (*) (Agro - SP)	Francisco de Assis Iglésias (*)
	1.12. Serviço do Algodão	— (Agro - MA)	William Wilson Coelho Souza (*)	Francisco Alves Costa (*)
	1.13. Jardim Botânico	Antônio Pacheco Leão (*) (Md - DF)	Antônio Pacheco Leão (*) (Md - DF)	Antônio Pacheco Leão (*) (Md - DF)
	1.14. Instituto de Química	Mário Saraiva (*) (Md - BA)	Mário Saraiva (*) (Md - BA)	Mário Saraiva (*) (Md - BA)
Dir. Ind. e Com.	1. Diretoria Geral	José F. Soares Fo. (*) (RJ)	Raymundo Araújo Castro (Bach - MA)	Francisco Coelho
	1.1. Serviço Geológico mineralógico	Orville Derby (Geol. - França)	Luiz Gonzaga de Campos (Eng. - MA)	Euzébio de Oliveira (Eng.)
	1.2. Junta Comercial	Isidoro Campos (Bach. - PE)	Isidoro Campos (Bach. - PE)	Isidoro Campos (Bach. - PE)
	1.3. Junta dos Corretores	João Severino da Silva (Bach. - BA)	João Severino da Silva (Bach. - BA)	Joaquim Tassara
	1.4. Diretoria de Estatística	Francisco R. Silva (MG)	José Bulhões de Carvalho (Md. - RJ)	José Bulhões de Carvalho (Md. - RJ)
Dir. Cont.	1. Diretoria Geral	Mário Barboza carneiro (*) (RJ)	Mário Barboza carneiro (*) (RJ)	Mário Barboza carneiro (*) (RJ)

Fonte: MAIC. *Almanak do Pessoal* (1912, 1921 e 1927). *A Lavoura* (1912 - 1930).
(*) Membros da SNA.

QUADRO XV - MAIC: PATRONATOS AGRÍCOLAS (1918 - 1928)

Ano	*Número*	*Total de internos*
1918	05	708
1920	13	908
1922	09	1.511
1924	15	2.174
1926	16	2.324
1928	16	2.579

Fonte: Miranda, *Op. cit.*, p. 124-5

QUADRO XVI - MAIC: DESOCUPADOS ENCAMINHADOS PARA O CAMPO (1915 - 1920)

Origem	*1915*	*1916*	*1917*	*1918*	*1919*	*1920*
RJ	3.144	2.545	6.176	7.107	4.454	5.647
Outros	3.242	2.512	2.997	4.915	9.627	8.811
Total	6.386	5.057	9.173	12.022	14.081	14.458

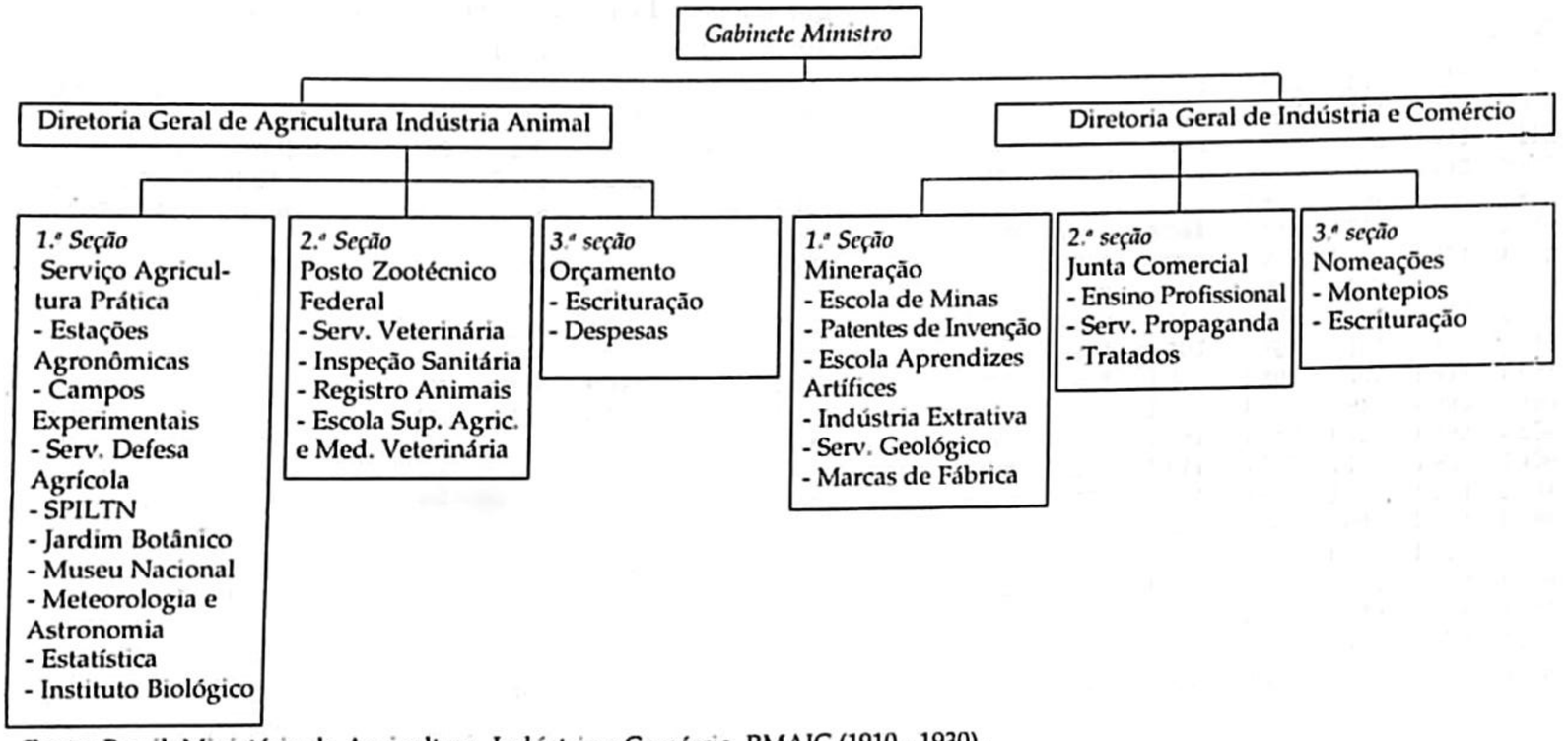
Fonte: RMAIC, 1921, p. 89.

QUADRO XVII - MAIC: POPULAÇÃO DOS NÚCLEOS COLONIAIS FEDERAIS (1908 - 1920)

Núcleos	1908	1909	1910	1911	1912	1913	1914	1915	1916	1917	1918	1919	1920
Affonso Penna (ES)	—	525	1.158	2.024	2.201	2.403	2.049	2.049	1.924	1.165	3.142	1.880	4.292
Anitapolis (PR)	55	373	849	1.307	1.741	1.902	1.925	2.234	2.472	2.841	3.145	3.408	3.542
Apucarana (PR)	—	—	—	—	764	1.228	1.177	1.338	1.351	1.359	1.365	1.338	1.309
Bandeirantes (SP)	—	501	703	696	934	1.040	1.114	1.209	1.280	1.251	1.343	1.379	1.387
Barão Rio Branco (SC)	—	—	—	—	—	16	597	877	730	797	946	1.033	1.066
Cruz Machado (PR)	—	—	—	4.474	2.686	2.956	3.176	3.486	3.574	3.650	3.964	4.509	5.701
Esteves Junior (SC)	—	—	—	598	665	1.216	1.094	735	1.644	2.296	2.193	2.570	2.420
Inconfidentes (MG)	—	—	479	865	939	1.428	1.488	1.227	1.393	1.370	1.373	1.385	1.725
Iraty (PR)	447	1.402	1.159	1.379	1.358	1.358	1.462	1.497	1.573	1.652	1.671	1.582	1.490
Iapará (PR)	762	1.105	1.343	1.396	1.445	1.455	1.408	1.354	1.392	1.401	1.401	1.438	1.631
Itatiaya (RJ)	—	311	247	298	334	213	312	444	152	151	151	137	144
Ivahy (PR)	2.356	2.772	3.177	4.840	3.535	3.535	3.765	3.728	3.768	3.853	3.854	3.848	3.889
J. Marcondes (PR)	266	277	286	345	351	351	329	338	351	358	376	399	339
João Pinheiro (MG)	213	918	605	636	745	968	919	894	800	805	1.005	1.121	1.007
Monção (SP)	—	—	198	581	957	1.665	1.928	2.469	2.341	2.846	3.214	3.288	3.240
Senador Correia (PR)	524	568	557	1.825	2.172	2.332	2.490	1.463	2.288	2.406	2.591	2.779	2.891
Vera-Guarany (PR)	—	2.352	3.205	4.208	4.219	4.219	4.449	4.220	3.726	3.912	3.912	3.912	3.898
Visconde de Mauá (RJ)	66	540	620	491	492	547	569	939	783	531	745	611	522
Tayó (PR	—	329	334	361	362	362	386	427	357	390	401	421	462
Yapó (PR)	—	—	—	—	—	12	614	695	735	687	743	774	767
Totais	4.689	11.973	14.920	26.324	25.900	29.316	31.341	32.623	32.634	33.721	37.535	37.812	41.722

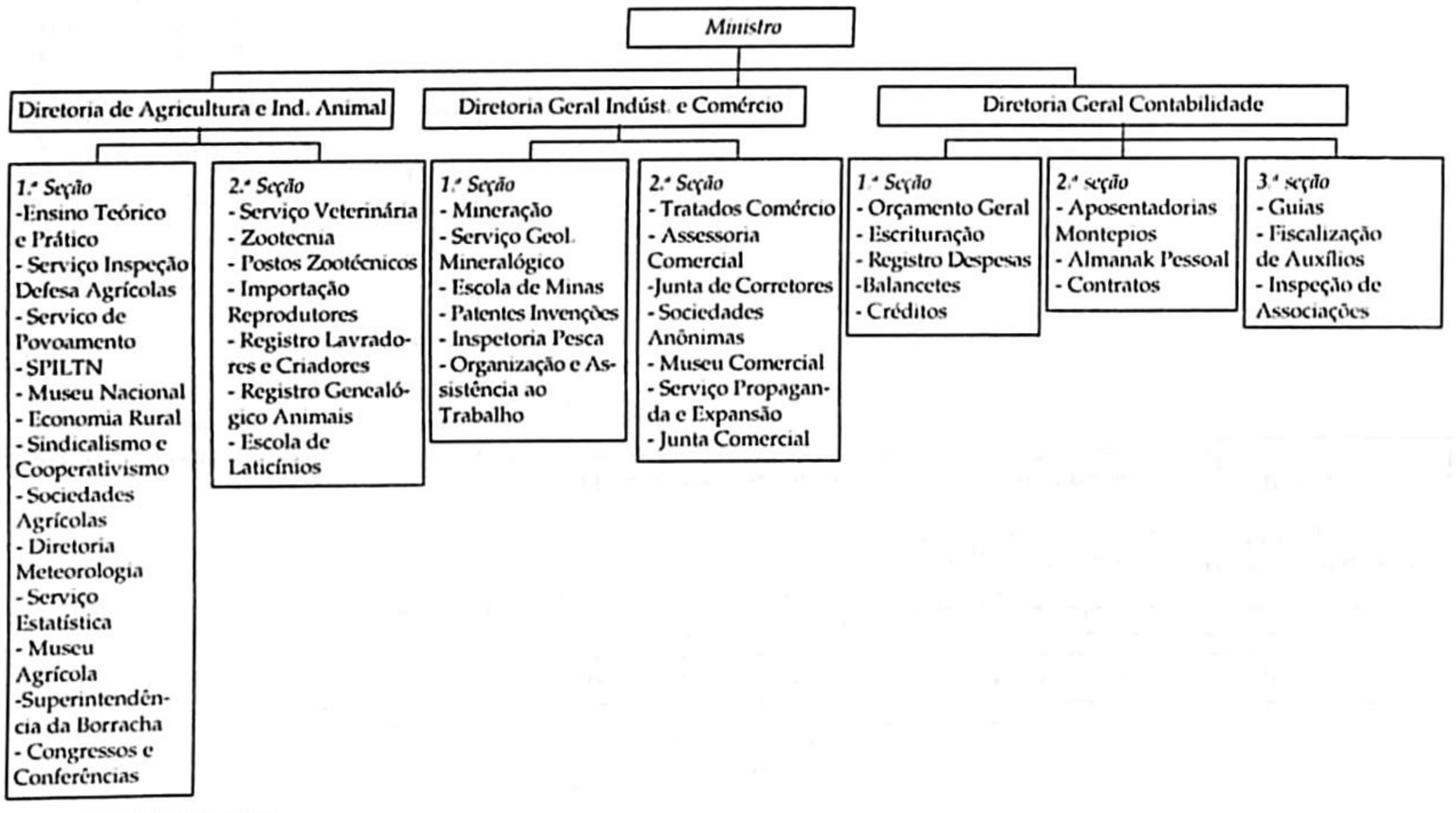
Fonte: RMAIC, 1920, vol. I, p. 435. Inexistem dados posteriores 1920.

GRÁFICO 1 - MAIC: ORGANOGRAMA E ATRIBUIÇÕES (1909 - 1910)



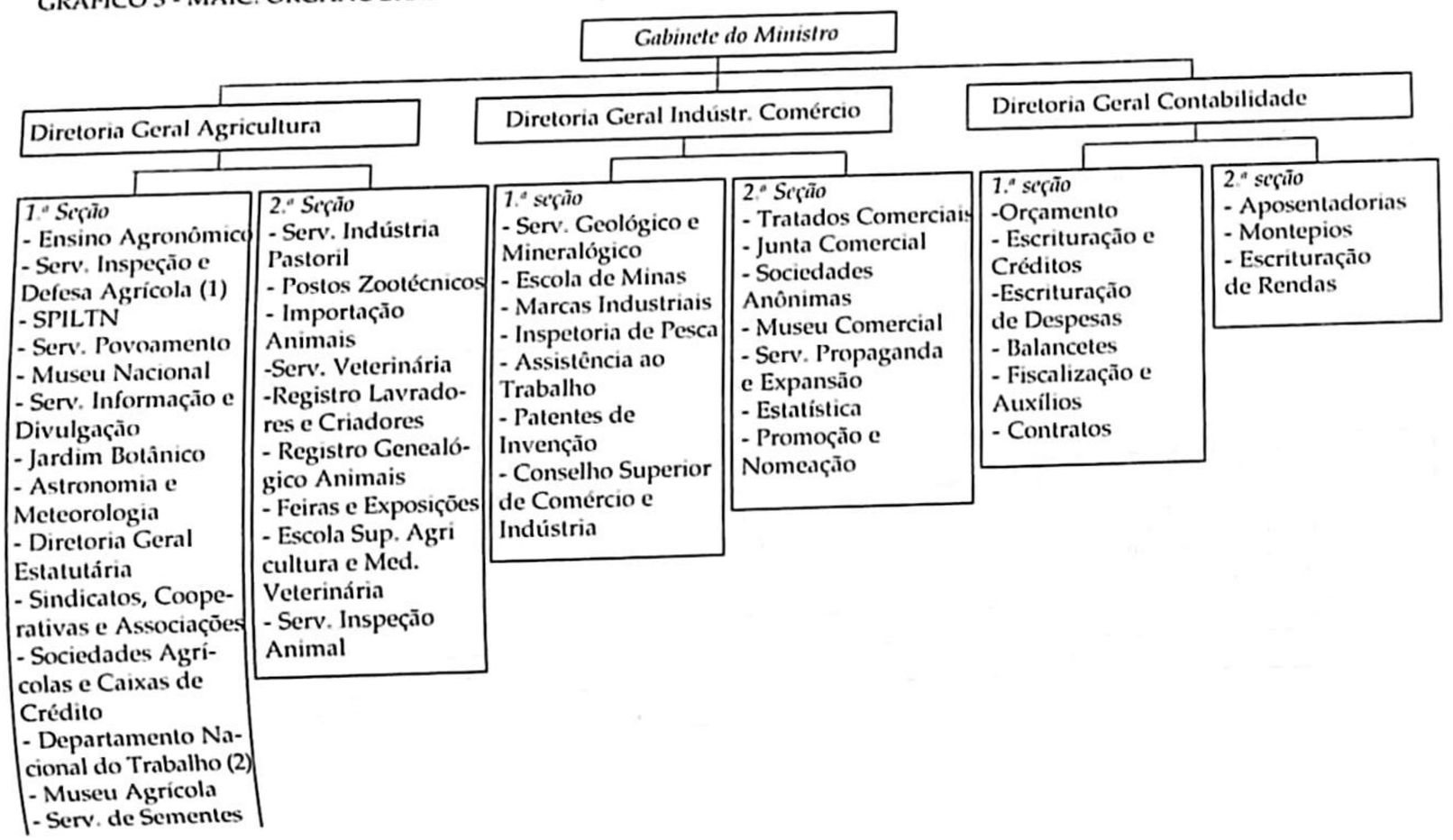
Fonte: Brasil. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. RMAIC (1910 - 1930).

GRÁFICO 2 - MAIC : ORGANOGRAMA E ATRIBUIÇÕES (1910 - 1915)



Fonte: RMAIC (1910 - 1930).

GRÁFICO 3 - MAIC: ORGANOGRAMA E ATRIBUIÇÕES (1915 - 1930)



Fonte: RMAIC (1910 - 1930)
(1) Em 1920, transformado no Serviço de Inspeção e Fomento Agrícola.
(2) Passa a ser, em 1923, Conselho Nacional do Trabalho.
(3) Criado em 1920.
(4) Criado em 1915, extinto em 1916, recriado em 1920.
(5) Criado em 1920
(6) Criado em 1920
(7) Criado em 1925
(8) Criados em 1928.

TABELA 1 - BRASIL. Receita Destinada à Agricultura no Orçamento Geral da União (1892 - 1930).

Ano	*Total (Mil-Réis)*	*Índice*
1892	746:416$000	100
1900	485:353$000	65
1908	1.003:687$040	135
1910	17.224:743$736	2.308
1916	16.120:331$114	2.160
1924	46.439:365$990	6.222
1930	83.335:766$812	11.156

Fonte: Brasil. *Coleção de Leis da República* (1890-1908) e MAIC. *Relatórios* (1909 - 1930).

TABELA 2 - BRASIL. ORÇAMENTO DA DESPESA GERAL DA REPÚBLICA, POR MINISTÉRIO (1890-1930) - (Mil-Réis e %)

Minis-	*Interior*		*Rel. Exteriores*		*Marinha*		*Guerra*		*Viação e O. Pub.*		*Fazenda*		*Agric., Ind e Com (**)*		*Total*	
terios	$	%	$	%	$	%	$	%	$	%	$	%	$	%	$	%
1890	16.750:504$	5,0	2.043:012$	0,7	25.283:782$	7,6	52.801:400$	15,5	113.075:032$	33,2	129.800:596$	38,8	-	-	343.536:210$	100
1894	13.594.411$	6,8	1.627:300$	0,9	15.714:988$	8,0	28.836:802$	14.6	67.526:460$	34,2	70.008:787$	35,5	-	-	97.308.750$	100
1898	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
1902	16.451:611$	6,1	1.664:420$	0,7	24.379:297$	9,0	45.596:055$	16,8	77.649:454$	28,6	105.073:675$	38,8	-	-	271.514:059$	100
1906	31.390:513$	8,5	3.437:461$	0,9	36.329:965$	9,9	58.993:497$	16.1	88.628:039$	24,1	148.923:407$	40,5	-	-	367.702.885$	100
1910	35.736:346$	1,2	4.903:261$	1,2	46.564:326$	11,5	63.957:745$	15,8	91.224:743$	21,6	152.953:176$	36,9	17.224:743$	4,2	403.083:838$	100
1914	47.567.616$	9,0	5.276:588$	0,9	45.054:753$	8,5	72.228.542$	13,6	134.882.096$	25,3	201.729:523$	38,0	24.564:157$	4,7	531.243:178$	100
1918	48.704:991$	8,9	3.803:936$	0,7	44.512:851$	8,2	74.589:353$	13,7	178.309.812$	32,6	176.915.591$	32,3	19.569:948$	3,6	546.415:035$	100
1922	98.010.062$	10,8	7.859:273$	0,9	88.173:707$	9,8	129.875:730$	14,4	285.543:710$	31,3	248.106:105$	27,2	49.556:384$	5,6	917.124:974$	100
1926	123.943.327$	8,9	10.687:616$	0,8	115.527:361$	8,3	194.431:113$	13,9	518.677:253$	37,1	359.626:172$	25,7	74.650:363$	5,3	1.397.543.208$	100
1930	159.779:934$	9,0	11.713:147$	0,7	162.505:200$	9,1	290.590.884$	16,4	538.382:543$	30,3	527.920:507$	29,8	83.335:766$	4,7	1.774.227.985$	100

Fonte. Brasil. *Coleção de Leis da República* (1890-1930).
(*) Dados não disponíveis.
(**) Implantado em 1909.

TABELA 3 - MAIC - PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS SEÇÕES NA DESPESA GLOBAL (1910 - 1930)

Seções	*1910*	*1912*	*1914*	*1916*	*1918*	*1920*	*1922*	*1924*	*1926*	*1928*	*1930*
1. Inspeção e Defesa/ Fomento (**)	5,0	7,0	6,4	—	1,6	—	7,6	9,9	10,0	11,2	9,4
2. Estações, Campos, etc	1,5	—	—	—	—	—	—	—	—	1,7	2,8
3.Subvenções e Auxílios	2,6	1,4	1,6	—	6,4	—	9,8	8,2	8,5	7,1	1,8
4. Serv. Imigr. Coloniz.	41,4	26,3	1,7	—	—	—	—	—	—	—	—
5.Serv. Prot. Índios	2,6	5,6	6,6	—	4,7	—	3,3	3,2	5,0	4,4	6,8
6. Posto Zootec. Federal	4,7	2,5	1,5	—	—	—	—	—	—	—	—
7. Ensino Agronômico	0,5	16,8	20,6	—	12,7	—	10,4	9,3	8,8	—	—
8. Meteorologia	3,6	2,0	3,9	—	4,2	—	3,8	3,5	3,7	3,5	4,6
9. Serv. Geol. Mineralógico	1,6	2,0	1,3	—	6,2	—	5,8	5,7	5,8	8,9	4,9
10. Dir. Ger. Estatística	8,0	7,9	4,5	—	3,8	—	2,4	2,1	2,0	1,2	2,7
11. Esc. Minas	1,6	2,0	2,5	—	2,6	—	2,5	2,2	—	—	—
12. Esc. Aprend. Artif.	5,0	4,4	7,0	—	7,5	—	5,6	8,9	5,8	5,8	8,2
13. Museu Nacional	5,0	3,3	3,3	—	2,7	—	2,0	2,6	2,3	1.0	1,6
14. Jardim Botânico	4,3	2,0	1,7	—	2,7	—	2,2	1,6	1,8	9,0	1,0
15. Serv. Veterinária	—	7,2	6,0	—	—	—	—	—	—	—	—
16. Serv. Povoamento	—	—	19,0	—	8,5	—	13,6	14,6	15,8	18,1	17,5
17. Serv. Ind. Pastoril	—	—	—	—	15,5	—	19,0	17,5	16,8	15,3	16,4
18. Instit. Química	—	—	—	—	1,7	—	2,5	1,7	1,5	0,3	0,9
19. Serv. Algodão	—	—	—	—	—	—	4,0	3,8	6,5	3,6	6,8
20. Serv. Experim. Agrícola	—	—	—	—	—	—	—	—	—	3,4	4,3
21. Serv. Florestal	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1,6	1,7
22. Inst. Biol. Defesa Agrícola	—	—	—	—	—	—	2,0	1,4	1,8	0,2	1,2
23. Aprendizados Agrícolas	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1,9	2,9
24. Outras (***)	10,8	9,6	12,4	—	19,2	—	3,5	3,8	3,9	1,8	4,5
Despesa total	100,0	100,0	100,0	—	100,0	—	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: RMAIC (1910 - 1930).
(*) Dados Inexistentes
(**) Criado em 1920
(***) Incluindo despesas eventuais e/ou de pequena expressão em números absolutos. Em média, o item engloba de 18 a 25 rubricas

IMPRESSO POR
PROVO GRÁFICA
TEL.: (011)418-0522

Leia também, desta coleção

HERDEIROS,
PARENTES
E COMPADRES

de Ellen F. Woortmann

No Brasil, a ênfase de muitas análises sobre o campesinato recaiu sobre o grupo doméstico, como unidade de produção e de consumo, e iluminou certas dimensões fundamentais da reprodução social, isto é, a reprodução, no tempo, da condição camponesa. Minha proposta neste livro é diferente: privilegio as relações que interligam grupos domésticos ou, melhor dizendo, famílias, pois pouco me ocupo dessas unidades enquanto produtoras ou consumidoras, e muito me ocupo no que diz respeito a seus valores. Em outras palavras, busco compreender a reprodução camponesa, de geração a geração, através das relações de parentesco.
Como o leitor poderá ver, este estudo alia o trabalho de campo sincrônico com a reconstrução histórica. Esta última não se fez apenas a partir do uso de documentos ou de descrições do passado, mas através do próprio trabalho de campo, utilizando a "história oral", a memória dos grupos estudados.

E.F.W.

Deitando profundas raízes no imaginário social do Ocidente, as noções de campo *e* cidade *deram origem a variados sistemas de representações e valores, tão distintos quanto expressivos. O significante campo e seus múltiplos significados costumam ser associados a formas de vida social consideradas naturais, plenas de paz, simplicidade ou inocência. Por outro lado, o segundo termo do binômio, e seus corolários, é vinculado à idéia de centros de empreendimento, saber ou progresso. De igual forma, têm-se combinado importantes associações negativas ora a um, ora a outro: a cidade como espaço do egoísmo, da competitividade, da ambição; o campo como lugar do atraso, da ignorância, da rotina.*

da Introdução de Sonia R. de Mendonça

ISBN 85-271-0401-6

9 788527 104012

HUCITEC